

TRAVESSIA



revista do migrante 100

CEM
CENTRO DE ESTUDOS MIGRATORIOS

Publicação do CEM - Ano XXXVII, Nº 100 - Maio - Agosto/2024



Dossiê crianças migrantes

Infância

Waraos

Brasileiros

Venezuelanos

Ciganos

Boias-frias

Refugiados

Gênero

Sindicalismo

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Paolo Parise

Editor Chefe

José Carlos Pereira - CEM/MISSÃO PAZ

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos),
Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ), Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC/SP),
Francisco Nunes (Casper Líbero), Giralda Seyferth (Museu Nacional/PPGAS/UFRJ)
José Jorge Gebara (UNESP), Lelio Alberto Mármora (Universidad de Buenos Aires),
Lorenzo Prencipe (CSER/Roma), Marcia Anita Sprandel (ABA e CEMI/Unicamp),
Maria Aparecida de Moraes Silva (UFSCar), Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar),
Sidney Antonio da Silva (UFAM), Heinz Dieter Heidemann (USP),
Mariagrazia Santagati (Università Cattolica – MILANO)

COMITÊ EDITORIAL

Ana Carolina Gonçalves de Leite (UFES), Ana Cristina Arantes Nasser (USP),
Carlos Freire Silva (USP), Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (UNESP-Rio Claro),
Derek Pardue (Aarhus University, Denmark), Érika Pires Ramos (USP),
Fernando Antonio Lourenço (CERES/IFCH/Unicamp), Gustavo Dias (UNIMONTES),
Helion Póvoa Neto (NIEM e IPPUR/UFRJ), Léa Francesconi (USP),
Luis Felipe Aires Magalhães (PUC-SP), Margarida Maria de Andrade (USP),
Marilda Aparecida de Menezes (UFABC), Neusa de Fátima Mariano (UFSCAR),
Odair da Cruz Paiva (UNIFESP), Patrícia Villen (UNICAMP),
Rosana Baeninger (Nepo/IFCH/Unicamp), Rosemeire Salata (UNESP/Car),
Sidnei Marco Dornelas, cs (CEMLA), Tatiana Waldman (Museu da Imigração),
Valéria Barbosa de Magalhães (EACH/USP), Verônica Pessoa (UFCG)

COLABORADORES

Yara Sílvia Tucunduva, Dirce Trevisi P. Novaes (PUC-SP)

EDITORA DE LEIAUTE

Renata Peres (UAM)
Raquel Peres (UNIP)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Glicério, 225 - Bairro Liberdade
01514-000 - São Paulo / SP - Brasil
Fone: (11) 3340-6952

travessia@missaospaz.org
cem@missaospaz.org
www.missaospaz.org

Capa - Sérgio Ricciuto Conte
sergioricciuto@gmail.com
www.sergioricciutoconte.com.br

É na literatura brasileira, mais do que nas Ciências Sociais, que essa dimensão sociológica fundamental aparece de modo nítido. Macunaíma, personagem de Mário de Andrade, é o herói sem nenhum caráter, o indefinido, o híbrido. Mas é em Guimarães Rosa que esse traço fundante da história social do país e da cultura brasileira está posto do modo mais belo e mais claro: a travessia. É na travessia, na passagem, no inacabado e no inconcluso, no permanentemente incompleto, no atravessar sem chegar, que está presente o nosso modo de ser – nos perigos do indefinido e da liminaridade, por isso viver é perigoso. Esta é uma sociedade fraturada entre o fasto e o nefasto, que se necessitam dialeticamente, o rio que divide nossa alma e nossa consciência, nossa compreensão sempre insuficiente do que somos e do que não somos e queremos ser. E mais que tudo, é nessa ideia de uma consciência literária dos duplos, das formas do falso, dos avessos, do descolamento entre forma e conteúdo, expressão do inacabado e inacabável, que está também posto o nosso justo medo da travessia, nossa condição de vítimas, mais do que de beneficiários, da modernidade (MARTINS, 2012, p.22)

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2012.

SUMÁRIO

Apresentação 05
José Carlos Pereira

Presentation 13
José Carlos Pereira

DOSSIÊ CRIANÇAS MIGRANTES

Infância migrante em Roraima: o aumento de crianças nos processos migratórios internacionais na fronteira Brasil - Venezuela 21
Sarah Letícia Leonel da Silva; Ana Lúcia de Sousa; Márcia Maria de Oliveira; Caê Garcia Carvalho

O deslocamento forçado e a pessoa com deficiência: acessibilidade e inclusão na perspectiva dos responsáveis diretos por venezuelanos autistas em refúgio 41
Amanda Ganzarolli

Notas de uma pesquisa participante com migrantes-adolescentes em conflito com a lei 67
Cristiano Rodineli Almeida

Notas iniciais de uma pesquisa participante com estudantes migrantes em situação de vulnerabilidade social 79
Carlos Roberto Faustino

ARTIGOS

Unravelling the Migration Decision-Making Processes Underpinning Brazilian Migrants' Decisions to Move to Ireland (Desvendando os processos de tomada de decisão migratória que sustentam as decisões dos migrantes brasileiros de se mudar para a Irlanda) 91
Nivelton Alves de Farias

Indígenas Warao no Brasil: migração e vivência..... 117
Caio Ribeiro de Oliveira
Maria Izabel Souza Melo
Rafaella Souza Barajas Lorenzo
Vítor Macedo Mascarenhas Diniz

Performances artística-culturais de identidade e gênero nas etnias
ciganas 137
Deborah Sathler
José Carlos Sebe Bom Meihy

ENTREVISTAS

Entrevista com a Dona Anna Amélia de Barros 157
Por *Alfredo José Gonçalves, Cs.*
Antenor João Dalla Vecchia, Cs.

Entrevista com Valditudes de Barros Pinto 179
Por *Alfredo José Gonçalves, Cs.*
Antenor João Dalla Vecchia, Cs.

RELATO

Relato de Valditudes de Barros Pinto 189
Por *Alfredo José Gonçalves, Cs.*
Antenor João Dalla Vecchia, Cs.

Apresentação

José Carlos Pereira

Crianças e adolescentes sempre participaram de processos migratórios. No caso do Brasil, desde a colonização elas já estavam presentes nas travessias pelo Atlântico para trabalhar e desenvolver serviços e funções gerais nas, então, novas terras sob domínio de Portugal.

De acordo com o historiador Fábio Pestana Ramos, muitos desconhecem que nas embarcações lusitanas do século XVI havia certa quantidade de crianças na tripulação. O historiador afirma que as crianças subiam a bordo somente na condição de grumetes ou pajens, como órfãs do rei enviadas ao Brasil para se casar com os súditos da Coroa ou como passageiros embarcados em companhia dos pais ou de algum parente (Ramos, 2015, p. 19). Essas crianças navegavam em condições extremamente adversas; ao longo da viagem, sofriam abusos sexuais de marujos rudes e violentos (Ramos, 2015, p. 19). Muitas eram levadas como escravas por navios piratas, sendo entregues à prostituição e, quando não, acabavam morrendo de exaustão. A viagem era marcada por uma dramática história de violência sexual, trabalhos forçados e riscos constantes de falecimento, sendo poucas as crianças que sobreviviam e chegavam ao Brasil (MELO, 2020, p. 1).

Ainda hoje (2024), depois de muitas transformações sociais e culturais, crianças participam de processos migratórios como pessoas que demandam cuidados, políticas públicas, proteção e, também, como importantes “tradutores” entre seus pais ou adultos por eles responsáveis e instituições e autóctones da sociedade de imigração, seja para solicitar apoio, acessar serviços de saúde, educação, trabalho, documentação, bem como interagir com a vizinhança na vida cotidiana de seus bairros. E há dramáticas situações em que crianças migrantes desacompanhadas são enviadas por seus pais ou parentes próximos para entrar em determinados países, solicitar algum tipo de visto que viabilize a sua permanência por lá e, em seguida, reivindicar reagrupamento familiar. Trata-se de uma forma da família obter documentos legais para entrar e permanecer em algum país cuja política migratória procura

bloquear ou mesmo impedir a entrada legal de determinados migrantes em razão do seu local de origem, condição social, etnia, raça etc. Além disso, crianças são alvos preferenciais de traficantes de pessoas, aliciadores para o trabalho análogo a escravo, prostituição e para servirem como “soldados” em movimentos de guerrilha. E não há como esquecer o drama apresentado ao mundo por Nilüfer Demir que fotografou a criança síria Aylan Kurdi, de apenas 3 anos, morto em uma praia turca, Bodrun, em setembro de 2015, após o naufrágio de um barco com migrantes que fugiam da guerra na Síria e procuravam algum abrigo seguro na Grécia.

Na América Latina e Caribe a floresta de Darién, que forma a fronteira entre a Colômbia e o Panamá, tem se tornado uma das mais perigosas rotas migratórias em direção aos Estados Unidos da América. De acordo com o UNICEF (2024) e suas agências específicas, é cada vez crescente o fluxo de migrantes asiáticos, africanos e latino-americanos que utilizam Darién como passagem para chegar aos EUA e tentar realizar seus sonhos de escapar da pobreza e conquistar uma existência melhor, com dignidade humana. Dentre os migrantes, há milhares de crianças. Em 2023, cerca de 114 mil crianças cruzaram a floresta. Aproximadamente 2 mil delas estavam desacompanhadas ou separadas de suas famílias. Expressando uma tendência de aumento do fluxo, em 2024, até abril, 30 mil crianças já haviam feito a travessia pela floresta. No que tange ao Brasil, De acordo com Mayara Paixão (2024), desde 2019, mais de 16.500 crianças brasileiras fizeram atravessaram Darién rumo aos EUA. A maioria delas são filhas de imigrantes que estiveram pelo Brasil. Muitos migrantes morrem tentando fazer a perigosa travessia e seus corpos são enterrados ou largados sob o chão úmido e quente da floresta.

Portanto, a participação de crianças na imigração é uma realidade empírica importante como questão social, política e direitos humanos. No entanto, no Brasil, é muito recente a objetivação da infância, a adolescência e mesmo da juventude como questão sociológica. Nesta edição, a entrevista de Alfredo José Gonçalves e Antenor João Dalla Vecchia com a Dona Anna Amélia é uma demonstração do que foi dito. Na narrativa da entrevistada, dentre outras vivenciadas relatadas por ela em seus processos migratórios, as crianças, seus filhos e filhas estão presentes. Mas, apenas um ou outro trabalho problematizava sociologicamente a questão até a década de 1980.

Há várias tentativas de explicações para a não objetivação desses personagens nos trabalhos acadêmicos de então. Um deles, e possivelmente o mais convincente para o caso brasileiro, é que a infância, a adolescência e a juventude, como fases da vida de uma pessoa, na perspectiva de direitos, passam a ganhar mais visibilidade política a partir da Constituição de 1988.

Antes disso eram vigentes o “Código de Menores” de 1927, que tornava inimputáveis de pena criminal os menores de 17 anos. O referido Código era um projeto de Lei do Senado Federal, assinado pelo então Presidente Washington Luiz. Em 1979, um novo “Código de Menores” foi aprovado pela ditadura militar sob o governo de João Baptista de O. Figueiredo, e sucedeu aquele de 1927. Mas é, principalmente, com a Constituição cidadã de 1988 que a infância, a adolescência e a juventude ganham mais visibilidade política e social na perspectiva de direitos sociais, políticos, econômicos, econômicos e humanos. O artigo 227 da Constituição¹ esclarece as concepções de direitos das crianças, bem como os deveres da sociedade no que tange a sua proteção. Em 1990 o então presidente Fernando Collor de Mello sanciona a mais importante Lei de proteção à crianças e adolescentes no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Com a maior visibilidade e o aumento vertiginoso de crianças nos processos migratórios contemporâneos, muitos deles forçados, agências da ONU como o Unicef e o Acnur têm feito campanhas sistemáticas para apoiar migrantes e refugiados, especialmente crianças.

De acordo com o Acnur (2024), em 2023, dos 117,3 milhões de pessoas deslocadas à força, 47 milhões (40%) eram crianças; entre os anos de 2018 e 2023, cerca de 2 milhões de crianças já nasceram na condição de refugiadas. E dos 14,8 milhões de crianças refugiadas no mundo, mais de 7 milhões não têm acesso à educação. Segundo a OIM (2024), havia cerca de 281 milhões de migrantes no mundo em 2020, deles, 28 milhões eram crianças. Ainda de acordo com a OIM, as crianças representam 13% da população migrante em todo o mundo. Mas, destaca que na América Latina e Caribe, as crianças formam 25% dos migrantes, um percentual igual ao da África. A vulnerabilidade social, as mudanças climáticas, perseguições étnicas, religiosas e conflitos bélicos são os fatores sociais que mais provocam as migrações dessas pessoas.

No que tange às Ciências Sociais, a temática da infância ganha atenção entre as décadas de 1960 e 1970 com o trabalho de Philippe Ariès, “L’Enfant et la vie familiale sous l’Ancien Régime”, em 1973, posteriormente traduzido e publicado no Brasil com o título de “História Social da criança e da família”, Philippe Ariès (1978). O sociólogo norueguês Jens Qvortrup (1995) coordena uma série de pesquisas que também contribuem para estruturar e desenvolver um novo campo de estudos que se constituiria na Sociologia da infância. Para o autor, a infância não é apenas uma fase da vida, mas uma estrutura permanente da sociedade e, portanto, distinta da concepção de “criança”. Esta, conseqüentemente, Qvortrup propõe uma diferença entre a sociologia da infância e a sociologia da criança².

Já no Brasil, um estudo pioneiro é o de Florestan Fernandes (1979), originalmente publicado em 1947 pelo Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, o capítulo de livro “As ‘Trocinhas’ do Bom Retiro” já apontava para a importância do estudo sobre infância e crianças na vida social, política e cultural. Mas, é a partir de meados da década de 1980, principalmente, que crianças, adolescentes e jovens adquirem relevo nas agendas de pesquisas acadêmicas. Destacam-se duas coletâneas de textos que introduzem bem a questão: História das crianças no Brasil, organizada por Mary Del Priore (2015) e História das crianças no Brasil Meridional, organizada por José Carlos da Silva Cardozo et al (2020).

Na Revista Travessia o tema aparece, pela primeira vez, na edição 7 de 1990, dossiê “Cultura”, com o texto “A criança e a família: como se vive com a naturalidade a pobreza nada natural”, de Jerusa Viera Gomes. De lá para cá, vários outros artigos foram publicados como textos avulsos ou em dossiês como “Filhos da migração”, nº 59; “Crianças migrantes e refugiadas”, nº 80, Child Migration Studies, nº 99, todos disponibilizados gratuitamente no site de Travessia.

O presente dossiê “Crianças migrantes” procura contribuir para a continuidade de estudos e compreensão mais profunda da temática. O texto “*Infância migrante em Roraima: o aumento de crianças nos processos migratórios internacionais na fronteira Brasil – Venezuela*” de Sarah Letícia Leonel da Silva; Ana Lúcia de Sousa; Márcia Maria de Oliveira; e Caê Garcia Carvalho destaca a imigração venezuelana e analisa o crescimento da imigração de crianças na fronteira do Brasil com a Venezuela. Amanda Ganzarolli em “*O deslocamento forçado e a pessoa com deficiência: acessibilidade e inclusão na perspectiva dos responsáveis diretos por venezuelanos autistas em refúgio*” analisa a realidade de famílias venezuelanas com filhos autistas no Brasil. Cristiano Rodineli Almeida assina o texto “*Notas de uma pesquisa participante com migrantes-adolescentes em conflito com a lei*” destaca a carência de visibilidade política, acadêmica e de políticas públicas voltadas a este grupo social e imigrantes; e Carlos Roberto Faustino em “*Notas iniciais de uma pesquisa participante com estudantes migrantes em situação de vulnerabilidade social*” destaca a vulnerabilidade social de crianças em migração, apesar dos avanços legislativos na perspectiva dos direitos humanos e de inclusão social dos migrantes.

Outros textos ainda compõem esta 100ª edição da Revista Travessia.

Em *Unravelling the Migration Decision-Making Processes Underpinning Brazilian Migrants’ Decisions to Move to Ireland (Desvendando os processos de tomada de decisão migratória que sustentam as decisões dos migrantes brasileiros de se mudar para a Irlanda)*, Nivelton Alves de Farias procura analisar os “os complexos processos de tomada de decisão

que orientam os migrantes brasileiros em sua escolha de se mudar para a Irlanda, com foco em quatro aspectos principais: os atores envolvidos na tomada de decisão de migração, consentimento familiar, tipos de migração e interesses migratórios.”

No artigo *“Indígenas Warao no Brasil: migração e vivência”*, Caio Ribeiro de Oliveira, Maria Izabel Souza Melo, Rafaella Souza Barajas Lorenzo, Vítor Macedo Mascarenhas Diniz enfocam a migração de indígenas warao para o Brasil “examinando quatro aspectos principais: o contexto histórico e as rotas de migração dos Warao, o impacto nas comunidades Warao, as condições de vida dos migrantes no Brasil e as políticas públicas e programas de apoio implementados para atender às suas necessidades”.

Deborah Sathler e José Carlos Sebe Bom Meihy, no artigo *“Performances artística-culturais de identidade e gênero nas etnias ciganas”*, analisam, através da história oral, performances de identidade e gênero e da pretensa memória grupal de ciganos, que nos permite vermos as estratégias de convívio interno e externo no âmbito de sua cultura *rom* e *calon*.

Os padres Alfredo José Gonçalves e Antenor João Dalla-Vecchia, em duas entrevistas e um relato vibrantes, apresentam a história de vida de uma mulher camponesa e seus filhos que foram transformados em boias-frias, sindicalistas, sendo que um deles chegou a atuar como vice-prefeito em um município importante para o agronegócio no interior do estado de São Paulo. As entrevistas e o relato remetem à migração nacional interna e seus estreitos vínculos à questão agrária e à concentração da propriedade fundiária, ao desenvolvimento e à modernização do agronegócio, ao trabalho análogo a escravo, à ausência programada do Estado e a vulnerabilidade social do campesinato, mas, também, ao protagonismo de mulheres e homens migrantes e a sua mobilidade social conquistada à duras penas.

Ainda uma palavra sobre a arte da capa, segundo o seu próprio criador Sergio Ricciuto Comte. A arte apresenta três vidas migrantes na primeira parte do caminho. “Primeira” em todo os sentidos: no começo da vida, são crianças; no começo do caminho, estão numa avenida distante do horizonte; no começo da própria migração, que faz intersecção com o começo da esperança, estão viradas olhando na direção do sol. Detalhe à parte, as três mochilas apresentam o número 100 desta edição.

Por fim, com deferência e afeto, queremos expressar a nossa gratidão a todos/as colegas, membros do comitê editorial, revisores/as, diagramadores/as, autores/as, pesquisadores/as, leitores/as e, especialmente, aos migrantes que, de diferentes modos, contribuíram e contribuem para a realização da Travessia ao longo da história das suas 100 edições e das vindouras. Boa leitura!

NOTAS

¹ Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

² No curto espaço desta apresentação não entraremos no debate metodológico-conceitual envolvendo este campo de estudos na sociologia. Para isto, recomendamos aos leitores as obras de FERNANDES (1979), PRIORE (1991), QVORTRUP (1994), QVORTRUP (1995), FREITAS (1997), CORSARO (1997), PIRES (2008).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Mid-Year Trends**, 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/josec/Downloads/mid-year-trends-report-2024.pdf>. Acesso em outubro de 2024.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. Trad. de Dora Flaksman. 2a ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- CARDOZO, José Carlos da Silva; et al. **História das crianças no Brasil Meridional**. 2ª Ed. Porto Alegre: Oikos; Estudos Históricos Latino-Americanos; Unisinos, 2020.
- CARVALHO, Janaína Nogueira Maia; ADEGAS, Fernanda Victória Cruz; SILVA, Camila Ferreira da; BROSTOLIN, Marta Regina. **A sociologia da infância: possibilidade/s de voz e ação da criança e sua/s infância/s**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2022.
- CORSARO, William. **The Sociology of childhood**. Thousand Oaks Cal.; Pine Forge Press, 1997.
- FARIAS, Ana Lúcia Goulart de.; FINCO, Daniela. **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas: Autores associados, 2020.
- FARIAS, Ana Lúcia Goulart de.; SILVA, Adriana. **Sociologia da infância no Brasil II – em tempo de pandemia e necropolítica**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021.
- FERNANDES, Florestan. As ‘Trocinhas’ do Bom Retiro. In: _____. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1979 [1961]. p. 153-256.
- FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

MELO, Jennifer Silva. Breve histórico da criança no Brasil: conceituando a infância a partir do debate historiográfico. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 2, 14 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/2/breve-historico-da-crianca-no-brasil-conceituando-a-infancia-a-partir-do-debate-historiografico>>.

OIM – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DAS MIGRAÇÕES. **Informe sobre las migraciones en el mundo**, 2024. Genebra/Suíça, 2024.

PAIXÃO, Mayara. Criança brasileira vive há quase 1 ano em abrigo do Panamá após cruzar Darién. **Folha de São Paulo**, Caderno Mundo, 14 set 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/09/crianca-brasileira-vive-ha-quase-1-ano-em-abrigo-do-panama-apos-cruzar-darien.shtml>>. Acesso em 15 set 2024.

PIRES, Flávia. Pesquisando crianças e infância: abordagens teóricas para o estudo das (e com as) crianças. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 17, p. 1-348, 2008

PRIORE, Mary del (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

QVORTRUP, Jens; BARDY, Marjatta; SGRITTA, Giovanni; WINTERSBERGER, Helmut. (orgs.). **Childhood matters: social theory, practice and politics**. European Centre Vienna: Aveburg, England, 1994.

QVORTRUP, Jens. Childhood in Europe: a New Field of Social Research. In: CHISHOLM, Lynne; BÜCHNER, Peter; KRÜGER, Heinz-Hermann; BOISREYMOND, Manuela du. (Orgs.) **Growing Up in Europe: Contemporary Horizons in Childhood and Youth Studies**. Berlin; New York: de Gruyter, 1995.

UNICEF - FUNDO INTERNACIONAL DE EMERGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **La migración de niños, niñas y adolescentes a través del Darién registra un aumento del 40 por ciento en lo que va de año**. Comunicado de prensa, 2024. Disponível em: <<https://www.unicef.org/lac/comunicados-prensa/migracion-ninos-ninas-adolescentes-darien-panama-registra-aumento-cuarenta-por-ciento>>. Acesso em junho de 2024.

Presentation

José Carlos Pereira

Children and adolescents have always participated in migration processes. In the case of Brazil, since colonization they were already present in the Atlantic crossings to work and develop services and general functions in the then new lands under Portuguese rule.

According to historian Fábio Pestana Ramos, many are unaware that a certain number of children were on the crew of Portuguese vessels in the 16th century. The historian states that children only came on board as cabin boys or pages, as orphans of the king sent to Brazil to marry subjects of the Crown, or as passengers embarked in the company of their parents or a relative (Ramos, 2015, p. 19). These children sailed in extremely adverse conditions; throughout the voyage, they suffered sexual abuse from rude and violent sailors (Ramos, 2015, p. 19). Many were taken as slaves by pirate ships, being turned into prostitution and, when not, they ended up dying of exhaustion. The journey was marked by a dramatic story of sexual violence, forced labor and constant risk of death, with few children surviving and reaching Brazil (MELO, 2020, p. 1)¹.

Even today (2024), after many social and cultural transformations, children participate in migration processes as people who demand care, public policies, protection and, also, as important “translators” between their parents or adults responsible for them and institutions and natives of the immigrant society, whether to request support, access health services, education, work, documentation, as well as interact with the neighbors in the daily life of their neighborhoods. And there are dramatic situations in which unaccompanied migrant children are sent by their parents or close relatives to enter certain countries, apply for some type of visa that allows them to remain there and, then, claim family reunification. This is a way for families to obtain legal documents to enter and remain in a country whose immigration policy seeks to block or even prevent the legal entry of certain migrants due to their place of origin, social status, ethnicity, race, etc. Beyond that, children are the preferred targets of human traffickers, recruiters for

slave labor, prostitution, and to serve as “soldiers” in guerrilla movements. And we cannot forget the drama presented to the world by Nilüfer Demir, who photographed the Syrian child Aylan Kurdi, just 3 years old, who died on a Turkish beach in Bodrun in September 2015, after a boat carrying migrants fleeing the war in Syria and seeking safe shelter in Greece sank.

In Latin America and the Caribbean, the Darién forest, which forms the border between Colombia and Panama, has become one of the most dangerous migration routes towards the United States of America. According to UNICEF (2024) and its specific agencies, the flow of Asian, African and Latin American migrants using Darién as a passage to reach the United States and try to fulfill their dreams of escaping poverty and achieving a better existence, with human dignity, is increasing. Among the migrants, there are thousands of children. In 2023, around 114,000 children crossed the forest. Approximately 2,000 of them were unaccompanied or separated from their families. Expressing a trend of increasing flow, in 2024, up to April, 30,000 children had already crossed the forest. As for Brazil, according to Mayara Paixão (2024), since 2019, more than 16,500 Brazilian children have crossed Darién towards the United States. Most of them are the daughters of immigrants who have been to Brazil. Many migrants die trying to make the dangerous crossing and their bodies are buried or left under the damp, hot forest floor.

Therefore, the participation of children in immigration is an important empirical reality as a social, political and human rights issue. However, in Brazil, the objectification of childhood, adolescence and even youth as a sociological issue is very recent. In this edition, the interview with Alfredo José Gonçalves and Antenor João Dalla Vecchia with Dona Anna Amélia is a demonstration of what was said. In the interviewee’s narrative, among other experiences she recounted during her migration processes, children, her sons and daughters are present. However, only one or two works problematized the issue sociologically until the 1980s.

There are several attempts to explain why these characters were not objectified in the academic works of the time. One of them, and possibly the most convincing for the Brazilian case, is that childhood, adolescence and youth, as phases of a person’s life, from the perspective of rights, began to gain more political visibility after the 1988 Constitution. Before that, the 1927 “Minors Code” was in force, which made minors under 17 years of age exempt from criminal punishment. The aforementioned Code was a bill from the Federal Senate, signed by then President Washington Luiz. In 1979, a new “Minors Code” was approved by the military dictatorship under the government of João Baptista de O. Figueiredo, and succeeded the one

of 1927. However, it was mainly with the 1988 Citizen Constitution that childhood, adolescence and youth gained more political and social visibility from the perspective of social, political, economic, economic and human rights. Article 227 of the Constitution clarifies the concepts of children's rights, as well as society's duties with regard to their protection. In 1990, then-president Fernando Collor de Mello sanctioned the most important law for the protection of children and adolescents in Brazil, the Child and Adolescent Statute (ECA).

With the increased visibility and the dramatic increase in the number of children in contemporary migration processes, many of them forced, UN agencies such as UNICEF and UNHCR have been systematically campaigning to support migrants and refugees, especially children.

According to UNHCR (2024), in 2023, of the 117.3 million forcibly displaced people, 47 million (40%) were children; between 2018 and 2023, around 2 million children were born as refugees. And of the 14.8 million refugee children in the world, more than 7 million do not have access to education. According to IOM (2024), there were around 281 million migrants in the world in 2020, of which 28 million were children. Also according to IOM, children represent 13% of the migrant population worldwide. However, it is worth noting that in Latin America and the Caribbean, children make up 25% of migrants, a percentage equal to that of Africa. Social vulnerability, climate change, ethnic and religious persecution and armed conflicts are the social factors that most often cause these people to migrate.

In terms of Social Sciences, the theme of childhood gained attention in the 1960s and 1970s with the work of Philippe Ariès, "L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime", in 1973, later translated and published in Brazil under the title "História Social da criança e da família", Philippe Ariès (1978). The Norwegian sociologist Jens Qvortrup (1995) coordinated a series of research projects that also contributed to structuring and developing a new field of study that would become the Sociology of Childhood. For the author, childhood is not just a phase of life, but a permanent structure of society and, therefore, distinct from the concept of "child". Consequently, Qvortrup proposes a difference between the sociology of childhood and the sociology of children.

In Brazil, a pioneering study is that of Florestan Fernandes (1979), originally published in 1947 by the Municipal Department of Culture of São Paulo, the chapter of the book "As 'Trocinhas' do Bom Retiro" already pointed to the importance of the study of childhood and children in social, political and cultural life. However, it is mainly from the mid-1980s onwards that children, adolescents and young people acquire prominence in academic research agendas. Two collections of texts that introduce the issue well stand

out: *História das crianças no Brasil*, organized by Mary Del Priore (2015) and *História das crianças no Brasil Meridional*, organized by José Carlos da Silva Cardozo et al (2020).

In *Travessia Magazine*, the topic appeared for the first time in issue 7 of 1990, in the “Culture” dossier, with the text “Children and families: how to live with naturalness in unnatural poverty”, by Jerusa Viera Gomes. Since then, several other articles have been published as separate texts or in dossiers such as “Children of migration”, no. 59; “Migrant and refugee children”, no. 80, *Child Migration Studies*, no. 99, all available free of charge on the *Travessia* website.

This dossier “Migrant Children” seeks to contribute to the continuity of studies and a deeper understanding of the subject. The text “*Infância migrante em Roraima: o aumento de crianças nos processos migratórios internacionais na fronteira Brasil – Venezuela*” by Sarah Letícia Leonel da Silva; Ana Lúcia de Sousa; Márcia Maria de Oliveira; and Caê Garcia Carvalho highlights Venezuelan immigration and analyzes the growth of child immigration on the border between Brazil and Venezuela. Amanda Ganzarolli in “*O deslocamento forçado e a pessoa com deficiência: acessibilidade e inclusão na perspectiva dos responsáveis diretos por venezuelanos autistas em refúgio*” analyzes the reality of Venezuelan families with autistic children in Brazil. Cristiano Rodineli Almeida wrote the text “*Notas de uma pesquisa participante com migrantes-adolescentes em conflito com a lei*” and highlights the lack of political and academic visibility and public policies aimed at this social group and immigrants; and Carlos Roberto Faustino in “*Notas iniciais de uma pesquisa participante com estudantes migrantes em situação de vulnerabilidade social*” highlights the social vulnerability of children in migration, despite legislative advances from the perspective of human rights and social inclusion of migrants.

Other texts also make up this 100th edition of *Revista Travessia*. In *Unravelling the Migration Decision-Making Processes Underpinning Brazilian Migrants’ Decisions to Move to Ireland*, Nivelton Alves de Farias seeks to analyze “the complex decision-making processes that guide Brazilian migrants in their choice to move to Ireland, focusing on four main aspects: the actors involved in migration decision-making, family consent, types of migration, and migration interests.”

In the article “*Indígenas Warao no Brasil: migração e vivência*”, Caio Ribeiro de Oliveira, Maria Izabel Souza Melo, Rafaella Souza Barajas Lorenzo, and Vítor Macedo Mascarenhas Diniz focus on the migration of Warao indigenous people to Brazil “examining four main aspects: the historical context and migration routes of the Warao, the impact on Warao communities, the living conditions of migrants in Brazil, and the public policies and support programs implemented to meet their needs”.

Deborah Sathler and José Carlos Sebe Bom Meihy, in the article *“Performances artística-culturais de identidade e gênero nas etnias ciganas”*, analyze, through oral history, performances of identity and gender and the alleged group memory of gypsies, which allows us to see the strategies of internal and external coexistence within the scope of their Roma and Calon culture.

In two interviews and a vibrant report, priests Alfredo José Gonçalves and Antenor João Dalla-Vecchia present the life story of a peasant woman and her children who were transformed into seasonal workers and union members, one of whom even served as deputy mayor in a municipality important for agribusiness in the interior of the state of São Paulo. The interviews and the report refer to internal national migration and its close links to the agrarian issue and concentration of land ownership, the development and modernization of agribusiness, slave-like labor, the planned absence of the State and the social vulnerability of the peasantry, but also to the leading role of migrant women and men and their hard-won social mobility.

A word about the cover art, according to its creator Sergio Ricciuto Comte. The art presents three migrant lives in the first part of the journey. “First” in every sense: at the beginning of life, they are children; at the beginning of the path, they are on an avenue far from the horizon; at the beginning of the migration itself, which intersects with the beginning of hope, they are turned towards the sun. As a detail, the three backpacks bear the number 100 of this edition.

Finally, with respect and affection, we would like to express our gratitude to all our colleagues, members of the editorial committee, reviewers, designers, authors, researchers, readers and, especially, to the migrants who, in different ways, have contributed and continue to contribute to the realization of the Travessia throughout the history of its 100 editions and those to come. Good reading!

NOTES

¹ Art. 227. It is the duty of the family, society and the State to ensure that children, adolescents and young people have, as a matter of absolute priority, the right to life, health, food, education, leisure, professional training, culture, dignity, respect, freedom and family and community life, in addition to protecting them from all forms of neglect, discrimination, exploitation, violence, cruelty and oppression. (Tradução livre minha)

² In the short space of this presentation we will not enter into the methodological-conceptual debate involving this field of study in sociology. For this purpose, we recommend to readers the works of FERNANDES (1979), PRIORE (1991), QVORTRUP (1994), QVORTRUP (1995), FREITAS (1997), CORSARO (1997), PIRES (2008).

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Mid-Year Trends**, 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/josec/Downloads/mid-year-trends-report-2024.pdf>. Acesso em outubro de 2024.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. Trad. de Dora Flaksman. 2a ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- CARDOZO, José Carlos da Silva; et al. **História das crianças no Brasil Meridional**. 2ª Ed. Porto Alegre: Oikos; Estudos Históricos Latino-Americanos; Unisinos, 2020.
- CARVALHO, Janaína Nogueira Maia; ADEGAS, Fernanda Victória Cruz; SILVA, Camila Ferreira da; BROSTOLIN, Marta Regina. **A sociologia da infância: possibilidade/s de voz e ação da criança e sua/s infância/s**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2022.
- CORSARO, William. **The Sociology of childhood**. Thousand Oaks Cal.; Pine Forge Press, 1997.
- FARIAS, Ana Lúcia Goulart de.; FINCO, Daniela. **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas: Autores associados, 2020.
- FARIAS, Ana Lúcia Goulart de.; SILVA, Adriana. **Sociologia da infância no Brasil II – em tempo de pandemia e necropolítica**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021.
- FERNANDES, Florestan. As ‘Trocinhas’ do Bom Retiro. In: _____. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1979 [1961]. p. 153-256.
- FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.
- MELO, Jennifer Silva. Breve histórico da criança no Brasil: conceituando a infância a partir do debate historiográfico. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 2, 14 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/2/breve-historico-da-crianca-no-brasil-conceituando-a-infancia-a-partir-do-debate-historiografico>>.
- OIM – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DAS MIGRAÇÕES. **Informe sobre las migraciones en el mundo**, 2024. Genebra/Suíça, 2024.

- PAIXÃO, Mayara. Criança brasileira vive há quase 1 ano em abrigo do Panamá após cruzar Darién. **Folha de São Paulo**, Caderno Mundo, 14 set 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/09/crianca-brasileira-vive-ha-quase-1-ano-em-abrigo-do-panama-apos-cruzar-darien.shtml>>. Acesso em 15 set 2024.
- PIRES, Flávia. Pesquisando crianças e infância: abordagens teóricas para o estudo das (e com as) crianças. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 17, p. 1-348, 2008
- PRIORE, Mary del (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- QVORTRUP, Jens; BARDY, Marjatta; SGRITTA, Giovanni; WINTERSBERGER, Helmut. (orgs.). **Childhood matters: social theory, practice and politics**. European Centre Vienna: Aveburg, England, 1994.
- QVORTRUP, Jens. Childhood in Europe: a New Field of Social Research. In: CHISHOLM, Lynne; BÜCHNER, Peter; KRÜGER, Heinz-Hermann; BOIS-REYMOND, Manuela du. (Orgs.) **Growing Up in Europe: Contemporary Horizons in Childhood and Youth Studies**. Berlin; New York: de Gruyter, 1995.
- UNICEF - FUNDO INTERNACIONAL DE EMERGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **La migración de niños, niñas y adolescentes a través del Darién registra un aumento del 40 por ciento en lo que va de año**. Comunicado de prensa, 2024. Disponível em: <<https://www.unicef.org/lac/comunicados-prensa/migracion-ninos-ninas-adolescentes-darien-panama-registra-aumento-cuarenta-por-ciento>>. Acesso em junho de 2024.

Infância migrante em Roraima: o aumento de crianças nos processos migratórios internacionais na fronteira Brasil – Venezuela

*Sarah Letícia Leonel da Silva
Ana Lúcia de Sousa
Márcia Maria de Oliveira
Caê Garcia Carvalho*

1 INTRODUÇÃO

Roraima é um estado localizado ao extremo norte do Brasil, permeado por inúmeras particularidades pertinentes à sua posição territorial e à composição de sua população, formada por sucessivos cenários migratórios, nos âmbitos regional, nacional e internacional. Por fazer fronteira direta com a Venezuela¹, país que vive atualmente em crise política, social e econômica, o estado apresenta, em seu contexto social, especificidades pertinentes aos processos migratórios internacionais que moldam o cotidiano e as demandas evidenciadas na localidade.

Nos últimos anos, Roraima se apresenta como o principal ponto de acesso de nacionais venezuelanos ao Brasil, tendo em média a entrada mensal de aproximadamente 12 mil migrantes, conforme dados apresentados em audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (2023), transmitida pela plataforma YouTube. De acordo com a Comissão, no mês de agosto de 2023, cerca de 13.239 migrantes venezuelanos adentraram o país por meio da fronteira localizada no município de Pacaraima-RR.

Segundo o Relatório Anual de 2022 do Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra, duas características são observadas nos processos migratórios internacionais ao Brasil nos últimos anos, sendo elas: “um processo de feminização das migrações e um incremento contínuo na chegada de crianças e adolescentes imigrantes”. O documento destaca que esse processo se concretiza a partir de 2021, com a chegada e registro dos nacionais da Venezuela ao País (OBMIGRA, 2022, p. 32).

Esses apontamentos indicam que o perfil dos sujeitos migrantes vem se transformando ao longo do tempo e, como um fenômeno contemporâneo desse processo, a migração infantil se manifesta como um fator relevante para a discussão das migrações e dos sujeitos migrantes. A infância migrante é, portanto, um campo de análise e estudo emergente, tendo em vista o crescimento desses personagens nos processos internacionais de mobilidade humana.

Nesse contexto, cabe destacar que crianças são personagens presentes nas dinâmicas migratórias ao longo do tempo. Contudo, elas foram frequentemente invisibilizadas, principalmente no que se refere às suas experiências e percepções, tendo em vista que “a migração infantil ainda é um assunto complexo, muitas vezes não contado e não analisado pela história” (GRAJZER, VERONESE, SCHLINDWEIN, 2021, p. 659).

A ausência de um olhar direcionado às crianças nos processos de mobilidade acaba por refletir nas limitações dos instrumentos normativos migratórios que não vislumbram crianças em sua individualidade, somente enquanto uma extensão da família, supondo, por vezes, que uma criança migrante estará sempre amparada de modo legal e afetivo por um adulto responsável. Ao não considerar uma possibilidade diferente desta, o Estado acaba por não saber lidar com crianças migrantes em diferentes condições, como separadas e/ou desacompanhadas², e reproduzem, portanto, violências com esse grupo vulnerável (LAURIOLA, HARTMANN, FLESICHER, 2023, p. 216-217).

Dessa forma, destacando que essa produção é componente do processo de desenvolvimento de dissertação de mestrado intitulado “Infância e família: a convivência e o vínculo como instrumento para prevenção de riscos sociais”, do programa de pós-graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF/UFRR, e buscando contribuir com o debate das migrações na Amazônia, o presente artigo tem por objetivo analisar o crescimento da presença de crianças nos processos migratórios internacionais à Roraima nos últimos anos, e para isso buscará evidenciar os aspectos e características da infância migrante no estado, e apresentar o trato das instituições competentes com esse grupo.

Para isso, a pesquisa aqui apresentada é de metodologia descritiva e de caráter qualitativo. Os procedimentos de levantamento de dados se deram através de estudos bibliográficos em fontes como artigos científicos, relatórios institucionais, notas públicas governamentais e não-governamentais, além de matérias jornalísticas acerca do tema, sempre em perspectiva interdisciplinar.

Sendo assim, o artigo se desenvolveu da seguinte maneira: na primeira seção, com o tema ‘Infância migrante em Roraima’, foram apresentados os aspectos da infância migrante no estado, pontuando o aumento desses sujeitos nos processos de mobilidade na fronteira Brasil-Venezuela nos

últimos anos, e apresentando suas causas e características. Posteriormente, na segunda seção intitulada 'Crianças migrantes e o trato das instituições', abordamos as intervenções dos órgãos competentes junto a esse grupo vulnerável, os desafios presentes no contexto roraimense para a garantia da proteção integral de crianças migrantes e as principais demandas desse público no estado.

Por fim, em vias conclusivas, apresentamos algumas considerações sobre o debate disposto, evidenciando em linhas gerais os principais pontos acerca do aumento de crianças nos processos migratórios internacionais à Roraima, e apontando algumas preposições sobre o debate e o trato com a infância migrante no estado.

2 INFÂNCIA MIGRANTE EM RORAIMA

A migração infantil compõe um dos fenômenos sociais que atravessam os estudos migratórios enquanto uma categoria complexa, que, apesar de histórica, pois esses sujeitos sempre foram componentes dos deslocamentos migratórios, embora invisibilizados (DEMARTINI, 2021, p. 327), se manifesta na realidade contemporânea como um dos debates mais emergentes, tendo em vista o aumento de crianças nos processos de mobilidade e o novo perfil de sujeitos migrantes ao redor do globo.

Os debates no campo da produção de conhecimento acerca de crianças nos processos migratórios concentram-se em sua maioria no campo da educação, fato que se justifica pela inserção desse grupo na demanda escolar do país, que reconhece o acesso à política de educação como um direito de toda criança e adolescente em solo brasileiro, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (2021). Contudo, pesquisas que apontem a realidade da infância migrante e o trato com esse grupo, infelizmente, ainda são bastante escassas em comparativo à estudos sobre outros aspectos das migrações e dos sujeitos migrantes.

Iskra Pavez-Soto (2017), ao abordar as migrações em uma perspectiva regional centro e sul-americana, aponta que crianças migrantes não podem ser lidas como um grupo hegemônico, haja vista que

En esta categoría podríamos incluir a niñas y niños que participan en migraciones familiares, nacen en los países de destino, viven una filiación transnacional, proyectos migratorios autónomos (no acompañados) o retornan a sus países de origen, entre otras (PAVEZ-SOTO, 2017, p. 101 e 102).

É importante trazer esse aspecto à tona, visto que são muitas as migrações, suas causas e razões, e crianças enquanto sujeitos desse processo, também apresentam motivações que as levam ao deslocamento. Conforme Pavez-Soto (2017), crianças também apresentam estratégias de agência, pois manifestam suas capacidades através do entendimento de seus direitos, ao manifestar escolha, desenvolver habilidades e produzir conhecimento sobre suas próprias experiências. O que a autora pontua, é que crianças são sujeitos morais que interagem e negociam com os outros, e são sujeitos sociais, pois apresentam desejos subjetivos.

Ou seja, assim como os adultos, crianças também migram em busca de melhores condições de vida. Para Grajzer, Veronese e Schindwein (2021), “devido à pobreza e desigualdades sociais, além da ausência de políticas públicas que garantam os direitos das crianças e adolescentes, [estes sujeitos] migram em busca de educação, saúde, moradia (...)” (GRAJZER, VERONESE e SCHLINDWEIN, 2021, p. 659).

Em 2018, o site do jornal Folha de São Paulo (2018) noticiou que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos divulgou relatório acerca da crise humanitária na Venezuela, onde apresentou que 70% das crianças no país vizinho encontravam-se em condição de desnutrição (CARAZZAI, 2018). Esse dado alarmante evidencia a vulnerabilidade de crianças venezuelanas em seu país de origem e potencializa o aumento desses sujeitos nas dinâmicas de mobilidade na fronteira de Pacaraima, no estado de Roraima.

Com o advento da migração venezuelana ao Brasil, intensificada a partir do ano de 2019, essa nacionalidade, de acordo com o OBMigra (2022), passa a determinar o comportamento das migrações internacionais ao país. Isso se deve ao aumento expressivo dessa nacionalidade, prevalecendo sobre outras em quantitativo, intensificada principalmente pelo “aumento do peso de Roraima na concentração de crianças, adolescentes e mulheres” (OBMIGRA, 2022, p. 13).

Roraima, como localidade fronteiriça, apresenta-se como primeiro acesso dessa população migrante venezuelana ao Brasil; em realidade, o Estado passou a ser, não somente um destino transitório, mas de permanência dessa população, em virtude da proximidade territorial com o país de origem. De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, nos últimos 12 anos Roraima teve um aumento populacional de 41,25%, saltando de 450.479 habitantes em 2010, para 636.707 em 2022 (ALVES, 2023). Esse aumento significativo, sendo o maior do país, foi fortemente impulsionado pela migração venezuelana ao Estado.

Ao observar o perfil migratório contemporâneo, é impossível não perceber o incremento das mulheres nos processos, e o quanto esse grupo tem ligação direta com o aumento de crianças nas dinâmicas de mobilidade.

As mulheres também sempre foram componentes dos processos migratórios ao longo da história, contudo, o conceito de feminização das migrações tornou-se pertinente ao observar um aumento desse grupo em visibilidade e relevância no tema em contextos específicos; os aspectos de gênero tornaram-se uma variável a ser considerada nos estudos sobre migrações internacionais, principalmente a partir dos anos de 1980, onde observou-se o número de mulheres sobrepôr o de homens nas dinâmicas de mobilidade humana (OLIVEIRA, 2016, p. 149-150).

De acordo com Márcia Maria de Oliveira (2016), as mulheres passaram a incrementar os movimentos migratórios em contextos como a fuga da fome, de eventos climáticos, de doenças e de grandes crises. Segundo a autora, diante desses contextos, é por vezes a figura feminina que lidera esse movimento junto à família, em situações de emergências e que demandam proteção. Essa figura feminina pode ser uma mãe, uma esposa, uma filha ou uma irmã, e carrega, por vezes, a responsabilidade de conduzir esse grupo durante esse processo e suas consequências (OLIVEIRA, 2016, p. 148).

Apesar da feminização das migrações se apresentar fortemente em quantitativo, o “discurso da feminização da migração pode ser explicado não apenas por um aumento real no número de mulheres nos fluxos populacionais, mas também pela aceitação do conceito de mulher migrante” (MIRANDA, 2009 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 150 e 151). O que a autora desenvolve é que essa mulher assume, a partir desse reconhecimento, um papel diferente do que antes lhe fora designado. Ela passa, pois, a assumir responsabilidades e riscos de sua condição: mulher migrante. (OLIVEIRA, 2016, p. 151).

A feminização das migrações enquanto categoria, portanto, é um importante elemento de compreensão das dinâmicas de deslocamento à nível internacional na contemporaneidade; no Brasil, o aumento de mulheres nas migrações internacionais ao país vem se consolidando enquanto um fenômeno social nos últimos dez anos.

Conforme dados do Sistema de Registro Nacional Migratório – SisMigra, em 2021 foi registrada a chegada de 151.155 imigrantes no Brasil, no qual 67.772 destes eram mulheres, o que corresponde 44,8% do total; se comparado esses dados aos registros da década anterior, precisamente no ano de 2011, em que de um total de 74.339 imigrantes, 24.262 eram mulheres, observamos que o número de registros migratórios de mulheres quase triplicou nesse tempo de análise. Com relação às crianças, o SisMigra apontou que em 2021, dos 151.155 registros de migrantes internacionais, 44.350 foram de menores de 18 anos, correspondendo à quase 30% do total (OBMIGRA, 2022, p. 10-11). Com essas informações, constata-se que com a chegada de mulheres nas fronteiras nacionais, vemos junto à elas, cada vez mais crianças e adolescentes.

Cabe apontar, que a mudança no perfil demográfico migratório ao Brasil em que se observa a crescente de mulheres, na realidade amazônica, se manifesta em escala “intrarregional, intraestadual, internacional e transfronteiriça, que envolve principalmente os deslocamentos motivados pela busca de trabalho e melhores condições de vida”. Em aspectos internacionais e transfronteiriços, as nacionalidades do Sul-global adentram a Amazônia em direção aos grandes centros, e correspondem majoritariamente a “migrantes econômicos”, que buscam atividades laborais, educacionais e de capacitação técnica, assim como também, fogem de conflitos e/ou grandes crises desencadeadas no seu país de origem (OLIVEIRA, 2016, p. 169).

Oliveira (2016) destaca portanto, “que cada vez mais é a mulher, e não o homem, quem parte em busca de trabalho, estudo, assistência à saúde dos filhos, ou ainda, para escapar dos conflitos e da violência doméstica” no contexto das migrações amazônicas (OLIVEIRA, 2016, p. 170); isso reforça o perfil contemporâneo dos sujeitos migrantes como sendo de mulheres, e em consequência destas, do incremento de crianças. Para além, esses apontamentos trazem consigo características dos processos de mobilidade Sul-Sul, que conforme o OBmiga (2022), é um movimento que se intensificou e foi potencializado pelo aumento das migrações dos países do Sul-global.

É importante destacar que, além das características já apresentadas, um ponto a se observar nos processos migratórios que acontecem na fronteira Brasil-Venezuela refere-se às condições de travessia, exclusivamente terrestres, que evidenciam a condição econômica desses personagens e o caráter de emergência que os leva à realizar a mobilidade.

Um outro apontamento que também se manifesta a partir dessa observação é como as migrações Sul-Sul acabam sendo a única forma de deslocamento desses grupos. De acordo com os dados consolidados da imigração no Brasil 2022, “entre as principais nacionalidades [que migraram ao Brasil], todas foram do Sul Global, sugerindo que esse eixo migratório, que ganhou força na década passada, está se consolidando” (OBMIGRA, 2023, p. 14).

Essa modalidade de migrações intrarregionais latino-americanas, como aponta Luís Felipe Aires Magalhães (2018), pode ser entendida como fruto da “difusão das tecnologias da comunicação, barateamento dos custos de transporte, e, essencialmente, pelas condições políticas na região (...).” (MAGALHÃES, 2018, p. 368). Isso quer dizer que, nos últimos anos, a leitura das migrações antes Sul-Norte, apresenta uma nova geografia, refletindo em uma mobilidade cada vez mais Sul-Sul.

No Brasil, devido à sua posição e extensão territorial, que possibilita acesso principalmente a partir das unidades federativas do Norte do país, as mobilidades e solicitações de ingresso tem sido cada vez mais frequentes

e crescentes. Conforme o OBmigra (2023), Roraima é o estado com mais solicitações de refúgio no país, tendo um percentual de 65,0% das solicitações apresentadas entre 2013 e 2022 (OBMIGRA, 2023, p. 76).

Conforme o Relatório Situacional Brasil das Nações Unidas (2021), os sujeitos migrantes venezuelanos têm um perfil diverso e estima-se que a faixa etária destes é igualmente dividida por migrantes entre 20 e 45 anos, e pessoas menores de 18 anos (UNODC, 2021, p. 23). Ou seja, na fronteira entre Brasil e Venezuela, crianças e adolescentes correspondem à quase metade dos sujeitos em mobilidade.

Esses sujeitos chegam à Roraima por meio de três situações principais: podem estar acompanhados de sua família; com um adulto que não é seu representante legal; ou desacompanhados, isto é, completamente sozinhos. Em todas essas realidades, esses sujeitos vivem violações de direitos humanos, por meio da ausência de condições básicas. Crianças e adolescentes migrantes

dormem nas calçadas, não têm locais apropriados para tomar banho, realizar suas necessidades fisiológicas básicas, perdem os contatos e ficam sem informações daqueles com os quais se vinculavam afetivamente, além das inúmeras situações de abusos físicos e outras violências (OLIVEIRA, 2021, p. 126).

A vulnerabilidade se faz presente, ademais, no próprio ato da travessia migratória, pois trata-se de dias de caminhada por regiões montanhosas com temperaturas baixas ou elevadas, atravessando matas e estradas sob escassez de água e, para chegarem, saindo de Pacaraima, até Boa Vista, capital e principal destino no estado de Roraima, caminham ou pedem carona pela rodovia BR-174 para cumprirem 215 km de distância (OLIVEIRA, 2021, p. 125).

A condição de extrema vulnerabilidade vivenciada por esses sujeitos ao chegarem no local de destino traz à tona um cenário complexo da infância migrante em Roraima, a saber, os inúmeros casos de trabalho infantil registrados; de acordo com o Portal G1Roraima (2023), no ano de 2022, crianças e adolescentes de nacionalidade venezuelana totalizavam maioria entre os resgatados em situações de trabalho infantil; segundo a reportagem, 71% dos casos eram referentes à crianças e adolescentes migrantes.

Essa realidade se potencializa quando, junto às incertezas sobre moradia, alimentação, segurança, entre outros, somam-se as diferenças relacionadas à língua, cultura e aos costumes; ou seja, a migração apresenta diversos desafios referentes à adaptação e aceitação desses sujeitos em um contexto totalmente novo e incerto. Todas essas circunstâncias retratadas, vivenciadas

em um processo que deveria se dar em construção de laços e vínculos, afetam diretamente o pleno desenvolvimento de crianças migrantes, refletindo na saúde, educação, nas relações sociais e familiares (quando estas existem), e comprometem, substancialmente o futuro desses sujeitos.

Por essa razão, pensar normativas migratórias e iniciativas que contemplem crianças em suas particularidades, sem deixar de reconhecê-las enquanto indivíduos desse processo, é pauta emergente; é essencial pensar os atendimentos que vêm sendo realizados para esse público, principalmente observando a realidade atual do estado de Roraima, e o perfil migratório que vem se apresentando cada vez mais expressivo na fronteira Brasil-Venezuela.

A questão principal, que se propõe responder adiante, é: com o aumento de crianças nos processos migratórios internacionais à Roraima, qual o trato das instituições com esse grupo vulnerável? O objetivo é entender, portanto, como as esferas competentes tem atendido as demandas que se impõem com a infância migrante no estado, dando destaque para as migrações desacompanhadas e/ou separadas. Além disso, busca-se também abordar os impactos dessas migrações na vida das crianças.

3 CRIANÇAS MIGRANTES E O TRATO DAS INSTITUIÇÕES

Diante da pauta migratória, é vigente no Brasil a Lei 13.445/2017, a Nova Lei de Migração. Esse novo documento visa destacar o migrante como sujeito de direitos e, por meio dele, pauta-se todo o trabalho voltado para a temática, onde políticas públicas são planejadas e executadas a fim de minimizar os impactos da crise migratória e fornecer dignidade aos sujeitos migrantes no Brasil. Segundo o documento, em seu Art. 3 inciso I, a política migratória brasileira rege-se pela universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos (BRASIL, 2017).

Em Roraima, em decorrência da realidade vivida na fronteira Brasil-Venezuela, que, como já mencionado, representa um significativo número de sujeitos em mobilidade e evidencia uma demanda excedente, destaca-se, para além do Serviço Público, a atuação de organizações do terceiro setor, que trabalham na perspectiva de ação humanitária a fim de acolher e viabilizar políticas e serviços básicos e de direito para os muitos migrantes no estado. De acordo com José Egas (2018), “a Sociedade Civil organizada e o setor privado são atores ativos neste processo, interagindo com autoridades governamentais em diferentes níveis e com organismos multilaterais (...)” (EGAS, 2018, p. 32).

Conforme dados divulgados pela Organização Internacional para as Migrações – OIM (2023), estima-se que, somente no mês de novembro de 2023, cerca de 2.912 migrantes viviam fora dos abrigos na capital de Roraima, Boa Vista. Esses sujeitos encontram-se residindo em: ocupações espontâneas³

(públicas e privadas), em postos de recepção⁴– PRA e em situação de rua. Dessa população, 1.051 tem abaixo de 18 anos, 518 vivem em ocupações espontâneas, 388 em PRA, e 145 em situação de rua (OIM, 2023, p. 1).

Esses números, apesar de serem um recorte de uma realidade ampla e complexa, refletem o aumento de crianças venezuelanas nos processos migratórios à Roraima, principalmente se comparado ao ano anterior, no qual, de acordo com o informe referente a março de 2022, também da OIM (2022), menores de 18 anos somavam 590 de um total de 1.715 migrantes fora dos abrigos em Boa Vista.

A condição na qual esse grupo se encontra escancara um cenário de vulnerabilidade que esses sujeitos enfrentam ao chegar na capital; para além, escancara a emergência de se pautar mais expressamente a infância migrante em Roraima, os impactos desse processo na vida desses indivíduos e, principalmente, as medidas e propostas que as instituições vêm adotando no trato com esse grupo vulnerável no Estado. Isso, por que de acordo com a Escola Nacional de Administração Pública (2021),

quando se trabalha com migrantes adultos é muito comum segmentar as suas solicitações de acordo com áreas temáticas, possibilitando definir os setores responsáveis por cada intervenção: trabalho, saúde, moradia, educação, entre outros. (...) Entretanto, a infância, como etapa de desenvolvimento e formação, exige um olhar sensível às sutilezas que apresentam. Os impactos da migração na vida de uma criança podem não ser tão evidentes (ENAP, 2021, p. 21).

Isto é, crianças enquanto sujeitos em processo de desenvolvimento demandam uma análise e atenção mais aprofundada; nesse ponto de vista, destacando crianças migrantes, é preciso entender as particularidades desses sujeitos, que passam pelo amplo contexto cultural, racial, social, econômico, entre outros.

No Brasil, não existe distinção na proteção de crianças e adolescentes nacionais e não nacionais, a Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) estabelece que todos devem ser protegidos sem preconceito ou discriminação de etnia, cor, sexo, idade, nascimento, deficiência, crença, condição econômica, local de moradia ou situação familiar (BRASIL, 2021, p. 14). Portanto, esse documento garante que é direito desses sujeitos e dever de todos zelar pela proteção e promoção dos mesmos. Desse modo, o ECA rege a atuação da rede de proteção e promoção às crianças e adolescentes no Brasil. Mas, e as crianças migrantes? Estas são mesmo contempladas por essa rede de proteção?

Segundo Fernanda Cruz Rifiotis (2018), ao falar sobre proteção à infância e o gerenciamento das migrações, a condição de criança migrante geralmente encontra-se em uma dualidade complexa (criança x migrante), que, conforme o contexto “define-se qual dessas figuras assume o primeiro plano, configurando certas “assinaturas identitárias” e modos de tratamento específicos” (RIFIOTIS, 2018, p. 260). O que a autora aponta é que, por vezes, a posição de sujeito migrante prevalece diante da condição de sujeito vulnerável em processo de desenvolvimento, como é mundialmente reconhecida, a criança.

Esse entendimento pode culminar na prevalência de tratamentos voltados às políticas de migração, e invisibilidade das políticas de proteção à infância. Cabe destacar que, apesar de crianças migrantes serem obviamente contempladas nos instrumentos normativos migratórios, é preciso estabelecer e prevalecer o entendimento de que, antes de qualquer condição, são crianças e precisam de proteção integral, conforme estabelecido pelo ECA.

O perigo desse raciocínio dual, por vezes reproduzido por órgãos e agentes de proteção, resulta na desumanização do sujeito migrante, e em consequência na desproteção de crianças; desproteção essa que se apresenta em um cenário de rejeição, indiferença, hostilidade, entre outros sentimentos e ações que atravessam a realidade desses grupos.

Patrícia Nabuco Martuscelli (2017) aponta que, normalmente, não se considera a criança como uma solicitante de refúgio, contudo, quando a demanda de crianças migrantes se apresenta, os Estados tendem a adotar

um discurso ambivalente que descreve a criança tanto como um ser vulnerável que precisa de proteção do Estado quanto como o “Outro” ameaçador e incontrolável que oferece perigo para o Estado-nação. Ocorre assim uma clara preferência em proteger as “nossas” crianças em detrimento às “outras” crianças definidas muitas vezes como “imigrantes ilegais” (MARTUSCELLI, 2017, p. 82).

A questão fica ainda mais profunda quando nos referimos às crianças desacompanhadas e/ou separadas. Como medida do Estado brasileiro diante dessa realidade emergente, onde cada vez mais crianças chegavam ao país com demandas específicas de tratamento e acolhimento, a Resolução Conjunta nº1/2017 do CONANDA, CONARE, CNIg e DPU tornou-se um importante instrumento normativo para a tratativa de crianças migrantes separadas e/ou desacompanhadas no Brasil. Isso porque a necessidade de orientações acerca desse cenário se tornou urgente, sobretudo nos últimos anos, tanto a partir da crise humanitária venezuelana, quanto pela realidade nacional de um país latino-americano de proporções continentais e de fronteiras abertas.

A migração de crianças desacompanhadas e separadas é uma realidade em Roraima, visto que, conforme o Relatório de Migrações de Crianças e Adolescentes da DPU (2020), entre maio de 2019 e março de 2020, o projeto “Missão Pacaraima” atendeu 5.880 crianças, das quais 3.141 estavam separadas, representando 53,4% do total, e 819 crianças desacompanhadas, representando 13,9%. Um outro dado é que, para além desses grupos, 1.919 crianças encontravam-se indocumentadas, representando 32,6% do total (DPU, 2020, p. 10).

Um dado de análise que reforça o perfil das migrações, já abordado no tópico anterior, é referente às crianças indocumentadas, que “são aquelas/es que não possuem nenhuma documentação válida comprobatória de sua identidade ou filiação, independentemente de estar acompanhada/o, separada/o ou desacompanhada/o” (UNICEF, 2023, p. 13). De acordo com o mesmo relatório da DPU (2020), neste grupo de 1.919 crianças, 83,6% estavam acompanhadas da mãe e 15,3% do pai, o que fomenta mais uma vez a feminização das migrações, e o incremento de crianças e adolescentes no processo.

Essas informações provenientes de fontes oficiais, trazem consigo o alerta para várias questões que cercam a vida de crianças migrantes que atravessam a fronteira nessas condições; é importante atentar-se a necessidade de que, para além da situação de regularização civil e migratória, ao observar esse grupo e como chegam à Roraima, exista um olhar sensível a possíveis outras situações por vezes não aparentes, e relacionadas à múltiplas expressões da questão social que permeiam essa realidade.

Isabel Cantinho (2018) pontua que

O direito à participação e chance de ser ouvida em questões que dizem respeito direta ou indiretamente à criança proporciona uma oportunidade de exercício da agência política e certo empoderamento sobre seus próprios direitos, na medida em que possibilita algum tipo de influência nas decisões políticas sobre o seu ‘melhor interesse’ (CANTINHO, 2018, p. 163).

Esse entendimento, se reproduzido pelas instituições que atendem esse grupo, possibilita que, para além do direito de ser ouvida, a criança tenha voz em relação ao que cerca sua experiência e os caminhos a serem decididos. O melhor interesse da criança, nos processos administrativos, judiciais e sociais deve ser uma ferramenta primordial que assegure boas escolhas e bons resultados.

Isso quer dizer que a criança tenha plena capacidade de entender e de saber explicar todos os fatos que cercam suas circunstâncias? Não necessariamente, e, de fato, não é esse o ponto; não há exigências em um “profundo conhecimento sobre o assunto que lhe concerne, mas apenas uma compreensão suficiente para que ela possa se expressar sobre determinadas questões” (CANTINHO, 2018, p. 163).

As demandas de crianças migrantes em Roraima são as mais diversas e perpassam todas as esferas de necessidades para o pleno desenvolvimento e formação desses indivíduos, contudo, questão voltadas à saúde e educação tendem a ser mais emergências e mais visíveis no cenário atual.

Com relação à saúde dos sujeitos migrantes em Roraima, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2021) observou que um dos pontos mais sensíveis se dá pelo fato de que muitos destes sujeitos chegam aos locais de atendimento sem jamais terem tido um tratamento adequado. Essa informação é relevante, pois, pelas diferenças nas políticas de saúde de cada país, muitas doenças, até mesmo erradicadas, apresentam risco de retorno.

Conforme o OBmigra (2021),

ao discutir a relação entre migração e saúde no Brasil é importante também mencionar que a migração é um determinante social intrinsecamente relacionado às doenças tropicais (...) que possuem padrões de incidência variando de acordo com as características da população (OBMIGRA, 2021, p. 299).

Esse foi o caso da reintrodução do sarampo em território brasileiro, confirmado em uma criança venezuelana, proveniente de garimpo no estado de Bolívar. O caso aconteceu em 2018 e essa criança foi atendida pelo Hospital da Criança Santo Antônio (HCSA) em Boa Vista-RR; esse foi um caso isolado, mas reflete a vulnerabilidade desse grupo no tocante à saúde, e apresenta demandas que não estão sendo previstas na pasta, em Roraima (IPEA, 2021, p. 28).

Oliveira (2021) pontua que a política de saúde de Roraima é uma das mais impactadas pela crise migratória venezuelana, com destaque à saúde de crianças na primeira infância. A autora conta que

na rede municipal de saúde, o único hospital exclusivo para atendimento de crianças a partir dos 28 dias de vida até os 16 anos de idade registrou, entre 2015 e 2017, um aumento significativo nos atendimentos e óbitos de crianças migrantes, que já chegam, muitas delas, com a saúde extremamente debilitada (OLIVEIRA, 2021, p. 132).

Oliveira (2021) destaca que essas situações trouxeram alerta para o a mortalidade infantil no Estado, no qual, em um comparativo entre os anos de 2015 à 2019, houve aumento de 3% para 11% no município de Boa Vista-RR. (OLIVEIRA, 2021, p. 132).

Outra face do contexto de saúde de crianças migrantes refere-se aos impactos psicológicos das vivências e traumas que esse grupo carrega, seja pela travessia, pela fome ou pela incerteza do que as espera em seu local de destino; Cecília Braga Bezerra, Lucienne Martins Borges e Maiara Pereira Cunha (2019) evidenciam que

os impactos psicológicos das experiências traumáticas associadas à imigração involuntária na infância eclodem em pesadelos, isolamento social, baixo rendimento escolar e sentimento de tristeza, assim como, alterações emocionais e comportamentais interferem no desenvolvimento infantil e denotam o sofrimento psicológico. (BEZERRA, BORGES E CUNHA 2019, p. 3).

No tocante à educação, a realidade não se torna menos difícil para esse grupo. De acordo com o OBmigra (2021), na região norte, a partir de 2017, houve um crescimento no número de estudantes na educação básica, isso representa um aumento de 1.452 estudantes para 24.446 em 2020. Nessa região, além da concentração em capitais estaduais, verifica-se a presença marcante de estudantes migrantes em diversas cidades do estado de Roraima (OBMIGRA, 2021, p. 275).

Isso mostra a inserção de migrantes no sistema escolar no Norte e, em específico, em Roraima, mas será se esse acesso tem sido de fato para todos? Segundo a Análise de Necessidades de Refugiados e Migrantes – RMNA (2022), a ausência de vagas suficientes ainda é a maior barreira para o acesso da educação de crianças e adolescentes migrantes nos países que escolhem viver. Estima-se que 17% das crianças venezuelanas presentes em território brasileiro não frequentam a escola; essa porcentagem aumenta para 63%, quando se fala de crianças migrantes em abrigos na cidade de Boa Vista-RR (RMNA, 2022, p. 29).

Outros desafios, por vezes vividos por migrantes que conseguem a inserção na educação formal, referem-se à falta de recursos financeiros e materiais, que são necessários para a manutenção da dinâmica escolar, como uniforme, transporte, material escolar, entre outras despesas que refletem a permanência, a frequência e o aprendizado desse grupo (RMNA, 2022, p. 29). Discriminação, preconceito, bullying, xenofobia, entre outros, são também algumas das dificuldades que atravessam a realidade de crianças migrantes na rede escolar no Brasil e, mormente, em Roraima.

A violência também é uma outra triste realidade de crianças migrantes no Brasil. De acordo com o RNMA (2022), uma pesquisa realizada em Boa Vista-RR, Pacaraima-RR e Manaus-AM, apontam aumento na violência contra esse grupo; segundo o relatório, “os tipos de violência mais frequentes mencionados foram violência psicológica (de 15% em 2021 para 33% em 2022), violência física (de 11% em 2021 para 19% em 2022) e violência sexual (de 5% em 2021 para 6% em 2022)” (RNMA, 2022, p. 79).

Tudo isso, somada à outras vulnerabilidades, como a alimentar, de moradia, de incertezas do futuro, e até mesmo da ausência de compreensão total da dimensão dessa realidade, compõe a experiência de crianças migrantes em Roraima.

É importante questionar como os órgãos e instituições que atuam com esse grupo têm agido mediante esse cenário, que se mostra cada vez mais presente. A migração venezuelana e seus impactos nos sujeitos migrantes, mas também na sociedade de destino, de modo geral, não apresentam redução, portanto, é preciso refletir sobre esse quadro e perceber esses indivíduos sobre uma ótica de acolhimento.

A forma como esse grupo chega e como são percebidos tanto pelas autoridades fronteiriças, quanto pelas instituições e agências de proteção, impacta em toda a sua trajetória. Constatou-se que os instrumentos normativos nacionais que tratam a infância, apesar de não excluir esse grupo, ao não especificá-lo e detalhá-lo, acabam perpetuando uma ambiguidade em seu reconhecimento, dentro da lógica “criança x migrante” ou como “criança x perigo”.

A integração desse grupo na comunidade é um importante passo para a efetivação de seus direitos, é preciso entendê-los em seu contexto social, levando em consideração a bagagem emocional, de histórias e memórias que estes carregam. Mais do que nunca, diante das dinâmicas de mobilidade ao redor do globo, e que bem se expressam na fronteira Brasil-Venezuela, é fundamental o entendimento de que as migrações carregam o rosto de mulheres e crianças, então, o que se teme?

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração internacional de cidadãos venezuelanos à Roraima se mostra uma particularidade intrínseca e permanente na região, sendo portanto uma realidade referencial ao contexto social, político, econômico, demográfico e cultural do estado de Roraima. Os apontamentos analisados expressam também que a migração infantil, como fenômeno contemporâneo, se apresenta na fronteira Brasil-Venezuela, em uma perspectiva crescente.

Observou-se que impulsionados pela feminização das migrações, crianças se tornaram personagens mais presentes nos processos de mobilidade; a presença de mulheres e crianças moldam o perfil dos indivíduos que atravessam as fronteiras internacionais pelo mundo e caracterizam a realidade de migrantes venezuelanos em Roraima. Também ficou evidente, que no contexto da América Latina, existe uma nova dinâmica de movimentação, sendo as migrações Sul-Sul uma de suas particularidades, que expressa as condições que esses grupos se encontram e constroem para tentar mudar de vida.

Crianças venezuelanas migram para Roraima em busca de dignidade e acesso a direitos humanos e fundamentais, sendo educação e saúde um dos serviços mais requisitados, principalmente nas cidades de Pacaraima e Boa Vista. Ao chegarem ao estado, entretanto, esse grupo enfrenta ainda, muitas vulnerabilidades, principalmente se migram sozinhas.

A complexidade da condição de crianças migrantes desacompanhadas e/ou separadas pressionou órgãos de proteção à construírem normativa que acolha essa demanda, e com isso, a Resolução Conjunta Nº 1/2017 do CONANDA, CONARE, CNIG e DPU, contribui no trato dessa realidade; ainda assim, crianças que se apresentem sem um responsável legal ou sem documentação que comprove filiação junto aqueles com quem migram, tem sido um grande desafio para as autoridades fronteiriças.

Fica evidente, que é preciso ser construído instrumentos normativos e políticas públicas mais específicas e que de fato atendam as demandas desse grupo. Não quer dizer que os documentos e serviços existentes não contemplem as crianças migrantes, visto que a Constituição Federal (1988) e o ECA (1990) estabelecem o direitos destes, independentemente de sua nacionalidade. Contudo, ainda se apresenta uma certa invalidação da infância dessas crianças em detrimento de sua condição de sujeito migrante, invalidação essa, reafirmada pelo Estado com discursos de interesse e segurança nacional.

É preciso entender as diferenças não como um desafio, mas como possibilidade de interação e aprimoramento, as diferenças culturais e linguísticas devem se apresentar como potencialidades para o crescimento e integração desse grupo junto à comunidade. Para isso, como preposições, destaco que o atendimento à crianças migrantes precisa ser ponto de especialização por parte dos agentes das redes que atendem esse grupo. É preciso expandir e aperfeiçoar os serviços, abordando as pautas pertinentes à essa realidade, buscando acolhe-los. É preciso investimento e ampliação de vagas, principalmente nas pautas pertinentes à educação e saúde, onde como visto, predomina os principais impactos.

Por fim, destacamos a responsabilidade com o cuidado e zelo pela infância, tanto estabelecida nos instrumentos normativos, mas também, e principalmente como compromisso humano de reconhecimento, empatia, proteção e acolhimento, sendo pauta sensível a qualquer indivíduo.

NOTAS

¹ O fim do governo Hugo Chávez, falecido em 2013, marcou o início da crise econômica na Venezuela, que tem na produção e na exportação do petróleo o motor da economia, até então uma das maiores da América do Sul. Sob a governança de Nicolás Maduro, o país viu seu Produto Interno Bruto (PIB) despencar, ao passo que se elevavam a inflação e o desemprego, cujos resultados imediatos não poderiam ser outros: aumento da pobreza; da vulnerabilidade; da fome; da violência e do desabastecimento de bens essenciais. De uma crise econômica, o país evoluiu para uma crise política e humanitária, tendo grande parte de sua população, notadamente os mais pobres, iniciado um movimento migratório, principalmente para os países vizinhos sul-americanos (OLIVEIRA, 2021, p. 125).

² Conforme a Resolução conjunta nº 1/2017 do CONANDA, CONARE, CNIg e da DPU, Criança ou adolescente desacompanhado é aquele que não possui nenhuma pessoa adulta acompanhando-lhe no seu ingresso em território nacional e criança ou adolescente separado é aquele que está acompanhado por uma pessoa adulta que não é o responsável legal que detenha poder familiar, no seu ingresso em território brasileiro (BRASIL, 2017, p. 1).

³ São espaços edificados ou não, devolutos, frequentemente inacabados, de propriedade pública ou de propriedade privada, ocupados espontaneamente por venezuelanos (OIM, 2023, p. 1).

⁴ Área de acolhimento estabelecida pela Operação Acolhida, oferece a possibilidade de pernoite e serviços que fomentem a dignidade de venezuelanos (OIM, 2023, p. 1).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, D. P. “O que os primeiros dados do Censo 2022 nos dizem sobre os impactos da imigração venezuelana em Roraima?”. **CNN Brasil**, 02 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BEZERRA, C. B.; BORGES, L. M.; CUNHA, M. P. “Filhos das fronteiras: revisão de literatura sobre imigração involuntária, infância e saúde mental”. **Rev. CES Psicología**, vol. 12, n. 2, Maio, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2011-30802019000200026>. Acesso em: 22 dez. 2023.

- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Planalto, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br>>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- BRASIL. **Lei de Migração**. Brasília: Planalto, 2017. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- BRASIL. **Resolução Conjunta nº 1 de 9 de agosto de 2017**. Brasília: CONANDA, CONARE, CNIg e DPU, 2017. Disponível em: <<https://www.in.gov.br>>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- BRASIL. **Audiência pública da comissão de relações exteriores e de defesa nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br>>. Acesso em: 18 nov. 2023.
- CANTINHO, I. “Crianças-Migrantes no Brasil: vozes silenciadas e sujeitos desprotegidos”. **O Social em Questão**, vol. 21, n. 41, Fevereiro, 2018. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5522/552264297007/html/>>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- CARAZZAI, E. H. “Desnutrição atinge até 70% das crianças na Venezuela, diz relatório”. **Folha de São Paulo**, 12 fev. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: 03 jan. 2024.
- CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual OBMigra 2022**. Série Migrações. Brasília: OBMigra, 2022. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br>>. Acesso em: 23 dez. 2023.
- CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil**. Brasília: OBMigra, 2021 Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br>>. Acesso em: 23 dez. 2023.
- CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, S. L. **Relatório Anual OBMigra 2023 - OBMigra 10 anos: Pesquisa, Dados e Contribuições para Políticas**. Brasília: OBMigra, 2023. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br>>. Acesso em: 23 dez. 2023.
- DEMARTINI, Z. B. F. “Crianças Imigrantes: “Necessárias”, “Invisíveis”, Mas “Perigosas”. **Zero-A-Seis**, vol. 23, n. 43, Junho, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/73964>>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- DPU – Defensoria Pública da União. **Migração de crianças e adolescentes: um estudo sobre o fluxo Venezuela-Brasil, a partir da atuação da Defensoria Pública da União (2020)**. Brasília: DPU, 2020. Disponível em: <<https://direitoshumanos.dpu.def.br>>. Acesso em: 19 dez. 2023.

- DPU – Defensoria Pública da União. **Missão Pacaraima 2º Informativo de atuação**. Brasília: DPU, 2019. Disponível em: <<https://direitoshumanos.dpu.def.br>>. Acesso em: 19 dez. 2023.
- EGAS, J. “A solidariedade com os refugiados começa com todos nós”. In: BAENINGER, R.; JAROSHINSKI SILVA, J. C. (coord). ZUBEN, C. V. *et. al.* (orgs). **Migrações Venezuelanas**. Campinas - SP: NEPO-Unicamp, 2018.
- ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. **Crianças e Adolescentes Migrantes**. Brasília: ENAP, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br>>. Acesso em: 19 nov. 2023.
- RIFIOTIS, F. C. “Tecnologias de governo e migração internacional: pistas para pensar as experiências das crianças em situação de refúgio no Brasil”. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, vol. 5, n. 3, Dezembro, 2018. Disponível em: <<https://reedrevista.org/reed/article/view/383>>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- G1. “Crianças e adolescentes venezuelanos são maioria entre resgatados do trabalho infantil em 2022 em Roraima”. **G1 Roraima**, 17 fev. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima>>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- GRAJZER, D. E.; VERONESE, J. R. P.; SCHLINDWEIN, L. M. “A proteção de crianças migrantes e refugiadas: desafios contemporâneos”. **Zero-A-Seis**, vol. 23, n. 43, Junho, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/73438>>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Imigração Venezuela-Roraima: Evolução, Impactos e Perspectivas**. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br>>. Acesso em: 13 jan. 2024.
- LAURIOLA, J. L. H.; HARTMANN, L.; FLEISCHER, S. “O menino que não pôde voltar para casa: crianças migrantes venezuelanas em Roraima”. **INSURGÊNCIA: REVISTA DE DIREITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS**. vol. 9, n. 2, Dezembro, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/47431/38246>>. Acesso em: 9 dez. 2023.
- MAGALHÃES, L. F. A. “Migração de Dependência: Considerações teóricas e metodológicas sobre a imigração haitiana no Brasil”. In: Baeninger, R. *et al.* (orgs). **Migrações Sul - Sul**. Campinas - SP: NEPO-Unicamp, 2018. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/migracoes_sul_sul/migracoes_sul_sul.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- MARTUSCELLI, P. N. Crianças desacompanhadas na América Latina: reflexões iniciais sobre a situação na América Central. **Revista Interdisciplinar De Direitos Humanos**, vol. 5, n. 1, Junho, 2017. Disponível em: <<https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/467>>. Acesso em: 12 dez. 2023.

OLIVEIRA, J. V. Atravessar fronteiras e transpor barreiras: desafios e deslocamentos de crianças e adolescentes venezuelanos em Roraima Brasil. **DESIDADES**, vol. 1, n. 30, Agosto, 2021. Disponível em: <https://desidades.ufrj.br/featured_topic/atravessar-fronteiras-e-transpor-barreiras-desafios-e-deslocamentos-de-criancas-e-adolescentes-venezuelanos-em-roraima-brasil/3/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

OLIVEIRA, M. M. **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea**. São Carlos – SP: Scienza, 2016.

OIM. **População venezuelana refugiada e migrante fora de abrigos em Boa Vista**. Brasil: OIM, 2023. Disponível em: <<https://brazil.iom.int/pt-br/veja-todos-os-informes>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

OIM. **População venezuelana refugiada e migrante fora de abrigos em Boa Vista**. Brasil: OIM, 2022. Disponível em: <<https://brazil.iom.int/pt-br/veja-todos-os-informes>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

PAVEZ-SOTO, I. La niñez en las migraciones globales: perspectivas teóricas para analizar su participación. **Tla-Melaua, revista de Ciencias Sociales**, Año 10, núm. 41, Marzo, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.org.mx/pdf/tla/v10n41/1870-6916-tla-10-41-00096.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2023.

RMNA. **Análise de necessidades de refugiados e migrantes** (Regional e Capítulo Brasil). Brasília: RMNA, 2022. Disponível em: <<https://www.r4v.info/pt>> Acesso em: 14 dez. 2023.

UNICEF. **Guia para a proteção de crianças e adolescentes desacompanhadas/os, separadas/os e indocumentadas/os no Brasil**. Brasília: UNICEF, 2023. Disponível em: <<https://www.r4v.info>> Acesso em: 20 fev. 2024.

UNODC. **Relatório situacional Brasil**. Brasília: UNODC, 2020. Disponível em: <<https://www.unodc.org>> Acesso em: 20 dez. 2023.

RESUMO

O presente artigo tem por proposta temática analisar o crescimento da presença de crianças nos processos migratórios internacionais à Roraima nos últimos anos, destacando a migração venezuelana em virtude da posição territorial do Estado, fronteira direta com o país indicado. A pesquisa buscou debater os aspectos e características da infância migrante no Estado; evidenciar o aumento do número de crianças nos processos migratórios internacionais em Roraima; elucidar as possíveis causas desse crescimento e os impactos das migrações na vida de crianças, e apontar o trato das instituições competentes com esse grupo vulnerável. O estudo adotou a metodologia descritiva, de caráter qualitativo, e levantou dados através de revisão bibliográfica de artigos científicos, relatórios de organizações e instituições que trabalham

a pauta migratória, dados públicos de fontes governamentais e não-governamentais, além de matérias de veículos midiáticos acerca do tema, para aprofundar essa pauta nos estudos migratórios em diálogo interdisciplinar. Os resultados preliminares apontam o aumento deste público, potencializado pelo crescimento da feminização das migrações, fenômeno que evidencia o maior número de mulheres nas movimentações nas fronteiras ao redor do mundo.

Palavras-chave: Infância migrante; Roraima; Migração venezuelana.

RESUMEN

La propuesta temática de este artículo es analizar el crecimiento de la presencia de niños en los procesos migratorios internacionales hacia Roraima en los últimos años, destacando la migración venezolana debido a la posición territorial del Estado, frontera directa con el país indicado. La investigación buscó debatir los aspectos y características de la niñez migrante en el Estado; resaltar el aumento del número de niños en procesos de migración internacional en Roraima; dilucidar las posibles causas de este crecimiento y los impactos de la migración en la vida de los niños, y señalar cómo las instituciones competentes tratan con este grupo vulnerable. El estudio adoptó una metodología descriptiva, de carácter cualitativo, y recopiló datos a través de una revisión bibliográfica de artículos científicos, informes de organizaciones e instituciones que trabajan el tema migratorio, datos públicos de fuentes gubernamentales y no gubernamentales, además de artículos de medios de comunicación, sobre el tema, para profundizar esta agenda en los estudios de migración en el diálogo interdisciplinario. Los resultados preliminares apuntan a un aumento de esta población, impulsado por el crecimiento de la feminización de la migración, un fenómeno que pone de relieve el mayor número de mujeres que cruzan fronteras en todo el mundo.

Palabras-clave: Infancia migrante; Roraima; migración venezolana.

ABSTRACT

This article's thematic proposal is to analyze the growth in the presence of children in international migration processes to Roraima in recent years, highlighting Venezuelan migration due to the State's territorial position, direct border with the indicated country. The research sought to debate the aspects and characteristics of migrant childhood in the State; highlight the increase in the number of children in international migration processes in Roraima; elucidate the possible causes of this growth and the impacts of migration on children's lives, and point out how competent institutions deal with this vulnerable group. The study adopted a descriptive methodology, of a qualitative nature, and collected data through a bibliographical review of scientific articles, reports from organizations and institutions that work on the migration issue, public data from governmental and non-governmental sources, in addition to media articles about of the topic, to deepen this agenda in migration studies in interdisciplinary dialogue. Preliminary results point to an increase in this population, boosted by the growth in the feminization of migration, a phenomenon that highlights the greater number of women moving across borders around the world.

Keywords: Migrant childhood; Roraima; Venezuelan migration.

O deslocamento forçado e a pessoa com deficiência: acessibilidade e inclusão na perspectiva dos responsáveis diretos por venezuelanos autistas em refúgio

Amanda Ganzarolli

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma parte dos resultados das entrevistas em profundidade apresentados na dissertação de mestrado “Venezuelanos com autismo em situação de refúgio: a abordagem interseccional do tema no jornalismo humanitário e media interventions”, escrita por esta pesquisadora. Assim, foi proposto neste estudo investigar a realidade vivida por famílias em situação de refúgio vindas da Venezuela com filhos autistas e suas percepções a respeito da cobertura jornalística sobre a temática da pessoa com deficiência, especificamente as que estão dentro do Transtorno do Espectro Autista (TEA)¹. A pesquisa partiu da inquietação desta pesquisadora devido aos altos números de deslocamento forçado em todo mundo, sobretudo, na América do Sul, já que no início do estudo em 2021 o relatório anual do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), apresentou 89,3 milhões de pessoas forçadas a se deslocar em todo o globo e, desse total, calcula-se que 12 milhões ou mais são pessoas com deficiência. Desses 89,3 milhões, 4,4 milhões são venezuelanos fora de seu país que não entraram na estatística do refúgio. No Brasil, a Operação Acolhida², criada em 2018, já assistiu 100 mil venezuelanos (ACNUR). Diante deste cenário, esta pesquisa teve como propósito compreender a necessidade da prática do Jornalismo Humanitário e media interventions. O método utilizado neste estudo definiu a amostra como composta por pelo menos cinco e no máximo quinze adultos venezuelanos em situação de refúgio no Brasil, que são refugiados ou solicitantes de refúgio, e que são responsáveis diretos por crianças ou adolescentes autistas com idades entre 18 meses e 17 anos, nascidos no Brasil ou na Venezuela. Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Metodista de São Paulo, os participantes foram convidados

a participar do estudo por meio de convites publicados nas mídias sociais da pesquisadora, incluindo Facebook, Instagram, LinkedIn e Twitter, bem como nas mídias sociais de grupos de venezuelanos em situação de refúgio, como a página “Venezuelanos residentes no Brasil” no Facebook. Reconhece-se que, para este estudo, foi identificada a necessidade de realizar entrevistas em profundidade para compreender a situação daqueles que têm experiência prática com o deslocamento forçado e a vivência do autismo. Além disso, discutiu-se o conceito de voz e escuta, bem como a política de pertencimento. Portanto, seria contraditório não utilizar entrevistas em profundidade neste contexto.

2 A ESTRUTURA DA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE COM VENEZUELANOS EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO

Esta pesquisa teve como base um roteiro de entrevista em profundidade dividido em três categorias: (1) perfil do participante, (2) principais desafios enfrentados, como a busca por direitos básicos, como acesso à educação e à saúde, e (3) o papel social do jornalismo e sua importância na cobertura desse tema, com destaque para os desafios mencionados pelos entrevistados. Desde o início, esse método foi proposto para criar um ambiente em que o entrevistado pudesse contar sua história de forma que sua vida e trajetória fossem valorizadas e respeitadas. Dessa forma, as falas dos entrevistados são utilizadas na íntegra para contribuir com a compreensão do leitor sobre a situação das pessoas que cuidam de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou adultos autistas em situação de refúgio, vindos da Venezuela para o Brasil.

Realizar entrevistas, sobretudo se forem semi-estruturadas, abertas, de histórias de vida etc. não é tarefa banal; propiciar situações de contato, ao mesmo tempo formais e informais, de forma a “provocar” um discurso mais ou menos livre, mas que atenda aos objetivos da pesquisa e que seja significativo no contexto investigado e academicamente relevante é uma tarefa bem mais complexa do que parece à primeira vista (DUARTE, 2004, P. 216).

Nesta etapa do trabalho, destaca-se a importância de abordar a temática da imigração na área da comunicação social, conforme relatado pela jornalista, professora e doutora Camila Escudero. Em sua tese de doutorado intitulada “Comunidades em festa: a construção e expressão das

identidades sociais e culturais do imigrante nas celebrações das origens” (2015), Escudero aborda as mediações culturais com imigrantes de origem latino-americana estabelecidos em Chicago (Estados Unidos) e São Paulo (Brasil). Destaca-se um trecho da pesquisa de Escudero, que se baseia nos estudos realizados por Orlando Mauricio de Carvalho e Ilka Sharllen Lima Barros (2010) sobre os cursos de pós-graduação *stricto sensu* realizados por pesquisadores brasileiros.

Em um estudo sobre a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, Berti e Silva (2010) apontam que existiam, em 2010, 38 PPGs reconhecidos oficialmente pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) – órgão do governo federal, ligado ao Ministério da Educação, responsável pelo gerenciamento dos programas de Mestrado e Doutorado no país. Segundo os autores, o número é relativamente baixo, se comparado a outras áreas do conhecimento (principalmente as ciências Exatas ou Humanas), que já existem há quase um século no Brasil e contam com centenas de PPGs; por outro lado, representa uma “mediana maturidade frente às novas áreas surgidas na década de 1990” (ESCUDEIRO, 2015, P. 42-43).

Escudero (2015) aponta que os temas centrais de pesquisa na área da comunicação sobre imigração incluem questões como identidade, pertencimento, representação midiática, políticas públicas e interações interculturais. Esses temas são fundamentais para compreendermos não apenas os processos de integração e aculturação dos imigrantes, mas também para analisarmos o papel dos meios de comunicação na construção de narrativas sobre a imigração e na formação de opinião pública sobre o tema.

Numa análise geral, verificamos que os trabalhos sobre a temática migratória no campo da Comunicação privilegiam categorias como: fronteira, identidade, memória e narrativa e comunidades (ESCUDEIRO, 2015, P. 49).

Com base nisso, esta pesquisa, que se concentra na análise da cobertura midiática de pessoas com deficiência em situação de refúgio, abre novas perspectivas a serem exploradas na área da comunicação social. Para facilitar a compreensão, apresenta-se a seguinte classificação:

Tabela 1 – Participantes venezuelanos da entrevista em profundidade

Nome usado na pesquisa	Responsável por	Gênero	Grau de parentesco	Ocupação	Escolaridade
Responsável A (42 anos)	menina autista (12 anos)	feminino	mãe	mãe em tempo integral	pós-graduada em tributação
Responsável B (47 anos)	menino autista (14 anos)	feminino	mãe	assistente administrativo	licenciatura em educação e terapeuta educativa
Autista adulto (31 anos)		masculino		chefe de cozinha	técnico nutricional, administração de empresa, contabilidade e gastrólogo

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Como suporte para este estudo utilizou-se também da pesquisa realizada por Regiane Garcêz (2008), jornalista, mestre, doutora e professora adjunta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que aborda a luta por reconhecimento da comunidade surda, tema que se aproxima do foco da presente pesquisa. A tese de doutorado de Garcêz, intitulada “O valor político dos testemunhos: Os surdos e a luta por reconhecimento na internet”, investiga a luta por reconhecimento da comunidade surda no meio digital por meio de seus discursos. Uma das abordagens de Garcêz se alinha à percepção desta pesquisadora sobre entrevistas em profundidade, ao valorizar os relatos das pessoas surdas sem, no entanto, considerar essas falas como uma representação fiel de toda a comunidade. Assim como em sua pesquisa, neste trabalho, apesar da relevância das falas dos entrevistados, suas vozes não são consideradas representativas de todos os venezuelanos com familiares autistas. Entende-se que suas experiências individuais não refletem as de todos, mas oferecem uma perspectiva mais empírica da temática (GARCÊZ, 2008). Outro ponto relevante na pesquisa de Garcêz é a questão do pertencimento das pessoas com deficiência auditiva dentro da comunidade surda.

A partir desse conceito, entendemos que não basta ser surdo para ter uma identidade surda. É preciso que os indivíduos desenvolvam um sentimento de pertença

a essa coletividade e que seus contextos e histórias forneçam elementos para a constituição de um “algo em comum”. Geralmente, o grau de perda auditiva importa pouco e, embora a surdez seja biológica, a identidade dos surdos é construída socialmente (GARCÊZ, 2008, P. 63).

Nesse contexto, é importante ressaltar que, embora o convite para participar da pesquisa tenha sido aberto a todos os venezuelanos em situação de refúgio no Brasil, foi necessário que os participantes se identificassem com duas esferas de pertencimento para serem incluídos na entrevista: como cuidadores de indivíduos com deficiência - neste caso, autismo - ou como indivíduos autistas, e como pessoas em situação de refúgio.

Seguindo a estrutura de entrevista em profundidade proposta por Antônio Barros e Jorge Duarte (2006), este trabalho adotou a seguinte sequência: (1) pesquisa qualitativa, (2) semi-estruturada, (3) roteiro, (4) em profundidade (BARROS; DUARTE, 2006, P. 65). Como mencionado anteriormente, a entrevista em profundidade desta pesquisa foi baseada em um roteiro de perguntas para proporcionar um suporte cronológico e flexibilidade para a explanação dos participantes. Isso permitiu extrair a experiência do entrevistado por meio de relatos, em vez de respostas pré-determinadas.

Uma entrevista semi-aberta geralmente tem algo entre quatro e sete questões, tratadas individualmente como perguntas abertas. O pesquisador faz a primeira pergunta e explora ao máximo cada resposta até esgotar a questão. Somente então passa para a segunda pergunta. Cada questão é aprofundada a partir da resposta do entrevistado, como um funil, no qual perguntas gerais vão dando origem a específicas. O roteiro exige poucas questões, mas suficientemente amplas para serem discutidas em profundidade sem que haja interferências entre elas ou redundâncias. A entrevista é conduzida, em grande medida, pelo entrevistado, valorizando seu conhecimento, mas ajustada ao roteiro do pesquisador (BARROS; DUARTE, 2006, P. 66).

Assim, a seguir são apresentadas as falas dos entrevistados, contendo informações que: (1) contextualizam a trajetória dos participantes para melhor compreensão do leitor; (2) expressam suas opiniões sobre o jornalismo em geral e seu papel social; e (3) relatam suas experiências em busca de acesso à

saúde e educação para pessoas com TEA na Venezuela e no Brasil. Portanto, este trabalho busca mais o conhecimento empírico dos participantes sobre o tema do que a quantidade de participantes entrevistados.

Uma boa pesquisa exige fontes que sejam capazes de ajudar a responder sobre o problema proposto. Elas deverão ter envolvimento com o assunto, disponibilidade e disposição em falar. Nos estudos qualitativos, são preferíveis poucas fontes, mas de qualidade, a muitas, sem relevo. Desse modo, e no limite, uma única entrevista pode ser mais adequada para esclarecer determinada questão do que um censo nacional. Por isso, é importante considerar que uma pessoa somente deve ser entrevistada se realmente pode contribuir para ajudar a responder à questão de pesquisa (BARROS; DUARTE, 2006, P. 68).

Esta pesquisa valoriza o respeito ao tempo concedido e a confiança dos participantes ao compartilharem um pouco de suas trajetórias, não apenas como um simples relato, mas como uma forma de contribuir para a sociedade brasileira.

Dessa maneira, entendemos que os testemunhos são relatos de experiências de vida, experimentadas pelos próprios sujeitos que contam suas histórias e que são ao mesmo tempo narradores e protagonistas delas. Podemos também considerar aqueles depoimentos em que a vida do narrador foi diretamente afetada por algo que ele presenciou, afinal, ele não apenas viu, mas experimentou aquela situação (GARCÊZ, 2008, P. 74).

A seguir, apresenta-se a abordagem qualitativa resultante da pesquisa em profundidade com venezuelanos em situação de refúgio no Brasil, que são responsáveis diretos por autistas com menos de 18 anos ou autistas adultos.

3 PERCEPÇÃO ACERCA DA OPERAÇÃO ACOLHIDA NA PERSPECTIVA DOS VENEZUELANOS CUIDADORES DE AUTISTAS

Através das falas dos entrevistados, propõe-se situar o leitor a respeito de suas trajetórias, incluindo seu deslocamento e os desafios enfrentados ao longo do caminho. A Responsável A, mãe de 42 anos com uma filha autista de 12, descreve seu deslocamento em três fases: primeiro, o deslocamento

interno até a fronteira com o Brasil; em seguida, o trajeto dentro do país; e finalmente, o acolhimento em sua residência atual, com destaque para o apoio da prefeitura de sua cidade atual, cujas ações de acolhimento propiciaram uma interiorização mais eficaz.

Chegamos aqui no Brasil em outubro de 2019. Toda a minha viagem até a fronteira do Brasil foi custeada pelo meu esposo e eu, e quando nós cruzamos a fronteira em Santa Elena de Uairén na Venezuela junto ao Brasil para ir para Pacaraima, aí ele procurou por um irmão da Igreja que nos recebeu e chegamos em Pacaraima. Ao chegar em Pacaraima começamos a fazer toda a documentação que precisávamos para poder nos estabelecer no Brasil e fomos para Boa Vista. Em Boa Vista ficamos em uma casa de acolhimento da mesma Igreja que nós somos membros e ficamos 7 dias (A Responsável A, mãe, 42 anos, filha autista com 12).

Em comparação com a trajetória da Responsável A, a Responsável B, mãe de 47 anos com um filho autista de 14 anos, teve uma experiência diferente, pois o Brasil não foi o primeiro país considerado como um possível novo lar. O caso de sua família reflete o de muitas outras que preferem países de língua espanhola, como a Colômbia, por exemplo, que em 2018 registrou “a chegada de 1,722 milhão de venezuelanos, e o Peru de 1,043 milhão” (ACNUR, 2021, p. 14).

Primeiro eu queria vir para o Brasil porque estávamos perto, na Venezuela tem uma fronteira muito perto. Então só cruzamos a fronteira porque tem um estado muito perto com o Brasil. Mas como família não foi opção pelo idioma. Meu esposo e eu decidimos o Peru, mas não foi uma boa escolha. Chegamos ao Peru, meu filho e eu. Meu esposo passou pelo Equador, onde esteve mais ou menos por 1 mês. Ele seguiu para o Peru e meses depois eu também fui para o Peru com o meu filho. A gente foi de ônibus. Passamos por Colômbia, de Colômbia ao Equador e do Equador ao Peru (Responsável B, mãe, 47 anos, filho autista com 14).

Após passar pelo Peru, a Responsável B chegou ao Brasil pela fronteira com o estado do Acre em outubro de 2021. O trajeto incluiu passagens por Rondônia, Manaus, Belém, Recife e Rio de Janeiro, até que finalmente chegaram ao destino final. Esse deslocamento foi realizado sem documentos e por meio de uma solicitação de viagem.

A gente tinha que aguardar um mês, fazer a solicitação e aguardar um mês, mas nós não podíamos aguardar um mês, a gente não tinha dinheiro para pagar um hotel e não conseguíamos trabalhar porque não tínhamos documentação. Então procuramos novamente por causa da deficiência dele, do autismo e foi assim que conseguimos. E falaram que ele podia viajar, podiam dar o documento no mesmo dia, mas para meu esposo e para mim não. Mas isso não tem sentido porque ele não podia viajar sozinho. E depois de tanto tentar a gente conseguiu finalmente e três dias depois conseguimos viajar com a ajuda da Igreja que conseguiu um voo humanitário para nós até Porto Alegre (Responsável B, mãe, 47 anos, filho autista com 14).

O itinerário ocorreu sem nenhum auxílio específico para pessoas com deficiência, e com o filho autista da Responsável B amparado apenas por sua própria família durante toda a jornada.

Foi um pouco forte para o meu filho principalmente porque ele ficou chorando, estava um pouco chateado. Ele tinha fome, nós estávamos com fome e quase que não tínhamos dinheiro para gastar no aeroporto porque era muito caro (Responsável B, mãe, 47 anos, filho autista com 14).

Filho de mãe colombiana e pai venezuelano, o Autista adulto, de 31 anos e com Síndrome de Savant, também não considerou o Brasil como sua primeira escolha. A decisão de se deslocar tornou-se um assunto de família em 2017, sendo efetivada em 2018.

Quando você fala do sistema administrativo socioeconômico, não se fala somente da parte financeira, também se fala da parte social. De coisas básicas e de outros conceitos que eu aprendi na faculdade de administração e contabilidade. Meu poder aquisitivo estava em 20 dólares mensais e com este poder aquisitivo nenhuma pessoa totalmente solteira pode viver. Tomei a decisão de ser imigrante no dia 21 de março de 2018. Foi a minha decisão de ser imigrante. Neste dia eu cruzei a fronteira da Colômbia e obviamente visitei os meus pais e porque a última visita que tive com a família já tinha mais de 5 anos. E essa experiência foi muito ruim, não é, deixar família, comunidade (Autista adulto, 31 anos, Síndrome de Savant).

4 TERAPIAS, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

O acesso a terapias, à educação e à discussão da temática do autismo na Venezuela é percebido pelos entrevistados como sendo menos abordado em seu país de origem. Para a Responsável A, o autismo na Venezuela é um tabu, o que resulta em desafios significativos na área da saúde e da educação para as pessoas com deficiência, além de representar um alto custo financeiro.

A situação do meu país, da Venezuela, meu esposo e eu ficávamos muito preocupados porque nós já sabíamos que nossa filha tinha uma deficiência, só que em meu país ela era só diagnosticada com TDAH (Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade) e hiperatividade. Mas depois de passar, que ela já tinha começado a 1ª série na escola, nós víamos certas dificuldades que pela idade ela não conseguia fazer. Então, buscamos especialistas, apesar que ela desde os 2 anos não falava. Então, nós estávamos buscando equipes multidisciplinares para ela porque só pensavam que era um transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. Mas quando ela passou para a 1ª série todas as coisas ficaram mais difíceis, para a leitura, para fazer a matemática. E a exigência era muito maior de quando ela estava na creche ou no jardim, porque lá não precisava, era só brincar, dançar e cantar, era só isso (A Responsável A, mãe, 42 anos, filha autista com 12).

No caso da Responsável B, cuja experiência vinha da área da educação e com autistas, a percepção do desenvolvimento de seu filho foi o ponto de partida para a busca de um diagnóstico.

Eu procurava pelo diagnóstico dele, e eu sabia que ele tinha autismo. Eu o levei para um especialista quando ele tinha 1 ano, mas me falavam que ele não tinha nada, que era ideia minha. Ele não falava, ele tinha algumas atitudes que não estavam em grau de normalidade (Responsável B, mãe, 47 anos, filho autista com 14).

Meu trabalho na Venezuela foi com educação, e eu trabalhava com autistas, então eu tinha muitas ferramentas para trabalhar com ele e saber o que ele estava apresentando. Depois de 2 anos ele estava conseguindo falar depois de muito tratamento, muitas terapias. Na Venezuela ele fez dinâmica de grupo, foi a primeira quando ele tinha 1 ano e meio, depois com 2 anos ele começou Terapia ABA, depois ele fez uma

terapia de escuta, coral integrado, estava na escola, já. Eu trabalhava com outras crianças com autismo, mas não com o meu filho. Licenciatura em educação infantil e também uma especialização em autismo, terapeuta educativo. Primeiro ele estava em creche. Quando eu vi que ele não estava falando, que ele precisava de muita ajuda, eu voltei ele para a creche para ver o desenvolvimento dele. Quando ele já tinha 2 anos e 9 meses ele passou para a escola onde eu trabalhava. Uma escola grande. Tinha 10 salas e ele estava com outras professoras (Responsável B, mãe, 47 anos, filho autista com 14).

Com um serviço semelhante ao Sistema Único de Saúde, a Responsável B teve acesso a uma instituição pública que prestou assistência ao seu filho.

Na Venezuela tem outros serviços, não como o SUS. Ele estava em uma pública que ele fazia psicologia, era uma instituição para crianças especiais. Tinham duas. Era lá e outra era do Governo. Era privada, mas era de graça. Era uma instituição privada, mas era de graça para eles. Mas o atendimento era só temporal porque davam prioridade para as crianças que geralmente precisavam de mais ajuda. E também pagava. Tinha gente que trabalhava em empresa grande e podia pagar e devolver o dinheiro. E eram terapias muito caras, fazia diariamente terapia ABA (Responsável B, mãe, 47 anos, filho autista com 14).

O relato da Responsável A demonstrou que por mais que houvesse renda vinda dela e de seu marido, custear todo o tratamento médico na Venezuela era impossível devido à situação do país.

A situação de meu país ficava muito ruim para nós porque eu fazia de maneira particular para ela. Eu trabalhava em uma clínica de saúde, então eu buscava o melhor para ela. Eu procurei muito por médicos bons na cidade para ela, mas já vinha um momento em meu país que em 2019 ficava muito difícil. Apesar que meu esposo tinha um bom trabalho e eu trabalhava em uma empresa de saúde e já estava há 11 anos trabalhando ali, eu era auditora interna, e o dinheiro não dava mais para custear as coisas para ela. Na Venezuela ela passava tudo no particular. No Brasil ela passa no SUS e na APAE ela faz fonoaudiologia, neurologista e terapia ocupacional (A Responsável A, mãe, 42 anos, filha autista com 12).

A filha da Responsável A foi incluída com ações diretas do Estado e de outras instituições, que atenderam às necessidades específicas da família. A decisão de deixar o país natal contou com o apoio do Serviço Humanitário SUD de A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, desde a travessia da fronteira até os primeiros 3 meses em seu destino final. Esse serviço humanitário de alcance global atua há mais de 30 anos e, desde 1985, colabora com organizações para fornecer “mais de US\$ 2,5 bilhões em assistência em 199 países e territórios” (Projetos..., 2022). Esse programa concentra-se em sete áreas principais: resposta a emergências, cuidados com a visão, cuidados maternos e neonatais, cadeiras de rodas, acesso à água limpa, imunizações e iniciativas alimentares. Aproximadamente, em um ano, são enviadas 3.700 toneladas de sapatos e roupas, 300 mil kits de higiene e escolares, e 12 mil mantas para mais de 50 países (AJUDA..., 2023). Os dados mais recentes, de 2021, informam que o Serviço Humanitário SUD realizou 294 projetos em 50 países em resposta à situação do deslocamento forçado em todo o mundo.

Figura 1 – Alcance Global dos Serviços Humanitários SUD

COMIDA SEGURA 357.378 pessoas atendidas em 18 países, 114 bolsas concedidas em 11 países	CUIDADOS MATERNOS E RECÉM-NASCIDOS 16.473 pessoas atendidas em 9 países	ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO 593.025 pessoas atendidas em 23 países	CADEIRAS DE RODAS 17.381 pessoas atendidas em 16 países	RESPOSTA DE EMERGÊNCIA 1.147 projetos em 158 países
CUIDADOS COM A VISÃO 401.548 pessoas atendidas em 17 países	IMUNIZAÇÕES 10 campanhas para eliminar doenças em países em desenvolvimento	RESPOSTA DE REFUGIADOS 294 projetos em 50 países	PROJETOS COMUNITÁRIOS 654 projetos internacionais em 176 países	RESPOSTA COVID-19 2020 1.031 projetos em 151 países

Fonte: Projetos..., 2022.

Destaca-se o impacto social significativo deste programa, não apenas pela experiência pessoal desta pesquisadora como voluntária, mas principalmente por seu papel crucial no acolhimento da família da Responsável A. Em relação à assistência a pessoas em situação de refúgio, o programa ajudou 20.000 beneficiários em 2021 (SERVIÇOS..., 2021).

Esse acolhimento nesta casa era assim: era por turma, chegava um grupo de pessoas e saíam porque essa ajuda era de graça. Um membro da Igreja ajudava. Então nos enviaram 7 dias a Manaus e depois fomos em um voo privado para o Rio Grande do Sul. Embora, primeiro tenhamos feito escala em São Paulo e viemos para Porto Alegre e depois para Esteio. Em Porto Alegre fomos recebidos por um bispo da Igreja que nos assistiu e ele havia procurado uma casa para nós. A princípio nos primeiros 3 meses todo o acolhimento foi feito pela Igreja (A Responsável A, mãe, 42 anos, filha autista com 12).

A assistência durante a fase inicial da interiorização da família da Responsável A prosseguiu por meio do Espaço Mundo, um programa local de apoio a imigrantes na cidade de Estélio, em Porto Alegre.

É um espaço de acolhimento para todos os imigrantes, de todos os países, não só da Venezuela. Mas a prefeitura aqui, ele (o prefeito) vai buscar na fronteira diretamente em Boa Vista e ele traz para cá para Estélio, e ele tem como uma espécie de um hotel e ele dá acolhimento para todos os venezuelanos por certo tempo. Então, até a pessoa procurar um trabalho, fazer tudo. Então, é este lugar da prefeitura que se chama Espaço Mundo, então, quando uma pessoa chega aqui ela já vai lá para se cadastrar. Por isso a cidade Estélio é chamada de Cidade da Solidariedade. Este prefeito recebeu um reconhecimento sobre isso, sobre o seu acolhimento a venezuelanos. Você mora em Novo Estélio, então eles dizem o que você tem que fazer e vão te encaminhando. Uma coisa que você tem que fazer, se não tiver resposta imediata, a senhora pega o número de telefone e ele encaminha. Foram eles que encaminharam a minha filha para a APAE (A Responsável A, mãe, 42 anos, filha autista com 12).

O mesmo ocorreu com a Responsável B, que realizou o trajeto de avião por intermédio do Serviço Humanitário SUD.

De Rondônia pegamos 3 voos, quase 4 porque saímos com a ajuda humanitária da Igreja, ela conseguiu voos humanitários para nós. O primeiro voo foi até Manaus, chegamos às 19h da noite e saímos às 7h da manhã

para Belém. Em Belém chegamos às 7h da manhã e aguardamos até as 17h da tarde até Recife. A gente tinha que ir até Recife e quando chegamos lá o pessoal da Igreja ligou para um bispo aqui em Porto Alegre e que ele ajudou a gente com 3 meses de aluguel. Então nós pegamos um voo até Rio e de Rio até Porto Alegre (Responsável B, mãe, 47 anos, filho autista com 14).

No caso da Responsável B, que possuía conhecimento sobre autismo e trabalhava em escolas, a busca por auxílio didático para seu filho ocorreu mesmo antes do laudo médico. No entanto, ao chegar ao Brasil, seu conhecimento prévio e o laudo médico não foram suficientes para que seu filho tivesse acesso imediato às mesmas terapias realizadas na Venezuela, pois o laudo de diagnóstico para TEA não era reconhecido pelo sistema de saúde brasileiro.

Foi pelo SUS. Pra comprar risperidona não precisava, e para Ritalina precisava de laudo. E não tinha laudo aqui no Brasil e pra conseguir laudo precisava do atendimento deste psiquiatra ou neurologista. O laudo da Venezuela não tinha validade aqui. Eu não conseguia nenhuma medicação para ele com este laudo. Pediam laudo na escola, pediam laudo para tudo, mas tinha que ser o laudo do Brasil. E através do SUS os médicos me encaminharam para o neurologista. Ainda não tive consulta com o neurologista, já tem mais de 1 ano. Já passou mais de 1 ano e ainda não temos data de atendimento. Mas graças a Deus, no ano passado mais ou menos em março já, 1 ano, conseguimos com o psiquiatra. Graças a ela conseguimos as medicações de graça. Conseguimos pela farmácia do estado. Tanto a Ritalina como o Risperidona. A psiquiatra deu um laudo para ele. Foi muito bom, em abril de 2022 (Responsável B, mãe, 47 anos, filho autista com 14).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de investigar e compreender como o jornalismo brasileiro tem abordado a questão da “pessoa com deficiência em situação de refúgio”, esta pesquisa, baseada nos relatos dos participantes de entrevistas em profundidade, apresentou a visão deles sobre o tema “autismo na cobertura midiática”. As respostas indicaram que o Brasil é percebido como um país que

se esforça para debater a inclusão da pessoa com deficiência, especialmente do autismo, mas de forma mais voltada para conscientização em outros contextos do que por meio do jornalismo.

Eu acho que hoje em dia está mais conscientizado. Porque é algo que está: dia 2 de abril, você abre o Google, está Dia do Autismo. É como uma obrigação as pessoas saberem do tema. Mas eu acho que hoje em dia, falo por meu país, a gente está mais familiarizado com o tema (Autista adulto, 31 anos, Síndrome de Savant).

Não vi notícias no Brasil falando sobre autismo, mas vi em ônibus, não tanto comunicação sobre autismo, mas vejo muita conscientização. Em todas as partes têm prioridade, sempre dão prioridades para as pessoas idosas, que estão grávidas, e esta prioridade também para autismo. Quando cheguei no aeroporto e olhei a fita do autismo. Nos ônibus também, nos bancos, em todas as partes. Inclusive nas filas dão prioridade (Responsável B, mãe, 47 anos, filho autista com 14).

Para a Responsável A, as reportagens brasileiras exageram em algumas informações, porém, em comparação com a cobertura midiática na Venezuela, o jornalismo no Brasil aborda o tema de forma mais aberta. Segundo ela, em seu país de origem, “falar sobre autismo é como um tabu, porque muitas vezes as pessoas não aceitam” (Responsável A, mãe, 42 anos, filha autista de 12 anos).

Exagerado em que tipo: que se você vai falar, oh, existem dentro do Brasil um posto de saúde com uma fila de 300 crianças na lista de espera para passar com neurologista, vou falar um tema. Então, são 300, mas ele (o jornalismo) fala 700, 800, mas aqui acontece, ao contrário do meu país que não tem nada disso. E são excluídos por total. Na saúde e na educação (A Responsável A, mãe, 42 anos, filha autista com 12).

Quando solicitada a comentar sobre uma matéria relacionada ao autismo que se lembrava, a Responsável A mencionou o tema da aposentadoria para autistas. Ela destacou o jornal de veiculação nacional SBT Brasil, exibido às 19h45 de segunda a sábado, como seu programa preferido.

Já foi há um tempo já, que eles (veículos de comunicação) falaram sobre criança com autismo e aposentadoria. Onde eu moro tem o jornal do SBT Brasil, eu sou muito

fanática aliás, eu assisto mais televisão, mas muitas vezes as redes sociais. Eu sigo muitas redes sociais que falam sobre crianças com autismo ou grupos de WhatsApp e eu aprendo muito (A Responsável A, mãe, 42 anos, filha autista com 12).

Os participantes também apontaram a diferença na percepção da noticiabilidade entre as nações da Venezuela e do Brasil, destacando uma mudança de opinião antes e depois de se deslocarem para o Brasil.

Anteriormente eu achava igual (jornalismo do Brasil e da Venezuela), mas agora não. Notícia da Venezuela é só falsidade (Responsável B, mãe, 47 anos, filho autista com 14).

Dia 2 de abril na televisão aqui do Brasil no canal estadual foi falado: Hoje se celebra dia 2 de abril, o dia azul que é o dia da conscientização do autismo, achei legal. Eu gostei. ALTV, você conhece como Globo. Então eu achei legal que as notícias da manhã, este programa: Café da Manhã. Eu olho porque no meu trabalho, no período da manhã, eu olho na cafeteria do meu trabalho, no hospital tem uma televisão e mostra as notícias do Café da Manhã, então eu estava olhando e eu lembro, achei legal, e vi, ual! Na verdade, aqui há é forte a conscientização sobre este tema porque não se fala apenas sobre autismo, se fala de tudo e isto é algo que esta sociedade precisa bastante, principalmente estes tempos bem modernos onde os princípios são perdidos bastante, o respeito é perdido bastante (Autista adulto, 31 anos, Síndrome de Savant).

Por meio das falas dos participantes, observou-se que o jornalismo, juntamente com outras instituições como escolas, prefeituras e clínicas médicas, contribuiu para a realização da interiorização, bem como para a busca e obtenção de diagnósticos médicos. Um caso específico diz respeito ao Autista Adulto, que só recebeu o diagnóstico de TEA no Brasil. Além do diagnóstico de autismo, foram identificadas mais duas condições: Transtorno de Von Willebrand e Síndrome de Savant.

Então, morei um tempo na Colômbia já que tenho família na Colômbia e como te falei sou muito trabalhador, mas não tenho boa adaptação social. Sempre me

marcaram por ser diferente, como louco, distraído, que não gosta de olhar para as pessoas, que não fala, que é inteligente. Me diagnosticaram com autismo e com Síndrome de Savant, que é considerado como o autista que é superinteligente. Hoje em dia aqui no Brasil tenho tratamento com psicólogo para tratar de acertar o que eu sou e também me diagnosticaram com Transtorno de Von Willebrand, que eu sofro de sangramentos causados por minha patologia. É uma doença, mas eu não deixo que a doença me destrua (Autista adulto, 31 anos, Síndrome de Savant).

Assim, a proposta inicial foi identificar em que medida os conceitos do Jornalismo Humanitário são aplicados na cobertura midiática brasileira ao se tratar de pautas sobre pessoas com deficiência em situação de refúgio, em especial, venezuelanos autistas e cuidadores venezuelanos autistas. No total, três entrevistas foram realizadas. Mesmo com dez demonstrações de interesse em fazer a entrevista, apenas três retornaram confirmando a participação. O convite, como proposto ao Comitê de Ética e Pesquisa, foi publicado na página do Facebook Venezuelanos no Brasil e compartilhado através do perfil pessoal de colegas da área da comunicação, sobretudo jornalistas atuantes na temática da imigração e do perfil pessoal desta pesquisadora. Outros contatos também foram feitos com a Associação dos Venezuelanos no Brasil Assovenbra e a ONG Casa Venezuelana, porém sem resposta. Em relação a referências no estudo do autismo no Brasil, alguns nomes contatados foram: Carol Souza (autista); Paulo Liberalesso (neuropediatra); Vanessa Ziotti (advogada especialista nos direitos das pessoas com deficiência); Mirela Carla (apresentadora do Podcast Autispod); Dayanne Albuquerque (irmão de autista); Ivan Baron (influenciador da inclusão); Fatima de Kwant (jornalista e pesquisadora sobre autismo); Introvertendo (Podcast sobre autismo); Dani Freitas (especialista em autismo); Renata Batista (especializada em psicopedagogia e psicomotricidade); e Instituto Lagarta Vira Pupa.

No contexto desta pesquisa, foram analisados diversos conceitos, tendo como referencial teórico os estudos nas áreas do direito internacional humanitário, da comunicação institucional, do jornalismo humanitário, da filosofia política, da sociologia contemporânea, da psicologia social, da interseccionalidade, da política de pertencimento e media interventions (Morin, Bauman, Arendt, Moscovici, Andreucci, Bunce, Liesen, Scott, Victor, Wright, Honneth, Maia, Fraser, Yuval-Davis, Marjoribanks). Observou-se os seguintes pontos:

Mesmo com a Operação Acolhida, criada em 2018, o programa de assistência a pessoas em situação de refúgio não é capaz de atender especificamente às pessoas com deficiência. Suas três áreas de atuação: (1)

ordenamento da fronteira Brasil-Venezuela; (2) abrigo e acolhimento de imigrantes da Venezuela; e (3) interiorização dos imigrantes (BRASIL, 2022), não possuem ferramentas que forneçam amparo para as famílias com indivíduos autistas a partir da entrada no Brasil. Como relatado pela Responsável B, foi permitido que seu filho viajasse sozinho, algo inviável para um autista de alto suporte e com menos de 18 anos. Nota-se o despreparo não apenas da companhia aérea disposta a fazer o transporte do filho da Responsável B, assim como da própria Operação Acolhida em propor tal situação. Outro ponto a ser observado com maior atenção foi a falta de acesso a terapias e remédios já utilizados na Venezuela pelo autista, por uma questão do não reconhecimento do sistema de saúde brasileiro do laudo de diagnóstico para TEA emitido fora do país. Esse bloqueio configura-se em uma violação direta dos direitos humanos que garantem o acesso à saúde independentemente da nacionalidade e documentação.

Em relação ao jornalismo, a fala dos três entrevistados evidencia que a discussão do autismo acontece mais através da divulgação em locais públicos como ônibus ou hospitais, principalmente em datas comemorativas, do que por meio da cobertura jornalística. Nenhum dos participantes apresentou matérias jornalísticas específicas que abordaram a questão migratória com a temática da pessoa com deficiência, muito menos do autista em situação de refúgio. Os apontamentos feitos nesta pesquisa quanto à cobertura midiática brasileira a respeito das pessoas com deficiência que estão em deslocamento forçado se equiparam à fala dos entrevistados. Ou seja, não há evidências empíricas dos venezuelanos entrevistados, como não foram encontradas reportagens que pautem o tema. Ao analisar os conceitos principais deste trabalho, apresenta-se o seguinte:

A Luta por Reconhecimento³ é percebida por meio das falas dos entrevistados, que demonstram a necessidade de discutir o tema do autismo e o preconceito contra pessoas em situação de refúgio. Essa luta é vista de forma secundária através das Responsáveis A e B, que são porta-vozes de seus filhos autistas e primária na voz do autista adulto. Independentemente da posição, os participantes demonstraram sua luta por reconhecimento antes de vir ao Brasil na medida em que buscaram por acesso a direitos civis já garantidos em seu país natal. Após o deslocamento, sua luta por reconhecimento se expandiu para acessar direitos previstos pela legislação brasileira a imigrantes e pessoas em situação de refúgio. Os relatos que envolveram situações de violência física e verbal compartilhados por um dos participantes foram omitidos neste trabalho. Sua luta por reconhecimento ocorreu diante da violação de direitos dele e de sua família.

A Política de Pertencimento foi percebida nas falas da Responsável A e Responsável B de forma que ambas se reconhecem como cuidadores de autistas e venezuelanos em situação de refúgio. O mesmo ocorre com o autista adulto que, a partir do recebimento do diagnóstico para TEA, apresenta-se como indivíduo autista. Todos demonstram a importância de discutir e aprender sobre autismo como indivíduos e como membros de uma comunidade neurodivergente⁴. Assim, os participantes desta pesquisa se enquadram em três áreas: venezuelanos em situação de refúgio, como pessoas com deficiência ou cuidadores de PcD⁵, e como imigrantes na comunidade brasileira.

Os conceitos de voz, escuta e pertencimento amparados nos estudos de Marjoribanks (2018) são inexistentes através dos relatos dos entrevistados. Todos os participantes com moradia no Brasil há mais de 2 anos não tiveram nenhum contato com a mídia no que se refere a pautas sobre imigração, refúgio, pessoas com deficiência ou autismo. O primeiro contato dos entrevistados com um profissional da comunicação foi por meio desta pesquisadora. Mesmo com o crescimento dessas temáticas ao longo da última década, nota-se que o jornalismo tem colocado como prioridade fontes de especialistas, líderes de instituições e parlamentares. Dessa maneira, os protagonistas das histórias ainda permanecem em segundo plano, ou usados esporadicamente em matérias.

A intervenção de mídia não é reconhecida pelos entrevistados. Nenhum trabalho do meio jornalístico com ênfase na pauta da pessoa com deficiência em situação de refúgio foi mencionado por eles. Mesmo que os três entrevistados tenham destacado que o jornalismo brasileiro atua de maneira diferente em comparação ao da sua terra natal, a Venezuela; ou, como demonstrado pelo autista adulto em relação aos outros países da América do Sul, em nenhum momento a cobertura midiática foi dita como principal fonte de informação. Também não foi citada qualquer relação entre profissionais da área da comunicação com os venezuelanos autistas, ou cuidadores de autistas interiorizados no Brasil. Em nenhuma etapa do acolhimento no Brasil houve intervenção da mídia de forma a contribuir com uma interiorização segura e que respeitasse a interseccionalidade das pessoas com deficiência durante o seu deslocamento.

Com os resultados foi proposto a elaboração de um guia para ser um aliado aos estudos sobre interseccionalidade, pertencimento e Jornalismo Humanitário usados como referência nesta pesquisa. O objetivo é contribuir com futuros trabalhos acadêmicos na área da comunicação social.

Tabela 2 – Proposta de guia para uma abordagem interseccional da imprensa e das mídias sociais na pauta do refugiado com deficiência

Imprensa e Mídias Sociais como Instrumentos de <i>Media Interventions</i>			
Interseccionalidade	Opacidade de pautas	Comunidade e Mídia	Pertencimento
Compreender que a interseccionalidade deve estar atenta a todos os marcadores sociais de diferenças. Ao cobrir a temática do refúgio, a imprensa deve refletir sobre esses marcadores. A mesma presença deve estar também nas mídias sociais, seja de grupos ou de agências humanitárias que abordam a temática.	Estabelecer uma pesquisa interna em veículos de comunicação para avaliar quais assuntos foram mais pautados durante um período de 6 meses ou 1 ano. Isso fornecerá um panorama de agendamento e da opacidade de determinados temas.	Apoiar projetos que promovam o envolvimento da imprensa (HumanizaCom; Scott; Wright; Bunce, 2018) e comunidade (HumanizaCom, Marjoribanks, 2018).	Para o sentimento de pertencimento, não existem delimitações físicas de espaço. (Yuval-Davis, 2011). Assim, o jornalista, ao abordar a temática da imigração de maneira interseccional, contribui para que pessoas em situação de refúgio ou imigrantes sintam-se pertencentes em uma nova sociedade.
Usar a interseccionalidade como ferramenta para a construção do desenvolvimento de uma cidadania (Yuval-Davis, 2007).	Recorrer a pesquisas acadêmicas sobre comunicação para ampliar a visão sobre agendamento de pautas.	Veículos ou instituições da área da comunicação de grande porte, cuja compreensão do seu papel vai além da publicação de matérias, participam de projetos nos quais a imprensa e o cidadão trabalham juntos para a edificação de uma sociedade digna.	O mesmo acontece com PcD que, mesmo recebendo esse marcador social, podem se sentir pertencentes a esse grupo ou não. A intervenção de mídia é capaz de investigar e contribuir para o sentimento de pertencer do indivíduo. Um exemplo é o estudo sobre a comunidade surda e sua luta por reconhecimento na internet (Garcêz, 2008)

Continuação da Tabela 2

<p>Compreender que o uso de marcadores sociais, por exemplo: imigrantes ou pessoa com deficiência, contribuem para a Luta por Reconhecimento de grupos sub-representados pela mídia e na sociedade em geral (Honneth, 2003).</p>	<p>Criar a cultura de pautar assuntos que envolvam grupos sub-representados ao longo do ano e não apenas em datas comemorativas, por exemplo: Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência ou Dia Mundial do Refugiado.</p>	<p>A intervenção da mídia deve trabalhar em conjunto com outros escopos. Como no caso de intervenção da mídia em relação aos australianos sudaneses em Melbourne, Austrália (2020), cujo programa incluiu a participação do contexto universitário (Coudry, 2013)</p>	<p>O jornalista age como propulsor aplicando os princípios de voz e escuta para que o indivíduo se sinta parte da sociedade ou de um grupo específico (Coudry, 2013).</p>
<p>Criar um rodízio de profissionais em colunas ou <i>blogs</i> que se concentram em cobrir determinada pauta de um grupo sub-representado. Exemplos são o Blog Vencer Limites do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>, a coluna <i>Vidas Atípicas</i> do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> ou o <i>podcast</i> CNN no Plural. Isso é importante para que essas pautas não recebam um domínio do mesmo jornalista.</p>		<p>A contextualização de representações discriminatórias pode ser combatida por meio da intervenção da mídia, na medida em que a escuta também é valorizada. Mais do que dar voz a grupos sub-representados, criar meios que contribuam para uma sociedade que os escute é o ponto central da intervenção. Assim como valorizar sua cultura por meio de trabalhos acadêmicos (Escudero, 2015)</p>	<p>O equilíbrio na voz e escuta deve ser observado na medida em que a construção da imagem de grupos representados pode maquiar suas necessidades e obstáculos ou a isenção da responsabilidade da sociedade. Exemplo: uma imagem normalizada requerida nas décadas de 1980 e 1990 da pessoa com deficiência e a produção de matérias atuais que empoderam PcD podem passar uma mensagem de que está tudo bem, inviabilizando os deveres do Estado e generalizado as capacidades do indivíduo dentro de um grupo (Figueira, 2022).</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

É importante ressaltar que, durante a finalização desta pesquisa, duas recentes informações a respeito do autismo foram publicadas mundialmente. A primeira se refere à prevalência do autismo de acordo com o CDC (Centro de Controle de Prevenção e Doenças), divulgada em 24 de março de 2023.

Para 2020, em todos os 11 locais de ADDM, a prevalência de TEA por 1.000 crianças de 8 anos variou de 23,1 em Maryland a 44,9 na Califórnia. A prevalência geral de TEA foi de 27,6 por 1.000 (uma em 36) crianças de 8 anos e foi 3,8 vezes mais prevalente entre os meninos do que entre as meninas (43,0 versus 11,4). No geral, a prevalência de TEA foi menor entre crianças brancas não hispânicas (24,3) e crianças de duas ou mais raças (22,9) do que entre negros não hispânicos ou afro-americanos (negros), hispânicos e não hispânicos asiáticos ou das ilhas do Pacífico (A /PI) filhos (29,3, 31,6 e 33,4, respectivamente). A prevalência de TEA entre crianças não hispânicas americanas ou nativas do Alasca (AI/AN) (26,5) foi semelhante à de outros grupos raciais e étnicos. A prevalência de TEA foi associada à menor renda familiar em três locais, sem associação nos outros locais (MAENNER ET AL., 2023, TRADUÇÃO PRÓPRIA).

Como apontado anteriormente neste trabalho, mesmo que o estudo seja feito com crianças de 8 anos e em apenas algumas regiões dos Estados Unidos, esses dados apontam que o aumento da divulgação sobre o autismo e a especialização da área médica sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) têm contribuído para diagnosticar ainda na primeira infância indivíduos com TEA. A segunda informação sobre as pesquisas do TEA refere-se ao termo “autismo profundo”, resultado de um estudo feito pelos Pesquisadores da Agência Federal de Saúde e divulgado através da revista *Public Health Reports*.

27,7% das crianças das crianças com autismo têm o que é conhecido como “autismo profundo”, o que significa que são não-verbais, minimamente verbais ou têm um quociente de inteligência inferior a 50 (DIAMENT, 2023, TRADUÇÃO PRÓPRIA).

Esses dados recentes mostram o quão urgente é a aplicação de medidas que atendam pessoas de maior suporte com TEA, sobretudo aquelas que estão em deslocamento forçado devido à sua maior exposição e vulnerabilidade. Visto que não há suporte para pessoas com deficiência no processo de

interiorização, no escopo desta pesquisa, em relação a venezuelanos autistas, espera-se que este trabalho seja como um impulsionador para que o poder público coloque em prática aquilo que já é previsto pelas leis nacionais e internacionais sobre acesso à educação, saúde e moradia.

Precisamos saber quantas pessoas têm autismo profundo para que possamos planejar adequadamente suas necessidades escolares e residenciais e melhorar os serviços que recebem”, disse Alison Singer, presidente da Autism Science Foundation e coautora do novo relatório e membro da comissão do The Lancet. “Suas necessidades serão muito diferentes das de um autista se formando na Harvard Law School (DIAMENT, 2023, TRADUÇÃO PRÓPRIA).

A Revista Autismo ressalta que, se fosse para transferir os novos dados de proporção de pessoas com TEA para os brasileiros, “poderíamos ter cerca de 5,95 milhões de autistas no Brasil” (PAIVA JR, 2023, online).

Os conceitos-base apresentados nesta pesquisa: a luta por reconhecimento, a política do pertencimento, voz e escuta e interseccionalidade, mais os relatos dos entrevistados, dão uma perspectiva da valorização que o jornalismo deve dar à temática das PcD em situação de refúgio. Portanto, pontua-se a urgência da prática do Jornalismo Humanitário nas redações dos veículos de comunicação brasileiros para pautar de forma eficaz temas que envolvam pessoas com deficiência, imigração e deslocamento forçado. Assim, o jornalismo cumprirá o seu papel de guardião da sociedade e defensor dos direitos humanos.

NOTAS

¹ O transtorno do espectro autista é um novo transtorno do DSM-5 que engloba o transtorno autista (autismo), o transtorno de Asperger, o transtorno desintegrativo da infância, o transtorno de Rett e o transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação do DSM-IV. Ele é caracterizado por déficits em dois domínios centrais: 1) déficits na comunicação social e interação social e 2) padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades (DSM-5, 2014).

² A Operação Acolhida é uma resposta humanitária do Governo Federal para o fluxo migratório intenso de venezuelanos na fronteira entre os dois países com o objetivo de garantir atendimento aos refugiados e migrantes venezuelanos.

³ O conceito Luta por reconhecimento de Axel Honneth, filósofo e sociólogo alemão, tem como objetivo compreender as motivações que levam indivíduos e grupos a agirem. Tem como base três áreas: amor, direito e solidariedade.

⁴ Os termos “neurodivergentes”, “neuroatípico” e “neurodiversidade” foram criados pela socióloga australiana Judy Singer (1990) e têm como objetivo trazer visibilidade e respeito às pessoas consideradas “diferentes”, valorizando suas especificidades e a interseccionalidade.

⁵ Utiliza-se a sigla PcD para se referir às pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. **Relatório Operação Acolhida 2021**. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/07/relatorio-operacao_acolhida-Final.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

ACNUR. **Solicitantes de refúgio**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/solicitantes-de-refugio/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

CHURCH OF JESUS CHRIST. **Serviços Humanitários**. Disponível em: <https://philanthropies.churchofjesuschrist.org/humanitarian-services>. Acesso em: 25 jul. 2023.

CDC. Centro de Controle e Prevenção de Doenças. Disponível em: <https://www.cdc.gov/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

COULDRY, Nick. **Media interventions: afterword by Nick Couldry**. 2013. Peter Lang Publishing.

DIAMENT, Michelle. “Autismo profundo” é responsável por mais de 1 em cada 4 casos, descobre o CDC. **Disabilitycoop**, 24 abr. 2023. Disponível em: <https://www.disabilitycoop.com/2023/04/24/profound-autism-accounts-for-more-than-1-in-4-cases-cdc-finds/30348/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas

ESCUADERO, Camila. **Comunidades em festa: a construção e expressão das identidades sociais e culturais do imigrante nas celebrações das origens**. 2015. 544 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://oestrangero DOT org.files.wordpress.com/2017/07/tese-camila-escudero.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

FIGUEIRA, Emílio. **As pessoas com deficiência na história do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2021.

Ganzarolli, Amanda Christina Pereira Sorio. **Venezuelanos com autismo em situação de refúgio**: a abordagem interseccional do tema no jornalismo humanitário e media interventions. 2023. 192 folhas. Dissertação (Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2023. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/about/submissions. Acesso em: 25 jun. 2024.

GARCÊZ, Regiane. **O valor político dos testemunhos**: os surdos e a luta por reconhecimento na internet. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAFI-84GNYV/1/garcez_2008___o_valor_pol_tico_dos_testemunhos.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-IV. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MARJORIBANKS, Timothy; FARQUHARSON, Karen; NOLAN, David. **Australian Media and the Politics of Belonging**. Austrália: Anthem Press, 2018.

SCOTT, Martin; BUNCE, Mel; WRIGHT, Kate. **The State of Humanitarian Journalism**. Norwich, England: University of East Anglia, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/328743537_THE_STATE_OF_HUMANITARIAN_JOURNALISM. Acesso em: 04 abr. 2021.

VICTOR, Cilene. Migração venezuelana na perspectiva do jornalismo humanitário. *In*: LEMOS, Luiz Alberto de Farias Else; REBECHI, Claudia Nociolini. **Opinião pública, comunicação e organizações**: convergência e perspectivas contemporâneas. São Paulo: Abrapcorp, 2020. p. 89-115.

YUVAL-DAVIS, Nira. **A interseccionalidade situada e os significados da cultura**. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7307185.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

YUVAL-DAVIS, Nira. **Situated Intersectionality and Social Inequality**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4130630/mod_resource/content/1/Yuval-Davis.%20Situated%20intersectionality.pdf. Acesso em: 30 mai. 2022.

YUVAL-DAVIS, Nira. **Power, intersectionality and the politics of belonging**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/308784296_Power_Intersectionality_and_the_Politics_of_Belonging. Acesso em: 15 mai. 2022.

RESUMO

O presente artigo examina os resultados de entrevistas em profundidade realizadas no âmbito da dissertação “Venezuelanos com autismo em situação de refúgio - A abordagem interseccional do tema no jornalismo humanitário e media interventions”, que investigou a realidade de famílias venezuelanas refugiadas no Brasil com filhos autistas. O estudo focou na percepção dessas famílias sobre a cobertura jornalística relacionada à pessoa com deficiência, com ênfase no Transtorno do Espectro Autista (TEA), e na prática do Jornalismo Humanitário e media interventions. A pesquisa foi motivada pelo crescente número de deslocados forçados globalmente, com ênfase na América do Sul, onde o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) estimou 89,3 milhões de deslocados no mundo, dos quais 12 milhões são pessoas com deficiência. A metodologia envolveu entrevistas com responsáveis por crianças autistas entre 18 meses e 17 anos, nascidos no Brasil ou na Venezuela, recrutados por meio de redes sociais. O estudo utilizou entrevistas em profundidade para abordar a experiência do deslocamento forçado e os desafios da acessibilidade e inclusão para essas famílias.

Palavras-chave: refugiados venezuelanos; autismo; jornalismo humanitário.

ABSTRACT

The present article examines the results of in-depth interviews conducted as part of the dissertation “Venezuelans with Autism in Refugee Situations - The Intersectional Approach to the Topic in Humanitarian Journalism and Media Interventions,” which investigated the reality of Venezuelan families seeking refuge in Brazil with autistic children. The study focused on these families’ perceptions of media coverage related to people with disabilities, with an emphasis on Autism Spectrum Disorder (ASD), and the practice of Humanitarian Journalism and media interventions. The research was motivated by the growing number of forcibly displaced people worldwide, with an emphasis on South America, where the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) estimated 89.3 million displaced people globally, 12 million of whom are people with disabilities. The methodology involved interviews with guardians of autistic children aged 18 months to 17 years, born in Brazil or Venezuela, recruited through social media. The study employed in-depth interviews to address the experience of forced displacement and the challenges of accessibility and inclusion for these families.

Keywords: Venezuelan refugees; autism; humanitarian journalism.

Notas de uma pesquisa participante com migrantes-adolescentes em conflito com a lei

Cristiano Rodineli Almeida

1 INTRODUÇÃO

O ato infracional é um fenômeno complexo e que precisa ser visto por uma perspectiva multifatorial, englobando aspectos sociais, econômicos e subjetivos das pessoas envolvidas. De modo geral, o adolescente em conflito com a lei é um sujeito atravessado por diversas mazelas sociais. Frente a impossibilidade de ascender a outro lugar na cultura, o ilícito acaba sendo cenário de resgate de uma imagem narcísica, por vezes, ultrajada e ferida socialmente (CARRETEIRO, 2003).

Embora a política socioeducativa exista para todos os adolescentes, é sobre os periféricos e negros que recai com maior frequência. Não é à toa que a maioria dos adolescentes privados de liberdade no Brasil são negros, cerca de 70% (BRASIL, 2023). Isso não quer dizer, de modo algum, que são eles os que mais infracionam. Esse dado mostra que são eles os que mais são apreendidos. Ocorre é que há uma seletividade social, policial e judicial que elege os periféricos e não brancos como suspeitos natos (CAMPOS, 2020). Nesse sentido, não são apenas os negros “considerados culpados até que se prove o contrário, mas a própria negritude é considerada sinônimo de culpa.” (WANG, 2021. p. 55). A autora indica que há um discurso codificado no qual a criminalidade e a violência de Estado despontam como expressões autorizadas do racismo, mesmo que não sejam nomeadas declaradamente como tal. Essas condições demandam do Estado intervenções de controle social sobre esses corpos, com movimentos higienistas que se traduzem pela ausência ou insuficiência de serviços prioritários, extermínio, perseguição e encarceramento. Esse racismo não declarado, mas escamoteado da suposta segurança pública, desponta como atualizações de um sistema ainda apoiado na plataforma escravocrata e, portanto, colonial, de controle desses corpos via ação estatal. Nesse sentido, emparelhar a ideia do negro ao criminoso é uma estratégia de legitimação social de toda e qualquer ação de violência contra eles. Em um Estado democrático de direitos não é permitido odiar os negros, mas há certas autorizações que permitem o ódio e toda sorte

de violências aos criminosos. Portanto, a associação entre o negro e a periculosidade produzem estereótipos que recaem sobre essas pessoas e, nessa esteira, legitimam no social a exclusão e a violência (RIBEIRO, 2019).

Isso posto, entendemos que as camadas de vulnerabilidade em torno do adolescente acusado de ato infracional são agudizadas quando esse sujeito também é migrante. Sentimentos de não pertencimento cultural e invisibilidade social podem se apresentar como importantes aditivos em um processo de vulnerabilização, levando o sujeito à exposição de diversos fatores de risco (NAJJAR, 1997). No entanto, para compreender melhor os processos de exposição e institucionalização é importante compreender por que são acusados e encaminhados aos Sistemas Socioeducativos.

Responder essa pergunta é um dos objetivos da pesquisa em tela. Por ora, quase nada se sabe, haja vista a invisibilidade acerca desses sujeitos em estudos da academia ou pelo não reconhecimento de suas presenças na Socioeducação (Almeida & Sá, 2023). Diante da ausência de estudos e conhecimento sobre a confluência desses dois grandes temas, migração e socioeducação, tem-se a hipótese de que a condição migrante esteja, de algum modo, arrolada na prática ou acusação do ato infracional.

A condição de migrante não é universal, pois existem diversos meios de tornar-se migrante. Sá (2022) categorizou algumas possibilidades: migração para fins turísticos; migrações por razões financeiras, migrante permanente ou o trabalhador temporário, profissional altamente qualificado, migrante indocumentado, migrantes de crise, que por razões de sobrevivência tornam-se asilados políticos, refugiados, apátridas, exilados, entre outros motivos. Independente da categoria que o migrante se enquadre, ele é percebido, de modo geral, como alguém indesejável.

Nessa esteira, ocupando lugar enquanto subcategoria dentre as elencadas pelo autor, é possível que motivações turísticas, financeiras e de crise ou sobrevivência ensejem uma rota de colisão desses adolescentes com a lei. Nessa suposta subcategoria, o adolescente teria migrado para o Brasil pelas razões gerais já descritas e, no ínterim de sua estadia e passagem pelo país, seria acusado de prática de ato infracional, seja pelo estigma provocado pelo lugar de migrante que o faz ser visto com desconfiança por seus anfitriões, seja pela vulnerabilidade vivida que o deixa mais exposto aos aliciamentos promovidos pelas práticas e grupos ilícitos.

Destarte, há a possibilidade, também, do adolescente em conflito com a lei ocupar uma nova categoria entre as possibilidades de migração. Nesse arranjo, o adolescente estaria em seu país de origem e a motivação da migração seria a prática ilícita, ou seja, ele migraria para o Brasil com intenção ilícita, tendo nosso país como objetivo ou como território de

trânsito para outro destino. Um exemplo seria as pessoas que são usadas para o transporte de drogas ilícitas, quer em seu próprio corpo quer em seus pertences, popularmente conhecidas como “mulas do tráfico”.

Ante o exposto, pretendemos nesta pesquisa investigar a relação da Socioeducação e Migração fazendo uso de procedimentos participativos, valendo-se da Metodologia Arqueológica Participativa (MAP), que é uma plataforma qualitativa que poderá nos auxiliar na explicação dos fenômenos migratórios e a privação de liberdade (SÁ, 2023).

A seguir, faremos uma discussão metodológica acerca da pesquisa e apresentaremos os primeiros achados com base na pesquisa documental já realizada.

2 METODOLOGIA PROPOSTA

As pesquisas participantes compreendem a horizontalização da construção do saber, aos moldes do que Freire (1977) afirmou como sendo ações dialógicas e dialéticas com caráter emancipatório. A concepção freiriana alerta que a construção do conhecimento precisa ser com os envolvidos, sob risco de reproduzir a lógica colonialista na própria pesquisa, conferindo opressão não apenas “economicamente, mas culturalmente, roubando ao oprimido conquistado sua palavra também, sua expressividade, sua cultura” (FREIRE, 1987, p. 136).

Assim, a pesquisa deve se constituir na relação com o sujeito, compreendendo-os como pessoas envolvidas no processo autoral da pesquisa. Para isso, é preciso que alguns critérios sejam respeitados no desenvolvimento da pesquisa que se propõe participativa, tal como Sá (2023) condensou a partir dos referenciais teóricos dessa área:

(...) a pesquisa participativa deve: 1) partir da realidade concreta; 2) ser pautada pela luta para horizontalização e simetria das relações e do poder de decisão em relação ao tema em pauta; 3) priorizar mecanismos democráticos e antiautoritários; 4) promover a mobilização, aprendizagem e a prática coletiva; 5) reconhecer as implicações ideológicas das práticas sociais; 6) estimular a transformação social e comunitária; e, 7) enfatizar a produção e partilha coletiva do conhecimento produzido (p.18).

Nesse cenário, a Metodologia Arqueológica Participativa (MAP) se mostra como uma profícua base para essa construção. Conforme Sá (2023), trata-se de uma plataforma metodológica que se constitui em sete passos,

e com a proposta de auxiliar o pesquisador na condução da pesquisa. O primeiro, é a delimitação do **fenômeno**. Este, por seu turno, precisa ter potencial de mobilização afetiva, porque, enquanto ponto de partida, o fenômeno é a própria inquietação e angústia com o sofrimento do outro. É esse afetamento que desloca e impulsiona o *pesquisa-a-dor* a escutar, compreender e encontrar sentidos para os vazios das dores que se conectam. Ao trilhar esse caminho, o *pesquisa-a-dor* social não é inerte ao ambiente ou neutro ao sujeito da pesquisa, ao contrário, revela empatia, enfrentamento e identificações com o outro, com seus amores e dissabores. O segundo passo são os **investigadores**, momento no qual se propõe a horizontalização dos papéis, entre o pesquisador e os participantes, no sentido de pensar ações que contemplem a singularidade e complexidade de todos os envolvidos. O terceiro passo são as **expectativas**, as quais precisam estar assentadas dentro do viável e realizável, considerando as idiosincrasias dos participantes e do encontro com eles. O próximo passo é a **auscultação**, momento em que o pesquisador se propõe a uma escuta sensível e afetável do fenômeno. Desse modo, espera-se que os participantes tenham liberdade de expressão de suas próprias dores e, com isso, a sensibilidade do pesquisador oferecerá postura adequada a esse momento, não somente no acolhimento desses afetos, mas também no uso de métodos e técnicas que façam sentido àquelas pessoas. Fazendo uso da analogia da caixa de ferramentas foucaultiana, a “pesquisa apontará possibilidades e as melhores ferramentas nesse processo que melhor se adequem as suas peculiaridades” (SÁ, p.20). A partir desse movimento, adentramos no estágio da **calibragem**, que é a organização dos dados construídos a partir da relação com os sujeitos. Seguimos para o passo da **transubjetivação**, momento em que outros pesquisadores, externos ao evento de produção de dados, olham para o conjunto de dados produzido, organizado e com apontamentos de possibilidades teóricas para, então, oferecer suas contribuições. Nesse ponto, a teoria, até então flutuante para que não houvesse uma atenção tendenciosa no contato com os participantes, encontra momento de confrontação de sentidos (CROMBERG, 2012). O próximo e derradeiro passo da MAP, o sétimo, é a **redação** do texto (SÁ, 2023).

3 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS

Para a análise dos dados entendemos que uma série de referenciais teóricos poderão nos auxiliar nessa tarefa. Desse modo, elencamos esses referenciais e os autores com os quais pretendemos trabalhar nessa etapa da pesquisa.

Primeiro, face aos efeitos da colonialidade nos fenômenos do migrar e da privação de liberdade, entendemos necessário conduzir nossa discussão a partir de uma plataforma anticolonial, a qual implica não apenas o reconhecimento dos efeitos tardios dos processos da colonização nos territórios e em seus modos de organização, mas imprime também um caráter de enfrentamento que pode se dar a partir de posicionamentos éticos e políticos na tratativa com os participantes e nas produções escritas decorrentes desses encontros. Para isso, contaremos com o auxílio de Freire (1977; 1987; 1996; 2000) e sua concepção sobre processos emancipatórios e a ética universal, bem como a Cusicanqui (1989; 2008; 2010), e sua proposta de uma epistemologia a partir do sul global.

Segundo, faremos uma discussão sobre os temas da migração e seus encontros com as narrativas dos participantes. Para isso, nos apoiaremos nas discussões de Di Cesare (2020), acerca das tensões entre a concepção estadocêntrica e o direito universal do migrar, e Sá (2019; 2021; 2022; 2023), sobre as possibilidades da migração e os afetos que esse movimento imprime no sujeito e seu entorno. O conceito de *desenraizamento*, trazido por Weil (2001) e Najjar (1997), poderá dialogar com os fios condutores que encaminharam esses adolescentes à privação de liberdade, relacionados aos processos de vulnerabilidades pelos quais esses migrantes foram capturados. A teoria das representações sociais, a partir da concepção de Moscovici (1978; 2009), será importante para compreender as concepções subjetivas e coletivas, tanto da migração quanto do envolvimento ilícito.

Terceiro, a adolescência e o ato infracional serão percebidos a partir do arcabouço psicanalítico. O amadurecimento emocional será pensado a partir de Nasio (2011), e o ato infracional por uma perspectiva complexa, ligada a fatores sociais e subjetivos, discussões possíveis a partir de autores como Freud (1996), quando menciona a agressividade como tendência humana e o decorrente mal-estar na civilização, Pelegrino (1983), sobre a ruptura do contrato simbólico com a cultura, e Carreteiro (2003) sobre a reparação narcísica imbuída no ilícito. O conceito de *deprivação* apresentado por Winnicott (1978) também será importante por oferecer compreensão mais profunda e subjetiva acerca do ato infracional, sendo um conceito de extrema importância na análise dos dados.

Quarto, discutiremos a privação de liberdade a partir da Política Socioeducativa (BRASIL, 2012) e suas prerrogativas legais. Para a discussão dos processos nos quais a dinâmica institucional produz tensionamentos na subjetividade das pessoas privadas de liberdade, acionaremos Goffman (1975; 2012), e sua descrição sobre estigma, instituições totais e *mortificação do eu*, e Foucault (1977) no que compete às discussões sobre as relações de poder e controle nesses ambientes.

4 PRIMEIROS ACHADOS

Preliminarmente, mapeamos o Sistema Socioeducativo nacional, de modo a compreender onde e em quantos estavam os migrantes-adolescentes. No entanto, não encontramos o anúncio de suas presenças em pesquisa realizada nos Levantamentos Anuais do SINASE (BRASIL, 2023; 2019; 2018^a; 2018^b; 2017; 2015), nas páginas do sítio de internet e nas estatísticas oficiais das instituições executoras. Essa informação somente foi adquirida via Lei nº 12.52, Lei de Acesso à Informação. Dos 23 estados e o Distrito Federal que responderam à solicitação, descobrimos oito adolescentes migrantes internados em estabelecimentos socioeducativos: três em São Paulo, sendo uma pessoa boliviana, uma estadunidense, uma argentina; três pessoas venezuelanas em Roraima e outra venezuelana no Espírito Santo; e uma pessoa boliviana no Acre. Há Estados, inclusive, que não possuem dados atuais sobre a presença desses adolescentes, ou seja, não sabem dizer se eles existem ou se já passaram por seus Sistemas Socioeducativos (ALMEIDA & SÁ, 2023).

Em um registro histórico dos últimos cinco anos, 130 adolescentes de várias nacionalidades registraram passagem pelo Sistema Socioeducativo Brasileiro, em destaque, 73 venezuelanos, 25 paraguaios e 09 bolivianos. Nesse período, somente na Fundação CASA de São Paulo foram 38 adolescentes de países das Américas do Sul e Norte, Europa, Ásia e África (ALMEIDA, 2023).

Em pesquisa recente, realizada somente no estado de São Paulo, encontramos oito migrantes-adolescentes privados de liberdade, conforme Tabela 1:

Tabela 1: Informações sobre adolescentes migrantes privados de liberdade no Estado de São Paulo

Nº	País de Origem
01	Japão
01	Haiti
01	Colômbia
02	Paraguai
03	Bolívia
Total: 08	

Fonte: Lei de Acesso à Informação, junho de 2024.

Esses números deflagram a necessidade de olharmos para essa temática que é recorrente na política pública da Socioeducação. Apesar desses oito adolescentes privados de liberdade em São Paulo, é possível que na ocasião de nossa ida a campo esse número sofra alterações. Isso porque a Medida Socioeducativa tem duração de seis meses a, no máximo, três anos, seguindo o Princípio de brevidade, o qual prevê sua execução seja a mais rápida possível, considerando as ligeiras mudanças da adolescência e as consequências prejudiciais de uma privação de liberdade demasiadamente longa (BRASIL, 2012; ALMEIDA & KUNZ, 2019). Assim, será necessário novo levantamento para que tenhamos o número exato de adolescentes.

5 DESFECHO PROVISÓRIO

Até o momento percebeu-se ausência de trabalhos científicos acerca da confluência da Socioeducação e da Migração, conferindo certo ineditismo à pesquisa em tela. Destacou-se, também, a invisibilidade vivida por esses sujeitos no contexto socioeducativo, no qual suas presenças não foram anunciadas nos sítios da internet e estatísticas oficiais. Os levantamentos históricos do SINASE, embora sejam documentos de extrema importância para a compreensão do diagnóstico da socioeducação no país, não mencionam a presença de migrantes nas Medidas Socioeducativas.

No que se refere ao aspecto interventivo defendido pelo escopo da pesquisa participante, entendemos que duas dinâmicas poderão ser acessadas: a social e a clínica. A primeira corresponde a visibilidade desses atores que, até então, vivem uma espécie de apagamento de suas presenças nas menções das políticas públicas e estatísticas do Sistema Socioeducativo e, no âmbito clínico, compreendemos que haja possibilidade de uma intervenção terapêutica a partir dos afetos que poderão ser mobilizados nos encontros com esses adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C. R. Migrantes-Adolescentes e Socioeducação: Esboços Metodológicos de uma Pesquisa. **Revista Letra Magna**, [S. l.], v. 19, n. 34, p. 107–119, 2023. Disponível em: <<https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/magna/article/view/2401>>.

ALMEIDA, C. R.; SÁ, R. L. Panorama socioeducativo brasileiro das Medidas de privação e restrição de liberdade. **Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia**, 9 (1), 08-35. 2023. <<https://revistapathos.com.br/9-volume-numero-1-2023-artigo-01/>>.

- ALMEIDA, C.; KUNZ, S. O Princípio de Brevidade e a atuação profissional frente ao tempo de privação de liberdade. RTPS - **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 3, n. 05, p. p. 275-303, 1 out. 2019. <<http://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/243>>.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Levantamento Nacional de dados do SINASE - 2023**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). **Levantamento anual SINASE 2017**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. 2019.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). **Levantamento anual SINASE 2015**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos. 2018^a
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). **Levantamento anual SINASE 2016**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos. 2018^b
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Levantamento anual SINASE 2014**. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos. 2017.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Levantamento anual SINASE 2013**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. 2015
- BRASIL. **Lei do SINASE**, nº 12.594 de 18/01/2012. Presidência da República. 2012.
- CAMPOS, D. C. A. Cor: Preto, suspeito padrão! A seletividade racial no Sistema de Justiça Juvenil da capital paulista. **Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia**, 11 (1), 13-32 . 2020. Disponível em: <https://revistapathos.com.br/wp-content/uploads/2024/04/cor_preto_suspeito_padrao.pdf>.
- CARRETEIRO, T. C. Sofrimentos sociais em debate. **Psicologia USP**. 14 (3), 57-72. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusp/a/zf93H9zv7b7JqmJ5Csgs99P/?format=pdf&lang=pt>>.
- CUSICANQUI, S. R.; BARRAGÁN, R. (Orgs.). **Debates Post Coloniales: una introducción a los Estudios de la Subalternidad**. La Paz: SEPHIS; Ediciones Aruwiyiri; Editorial Historias, 1989.

- CUSICANQUI, S. R. El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia. In: ROSILLO, M. A. (Org.). **Teoria crítica dos Direitos Humanos no século XXI**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 154- 175, 2008.
- CUSICANQUI, S. R. **Utxiwa, Ch'ixinakax**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.
- DI CESARE, D. **Estrangeiros residentes**: uma filosofia da migração. Belo Horizonte:Âyiné, 2020.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Lúcia M. Pondé Vassalo. Petrópolis, RJ: Vozes. 1977
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996
- FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000
- FREUD, S. [1930] O mal-estar na civilização”, vol. XXI. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago. 1996.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC.1975
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**.São Paulo: Perspectiva. 2012.
- MOSCOVICI, S. **A Representação Social sobre a Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- _____. **Representações Sociais**: Investigações em Psicologia Social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2009
- NAJJAR, A. M. S. Raízes: como sobreviver se a sua seiva? In: CATAFESTA, I. F. M. (org.)**A clínica e a pesquisa no final do século**: Winnicott e a Universidade. Comemoração do centenário de nascimento de D.W. Winnicott na Universidade de São Paulo. São Paulo: Lemos Editorial, 1997. 171-174 pp.

- NASIO, J. D. **Como agir com um adolescente difícil?** Um livro para pais e profissionais. Rio de Janeiro: Zahar, Petrópolis: Vozes, 2010.
- PELLEGRINO, H. Pacto edípico e pacto social. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Folhetim, pp. 9-11. 1983 Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5638230/mod_resource/content/1/Pellegrino%20-%20Pacto%20ed%C3%Adpico%20e%20pacto%20social.pdf>
- RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista** 1 a ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2019.
- SÁ, R. L. **Internacionalização, hospitalidade e ideologia: por um protocolo de acesso, acolhimento e acompanhamento**. 312 f. Tese (Doutorado). Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 2019.
- SÁ, R. L. de. Ética, decolonialidade e migração à luz do pensamento freireano . **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 17, n. 47, p. 44-65, 2021. <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8739>>.
- SÁ, R. L. **Migração e Transculturalidade**. Youtube, 24 mai. 2022.< <https://youtu.be/K8gUGqp30Fk>>.
- SÁ, R. L. Dall'Etica della cura all'Ospitalità incondizionata: Per una filosofia della migrazione. **Pedagogia più Didattica**, v. 9, n. 1, p. 4-21, 2023. Disponível em: <<https://rivistedigitali.erickson.it/pedagogia-piu-didattica/archivio/vol-9-n-1/dalletica-della-cura-allospitalita-incondizionata/>>.
- SÁ, R. L. Metodologias Arqueológicas para o pesquis-a-dor social. **Diálogos em Educação**, v. 4, n. 2, p. 1-26, 2023. Disponível em: <<http://faculdadeanicuns.hospedagemdesites.ws/ojs/index.php/revistadialogosemeducacao/article/view/153>>.
- SIMONE, W. **O Enraizamento**. São Paulo: EDUSC, 2001.
- WANG, J. **Capitalismo carcerário**. São Paulo: Ingré Kniga. 2022
- WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes. 1978

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compartilhar algumas notas de uma pesquisa de doutorado, em desenvolvimento, no Programa de Pós-graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência, na Universidade Federal de São Paulo, com migrantes-adolescentes em conflito com a lei e cumprindo Medidas Socioeducativas de privação de liberdade no estado de São Paulo. Para tanto, procedemos a uma pesquisa assentada na Metodologia Arqueológica Participativa (MAP), sendo uma plataforma qualitativa que poderá nos auxiliar na explicação dos fenômenos migratórios e a privação de liberdade. Assim, realizar-se-á encontros presenciais e individuais com esses adolescentes nos Centros de Atendimento nos quais estão internados. Do ponto de vista teórico-analítico a pesquisa em tela ancora-se nos pressupostos da Filosofia da Migração, Anticolonialidade e da Psicanálise. Quanto à relevância, ela, efetivamente, somente poderá ser dita pelos próprios participantes. São eles, os sujeitos da pesquisa, que nos dirão qual será sua importância social. O que podemos dizer no momento é que sua atual relevância é mostrar para o Sistema Socioeducativo, a comunidade acadêmica e sociedade que esses adolescentes, migrantes e socioeducandos, existem, a despeito de toda a invisibilidade acerca de suas presenças nas páginas oficiais da instituição e governo, e na produção intelectual do país.

Palavras-chave: Adolescência; Migração; Socioeducação; Psicologia.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo compartir algunas notas de una investigación doctoral, en desarrollo, en el Programa de Postgrado en Educación y Salud en la Infancia y la Adolescencia, de la Universidad Federal de São Paulo, con adolescentes migrantes en conflicto con la ley y en privación de libertad en el estado de São Paulo. Para lograrlo, realizamos una investigación basada en la Metodología Arqueológica Participativa (MAP), que es una plataforma cualitativa que puede ayudarnos a explicar los fenómenos migratorios y la privación de libertad. Por ello, se realizarán encuentros presenciales e individuales con estos adolescentes en los Centros de Atención donde se encuentran internados. Desde el punto de vista teórico-analítico, la investigación en cuestión se ancla en los presupuestos de la Filosofía de las Migraciones, la Anticolonialidad y el Psicoanálisis. En cuanto a la relevancia, en realidad sólo pueden decirlo los propios participantes. Son ellos, los sujetos de la investigación, quienes nos dirán cuál será su importancia social. Lo que podemos decir por el momento es que su relevancia actual es mostrarle al Sistema Socioeducativo, a la comunidad académica y a la sociedad que estos adolescentes, migrantes y estudiantes socioeducativos, existen, a pesar de toda la invisibilidad que rodea su presencia en las páginas oficiales. de la institución y del gobierno, y en la producción intelectual del país.

Palabras clave: Adolescencia; Migración; Socioeducación; Psicología.

ABSTRACT

This work aims to share some notes from a doctoral research, under development, in the Postgraduate Program in Education and Health in Childhood and Adolescence, at the Federal University of São Paulo, with migrant adolescents in conflict with the law and in deprivation of freedom in the state of São Paulo. To achieve this, we carried out research based on the Participatory Archaeological Methodology (MAP), which is a qualitative platform that can help us explain migratory phenomena and deprivation of freedom. For this reason, face-to-face and individual meetings will be held with these teenagers in the Care Centers where they are hospitalized. From a theoretical-analytical point of view, the research in question is anchored

in the assumptions of the Philosophy of Migrations, Anticoloniality and Psychoanalysis. As for relevance, only the participants themselves can really say that. It is they, the research subjects, who will tell us what its social importance will be. What we can say at this moment is that its current relevance is to show the Socio-educational System, the academic community and society that these teenagers, migrants and socio-educational students exist, despite all the invisibility that surrounds their presence on official pages. . of the institution and government, and in the country's intellectual production.

Keywords: Adolescence; Migration; Socioeducation; Psychology.

Notas iniciais de uma pesquisa participante com estudantes migrantes em situação de vulnerabilidade social

Carlos Roberto Faustino

1 INTRODUÇÃO

O tema a ser enfrentado nesta proposta de pesquisa refere-se à relação entre o migrante em situação de vulnerabilidade social que estabeleceu residência no território brasileiro e a educação básica escolar ofertada pelo Poder Público, sob a perspectiva dos direitos gerados pelas legislações competentes e sua efetivação (ou não) por meio das políticas públicas educacionais.

Neste contexto preambular, necessário se faz identificar a definição do termo migração e seus desdobramentos. Para tanto, nos socorremos do entendimento de Sá (2016, p.23) que identifica o vocábulo migração como “a mudança de residência de pessoas dentro do mesmo país ou para outro país”. Reconhecendo que o aludido termo pode ser desmembrado em emigração e imigração, verifica-se que essa segmentação terminológica existe em razão da perspectiva daquele que anuncia. Neste trabalho, utilizar-se-á o termo migrante, entendendo esse, na perspectiva do pesquisador, como os sujeitos de nacionalidade diversa da brasileira que residem neste território.

Quanto ao contexto legislativo, no ano de 1980 fora promulgada a Lei 6.815 denominada Estatuto do Estrangeiro. Na literatura especializada, críticas unânimes são direcionadas à norma mencionada, a qual vigorou por quase quarenta anos, prescrevendo o direcionamento das políticas de migração. Sá (2016), atento à conotação preconceituosa que carrega o nome da Lei de Estrangeiros, alerta sobre o fato desta nomenclatura fazer referência ao que é estranho ou ao que não pertence, incompatível com ideias ou princípios basilares da solidariedade e respeito à dignidade. Nesta mesma esteira, Oliveira (2020) indica o caráter protetivo e nacionalista da norma, ancorado na preocupação nacional com particularidades de cunho militar e de segurança.

A derrocada da Lei do Estrangeiro tem início com o advento da Constituição Federal de 1988, ao passo que os princípios norteadores da então Carta Magna e os objetivos expressos no seu texto não coadunam ou harmonizam

com os contornos da rechaçada Lei 6.815/80. Esta última, ancorada na base da Doutrina da Segurança Nacional, considerava o migrante como um inimigo da nação, dispensando-lhe tratamento hostil, roupagem essa dissonante dos princípios basilares do respeito à dignidade humana, expressos e vigentes a partir da promulgação da atual Constituição Federal (SÁ, 2016)

Diversos fatores de ordem social e política contribuíram e pressionaram para o repensar legislativo da temática, migrando para uma perspectiva que trouxesse base normativa coincidente com a recente proposta constitucional e que afastasse os conflitos frente aos tratados internacionais de direitos humanos. Com base nessas motivações, em 2013, por iniciativa do Senado Federal, sobreveio o PL 288/2013, o qual fora convertido em legislação no ano de 2017, sob o número 13.445/17, denominada Lei de Migração. (OLIVEIRA E SAMPAIO, 2020)

A partir da análise de Teixeira (2020), verifica-se que a predita normativa federal retirou da ordem jurídica, de vez, a Lei 6.815/80. Neste esteio, a Lei 13.445/17 dispõe sobre os direitos e deveres do migrante, configurando-se como documento que estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas. Tendo como destinatário direto o migrante, a nova Lei de Migração é permeada pelo manifesto acolhimento dos princípios expressos em tratados internacionais em que o Estado brasileiro é signatário. Neste sentido, Sá (2016) aponta para a necessidade de uma política pública que contribua de forma significativa para a promoção da cidadania, tendo como pilar uma perspectiva inclusiva.

Com relação específica à educação, a Lei 13.445/17 (BRASIL, 2017) traz a seguinte disposição:

Art. 4º. Ao migrante é garantido no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados:

(...)

X – direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória.

Tendo como premissa a citada prescrição normativa, vislumbramos os migrantes como titulares do direito à educação, onde se tem o Estado como responsável pela sua garantia, por meio da educação pública. A partir de uma análise abrangente do direito à educação, reconhece-se sua relevância como um direito fundamental de ordem social.

Os direitos fundamentais estão diretamente vinculados a dois elementos, quais sejam: a liberdade e a dignidade humana. Esses elementos nos remetem ao significado de universalidade, característica esta que se manifestou de forma inaugural a partir da descoberta do racionalismo francês, em razão do ensejo da afamada Declaração dos Direitos Do Homem.

A educação é reconhecida como um direito fundamental de natureza social, garantido pelo Art. 6º da Constituição Federal. Além de ser compulsória para salvaguardar os princípios expressos no rol de incisos do artigo primeiro da Carta Constitucional, a educação é fundamental para alcançar as finalidades da República Federativa do Brasil. Assim, sua proteção transcende o interesse individual, pois, embora represente um benefício pessoal e uma forma de integração na cultura, ela também é um bem comum para a sociedade, refletindo a busca ou continuidade de um modo de vida que se almeja preservar ou transformar (DUARTE, 2007).

Correlacionando os migrantes com a educação escolar, insta destacar que, de acordo com os dados do Censo Escolar (INEP, 2020), no ano de 2019, as escolas brasileiras receberam 130.067 alunos migrantes matriculados na educação básica. Desses, 99.666 matriculados em instituições escolares públicas, representando 76% do total.

Esses dados enriquecem a compreensão do fenômeno em questão, evidenciando a presença de migrantes que dependem dos serviços públicos de educação e que, a partir das consolidações legislativas nacionais, encontram vinculação expressa de garantia ao direito à educação. Nesta esteira, em que pese a dicção normativa vinculada ao acesso à direitos em condição de igualdade com os nacionais, resta notório que esses migrantes possuem singularidades, as quais devem ser, inevitavelmente, consideradas na prática para a efetivação dos seus direitos, inclusive o educacional.

A motivação deste pesquisador surge da análise do panorama até então delineado. A minha experiência no campo do Direito, enquanto advogado, possibilitou-me perceber, com maior nitidez, no sistema jurídico as dificuldades enfrentadas pelos migrantes, cotidianamente, para acessar direitos básicos à sua existência com dignidade. Ademais, cabe sublinhar o meu interesse e inclinação ao estudo dos assuntos atrelados à educação. Aquela experiência e esse interesse convergiram para identificar as dificuldades inerentes da própria condição de migrante no que se refere à sua inclusão nos processos educacionais formais; e contribuíram para eu considerasse a educação como um direito fundamental do sujeito e imprescindível para o exercício da cidadania. Nesse sentido, é imperioso que se investigue em que medida esses direitos são efetivados, a partir da perspectiva do usufrutuário do serviço, a fim de esmiuçar e entender o cenário em questão, e contribuir para que o participante entenda a sua situação enquanto sujeito de direito.

As pesquisas sobre essa temática, conforme apontam alguns estudos recentes, carecem de maior trabalho por parte dos pesquisadores. De acordo com Barillet (2015, p.1155): “a maioria dos estudos existentes sobre migração tem se concentrado nas remessas econômicas; não se dando atenção suficiente às políticas sociais e especialmente às políticas educacionais para aqueles afetados pela migração”. Tal afirmação também encontra guarida em Oliveira (2020, p.11), ao descrever que “se percebe é que há muito a explorar sobre a condição que os estudantes estrangeiros enfrentam nas escolas públicas brasileiras”.

A importância de uma pesquisa dessa natureza aloja-se na intenção de aprofundamento cognitivo sobre um fenômeno contemporâneo e urgente no contexto social. Os números previamente apresentados demonstram uma considerável quantidade de pessoas na condição de migrante, as quais dependem do Poder Público para ver efetivado o direito fundamental à educação, sendo que, nesta esteira, a contribuição dessa pesquisa, ao desvelar as adjacências desse direito, combinado com a investigação de seu gozo pelo destinatário, recairá na possibilidade de seu produto funcionar como ferramenta para assistir na avaliação e reformulação das políticas públicas atreladas à temática.

Visualizando, mesmo que em linhas muito gerais, pelo menos por ora, o arcabouço legal que direciona as políticas públicas de migração no território nacional e identificando que sua nova roupagem confere expressamente a titularidade do direito à educação ao migrante por meio de acesso à escola pública sem que sofra discriminação em razão de sua nacionalidade ou condição migratória, a presente pesquisa tem enquanto objetivo geral compreender, com base nas experiências dos participantes da pesquisa, estudante migrante em situação de vulnerabilidade, residentes no Município de Varginha-MG, usuários dos serviços educacionais públicos de educação básica e de seu responsável, qual o alcance da efetivação do direito à educação, considerando as disposições legais que guiam a política educacional, o direito fundamental à educação e o tratamento dispensado a esse grupo específico.

2 METODOLOGIA PROPOSTA

Considerando a abordagem qualitativa desta pesquisa, verifica-se uma forte compatibilidade com a adoção de uma perspectiva metodológica participante, em especial quando consideramos os objetivos propostos.

Neste sentido, Gabarrón e Landa (2021) desvelam que o desígnio derradeiro da pesquisa participante é a transformação da realidade social, combinada com a melhoria de vida das pessoas envolvidas no fenômeno

social em questão. Assim, os beneficiários da pesquisa são as próprias pessoas da comunidade envolvida na situação a ser investigada.

Com fulcro nos princípios da pesquisa participativa, verificamos que esta evidencia a necessidade imprescindível da atuação ativa das pessoas da comunidade envolvidas e afetadas pela realidade vinculada ao fenômeno investigado, com o fito de produzir conhecimentos que sejam úteis para a transformação dessa realidade e tragam benefícios para a comunidade envolvida. Além disso, destaca-se que a proposta participante não coloca o pesquisador como protagonista do processo. Ao contrário, as relações devem privilegiar a horizontalidade e afastar o autoritarismo.

Fundamentados nesse preâmbulo, que apresenta, em resumo, a essência da pesquisa participante, justificamos a adoção da proposta da Metodologia Arqueológica Participativa (MAP), elaborada por Sá (2023), para amparar teoricamente a produção dos dados e a construção dos resultados. Consideramos que essa proposta está alinhada com o que acreditamos em relação aos caminhos éticos na produção do conhecimento, à valorização das pessoas participantes, à função social da pesquisa e aos efetivos resultados que almejamos alcançar.

A aludida plataforma metodológica, conforme revela Sá (2023, p.18):

é pensada para as pesquisas que envolvem a participação direta de seres humanos em todas as etapas da pesquisa. Todos os participantes devem, preferencial e invariavelmente, começar a atuar juntos desde a compreensão plena do fenômeno e suas delimitações até a conclusão e divulgação da pesquisa.

Nesta esteira, considerando a imprescindibilidade do envolvimento ativo dos participantes, o autor propõe sete etapas que devem ser observadas para a realização da pesquisa, sendo as três primeiras atreladas ao planejamento as quais correspondem a: definição do fenômeno; alinhamento dos investigadores; e harmonia entre as expectativas e a viabilidade dos resultados da pesquisa. Superada a fase de planejamento, inicia-se a fase de geração dos dados do corpus, inaugurada pela etapa da auscultação. Na sequência, Sá (2023) apresenta a calibragem como quinta etapa. Por fim, enquanto sexta e sétima etapa, Sá (2023, p.21) traz a transubjetivação e a redação do texto, correspondentes, respectivamente, à “definição de possibilidades teóricas da pesquisa” e a materialização do “texto que disporá sobre o percurso metodológico seguido na pesquisa”.

Amalgamado ao que se propõe metodologicamente, constatamos que os participantes da pesquisa devem ser pessoas diretamente envolvidas com o fenômeno investigado, para que, em conjunto, possam desbravar

a complexidade da temática e dos fatos sociais que os afetam, a fim de construir o conhecimento sobre a matéria de forma original e ética. Assim, os participantes serão estudantes venezuelanos da escola pública de educação básica e seus responsáveis legais, residentes no município de Varginha, no sul do estado de Minas Gerais.

No referido Município constatamos uma significativa presença de residentes venezuelanos, com os quais o pesquisador já possui uma aproximação em razão de frequentar lugares comuns e de participar de atividades desportivas em conjunto. Para a pesquisa, a partir da ampliação do número de conexões com a comunidade venezuelana, serão identificadas as pessoas que possuem as condições estabelecidas para serem participantes, ou seja, relação com o fenômeno. Na sequência, de forma presencial, serão apresentados aos propensos participantes os objetivos da proposta e convites para participar da pesquisa, tendo o prazo de quinze dias para sanar eventuais dúvidas sobre o feito e declarar aceite.

Quando do aceite em participar da pesquisa, será agendada uma reunião com cada grupo de participantes, composto pelo estudante e seu responsável, a fim de esclarecer a proposta e ser apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Assentimento, conforme o caso, além da expressa exposição sobre os riscos da pesquisa e possibilidades de desistência. O referido documento será entregue aos participantes, nos mesmos termos, em português e espanhol.

O desenvolvimento da pesquisa contará com pelo menos um conjunto de participantes, considerando o estudante e seu(s) responsável(eis), por segmento escolar, quais sejam: Educação Infantil, Ensino Fundamental séries iniciais, Ensino Fundamental séries finais e Ensino Médio.

Considerando a essência da pesquisa participante e da MAP, o primeiro momento da pesquisa corresponde à entrega, de forma impressa, aos participantes, do compilado normativo que direciona a política pública e expressa o direito à educação do migrante em território brasileiro. Cada grupo de participantes, de forma conjunta, buscará o entendimento sobre o material.

Após o acesso e contato com o supracitado material, será agendada uma reunião com todos os participantes. O pesquisador se compromete a organizar o traslado, caso necessário, às suas custas, bem como a estrutura para receber os participantes. Neste momento, o objetivo é que os participantes possam expressar, em conjunto, o seu entendimento sobre o material e a (des)conexão que encontram com a realidade do dia a dia.

Sobre o instrumento, na pesquisa de cunho qualitativa, segundo Rey (2005, p. 42) se deve atentar a “toda situação ou recurso que permite ao outro expressar-se no contexto de relação que caracteriza a pesquisa”.

Nessa esteira, o instrumento configura-se como uma ferramenta interativa, afastando conseqüentemente o caráter objetivo na busca de resultados, os quais independem do pesquisador. Sobre isso, utilizar-se-á, enquanto instrumento, a conversação.

Rey (2005) apresenta o que são os sistemas conversacionais, os quais consistem em uma forma de ruptura com a epistemologia estímulo-resposta, onde o pesquisador realiza um movimento de integração dinâmica, tendo a conversação, em suas mais variadas formas, como ato responsável pela produção de informação. Essa abordagem leva os participantes a exprimirem seus pontos de vista e conhecimentos de forma natural e autêntica. Nessa dinâmica, pesquisador e participantes interagem a partir de suas experiências, dúvidas e anseios, sendo o curso da conversação um momento propício para a emergência dos significados que os sujeitos expressam sobre o fenômeno e os fatos sociais que o circundam. Nesse diapasão, considera-se de grande valia as expressões de emoção apresentadas no curso da conversação, além das formas de argumentação e das expressões extraverbais, caracterizando esses elementos como importantes para definir a riqueza da informação.

Respeitando a escolha dos participantes em se expressar, na conversação, da forma que melhor lhes convier, poderão optar por se comunicar em espanhol ou português. Para que a comunicação não seja comprometida em razão do idioma, participará desses momentos uma intérprete, fato esse a ser comunicado aos participantes antes do início de sua efetiva participação na pesquisa. A reunião será gravada e as falas serão posteriormente transcritas para a análise dos dados.

Para a análise dos dados, visualizamos um conjunto de referenciais teóricos que contribuirão para entender e justificar o que foi produzido. Nesse sentido, esse referencial estará relacionado ao direito à educação, à filosofia da migração e às políticas públicas educacionais nacionais.

Quanto ao direito à educação e seus desdobramentos, acreditamos que a adoção de um referencial que discuta este tema à luz dos direitos fundamentais é eficaz. Para tanto, utilizaremos autores como Piovesan (2012) e Bonavides (2002), que estão alinhados a essa proposta. Além do direito material relacionado ao fenômeno investigado, é imprescindível averiguar o sentido e a essência da educação que buscamos justificar como direito. Nesse contexto, Freire (1977, 1987, 1996, 2000) oferece elementos de extremo valor para o debate e a análise dos fatos sociais relacionados.

No que concerne aos aspectos da filosofia da migração, buscamos um referencial teórico que forneça um embasamento robusto sobre a complexidade do tema e os mecanismos intrínsecos na sociedade que fomentam a exclusão e justificam a luta pela isonomia. Consideramos,

ao menos neste momento, que as obras de Sá (2016, 2021) e Di Cesari (2020) contribuirão assertivamente para a proposta, pois esses autores denunciam, de maneira crítica e fundamentada, as dores dos migrantes e os elementos de ordem política e social que dificultam a inclusão e a fruição de direitos básicos.

Sobre as políticas públicas e a análise dos dados propriamente dita, consideramos utilizar os fundamentos da metodologia avaliativa desenvolvida por Maria Ozarina Silva e Silva (2006) a fim de interpretar os dados obtidos por meio da conversação, buscando categorias para avaliar a eficácia das políticas públicas na garantia do direito à educação dos estudantes migrantes. A análise de dados baseada nessa metodologia avaliativa envolverá um enfoque qualitativo, com a triangulação entre as construções obtidas por meio da conversação e os documentos que fundamentam e dispõem sobre as políticas públicas educacionais. Neste processo a coleta de dados é seguida de uma criteriosa interpretação dos dados à luz de referenciais teóricos pertinentes. Nessa abordagem se enfatiza a compreensão profunda dos contextos sociais e educativos, permitindo uma avaliação abrangente e crítica das políticas implementadas, considerando tanto os resultados imediatos quanto os impactos a longo prazo na população alvo.

3 DESFECHO PROVISÓRIO

Nesta fase inicial da pesquisa, percebemos, por meio de buscas informais e registros em outras pesquisas sobre o tema, a necessidade premente de discutir a temática, justificada pela atenção exacerbada que se dá a temas de ordem econômica relacionados ao migrante, em detrimento de temas vinculados aos aspectos sociais e aos direitos associados. Também, neste mesmo sentido, considerando a proposta metodológica, visualizamos a oportunidade de uma experiência científica realmente significativa, na qual os participantes poderão construir o conhecimento em conjunto. Sobre esse conhecimento buscamos que funcione como um instrumento para a transformação da realidade, permitindo entender os mecanismos para exigir seus direitos fundamentais, neste caso, a educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARLLET, L.; RODRIGUÉZ, D.; OLIVEIRA, G. Migração e educação: perspectivas socioculturais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.41, n. especial, p. 1153-1171, dez., 2015.
- BRASIL. Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 de maio de 2017. Disponível em: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm
Acesso em: 18 de ago.2022.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020
- GABARRON, L. R.; LANDA L. H. O que é a pesquisa participante?. In: BRANDÃO C. R.; STRECK D. R. (Orgs.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida-SP: Ideias & Ideias. 2006, p. 89-120
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar, 2020. Brasília: MEC, 2020.
- OLIVEIRA, D. A. O imigrante na política educacional brasileira: um sujeito ausente. **PRÁXIS EDUCATIVA**, v. 15, p. 1-15, 2020.
- OLIVEIRA, E. M. M. de; SAMPAIO, C. **Estrangeiro, nunca mais!** Migrante como sujeito de direito e a importância do advocacy pela nova lei de migração brasileira. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios; Laudes Foundation; Missão Paz; Conectas Direitos Humanos, 2020.
- ORRÚ, S. E. **O re-inventar da inclusão: os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- REY, G. F. L. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Thomson Learning, 2005.
- SÁ, R. L. de. **Imigração Boliviana em Mares Paulistanos Dantes Navegados: Inclusão dos (In)visíveis e (Des)construção Identitária**. 1. ed. Saarbrücken, Alemanha: Novas Edições Acadêmicas, 2016. 328p.
- SÁ, R. L. de. Metodologias arqueológicas para o pesquis-a-dor social. **Revista Diálogos em Educação**. v.4, n.2, julho-dezembro de 2023.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é partilhar algumas notas iniciais de uma pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência, na Universidade Federal de São Paulo, nível Doutorado, a qual tem como fenômeno a ser investigado a avaliação da efetividade do direito à educação garantido ao estudante migrante venezuelano residente no município de Varginha, Sul de Minas Gerais, sob sua ótica e subjetividade e de seus representantes legais. A proposta metodológica dessa pesquisa qualitativa é a utilização dos princípios e fundamentos da Metodologia Arqueológica Participativa (MAP), que corresponde a uma perspectiva em que os participantes são construtores do conhecimento, por meio de um procedimento horizontalizado que considera de forma efetiva as questões éticas da pesquisa. Além disso, essa proposta metodológica visa, por meio da construção participativa do conhecimento, transformar a vida dos participantes em relação ao fenômeno investigado e aos fatos sociais a eles relacionados. Para tanto, a partir da livre e inequívoca manifestação de interesse em participar deste estudo, o procedimento técnico para a produção dos dados coadunará com os princípios basilares da MAP; neste sentido, utilizar-se-á a conversação para que os participantes, após terem acesso aos documentos que fundamentam as políticas públicas atreladas à temática, possam expressar sobre e avaliar a prática cotidiana enquanto usufrutuários de um serviço público.

Palavras-chave: Educação, Direito, Migração.

ABSTRACT

The objective of this paper is to share some initial notes of research being developed in the Postgraduate Program in Education and Health in Childhood and Adolescence, at the Federal University of São Paulo, Doctorate level, which has as its research phenomenon the evaluation of the effectiveness of the right to education guaranteed to Venezuelan migrant students residing in the municipality of Varginha, South Minas Gerais, from their perspective and subjectivity and that of their legal representatives. The methodological proposal of this qualitative research is the use of the principles and foundations of the Participatory Archaeological Methodology (MAP), which corresponds to a perspective in which participants are constructors of knowledge, through a horizontal procedure that effectively considers the ethical issues of the search. In addition, this methodological proposal aims, through the participatory construction of knowledge, to transform the lives of participants in relation to the phenomenon investigated and the social facts related to them. To this end, based on the free and unequivocal expression of interest in participating in this study, the technical procedure for data production will be in accordance with the basic principles of the MAP; In this sense, the conversation will be used so that participants, after having access to the documents that support the public policies related to the topic, can express themselves and evaluate their daily practice as users of a public service.

Keywords: Education, Law, Migration

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es compartir algunas notas iniciales de investigaciones que se desarrollan en el Programa de Postgrado en Educación y Salud en la Infancia y la Adolescencia, de la Universidad Federal de São Paulo, nivel Doctorado, que tiene como fenómeno a investigar la evaluación de la efectividad del derecho a la educación garantizado a los estudiantes migrantes venezolanos residentes en el municipio de Varginha, Sur de Minas Gerais, desde su perspectiva y subjetividad y la de sus representantes legales. La propuesta

metodológica de esta investigación cualitativa es el uso de los principios y fundamentos de la Metodología Arqueológica Participativa (MAP), que corresponde a una perspectiva en la que los participantes son constructores de conocimiento, a través de un procedimiento horizontal que efectivamente considera las cuestiones éticas de la búsqueda. Además, esta propuesta metodológica pretende, a través de la construcción participativa de conocimiento, transformar la vida de los participantes en relación con el fenómeno investigado y los hechos sociales relacionados con ellos. Para ello, a partir de la manifestación libre e inequívoca de interés en participar en este estudio, el procedimiento técnico de producción de datos se ajustará a los principios básicos del MAP; En este sentido, se aprovechará la conversación para que los participantes, luego de tener acceso a los documentos que sustentan las políticas públicas vinculadas al tema, puedan expresarse y evaluar la práctica cotidiana como usuarios de un servicio público.

Palabras-clave: Educación, Derecho, Migración

Unravelling the Migration Decision-Making Processes Underpinning Brazilian Migrants' Decisions to Move to Ireland

(Desvendando os processos de tomada de decisão migratória que sustentam as decisões dos migrantes brasileiros de se mudar para a Irlanda)

*Nivelton Alves de Farias**

1 INTRODUCTION

Migration is a multifaceted phenomenon influenced by various socioeconomic, political, and environmental factors. Understanding the decision-making process behind migration requires an interdisciplinary approach encompassing theories and empirical studies from economics, sociology, geography, political science, and psychology. The empirical literature on migration decision-making highlights the complexity and multifaceted nature of migration. Economic incentives, social networks, policy frameworks, environmental factors, and psychological and behavioural factors play crucial roles in shaping migration decisions. Furthermore, intersecting factors such as gender, race, and class further complicate the migration process. Understanding these diverse influences requires an interdisciplinary approach and nuanced analysis, as migration is driven by a combination of individual, family, and broader structural factors.

Financial incentives, particularly wage differentials and employment opportunities are crucial determinants of migration. Neoclassical economic theory posits that individuals migrate to maximize their income and improve their financial well-being. Several studies have empirically supported this

* Department of Geography, Trinity College Dublin, Dublin, Ireland. alvesde@tcd.ie.

theory. For example, Harris and Todaro (1970) demonstrated that expected wage differentials between rural and urban areas significantly drive rural-urban migration. Similarly, Borjas (1987) found that immigrants move to countries where they can earn higher wages than their home countries. Human capital theory suggests that the potential return on investment in education and skills influences migration decisions. Migrants are more likely to move if they expect their skills to be better utilized and rewarded in the destination country. Chiswick (1978) showed that higher educational attainment increases the likelihood of international migration as individuals seek to optimize their human capital. Furthermore, Grogger and Hanson (2011) highlighted that skill matching and the demand for specific skills in the destination labour market play a crucial role in migration decisions.

Social networks significantly impact migration decision-making by providing information, financial assistance, and emotional support. Massey et al. (1993) emphasized that migrant networks reduce the costs and risks associated with migration, thus facilitating the migration process. Empirical studies by Munshi (2003) and McKenzie and Rapoport (2007) corroborate this, showing that established migrant networks increase the likelihood of subsequent migration by providing resources and support. Family and community ties also play a crucial role in the decision to migrate. Stark and Bloom (1985) introduced the New Economics of Labor Migration (NELM) theory, which posits that migration decisions are often made collectively by families rather than individuals. Families view migration as a strategy to diversify income sources and reduce risk. Empirical evidence from Taylor (1999) and de Haas (2010) supports this theory, showing that the broader family and community context influences migration decisions.

Government policies and regulations significantly shape migration flows. Immigration policies determine the legal channels for migration and the conditions under which migrants can enter and remain in the destination country. Beine, Docquier, and Özden (2011) found that restrictive immigration policies reduce migration volume, while more open policies encourage it. The empirical work of Ortega and Peri (2013) further highlights that immigration policies affect not only the quantity but also the quality of migrants, influencing the skill composition of migrant populations. Labour market policies in destination countries, such as minimum wage laws and employment protection regulations, also influence migration decisions. Ruhs and Martin (2008) found that labour market policies impact the attractiveness of the destination country for migrants. For example, countries with strong employment protection may deter low-skilled migrants, while those with flexible labour markets may attract them.

Environmental factors, including climate change and environmental degradation, are increasingly recognized as important drivers of migration. The literature on environmental migration highlights that adverse environmental conditions can lead individuals to migrate for safer and more sustainable living conditions. Studies by Black et al. (2011) and Hunter, Luna, and Norton (2015) provide empirical evidence that environmental stressors, such as droughts, floods, and sea-level rise, significantly influence migration decisions.

Migration decisions are also influenced by individuals' perceptions of risks and opportunities in the areas of origin and destination. Kahneman and Tversky's (1979) prospect theory suggests that individuals weigh potential gains and losses differently when making uncertain decisions. Czaika and Vothknecht (2014) applied this theory to migration, finding that individuals' risk perceptions significantly influence their migration intentions and behaviours.

Cultural and identity factors also play a role in migration decisions. Migrants often seek destinations where they can maintain cultural ties and integrate more readily. Empirical studies by Dustmann (1996) and Constant and Zimmermann (2008) highlight that cultural proximity and shared identity with the destination country can facilitate migration and influence destination choice.

Gender dynamics critically influence migration decisions and experiences. Women and men often face different opportunities and constraints that shape their migration choices. Empirical studies by Donato et al. (2006) and Curran and Saguy (2001) reveal that gender-specific labour market opportunities, social norms, and family responsibilities significantly affect migration patterns. For example, the demand for domestic and care work in destination countries often influences female migration.

Race and class intersect with migration decisions, influencing who migrates and their experiences in the destination country. Studies by Massey and Denton (1993) and Portes and Zhou (1993) demonstrate that racial and class inequalities shape migration opportunities and outcomes. Migrants from marginalized racial and ethnic groups often face more significant barriers and discrimination, which influence their migration experiences and trajectories.

This article aims to contribute to this body of literature by exploring the complex decision-making processes that guide Brazilian migrants in moving to Ireland. It focuses on four key aspects: the actors involved in migration decision-making, family consent, types of migration, and migration interests. This article aims to enrich the existing scholarship on Brazilian migration to Ireland, particularly the literature on migration decision-making. By offering original empirical data and theoretical insights, it seeks to contribute

significantly to the literature on this topic. Ireland represents a new European frontier for Brazilians, who have historically migrated primarily to Portugal and other Western European countries (Evans et al., 2007; Torresan, 2012; Schrooten et al., 2016). Although Brazilian migration to Ireland is a relatively recent phenomenon compared to other European nations, the number of Brazilians in Ireland has grown significantly (CSO, 2022). The country is now home to Europe's 7th largest Brazilian community (MRE, 2023). Brazilian migration to Ireland is curious because, unlike Portugal and other European nations, Ireland lacks strong migration and colonial links with Brazil or historical familiarity with migrants from the region (Marrow, 2012).

The number of Brazilian nationals in Ireland has grown significantly since the beginning of the migratory flow (CSO, 2002, 2006, 2011, 2016, 2022). For instance, in 2002, there were only 1,232 Brazilian nationals in Ireland. By 2006, their number had grown to 4,720. Between the censuses of 2006 and 2011, the Brazilian population doubled in size, and its number stood at 8,704. The growth in the number of Brazilian nationals has continued, and in 2016, their number stood at 13,640. The number of Brazilians increased significantly in 2022 to 39,556. Moreover, since 2006, the Brazilian population has grown more than eight times.

Reflecting the arrival of different groups of immigrants in Ireland, research on Brazilian immigrants is only now emerging and primarily comprised of qualitative small-scale and mixed methods studies, except two large-scale studies (de Farias, 2022; Gouveia, 2015). Most of this body of academic research was carried out on Brazilian migration to Gort, a small town in County Galway, in the west of Ireland. These studies have focused on the determinants of both migration and return migration (de Farias, 2022); social capital and networks (McGrath, 2010; McGrath & Murray, 2009, 2011); integration (Leal, 2004; Healy, 2006, McKeown, 2015); ethnic identity (Sheringham, 2009, 2010); remittances (Meher, 2010), transnational religions (Meher, 2011; Sheringham, 2013) and rural cosmopolitanism (Woods, 2018). The Brazilian community of Gort is arguably the most famous case of Brazilian migration in Ireland, and over the years, it has been portrayed in both academia and the media (O'Shaughnessy, 2007; Mac Cormaic, 2008; Pereira, 2008; RTE, 2011; BBC, 2009). However, only a small number of studies have explicitly focused on Brazilian immigrants in Dublin (de Farias, 2024, 2012; Cawley, 2018, Dalsin, 2016; IOM, 2009), and just one study has examined Brazilians in Naas in County Kildare (Gouveia, 2015). To date, no study has explored the migration decision-making processes underpinning Brazilian migrants' decision to migrate to Ireland. This study aims to contribute to filling this empirical gap.

The paper is organized as follows: Section 2 provides a brief theoretical and empirical literature review on the migration decision-making process. The subsequent empirical analysis begins with the methods and data description and ends with the description and interpretation of the results. The final section provides the study's final summary and implications.

2 MIGRATION DECISION-MAKING: THEORETICAL CONSIDERATIONS

Decision-making is a universal concern among people seeking to migrate (Cairns, 2021). According to Baláž et al. (2016), migration decisions are complex, involving both economic and non-economic considerations, and are often made in conditions that depart significantly from the idealised information assumptions of many models (see DeJong and Fawcett, 1981; DeJong, 2000; Judson, 1990; Chi and Voss, 2005). Migration decisions are also multifaceted because migration has diversified into various forms, including work, education, training, lifestyle, and leisure (Cairns, 2021). According to DeJong and Gardner (2013: 2), the concept of decision-making “refers to the formation of an intention or disposition that results in a migration behaviour – the decision itself is sometimes conceptualized as composed of two parts: the decision to move or stay and the choice of one destination among various alternatives.” Cairns (2021) asserts that while decisions may be impulsive, a significant degree of premeditation is more likely considering the need to plan and make provision for departures and arrivals. In addition, people planning to migrate must accumulate sufficient social and economic capital before departure (Cairns, 2021).

According to Baláž et al. (2016: 36), existing migration research provides limited insights into many aspects of complex migration decision-making processes. Moreover, migration decision-making processes have been explored through migration theories (DeJong, 2000; Haug, 2008), theoretical decision-making models (DeJong and Gardner, 1981; DeJong, 2000; Chi and Voss, 2005; Bushin, 2009; Thompson, 2017; Baláž et al., 2016) and empirically (Tabor et al., 2015). Within this body of literature, there is considerable debate regarding the units of analysis for proper migration decision studies (Chi and Voss, 2005). Neoclassical (NE) migration theory, for instance, argues that individual and individual-level characteristics drive migration decisions (Chi and Voss, 2005). This model assumes that a cost-benefit approach underlies decision-making (Haug, 2008). NE also assumes that “human capital is a determining factor in migration decisions, as the qualification level correlates with the probability of finding a job and with

the wage level at the place of destination” (Haug, 2008: 587). On the other hand, the new economics of labour migration (NELM) argues that the family is the reasonable decision-making unit (Da Vanzo, 1981). NELM theorists such as Mincer (1978) have suggested that migration decision studies should be conducted at the family level rather than the individual level because it is the net family gain rather than net personal gain that drives migration of households (quoted in Chi and Voss, 2005: 13). Migration decision-making processes have also been explored through network frameworks. Network frameworks seek to explain the dynamics of migration decision-making in the process of pioneer and subsequent chain migration and the embedding of networks in migration systems (DeJong, 2000). Researchers have also explored migration decision-making processes through theoretical decision-making models. DeJong (2000), for instance, drew on the theory of planned behaviour (Ajzen, 1988) to propose a migration decision-making model of planned behaviour. The theory, which comes from social psychology, states “that intention are the primary determinant of behaviour, and are a product of social norms – perceptions of what significant others think about the behaviour – and expectations that one will attain valued goals as a consequence of the behaviour” (DeJong, 2000: 309). In adapting and applying the theory of planned behaviour to migration decision-making, DeJong (1999; 2000) argues that the major proposition is that intentions to move are the primary determinant of migration behaviour along with direct behavioural constraints and facilitator factors – the primary one being prior migration behaviour. On the other hand, Chi and Voss (2005) propose a hierarchical regression approach to migration decision-making. They argued that while migration decision-making has long been studied using mover-stayer models (Blumen, Kogan and McCarthy, 1955) and standard regression models (Shaw, 1975), they are not well suited to small- and large-scale heterogeneities (migration propensities) (Chi and Voss, 2005: 11). Instead, they argue that the advantage of the hierarchical regression models is that: (1) it can include spatial analysis; (2) the variations across groups can be estimated; (3) the variations within and across groups and the reliability of the coefficients can be estimated; and (4) it combines both individual characteristics and aggregate-level characteristics in the model, thus allowing researchers to avoid both ecological and atomistic fallacies in the interpretation of results (Chi and Voss, 2005: 13). Another author, Bushin (2009), proposes a children-in-families approach to researching family migration decision-making. She argues that a children-in-families approach requires researchers to include children in their research frameworks and allow children to be active research participants. She further argued that using a children-in-families approach to researching family migration decision-making within a qualitative research

framework allows for exploring children's agency in making migration decisions (ibid.: 432). Moreover, she argues that this approach "enables the plurality of family contexts to be acknowledged, the perspectives of parents and children to be documented, and the possibility of children's agency in family contexts to be considered" in migration decisions (ibid.: 439). Her findings showed that in almost half of the families who participated in the study, children were either consulted or participated in the family migration decision-making process (ibid.: 439). Thompson (2017) proposed a geographical imagination approach that can account for the complexities of culture and place on migration decision-making processes. According to Thompson (2017: 79) geographical imaginations are the mental images people hold of different places and the people living there. Thompson argues that a geographical imagination approach can account for the impacts of culture and place on migration decision-making in four interlinked ways: "It is sensitive to the influence of geographical scales, to ideas of culture and place, to understandings of both home and away, and is able to account for non-migration" (ibid.: 78). He also pointed out that this approach is flexible and wide-reaching in nature and does not overlook the importance of economic, social, and political influences (ibid.). Finally, researchers have explored migration decision-making processes empirically. For instance, Tabor et al. (2015) explored the decision-making of skilled, self-selected migrants from the United Kingdom, India, and South Africa to migrate to New Zealand. The study showed that for nearly all participants, the initial step in the decision process was to assess whether or not to leave their country of origin. Nearly all participants considered where they would move to as the second major decision. Finally, after deciding where to move, migrants usually focused on selecting the right time to go (ibid.: 32-33).

3 RESEARCH METHODS

This study utilised case study methods to analyse the decision-making processes underpinning Brazilian migrants' decisions to migrate to Ireland through the context of Anápolis, a mid-sized city of 386,923 habitants located in the Midwest state of Goiás in Brazil (IBGE, 2019), and of Gort, a small town of 2,800 habitants situated in County Galway, Ireland (CSO, 2016). This paper draws on data from a four-year research project on the determinants of

Brazilian migration from Anápolis in Goiás to Gort in County Galway, Ireland (de Farias, 2022). Even though this data was gathered over five years ago, it remains the only dataset of its kind. Thus, it provides an original and vital window into the Brazilian migrant experience in Ireland. The research fieldwork was conducted in Anápolis and Gort in May-September 2018. The study drew the sample from two central target populations: the entire current Brazilian population of Gort and the cohort of Brazilian returning migrants in Anápolis who previously lived in Ireland. The study recruited participants through three sampling techniques: convenience sampling, snowball sampling, and purposive sampling in both communities. Data collection was more accessible to implement in Gort due to its small population (approximately 2,994 people) and the clustering of the Brazilian community. On the other hand, data collection in Anápolis was more challenging due to the city's size (approximately 365,000 people) and its difficulties. In particular, the sample was comprised of 48 males (56.47%) and 37 females (43.53%). Participants were aged between 18-70 (average age 44 years). Among the sample, 18 were less than 35 years old, 40 were aged between 35 to 50, 22 were aged 51 to 60, and 5 were aged 61 to 70. The majority were mature people, middle-aged or older, a notable indicator of labour migration flows. Regarding marital status, 58 participants were married, 16 were single, 9 were separated or divorced, and 2 were cohabiting.

The research adopted a multi-method qualitative approach, including questionnaires, surveys, semi-structured interviews, and participant observations. The data collection first involved applying a questionnaire survey, which was carried out with 85 Brazilian migrants (48 men and 37 women) to elicit primary demographic and socio-economic data aimed to capture as far as possible the diversity of the Brazilian migrants in both research sites, about factors such as gender, age, education, Religion, region of origin, marital status, family composition, place of residency of family, types of migration, immigration status, time in Ireland, working status and sectors of employment.

This initial stage was followed by applying 85 in-depth semi-structured interviews (48 men and 37 women) to capture the decision-making processes underpinning Brazilian migrants' decisions to migrate to Ireland; this included asking fundamental questions relating to four aspects of the migration decision-making process: (a) actors (individual, family, community) involved, (b) family consent for migration, (c) types of migration (individual, familial), and (d) migration interests. These stages were complemented further by other ethnographic methods, including participant observation. The study used participant observation as both an instrument to build a richer understanding of the context in each community and as a data-collection strategy, with

the main emphasis on the former. The questionnaires and interviews were in Portuguese, the interviewee's and the researcher's native language. The researcher tape-recorded all the interviews and translated them into English. All first names used are pseudonyms to protect respondents' anonymity.

4 RESULTS AND DISCUSSION

4.1 Actor(s) involved in the migration decision-making process

Table 1 presents the results of the analysis of data on the actors, that is, the individual, the family, or the community - involved in the migration decision-making process. Seven broad themes emerged from the data. The data indicate that 28 participants decided to migrate independently with their family's consent, of which 16 were male and 12 female; this is the case of 52-year-old **Heitor**, who, despite being married, decided to migrate on his own: "I made this decision on my own because I had no choice. I sold everything I had at the time to finance the trip; [...] I came with the face and courage, [...]." However, most of those in this category were more likely to be single, at least during their migration; this is the case of **Davi** (38, 13 years in Ireland): "I made the decision myself because I was single at the time, but I talked to my mother, and she supported me."; and **Benício** (31, 6 years in Ireland) "I had lived alone since I was eighteen, so it was easy for me to make that decision myself, but of course, I informed my parents about my decision to move to Ireland." **Davi** and **Benício** are married now and live permanently in Gort with their wives and children.

Others expressed the difficulty of hiding the decision to migrate from their parents; see, for instance, the experiences of **Matheus**(30, 1 year in Ireland): "It is difficult for you to hide something from the family. They were aware of my plans to leave Brazil. When the time came, they supported me, yes." Some returnee migrants in Anápolis who came to Ireland as children expressed the joy of returning to Ireland on their own a second time. **Benjamin**, aged 20, who returned to Gort in 2018 after spending ten years in Brazil, stated: "I made the decision myself; I had this conviction to return to Ireland from the first time we returned to Brazil, [...] I realized that I had become accustomed to life in Ireland."; and 25-year-old **Luíza**, who returned to Gort in 2016 after spending seven years in Brazil: "The first time I migrated in 2007, my parents made the decision. It was my own decision the second time, but they supported me."

Seventeen female participants discussed the decision to migrate with their husbands and family, representing around half of the overall female sample of 37 participants; this is the case of **Ana Clara**, a pioneer migrant

who moved to Ireland in early 2001, leaving behind her husband and two daughters. In her first attempt to enter Ireland, she was deported; however, a month later, she returned to Ireland: “Yes, I talked to my husband and my mother; they would be responsible for my daughters, but they supported me, yes, of course. [...]” Other female participants emphasized the importance of their families, especially those leaving children behind. For example, 48-year-old **Meire**, who lived in Ireland from 2003 to 2009, stated: “I discussed the idea with everyone, my mother, my husband, my siblings, especially with my parents because they would be responsible for taking care of our two children, so we had to have the approval of them.”; and 50-year-old **Melissa**, who lived in Ireland from 2007 to 2009: “It was a decision between him and me, and my mother, who was responsible for caring for my two daughters while we were in Ireland. [...], so I went quietly to Ireland because I knew my daughters were being cared for safely, that reassured me a lot.” Both **Meire** and **Melissa** came to Ireland to reunite with their spouses who had migrated to the country previously. In most cases, they could not bring their children to Ireland. **Júlia**, one of the few exceptions, managed to bring her daughter: “It was a decision discussed with my parents because they were responsible for taking care of my daughter in Brazil until I could adapt and get a job in Ireland. [...] Today, we live together here in Gort.”

In some cases, however, the family was unhappy with the decision to migrate to Ireland, especially grandparents who were left behind looking after children; this is the case of 32-year-old **Catarina**, who left her 2-month-old son with her mother: “It was a decision between my husband and me, at the time he migrated I could not go because I was pregnant when my son completed two months I went, it was the most difficult decision of my life, my mother took care of him for me, but she was not very happy, [...]”; and 46-year-old **Elisa**, who left her 3 children with her mother. Here is what she said about the discussion within the family of the decision to migrate: “It was discussed with my husband, but at the time my mother did not want me to migrate, [...] my mother did not want me to go because she would be alone taking care of three children would be difficult for her.” Others who were very close to their mothers had difficulties making the migration decision and convincing them that it was necessary. However, over time, they won them over; this is the case of 53-year-old **Ana Luíza**: “My mother did not much agree with the idea because we are very close, [...]. She was very sad, but as time passed, she got used to the idea, [...]”

Fifteen male participants discussed the decision to migrate to Ireland with their wives only, while another 12 discussed it with their wives and family; this was the case of 62-year-old **Antônio**: “I made that decision with my wife, even sick she agreed, without her permission, I would not

have gone.”; and 41-year-old **Pedro**: “Yes, it was shared and I discussed the decision with my wife.” Others could not consult children because they were too small: “I consulted my wife at all times I migrated and returned, my daughters not because they were too small.” [**Lorenzo**, 55, married]. Some participants put their wives through the conjecture of the decision to migrate more than once; this was the case of **Miguel**: “I talked to my wife, I told her, I am going back to Ireland, one more time to see what is going to happen, and she supported me, [...]”; **Enzo**: “On both the times I migrated, the decision was discussed with my wife.” and **Lucca**: “Both times, the decision was made between my wife and me.”

For those with tiny and young children, deciding to come to Ireland was more difficult; this is the case of **Gabriel**, 42 years old, who arrived in Ireland in 2002: “It was decided between my wife and me. It was difficult because my daughter was 45 days old when I first came to Ireland.”; and 40-year-old **Emanuel**: “It was not an easy decision, the wife agreed; it was difficult for me because my daughter was only eight months old when I first went to Ireland.” Others who went through a previous migration experience alone decided to bring their whole family; this is the case of 43-year-old **João Miguel**: “Yes, on both occasions, the decision was discussed between my wife and me [...]. However, in 2008, it was more difficult because I migrated alone [...]. To avoid this, in 2016, we also decided to bring the whole family to Gort.”

Other participants discussed the decision to migrate to Ireland with their wives and families. The case of 43-year-old **Théo** illustrates this: “This was a decision discussed one hundred percent with the family; coming to Ireland was a strategy for our family. It was a decision discussed between me, my wife, and my two teenage children, so much so that my eldest son decided to stay in Brazil, and we had to respect his decision.” A similar case is of that 52-year-old **Cauã**: “It was a decision discussed with the family, I talked to my wife, she agreed to stay with my children alone and then I went, but in general, my whole family agreed, but it is not easy to leave your wife and children behind you suffer a lot.” In some other cases, the family agreed, but they were worried: “It was discussed with my wife, everyone in my family was worried, we did not know anything about Ireland, or how it would be when I got there, and we went in the dark.” [**João**, 49, married]

A further 6 participants indicated that they decided independently with no family consent, of which 3 were male and 3 were female; this was the case of 30-year-old divorced **Maria Eduarda**: “It was not a consensus, it was a war in my family because my mother would not accept it, my father would not accept it, my part of my family nobody accepted, [...], as I was already 18, so I went anyway. [...]”; and 50-year-old **Samuel**, explained: “I made

this decision myself because, at the time, I had no one, no longer had my parents, but I communicated to family members before coming to Ireland.” Old parents who depended on their children were reluctant to give consent; this was the case of 51-year-old **Livia**: “It was not a shared decision with the family, especially my parents, because they did not want me to leave Brazil, not to stay away from them, they were of age so to be left without a person to give support would be difficult, but they adapted well, I go on vacation every year.” In a similar case, an old mother thought that her son would not be able to get through this process: “I always wanted to leave Brazil, from a very young age, my whole family knew of my dream. My family did not want me to go, especially my mother; they said I was crazy and that I would not be able to live in Ireland.” [**Gustavo**, 45]. Finally, **Manuela** did not get her family’s consent. On the contrary, they tried to stop her from migrating to Ireland as they were afraid that she would fall into prostitution, and they also did not trust her friend: “I made this decision on my own, I informed my family only a week before the trip, they tried until the last moment to stop me from traveling, but since I was 21 years old it was not possible. [...]”

Five other female participants discussed the decision only with their husbands. For example, 37-year-old **Helena**, who migrated with her children to join her in Ireland in 2004, stated: “The decision was discussed between me and my husband, he had migrated a year earlier.”; and also, the cases of 31-year-old **Maria Luíza**, who came to support her husband: “It was a decision made more by my husband than by me, if it were not for him I would not have migrated no, but I decided to come to support him, besides two is better than one, to put our project to buy a house in Brazil in practice.”; and **Beatriz**: “No, just me and my husband, I communicated to my mother at the last moment when my decision was already made. My mother is a very good person, you know, she said so, it will make you happy, it’s okay for you, go with God, God bless, she is that way, [...]” Like **Beatriz**, most had the blessing and consent of their families despite deciding with their husbands only.

Finally, parents’ decisions with family consent to bring their children to Ireland counted for 5 participants. Some children could consent; this is the case of 26-year-old **Arthur**, who came to Ireland as a teenager: “It was a decision made between the family, between my father and my mother first. After the decision was made, they informed me and I agreed to come, I knew that with a better education I could help my parents more in the future.” Interestingly, none mentioned discussing or seeking the consent of community members or acquaintances; this was also the case among returnees in the origin region of Anápolis.

Table 1: Actor(s) involved in the migration decision-making progress.

Decision patterns among participant(s)	Participant(s)		Total
	Host community	Origin community	
Own decision (with family consent)	14 (16%)	14 (16%)	28
Discussed with husband + family	5 (5%)	12 (14%)	17
Discussed with wife (only)	12 (14%)	3 (3%)	15
Discussed with wife + family	3 (3%)	9 (10%)	12
Own decision (with no family consent)	6 (7%)	-	6
Discussed with husband (only)	3 (3%)	2 (2%)	5
Parents decision (with consent)	5 (5%)	-	5
Discussed with community members or acquaintances	-	-	-

Source: Authors' own construct

4.2 Family consent for migration

Table 2 presents the results of the analysis of data on family consent given to participant's decision to migrate to Ireland. The data only relates to family (including wives/spouses and children) and parental consent, not migrant consent. Discussion around migrant consent is often related to temporary labour migration programs, which use consent-based justifications for restricted social entitlements of temporary migrant workers (see Boese and Macdonald, 2017 for a broader discussion). Four broad themes emerged from the analysis. The results indicate that 67 participants had the support of their families, of which 43 were male and 24 were female. A further 9 participants indicated that their families disagreed, of which 6 were female and 3 males. Six participants indicated that only part of the family agreed with their decision to migrate, all of which were females. As we can see from the two last examples, female participants were less likely to have family consent than males. Surprisingly, only 3 respondents did not ask for or seek family approval before migrating.

Moreover, the great majority of the participants had the consent of their families regarding the decision to migrate to Ireland. This finding is in line with the new economics of labour migration. NELM theorists such as Mincer (1978) have suggested that migration decision studies should be conducted

at the family level rather than the individual level because it is the net family gain rather than net personal gain that drives household migration (quoted in Chi and Voss, 2005: 13). A critical insight of NELM is that migration decisions are not made by isolated individual actors (as assumed by NE), but by larger units of related people, typically families or households, but sometimes communities too (Stark and Bloom, 1985). Unlike individuals, households can control risks to their economic well-being by diversifying the allocation of household resources (Massey et al., 1993).

Table 2: Family consent for migration.

Family support patterns	Participant(s)		Total
	Host community	Origin community	
Family agreed	33 (38%)	34 (40%)	67
Family did not agree	8 (9%)	1 (1%)	9
Part of the family agreed	2 (2%)	4 (4%)	6
Did not ask	2 (2%)	1 (1%)	3

Source: Authors own construct

4.3 Types of migration (individual, familial.)

Table 3 presents the results of the data analysis on the types of migration among the participants, that is, individual or familial. The data give insights into whether individuals migrated to Ireland alone or whether their families or part of the family also migrated. Thirty-eight participants reported that their families also migrated to Ireland. A further 22 participants, of whom 9 were male and 13 were female, reported that only part of their close family migrated to Ireland. Another 18 participants, of whom 17 were male and 1 was female, indicated that they migrated to Ireland alone. Finally, 8 participants reported that they only had relatives in Ireland. Moreover, male participants were more likely to migrate alone or have only part of their families in Ireland.

Family migration was the most significant type, as most participants reported that their families or part of their families also migrated to Ireland. However, individual migration, i.e., individuals migrating alone, is also significant. Family migration is a general concept covering: 1) family reunification of spouse, parent, children, and other relatives; 2) family formation or new marriage of a migrant with permanent residents or citizens; or 3) family accompanying a family member entering at the same time as

a primary migrant (IOM, 2019: 71 adapted from IOM, 2015: 33). Family reunification refer to the right of non-nationals to enter into and reside in a country where their family members reside lawfully or of which they have the nationality to preserve the family unit (IOM, 2019: 72). Family unit refers to a family's right to live together and, as a fundamental unit of society, to receive respect, protection, assistance and support (IOM, 2019: 72). Arguably, family related migration has become the major source of new immigration to most Western receiving countries as family reunification has become the leading legal mode of entry into Europe today (Baizán et al., 2014; Baizán et al., 2012). However, the legislation in Ireland does not provide an explicit legal right to family reunification or to reside in the state based on existing family relationships (Strik et al., 2013; Arnold and Quinn, 2017). Family reunification in Ireland operates on the basis of ministerial discretion in all cases (Arnold and Quinn, 2017).

The participants' demographic data further support the finding that family migration is the most significant type among Brazilian migrants in Gort. The data showed that most participants were mature, middle-aged, or older, a notable indicator of labour migration flows. The data also showed that regarding marital status, 58 (out of 85) participants were married, 16 were single, 9 were separated or divorced, and 2 were cohabiting. Regarding family composition, 71 participants reported they have children, although family sizes overall were small, with a total of 152 children, an average of 2.14 children per family. Twenty-two participants declared they had children born abroad (outside Brazil); 28 were born abroad. Of these, 25 were born in Ireland, while 3 children were born in Portugal. Moreover, data show that most participants are more likely to be mature, married, and have children.

Previous empirical studies have also found evidence of family migration among Brazilian migrants in Gort. Healy (2006), for instance, found that the intention was generally to stay for a short time and return to Brazil with the money saved, but many settled permanently. From the initial six people, the numbers grew in volume so that, by 2016, almost 13.26% of the population of Gort were Brazilians (CSO, 2016). Similarly, McGrath (2010: 152) found that while men who had initially migrated alone or with other men (leaving their families behind) tended to socialize together at the beginning of the immigration cycle, this often changed over time with the arrival of wives and children after several years. Although Brazilian migrants in Gort are more likely to be married and practice family migration, Brazilians nationwide are most likely to be single, showing a similar pattern to Spanish, Italian, and French nationals (CSO, 2016). Moreover, of the 13,640 nationals, 8,265 were single (60.59%), 4,273 were married (31.32%), and 509 were separated or divorced (3.73%) (CSO, 2016).

Table 3: Families and family members participating in the migration process.

Family migration patterns	Participant(s)		Total
	Host community	Origin community	
Family migrated	25 (29%)	13 (15%)	38
Part of the family migrated only	9 (10%)	13 (15%)	22
Family did not migrate	11 (12%)	7 (8%)	18
Relatives migrated only	1 (1%)	7 (8%)	8

Source: Authors own construct

4.4 Migration interests driving migration

Table 4 presents the results of the analysis of data on the migration interests (personal, family, and professional) that underpin participants' decisions to migrate to Ireland. Interestingly, 40 participants said they were pursuing personal and family interests when migrating to Ireland, of which 23 were male and 17 female. A further 22 participants said they were pursuing personal interests only, of which 12 were male and 10 were female. Another 21 participants said they were pursuing family interests only, of which 10 were male and 11 were female. Finally, only 2 participants said they were pursuing professional and religious interests.

Moreover, female participants were more likely to migrate for family reasons, whereas male participants were more likely to migrate for personal reasons. However, these differences may be attributed to the slight discrepancy in the number of male and female participants in the overall sample, with 48 and 37, respectively.

Table 4: Participant's interests underpinning migration.

Theme(s) emerged	Participant(s)		Total
	Host community	Origin community	
Both (personal and family) interest	12 (14%)	28 (32%)	40
Personal interest only	15 (17%)	7 (8%)	22
Family interest only	16 (18%)	5 (5%)	21
Professional/religion interest	2 (2%)	-	2

Source: Authors own construct

5 FINAL CONSIDERATIONS

This article explored the complex decision-making processes that guide Brazilian migrants in moving to Ireland, focusing on four key aspects: the actors involved in migration decision-making, family consent, types of migration, and migration interests. The study is based on a four-year research project by de Farias (2022), which examines the migration patterns from Anápolis in Goiás, Brazil, to Gort, Ireland. The participants' accounts provided insights into the complexity of the decision-making processes underpinning their migration to Ireland. Of the 85 participants, 28 decided to migrate independently but still sought their family's consent. Among female participants, 17 discussed their migration plans with their husbands and extended family, while 15 male participants primarily consulted with their wives. Additionally, 12 male participants involved their wives and broader family in decision-making.

These findings demonstrate that migration decisions were primarily made by households, not individuals, and family consent was sought and given in most cases, thus supporting New Economics of Labour Migration (NELM) insights. The decision to migrate was strongly influenced by family dynamics, particularly concerning the care of those left behind. In some cases, the burden of care fell on the shoulders of the elderly, highlighting the intergenerational, gender, and care relationships within families. This finding supports previous research. According to Castles et al. (2014), migration is rarely a case of a single individual rationally deciding to migrate to improve their own life. More frequently, migration is a collective decision taken by families and sometimes by entire households or communities (de Haan et al., 2000; McDowell and de Haan, 1997).

Concerning the types of migrations, the study found that 38 participants informed that their families had also migrated to Ireland. A further 22 participants informed that only part of their close family migrated to Ireland. Another 18 participants indicated that they migrated to Ireland alone. Finally, 8 participants reported that they only had relatives in Ireland. Moreover, male participants were more likely to migrate alone or have only part of their families in Ireland. Regarding migration interests, the study found that 40 participants said they were pursuing both personal and family interests when migrating to Ireland. A further 22 participants said they were pursuing personal interests only. Another 21 participants, said they were pursuing family interests only. Finally, only 2 participants said they were pursuing professional and religious interests. Moreover, female participants were more likely to migrate for family reasons, whereas male participants were more likely to migrate for personal reasons.

This study's focus on the migration decision-making processes of Brazilian migrants from Anápolis in Goiás and Gort in County Galway, Ireland, is of utmost importance. It provides specific insights into the motivations and considerations of these communities, thereby making a valuable original contribution to the literature on migration decision-making. However, it's important to note that the study's focus on these two specific regions represents a limitation. Extending this research to encompass other regions of Ireland would provide a more comprehensive understanding of Brazilian migration patterns. Due to time and financial constraints, this broader approach was not feasible within the scope of this study.

Future research must strive for a more comprehensive understanding of Brazilian migration to Ireland. This can be achieved by including a more representative sample of the Brazilian community across Ireland, incorporating migrants from diverse towns and regions. Additionally, examining the impact of Irish government migration policies and labour market regulations on migration decisions could provide valuable insights, not only for Brazilian migrants but also for other migrant groups. Future research should also aim to include more comparative studies to understand the similarities and differences in migration decision-making processes among various migrant groups. For instance, comparing the migration decision-making processes of Brazilian migrants with those of other nationalities migrating to Ireland could highlight unique and common factors influencing these decisions. Such comparative research would also contribute significantly to the broader literature on migration decision-making and policy development.

ACKNOWLEDGMENT

I sincerely thank Dr Susan Murphy (Trinity College Dublin, The University of Dublin), my primary supervisor, for her support, encouragement and guidance throughout my Ph.D. research on which this article is based. I am also grateful to Trinity College Dublin and the Department of Geography in particular, who funded my research project through a Postgraduate Research Fellowship Award, granting me with a three-year plus one-year extension, in which I was able to focus on fieldwork and writing. Finally, I owe a very special thanks to the Brazilian participants and their families in both Gort in Ireland and Anápolis in Brazil who shared their migration experiences with me.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- AJZEN, I. **Attitudes, personality and behaviour**. Milton Keynes: Open University Press. 1988.
- ARNOLD, S. and QUINN, E. **Family reunification of non-EU nationals in Ireland**. 2017. Available online at <https://www.esri.ie/system/files/publications/RS62_0.pdf>.
- BAIZÁN, P. **A reassessment of family reunification in Europe**. The case of Senegalese couples. 2012.
- BAIZÁN, P., BEAUCHEMIN, C. and GONZÁLEZ-FERRER, A. An origin and destination perspective on family reunification: the case of Senegalese couples. **European Journal of Population**, 2014, 30(1), pp.65-87.
- BALÁŽ, V., WILLIAMS, A.M. and FIFEKOVÁ, E. Migration decision making as complex choice: eliciting decision weights under conditions of imperfect and complex information through experimental methods. **Population, Space and Place**, 2016, 22(1), pp.36-53.
- BBC NEWS. **In pictures: Brazilians in Ireland**. 2009. Available online at <http://news.bbc.co.uk/2/shared/spl/hi/picture_gallery/08/europe_brazilians_in_ireland/html/1.stm>.
- BEINE, M., DOCQUIER, F., & ÖZDEN, Ç. Diasporas. **Journal of Development Economics**, 2011, 95(1), 30-41.
- BLACK, R., ADGER, W. N., ARNELL, N. W., DERCON, S., GEDDES, A., & THOMAS, D. **The effect of environmental change on human migration**. *Global Environmental Change*, 2011, 21, S3-S11.
- BLUMEN, I., KOGAN, M., MCCARTHY, P.J. **The Industrial Mobility of Labor as a Probability Process** (No. 6). *Cornell Studies of Industrial and Labour Relations* VI. 1955.
- BOESE, M. and MACDONALD, K. Restricted entitlements for skilled temporary migrants: the limits of migrant consent. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, 2017, 43(9), pp.1472-1489.
- BORJAS, G. J. Self-selection and the earnings of immigrants. **American Economic Review**, 1987, 77(4), 531-553.
- BUSHIN, N., 2009. Researching family migration decision-making: A children-in-families approach. **Population, space and place**, 2009, 15(5), pp.429-443.
- CAIRNS, D. **Migration decision-making, mobility capital and reflexive learning**. *The Palgrave Handbook of Youth Mobility and Educational Migration*, p.25. 2021.

- CASTLES, S. and OZKUL, D. Circular Migration: Triple win, or a new label for temporary migration?. In. SPRINGER, Cham. **Global and Asian perspectives on international migration** (pp. 27-49).. 2014.
- CAWLEY, M. Labour and education-related migration in the age of globalisation: new links between Brazil and Ireland. **Espaço Aberto**, 2018, 8(2), pp.37-56.
- CHI, G. and VOSS, P., 2005. Migration decision-making: a hierarchical regression approach. **Journal of Regional Analysis & Policy**, 2005, 35(2), pp.11-22.
- CHISWICK, B. R. The effect of Americanization on the earnings of foreign-born men. **Journal of Political Economy**, 1978, 86(5), 897-921.
- CONSTANT, A., & ZIMMERMANN, K. F. Measuring ethnic identity and its impact on economic behavior. **Journal of the European Economic Association**, 6(2-3), 424-433. 2008.
- CSO [Central Statistics Office] **Census of Population**. 2002. Available at: <[https://www.cso.ie/en/census/2002censusreports/.](https://www.cso.ie/en/census/2002censusreports/)>
- CSO [Central Statistics Office] **Census of Population**. 2006. Available at: <[https://www.cso.ie/en/census/census2006reports/.](https://www.cso.ie/en/census/census2006reports/)>
- CSO [Central Statistics Office] **Census of Population**. 2011. Available at: <[https://www.cso.ie/en/census/census2011reports/.](https://www.cso.ie/en/census/census2011reports/)>
- CSO [Central Statistics Office] **Census of Population**. 2016. Available at: <[https://www.cso.ie/en/census/census2016reports/.](https://www.cso.ie/en/census/census2016reports/)>
- CSO [Central Statistics Office] **Census of Population**. 2022. Available at: <<https://www.cso.ie/en/statistics/population/censusofpopulation2022/>>
- CURRAN, S. R., & SAGUY, A. C. Migration and cultural change: A role for gender and social networks? **Journal of International Women's Studies**, 2001, 2(3), 54-77.
- CZAIKA, M., & VOTHKNECHT, M. Migration as cause and consequence of aspirations. **Journal of International Migration and Integration**, 2014, 15(3), 531-548.
- DA VANZO, J. 'Microeconomic approaches to studying migration decisions'. In. DE JONG, G. F. and Garden, R. W. (eds). **Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries**. New York: Pergamon Press. 1981.
- DALSIN, K. Why Did You Move to Ireland?. In. **Migration of Rich Immigrants** (pp. 163-178). Palgrave Macmillan, New York. 2016.

- DE FARIAS, N. A. **Identifying the Determinants of Brazilian Migration to and from Ireland:** a Micro-Level Cross-Country Analysis (Doctoral Dissertation, Trinity College Dublin, School of Natural Sciences). 2022.
- DE FARIAS, N. A. **Negotiating Social Capital:** An Analysis of the Experiences of Brazilian Language Students in Dublin. Unpublished MPhil thesis. Trinity College Dublin, TCD. 2012.
- DE FARIAS, N.A. The Development and Practices of Social Capital Resources among Brazilian Students in Dublin. *TRAVESSIA-revista do migrante*, 2024, 1(99).
- DE HAAN, A.; BROCK, K.; CARSWELL, G.; COULIBALY, N.; SEBA, H. and TOUFIQUE, KA. **Migration and Livelihoods:** Case Studies in Bangladesh, Ethiopia and Mali, Institute of Development Studies, Brighton, Sussex. Cambridge University Press. 2000.
- DE HAAS, H. Migration and development: A theoretical perspective. **International Migration Review**, 2010, 44(1), 227-264.
- DE JONG, G.F. and FAWCETT, J.T. Motivations for migration: An assessment and a value-expectancy research model. In **Migration decision making** (pp. 13-58). Pergamon. 1981.
- DE JONG, G.F. and GARDNER, R.W. eds. **Migration decision making:** multidisciplinary approaches to microlevel studies in developed and developing countries. Elsevier. 2013.
- DE JONG, G.F. Expectations, gender, and norms in migration decision-making. *Population studies*, 2000, 54(3), pp.307-319.
- DONATO, K. M.; GABACCIA, D.; HOLDAWAY, J.; MANALANSAN, M.; & PESSAR, P. R. A glass half full? Gender in migration studies. **International Migration Review**, 2006, 40(1), 3-26.
- DUSTMANN, C. Return migration: The European experience. **Economic Policy**, 1996, 11(22), 213-250.
- EVANS, Y., WILLS, J., DATTA, K., HERBERT, J., MCIWAIN, C., MAY, J., ARAUJO, J. O., FRANCA, A. C. AND FRANCA, A. P. **Brazilians in London:** A Report for the Strangers into Citizens Campaigns. Department of Geography, Queen Mary University of London. 2007.
- GOUVEIA, D. **Brazilian Return Migration:** Debt, Freedom and Melancholia (Doctoral dissertation, National University of Ireland Maynooth). 2015.
- GROGGER, J., & HANSON, G. H. Income maximization and the selection and sorting of international migrants. **Journal of Development Economics**, 2011, 95(1), 42-57.

- HARRIS, J. R., & TODARO, M. P. Migration, unemployment and development: A two-sector analysis. **American Economic Review**, 1970, 60(1), 126-142.
- HAUG, S. Migration networks and migration decision-making. **Journal of ethnic and migration studies**, 2008, 34(4), pp.585-605.
- HEALY, C. 'Carnaval do Galway: the Brazilian Community in Gort, 1999-2006', **Irish Migration Studies in Latin America**, 2006, 4(3), pp.150-153.
- HUNTER, L. M., LUNA, J. K., & NORTON, R. M. Environmental dimensions of migration. **Annual Review of Sociology**, 2015, 41, 377-397.
- IBGE - Cidades e Estados – **Anápolis**. 2019. Available online at <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/anapolis.html>>.
- IOM - International Organization for Migration. **Research Report**: Assessment of Brazilian migration patterns and assisted voluntary return programme from selected European member states to Brazil. 2009. Available online at <http://ibz.be/download/newsletter/English_Brazil_Research_report.pdf>.
- IOM - International Organization for Migration. **Glossary on Migration** N. 34. 2019. Available online at <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_34_glossary.pdf>.
- JUDSON, D.H. Human migration decision making: A formal model. **Behavioral Science**, 1990, 35(4), pp.281-289.
- KAHNEMAN, D., & TVERSKY, A. Prospect theory: An analysis of decision under risk. **Econometrica**, 1979, 47(2), 263-291.
- LEAL F. C. **Cross-Cultural adaptation**: A Case Study of Brazilians Working in the Meat-Processing Sector in Ireland. MA Thesis, Dublin City University, Dublin, Ireland. 2004.
- MAC CORMAIC, R. 'Brazilian thoughts turn to home,' **The Irish Times**, 28.04.2008.
- MARROW, H. B. 'In Ireland 'Latin Americans are kind of cool': Evaluating a national context of reception with a transnational lens' **Ethnicities**, 2012, 13(5), pp. 645–666.
- MASSEY, D. S., ARANGO, J., HUGO, G., KOUAOUCCI, A., PELLEGRINO, A., & TAYLOR, J. E. Theories of international migration: A review and appraisal. **Population and Development Review**, 1993, 19(3), 431-466.
- MCDOWELL, C. and DE HAAN, A. **Migration and sustainable livelihoods**: A critical review of the literature. IDS Working Paper 65. 1997.

- MCGRATH, B. & MURRAY, F. 'Brazilian Migrant Social Networks and Social Capital'. In FANNING, B. & MUNCK, R., (eds.) **Globalization, Migration and Social Transformation: Ireland in Europe and the World**. England: Ashgate Publishing Limited: 183-192. 2011.
- MCGRATH, B. 'Social Capital in Community, Family, and Work Lives of Brazilian Migrant Parents in Ireland.' **Community, Work & Family**, 2010, 13(2), pp.147-165.
- MCGRATH, B. and MURRAY, F. 'Brazilian Migrants in Ireland: Emergent Themes from Research and Practice on the Significance of Social Networks and Social Capital', **Translocations - migration and social change**. 2009.
- MCKENZIE, D. and RAPOPORT, H. Network effects and the dynamics of migration and inequality: Theory and evidence from Mexico. **Journal of development Economics**, 2007, 84(1), pp.1-24.
- MCKEOWN, A. 'Travelling Tales: Stories of a Yellow Town and the Brazilians in Gort', **Irish Migration Studies in Latin America**, 2015, 8(4), pp.85-97.
- MEHER, G. 'A Transnational Migrant Circuit: Remittances from Ireland to Brazil', **Irish Geography**, 2010, 43(2), pp.177-199.
- MEHER, G. 'Transnational religions: the Brazilians in Ireland', **Society for Irish Latin American Studies**, 2011, 7(4), pp.1-6.
- MINCER, J. Family migration decisions. **Journal of political Economy**, 1978, 86(5), pp.749-773.
- MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES (MRE) **Brasileiros no Mundo Estimativas**. 2023. Available online at <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/BrasileirosnoExterior.pdf>>.
- MUNSHI, K. Networks in the modern economy: Mexican migrants in the US labor market. **Quarterly Journal of Economics**, 2003, 118(2), 549-599.
- O'SHAUGHNESSY, H. 'Ireland's Brazilian Samba Town'. 2007. Available online at <http://news.bbc.co.uk/2/hi/programmes/from_our_own_correspondent/7038073.stm>.
- ORTEGA, F. and PERI, G. The effect of income and immigration policies on international migration. **Migration Studies**, 2013, 1(1), pp.47-74.
- PEREIRA, N. Crise obriga imigrantes brasileiros a abandonar 'sonho irlandês'. **BBC Brasil**. 2008. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/12/081218_brasileirosirlanda_np>.

- PORTES, A., & ZHOU, M. The new second generation: Segmented assimilation and its variants. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, 1993, 530(1), 74-96.
- RTE Documentary: **Brasileiros em Gort – Small worlds**, 02 December 2011. Available online at <<https://www.youtube.com/watch?v=pZuOS3Ei5I8>>.
- RUHS, M. and MARTIN, P. “Numbers vs Rights: Trade-offs and Guest Worker Programs,” **International Migration Review**, 2008, 42 (1): 249-265.
- SCHROOTEN, M., SALAZAR, N.B. AND DIAS, G. Living in mobility: trajectories of Brazilians in Belgium and the UK. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, 2016, 42(7), pp.1199-1215.
- SHAW, R.P. **Migration theory and fact**. Philadelphia, PA: Regional Science Research Institute. 1975.
- SHERINGHAM, O. ‘Ethnic Identity and integration among Brazilian in Gort, Ireland’, **Irish Migration Studies in Latin America**, 2009, 7(1), pp. 93-104.
- SHERINGHAM, O. **Transnational Religious Space: Faith and the Brazilian Migration Experience**. Basingstoke: Palgrave Macmillan. 2013.
- SHERINGHAM, O. A transnational space? Transnational Practices, place-based identity and the making of ‘Home’ among Brazilians in Gort, Ireland. **Portuguese Studies**, 2010, pp.60-78.
- STARK, O. and BLOOM, D.E. The new economics of labor migration. **The American Economic Review**, 1985, 75(2), pp.173-178.
- STRIK, M.H.A.; HART, B.D. and NISSEN, E.J.W. **Family Reunification**. A barrier or facilitator of integration?. Nijmegen: Wolf Legal Publishers. 2013.
- TABOR, A.S., MILFONT, T.L. and WARD, C. International migration decision-making and destination selection among skilled migrants. **Journal of Pacific Rim Psychology**, 2015, 9(1), pp.28-41.
- TAYLOR, E.J. The new economics of labour migration and the role of remittances in the migration process. **International migration**, 1999, 37(1), pp.63-88.
- THOMPSON, M. Migration decision-making: a geographical imaginations approach. **Area**, 2017, 49(1), pp.77-84.
- TORRESAN, A. A Middle Class Besieged: Brazilians’ Motives to Migrate. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, 2017, 17(1), pp.110-130.
- WOODS, M. Precarious rural cosmopolitanism: Negotiating globalization, migration and diversity in Irish small towns. **Journal of Rural Studies**, 2018, 64, pp.164-176.

ABSTRACT

This article explores the complex decision-making processes that guide Brazilian migrants in their choice to move to Ireland, focusing on four key aspects: the actors involved in migration decision-making, family consent, types of migration, and migration interests. The study is based on a four-year research project by de Farias (2022), which examines the migration patterns from Anápolis in Goiás, Brazil, to Gort, Ireland. The research employs a multi-method qualitative approach, incorporating questionnaires, semi-structured interviews, and participant observations with 85 Brazilian migrants—48 men and 37 women. The findings underscore the central role of households, rather than individuals, in making migration decisions. This collective decision-making process often involved seeking and obtaining family consent, consistent with the New Economics of Labour Migration (NELM) theory. The study reveals that the decision to migrate was not just an individual choice but was heavily influenced by family and community contexts. This influence was particularly strong concerning the care of family members left behind, suggesting that migration decisions are deeply embedded in the social and familial structures of the migrants, thus supporting the New Economics of Labour Migration theory. These findings offer valuable insights into the collective nature of migration decisions and the importance of familial consent and support in the migration process.

Key words: Migration Decision-Making; Brazilian Migrants; Ireland; Gort; Anápolis; Goiás.

RESUMO

Este artigo explora os complexos processos de tomada de decisão que orientam os migrantes brasileiros em sua escolha de se mudar para a Irlanda, com foco em quatro aspectos principais: os atores envolvidos na tomada de decisão de migração, consentimento familiar, tipos de migração e interesses migratórios. O estudo é baseado em um projeto de pesquisa de quatro anos de Farias (2022), que examina os padrões de migração de Anápolis em Goiás, Brasil, para Gort, Irlanda. A pesquisa emprega uma abordagem qualitativa multimétodo, incorporando questionários, entrevistas semiestruturadas e observações participantes com 85 migrantes brasileiros — 48 homens e 37 mulheres. As descobertas ressaltam o papel central das famílias, em vez de indivíduos, na tomada de decisões de migração. Esse processo coletivo de tomada de decisão frequentemente envolvia a busca e obtenção de consentimento familiar, consistente com a teoria da Nova Economia da Migração. O estudo revela que a decisão de migrar não foi apenas uma escolha individual, mas foi fortemente influenciada pelos contextos familiares e comunitários. Essa influência foi particularmente forte em relação ao cuidado de familiares deixados para trás, sugerindo que as decisões de migração estão profundamente enraizadas nas estruturas sociais e familiares dos migrantes, apoiando assim a teoria da Nova Economia da Migração. Essas descobertas oferecem insights valiosos sobre a natureza coletiva das decisões de migração e a importância do consentimento e apoio familiar no processo de migração.

Palavras-chave: Tomada de Decisão Migratória; Migrantes Brasileiros; Irlanda; Gort; Anápolis; Goiás.

Indígenas Warao no Brasil: migração e vivência

*Caio Ribeiro de Oliveira
Maria Izabel Souza Melo
Rafaella Souza Barajas Lorenzo
Vitor Macedo Mascarenhas Diniz*

1 INTRODUÇÃO

A migração de povos indígenas é um fenômeno tanto histórico quanto contemporâneo, refletindo uma série de fatores econômicos, políticos, ambientais e sociais. Nos últimos anos, os Warao, originários do delta do rio Orinoco na Venezuela, têm se destacado nesse cenário devido à situação de vulnerabilidade extrema agravada pela crise socioeconômica em seu país de origem. A deterioração das condições de vida, marcada por hiperinflação, escassez de alimentos e falta de serviços básicos, levou muitos Warao a buscar melhores condições de vida e segurança no Brasil. Esta migração não se limita ao deslocamento físico, mas envolve também a adaptação cultural e social em um novo ambiente.

Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo explorar as diversas facetas dessa migração, com um foco detalhado em quatro aspectos principais: o histórico e os destinos das migrações dos Warao; os impactos dessas migrações nas próprias comunidades Warao; as condições de vida enfrentadas por esses migrantes no Brasil; e as políticas públicas e programas de apoio implementados para atender às necessidades dessa população. A revisão bibliográfica visa compilar e analisar o conhecimento existente sobre a migração dos Warao, proporcionando uma base sólida para a compreensão dos desafios e das dinâmicas envolvidas nesse processo.

Nesse sentido, a metodologia utilizada para esta revisão bibliográfica incluiu uma pesquisa em diversas bases de dados acadêmicas e fontes de informação relevantes. Foram utilizadas bases de dados como Scielo e Google Scholar, entre outras, com o uso de palavras-chave específicas como “migração Warao”, “Warao no Brasil”, “condições de vida indígenas”, “políticas públicas indígenas” e “programas de apoio a migrantes indígenas”. Os critérios de inclusão abrangeram estudos publicados nos últimos dez anos, artigos revisados por pares, documentos de organizações não governamentais e relatórios governamentais que abordassem diretamente

a situação dos Warao no Brasil. Os critérios de exclusão incluíram artigos que não apresentassem dados empíricos ou que fossem irrelevantes ao foco específico deste estudo.

Inicialmente, foi traçado um panorama histórico das migrações dos Warao, destacando os principais destinos escolhidos dentro do território brasileiro e os fatores que influenciaram essas escolhas. Em seguida, foram discutidos os impactos dessa migração nas comunidades Warao, tanto em termos de estrutura social quanto de manutenção de suas tradições culturais. A análise das condições de vida das comunidades Warao no Brasil revelou os desafios enfrentados, incluindo questões de moradia, saúde, educação e integração social. Além disso, o artigo examinou as políticas públicas e os programas de apoio destinados aos Warao, avaliando sua eficácia e identificando áreas que necessitam de melhorias.

Finalmente, o presente artigo não apenas contribui para a compreensão das dinâmicas migratórias contemporâneas dos povos indígenas venezuelanos, mas também destaca a necessidade de políticas mais inclusivas e sensíveis às especificidades culturais desses grupos. Através de uma análise detalhada e abrangente, espera-se fornecer pontos de discussão que possam orientar futuras ações e políticas voltadas para a melhoria das condições de vida e integração dos Warao no Brasil.

2 HISTÓRICO E DESTINOS DAS MIGRAÇÕES DOS WARAO

A população Warao tem um longo histórico de migração forçada, como descrito por Tarragó (2020) e Agência da ONU para Refugiados (2021) em seus respectivos estudos. Durante a colonização na Venezuela, missões religiosas forçaram os Warao a deixar o Delta Amacuro, onde viviam, afetando sua economia de troca e coleta e impedindo sua fixação em um local específico. Desde a terceira viagem de Cristóvão Colombo, em 1498, os Warao foram gradualmente confinados ao Delta do Rio Orinoco, onde permanecem até hoje, embora de forma diferente (TARRAGÓ, 2020). A Agência da ONU para Refugiados (2021) acrescenta que os Warao ocupam uma área que se estende por todo o estado de Delta Amacuro e partes dos estados de Monagas e Sucre, na região nordeste da Venezuela, no delta do rio Orinoco.

Nas décadas de 1960 e 1980, ocorreram importantes projetos desenvolvimentistas no delta do Orinoco, que alteraram ainda mais a vida dos Warao. Na década de 1960, o governo venezuelano iniciou um projeto para aumentar a capacidade agrícola da região, represando o rio Manamo e deslocando muitos Warao para os centros urbanos (ACNUR - Agência da ONU para Refugiados, 2021; TARRAGÓ, 2020; K'OKAL, 2020). Nos anos 1980, para evitar que os Warao ocupassem áreas públicas em Barrancas e Tucupita, o

governo construiu a Yakariyene, uma Casa Indígena, para servir como abrigo temporário durante suas estadias nas cidades (ACNUR - Agência da ONU para Refugiados, 2021).

As autoridades estaduais e municipais acreditavam que a presença dos indígenas representava um risco para a saúde pública. Portanto, decidiram transferi-los para a ilha de La Tortuga, sem consultar os moradores, triplicando a população local (ACNUR - Agência da ONU para Refugiados, 2021). A ilha não tinha infraestrutura para acomodar tantas pessoas, nem espaço adequado para os indígenas. Nos anos 1990, a implantação de um empreendimento petrolífero na região forçou novamente os Warao a migrar para áreas urbanas e cidades como Maturín, Caracas, Valencia, Baquisimeto e Maracaibo (ACNUR - Agência da ONU para Refugiados, 2021). Atualmente, a população Warao é de aproximadamente cinquenta mil pessoas, localizadas principalmente nos estados de Delta de Amacuro, Monagas e Sucre (TARRAGÓ, 2020).

Quanto às migrações para o exterior, Tarragó (2020), Agência da ONU para Refugiados (2021), Mendes e Fernandes (2020), Tardelli (2023) e K'Okal (2020) apontam a crise econômica venezuelana como o principal motivo para a emigração, com o Brasil sendo o destino principal. Tarragó (2020) menciona projetos para apoiar a economia local, durante o governo de Hugo Chávez, que foram gradualmente reduzidos. Problemas como hiperinflação, baixa produção econômica, alto desemprego e especialmente a escassez de alimentos impulsionaram a migração para outros países (TARRAGÓ, 2020).

Os autores Tarragó (2020), Agência da ONU para Refugiados (2021), Mendes e Fernandes (2020), Tardelli (2023), K'Okal (2020) e Gómez (2020) observam que os Warao intensificaram a migração para o Brasil a partir de 2014, junto com muitos outros venezuelanos, devido à hiperinflação, desabastecimento e falta de oportunidades de trabalho, assistência social e alimentos. O desabastecimento e a busca por alimentos ou dinheiro para comprá-los são as principais motivações para a migração. Os Warao sentem a perda de benefícios sociais na Venezuela e têm preocupações com familiares que ficaram para trás. Tarragó (2020) destaca que uma das práticas usadas para conseguir alimentos e dinheiro é a arrecadação de doações em vias públicas, desenvolvida inicialmente nas cidades da Venezuela. Além disso, a moeda brasileira tornou-se supervalorizada em relação à venezuelana, tornando a migração atrativa e possibilitando o envio de recursos para quem ficou na Venezuela.

A Agência da ONU para Refugiados (2021) enfatiza que a Venezuela enfrenta uma crise econômica, política e humanitária sem precedentes. Até 5 de setembro de 2020, mais de cinco milhões de venezuelanos haviam deixado o país. No Brasil, até 14 de agosto do mesmo ano, havia 264.157 refugiados e migrantes venezuelanos, incluindo 101.636 solicitantes de

refúgio e 150.196 com autorização de residência. Cerca de cinco mil desses migrantes são indígenas, principalmente das etnias Warao, Pemón, Eñepa, Kariña e Wayúu, com os Warao representando 65% desse grupo. Desde 14 de junho de 2019, o Conselho Nacional para os Refugiados (CONARE) considera a Venezuela em grave e generalizada violação de direitos humanos, permitindo o reconhecimento de refugiados devido à crise política, econômica e social (Agência da ONU para Refugiados, 2021).

Quando migram para o Brasil, os Warao chegam primeiro a Pacaraima, em Roraima, conforme descrito por Tarragó (2020), Agência da ONU para Refugiados (2021), Mendes e Fernandes (2020), Tardelli (2023), K’Okal (2020) e Gómez (2020). Algumas famílias permanecem lá, enquanto outras continuam a migração para as capitais. Segundo a ONU, o Brasil é o quinto destino mais acolhedor para refugiados venezuelanos (Tarragó, 2020). Mendes e Fernandes (2020) e Agência da ONU para Refugiados (2021) mapearam as rotas e históricos de chegada dos Warao em outras cidades brasileiras. Tardelli (2023) explica que aqueles que vêm de Delta Amacuro precisam passar por Santa Elena de Uairén, na Venezuela, cidade fronteira com Pacaraima, em Roraima, Brasil. Mendes e Fernandes (2020) complementam que a distância entre Santa Elena de Uairén e Pacaraima é de cerca de 17 quilômetros, muitas vezes percorrida a pé. Depois, esses imigrantes se deslocam ou são levados pelo Exército Brasileiro para Boa Vista, a 214 quilômetros de Pacaraima.

A rota para o Pará foi estabelecida em setembro de 2017, coincidindo com o Círio de Nazaré. Naquela época, um grupo de 28 Warao chegou a Santarém, no oeste do estado. Como nem sempre tinham dinheiro para a passagem de barco de Manaus para Belém, Santarém tornou-se um ponto intermediário, onde arrecadavam o valor necessário antes de seguir para Belém (ACNUR - Agência da ONU para Refugiados, 2021). Até meados de 2018, os Warao estavam presentes em cinco cidades brasileiras: Pacaraima, Boa Vista, Manaus, Santarém e Belém. Em Roraima e Amazonas, apesar de uma breve passagem por Manacapuru (Amazonas), os indígenas permaneceram nos mesmos locais. No Pará, devido à ampla malha rodoviária, passaram a se deslocar para diferentes cidades, além de Belém e Santarém, sendo registrados em pelo menos outras 20 cidades paraenses (ACNUR - Agência da ONU para Refugiados, 2021).

A partir do primeiro semestre de 2019, os Warao iniciaram novos deslocamentos, partindo de Belém para o Nordeste. Passou a haver grupos em São Luís (Maranhão), Teresina (Piauí) e Fortaleza (Ceará). Depois, esse movimento se estendeu a estados como Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia. Na mesma época, algumas famílias em Manaus começaram a migrar para Rondônia e Acre, no Norte. Alguns grupos familiares

também passaram por Tocantins, enquanto outros seguiram rotas terrestres de Rondônia, Pará, Maranhão e Rio Grande do Norte, alcançando as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul (Agência da ONU para Refugiados, 2021).

Em dezembro de 2019, um grupo Warao chegou a São Paulo pela primeira vez, cidade que interessava muitas famílias desde o início da migração para o Brasil em 2016. Os indígenas relatam que viam informações sobre São Paulo em noticiários e programas de televisão, o que despertou sua curiosidade (ACNUR - Agência da ONU para Refugiados, 2021). Desde o primeiro semestre de 2019, a mobilidade dos Warao aumentou, com deslocamentos para novas cidades ocorrendo mais rapidamente, afastando-se cada vez mais da fronteira entre os dois países. Até agosto de 2020, registrou-se a presença de Warao em pelo menos 75 cidades de 23 estados e do Distrito Federal (ACNUR - Agência da ONU para Refugiados, 2021).

Além disso, os Warao também estão na Guiana e no Suriname. Em Mabaruma, Guiana, a maioria das famílias chegou de barco, remando por horas ou dias, dependendo da distância geográfica entre a comunidade de origem e a comunidade de acolhimento (TARDELLI, 2023). Nas Guianas, os Warao provavelmente constituem um dos grupos étnicos com presença histórica mais antiga documentada, descendentes de alguns dos primeiros colonizadores do continente (GOMÉZ, 2020).

Para K'Okal (2020), fica evidente que essa migração é forçada e a fuga da terra natal é uma estratégia de resistência para sobreviver. Em sua pesquisa, K'Okal (2020) entende que as políticas desenvolvimentistas do Estado violaram direitos das comunidades Warao a ponto de terem que recorrer ao deslocamento transnacional como estratégia de sobrevivência. Até o final de 2019, alguns retornaram temporariamente para levar roupas ou alimentos aos familiares ou para realizar transações comerciais, mas a maioria saiu com o objetivo de se estabelecer permanentemente em busca de melhores serviços e oportunidades (GOMÉZ, 2020).

3 IMPACTOS DAS MIGRAÇÕES NAS COMUNIDADES WARAO

As migrações, especialmente em contextos de crise, como a vivida pelos Warao da Venezuela para o Brasil, resultam em significativas mudanças culturais tanto para as comunidades que migram quanto para as que os acolhem. Os migrantes trazem consigo suas tradições, costumes e formas de vida, o que pode enriquecer culturalmente as novas comunidades. No entanto, também enfrentam o desafio de se adaptarem a novos contextos sociais, econômicos e culturais, o que pode levar à perda ou transformação de suas práticas culturais tradicionais.

O atendimento aos Warao, como já sinalizado, deve observar a intersecção de direitos decorrente de se tratar de indígena solicitante da condição de refugiado, refugiado reconhecido ou migrante. Seus direitos enquanto indígenas asseguram-lhes o respeito a tradições, costumes e modos de vida diferenciados, bem como o direito de consulta prévia diante de quaisquer ações a eles direcionadas. (ACNUR, 2021, p. 41).

Ao se estabelecerem em um novo país, os povos migrantes, inevitavelmente, são expostos a diferentes sistemas de valores, normas sociais e práticas culturais. No Brasil, os Warao encontram um ambiente culturalmente diverso, mas muitas vezes precisam lidar com barreiras linguísticas, preconceito e exclusão social. Esses desafios podem forçar a comunidade a adaptar certos aspectos de sua cultura para se integrar e sobreviver no novo ambiente. Os Warao continuam a celebrar suas cerimônias tradicionais, que são fundamentais para a sua identidade cultural. Essas celebrações não apenas reforçam os laços comunitários, mas também são uma forma de resistência cultural, reafirmando sua identidade em um ambiente estrangeiro (ACNUR, 2021).

Os Warao têm se beneficiado de redes de apoio, tanto entre eles quanto de organizações não-governamentais e instituições brasileiras que trabalham para promover a inclusão social e cultural. Essas redes ajudam a criar um senso de comunidade e pertencimento, proporcionando espaços onde os Warao podem praticar e transmitir suas tradições culturais sem medo de discriminação ou repressão.

Asáida dos Warao da Venezuela pode levar à desintegração social e cultural nas suas comunidades de origem. A migração de indivíduos, especialmente os jovens, resulta na perda de força de trabalho e de conhecimentos tradicionais, enfraquecendo as estruturas sociais e culturais. As dificuldades proporcionadas pela migração podem impactar negativamente a saúde e o bem-estar dos que ficam para trás, especialmente dos idosos e crianças que dependem do suporte dos que migram. A separação das famílias pode resultar em problemas emocionais e psicológicos, agravando as dificuldades já existentes devido à crise.

Nos locais de destino, como no Brasil, a chegada dos Warao pode gerar conflitos sociais. A competição por recursos limitados, como empregos, serviços de saúde e educação, pode aumentar as tensões entre os migrantes e as comunidades locais. Além disso, os Warao podem enfrentar discriminação e preconceito, exacerbando sua vulnerabilidade social e econômica.

A integração dos Warao nas comunidades brasileiras pode ser facilitada através de programas de intercâmbio cultural e educacional que promovam a compreensão e o respeito mútuo. Eventos culturais, feiras de artesanato e projetos colaborativos podem ajudar a construir pontes entre os migrantes e a população local, promovendo uma convivência mais harmoniosa.

De acordo com o exposto pela Agência da ONU para Refugiados em 2021, no texto “Os Warao no Brasil”, essa adaptação deve ocorrer tanto na infraestrutura, com a instalação de suportes, como nos modos de gestão, que devem considerar as especificidades culturais e os direitos dos povos indígenas.

A migração dos Warao da Venezuela resulta também na perda de uma parcela da força de trabalho. Isso afeta diretamente a economia local, que depende de atividades tradicionais como a pesca, a agricultura e o artesanato. Com menos pessoas para realizar essas atividades, a produção de alimentos e produtos artesanais diminui, o que pode levar a uma crise econômica e de subsistência. A saída de indivíduos também pode reduzir a demanda por bens e serviços locais. Comerciantes e produtores podem enfrentar dificuldades para sustentar seus negócios devido à diminuição do número de consumidores. Isso pode resultar em um ciclo de declínio econômico, onde a baixa demanda leva à redução da produção e, conseqüentemente, a uma economia local mais fraca.

No Brasil, os Warao podem contribuir para o mercado de trabalho, especialmente em setores onde há escassez de mão de obra. Eles podem preencher vagas em áreas como a agricultura, construção civil e serviços, ajudando a suprir a demanda de trabalhadores e a estimular a economia local. Os Warao também podem se envolver em atividades empreendedoras, como a venda de artesanatos e produtos tradicionais. Isso não só proporciona uma fonte de renda para os migrantes, mas também enriquece a economia local com novos produtos e serviços.

Considerando que as atividades econômicas, a capacidade estatal e a oferta de empregos não são fixas, a análise do ACNUR traz evidências sobre como a presença dos venezuelanos em Roraima pode estimular os índices de atividade econômica, o aumento das arrecadações fiscais e a diversidade de arranjos econômicos da região. Importante ressaltar que este fluxo fomentou o aporte de organizações internacionais, Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e uma maior atenção do Governo Federal, através da Operação Acolhida, para uma região marcada historicamente pelo isolamento geográfico, político e econômico (Milesi, Andrade; Corrêa 2020, p.14).

No entanto, a chegada de um grande número de migrantes pode pressionar os recursos econômicos das comunidades de destino. Os sistemas de assistência social, saúde e educação podem enfrentar sobrecarga, exigindo mais investimentos do governo e das organizações locais para atender às necessidades dos migrantes e da população local. A chave para maximizar os benefícios econômicos e minimizar os desafios está na implementação de políticas eficazes de integração e apoio. Isso inclui facilitar o acesso ao mercado de trabalho, promover o empreendedorismo entre os migrantes e garantir que os sistemas de assistência social sejam capazes de atender às necessidades tanto dos migrantes quanto das comunidades locais.

3.1 Condições de vida Comunidades Warao

Neste tópico, vamos abordar as dificuldades que os indígenas Warao enfrentam ao migrar para o Brasil. Dificuldades como, moradia, saúde e educação. A priori vamos abordar a questão das moradias para essas pessoas.

Ao migrar para o Brasil a população Warao teve que buscar abrigos em diversas cidades brasileiras. Em medida para ajudar essas pessoas, ficou decidido que a aplicação de abrigo provisório para a população Warao é assegurada e regulamentada pela resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (ACNUR, 2021).

Além das ações de abrigo oferecidas no âmbito do Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, também se poderão utilizar serviços de acolhimento já existentes no município ou estado, bem como oferecer novos serviços a serem planejados e estruturados conforme a demanda (ACNUR, 2021, p. 40).

Mas, devido às especificidades socioculturais do grupo, os abrigos tiveram que passar por adaptações para haver uma adequação cultural para estas pessoas. Segundo a Agência da ONU para Refugiados.

Essa adaptação deve ocorrer tanto na infraestrutura desses locais, com a instalação de suportes para a sustentação das redes de descanso e a construção de cozinhas coletivas, como nos modos de gestão, que devem considerar as especificidades culturais e os direitos dos povos indígenas (ACNUR, 2021, p. 40).

Atualmente, os abrigos mais comuns agrupam em torno de 500 pessoas. Muitas cidades ao redor do país tentam implementar mais políticas públicas, como auxílio moradia ou construindo uma casa maior e dividindo os grupos de acordo com o parentesco ou afinidade. Mas, apesar dos esforços tomados por algumas organizações e autoridades, os indígenas Warao enfrentam diversas dificuldades.

Uma das principais dificuldades enfrentadas por eles é a questão cultural. Como foi dito anteriormente, os abrigos agrupam em torno de 500 pessoas e devido a alta ocupação muitas pessoas são de famílias diferentes. Como abordado no “Os Warao no Brasil” (ACNUR, 2021, p. 40) “os Warao, como já sinalizamos, possuem uma heterogeneidade interna informada pela região/comunidade do delta do Orinoco de onde provêm, fazendo com que a convivência nos espaços de acolhimento possa ser problemática”.

E devido a essas questões culturais, muitos indígenas Warao se recusam a viver na mesma residência e acabam se desligando do programa de acolhimento e vão para outras cidades. Além disso, enfrentam problemas com a infraestrutura e a superlotação dos abrigos que dificultam ainda mais a vida em nosso país.

O entrar na questão da saúde dos indígenas Warao, é comum ouvir de agentes do Estado, como assistentes sociais ou profissionais da saúde, que a população Warao “são difíceis” e não colaboram com as ações de saúde (ACNUR, 2021). A população Warao apresenta uma resistência aos tratamentos de saúde oferecidos pelo Estado devido a suas crenças. Eles acreditam nos “médicos espirituais” ou Xamãs, que são entidades que têm o poder curativo. A antropologia venezuelana apresenta três classes de Xamãs, o Wisidatu, o Joarotu e o Bahanarotu (ACNUR, 2021). Essas entidades são curandeiras e ao mesmo tempo feiticeiras, ou seja, elas podem curar mas também podem fazer adoecer.

Cada categoria de xamã possui atribuições específicas e realiza práticas mágicas diferentes, por meio da manipulação de “espírito-substâncias” também diferentes: o Wisidatu exerce seu poder sobre os hebu (ou jebu), o Joarotu sobre a joa e o Bahanarotu sobre a bajana (ACNUR, 2021, p. 51).

Devido a sua crença de que os Xmãs são os seus médicos, muitos indígenas recusam os tratamentos oferecidos pelos médicos convencionais. Eles apresentam resistência a tratamentos como a aplicação de soro intravenoso, uma vez que, acreditam que o soro pode diluir o sangue, e o mesmo é a essência da saúde.

No Brasil, a recusa aos tratamentos médicos é cada vez mais frequente. Por um lado, os médicos alegam que este comportamento é negligência dos indígenas para o seu próprio bem-estar e com o bem estar do seus filhos, mas, por outro, estas recusas ocorrem em virtude ao protocolo médico Warao, pois eles devem seguir os procedimentos médicos dentro do sistema médico Warao (ACNUR, 2021).

A atuação dos xamãs compõe o sistema médico Warao; por isso, como já sinalizamos, eles são vistos como médicos. Quando um indígena adoece, o protocolo médico Warao estabelece que o primeiro diagnóstico deve partir de um de seus xamãs; o paciente só pode ser encaminhado para o tratamento biomédico após sua liberação (ACNUR, 2021, p. 52).

Por fim, é importante falar sobre o nível de acesso à educação e os desafios enfrentados pelas crianças e jovens Warao nas escolas. Segundo a constituição brasileira, em seu artigo 5º, estabelece que não há distinção entre brasileiros e estrangeiros residentes em nosso país quando se trata de seus direitos fundamentais, ou seja, o artigo 5º assegura o direito à educação, moradia e saúde a todos.

Como foi dito anteriormente, a constituição Federal de 1988, assegura o direito à educação de qualidade para os imigrantes. Muitas famílias Warao matriculam as suas crianças nas redes públicas a fim de alfabetizar os seus filhos. Mas, ao entrar na escola muitas crianças enfrentam dificuldades de aprendizagem além de enfrentar problemas com a infraestrutura ruim, calor, espaços apertados e falta de objetos básicos como mesas. Com o intuito de ajudar essas crianças, os próprios venezuelanos começaram a dar aulas de reforço. Estas aulas vão desde a alfabetização até os estudos da língua espanhola e da língua indígena Warao (Indígenas, 2023)

As escolas brasileiras estão com dificuldades de ensinar a língua espanhola para as crianças, que é uma preocupação para estas pessoas, uma vez que eles ainda tem esperança de voltar para a Venezuela algum dia (ACNUR, 2021). Ademais, as escolas deixam de lado os adultos no ensino da língua portuguesa. Apesar da educação de qualidade ser um direito previsto pela constituição federal, ela não é oferecida para todas as pessoas que moram no país.

Em suma, além das dificuldades enfrentadas em seu país de origem, os indígenas Warao enfrentam diversas adversidades em solo brasileiro, como foi abordado neste tópico. Eles procuram o Brasil com o objetivo de ter uma vida melhor. Mas, nem sempre encontram essa realidade e continuam passando por várias dificuldades.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS DE APOIO

O estudo de campo feito no Maranhão por Araújo e Maciel (2020) voltado para entender as políticas públicas aplicadas e a vida da população Warao nesse estado observou quais órgãos, instituições e práticas eram implementadas para lidar com a migração e refúgio dos Warao que iam para lá.

Desde a chegada de grupos étnicos venezuelanos ao Maranhão, foi criado um grupo de trabalho, posteriormente expandido para uma Rede Estadual, para atender a essas populações em situações emergenciais. As medidas incluem abordagem, atendimento de saúde, assistência social e oferta de abrigo. A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) lidera as ações, articulando-se com outras instituições. A interação entre os agentes do estado e o povo Warao é marcada por diálogos e atritos, devido a diferenças culturais e linguísticas (ARAÚJO; MACIEL, 2020).

Na estrutura organizacional do Maranhão, não há um setor específico responsável pela situação de refúgio, mas a SEDIHPOP acionou setores com experiência em demandas semelhantes, como a Secretaria Adjunta dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Núcleo de Assessoria Indígena e a Secretaria Adjunta dos Direitos Humanos, além da Superintendência de Promoção e Educação em Direitos Humanos e a Coordenação das Ações para o Combate ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo (ARAÚJO; MACIEL, 2020).

As ações incluem atendimentos de saúde, assistência social, atualização de documentos, fornecimento de abrigo e alimentação. Embora o Maranhão não possua estrutura de abrigamento comparável a Roraima, Manaus, Pará e Piauí, parcerias com a Igreja Universal dos Últimos Dias e a Rede Maranhense de Diálogo sobre Drogas (REMADD) foram estabelecidas para oferecer abrigo emergencial (ARAÚJO; MACIEL, 2020).

Araújo e Maciel (2020) expõem que um dos maiores desafios na relação entre o governo do Maranhão e os Warao é a comunicação. Muitos Warao falam apenas a língua oficial Warao, com poucos falando espanhol ou português. Tradutores e mediadores, além das próprias lideranças tradicionais (aidamo), desempenham um papel crucial nas relações entre os warão, as instituições e a população autóctone. A ausência de uma política estruturada específica para o refúgio leva a ações baseadas nas demandas dos Warao, articuladas pela SEDIHPOP e SEMCAS, formando a Rede Estadual de Atendimento às Pessoas em Situação de Refúgio, que inclui diversos órgãos estaduais, municipais e grupos voluntários (Araújo; Maciel, 2020).

Essa Rede, sem reuniões programadas, atua conforme necessário, convocada pela SEDIHPOP. As ações são legitimadas pelo Estado, mas as respostas variam e são frequentemente conflituosas. A Rede realiza visitas residenciais, acompanhadas por servidores da SEDIHPOP, para entender e atender às demandas, com serviços de saúde e trabalho sendo as etapas finais de inserção concreta aos serviços (ARAÚJO; MACIEL, 2020).

O governo do Maranhão trabalha na construção de uma Política Estadual de Atendimento às Pessoas em Situação de Refúgio, envolvendo várias secretarias e organizações, com a criação de um fluxograma de atendimento. No entanto, os atendimentos são realizados sem conhecimento efetivo sobre o povo Warao, resultando em pré-noções e padrões de comportamento que interferem no entendimento do público-alvo das políticas públicas (ARAÚJO; MACIEL, 2020).

Araújo e Maciel (2020) entendem que a escassez de informações sobre os Warao é um problema em todas as cidades por onde migram. Experiências de outros estados são compartilhadas, mas atritos e divergências permanecem, especialmente em questões de proteção infantil. Órgãos de proteção à criança muitas vezes discordam sobre a retirada compulsória de crianças, gerando conflitos com a SEDIHPOP, que aprendeu com outras regiões que essa ação não é eficaz.

A dificuldade de entender as especificidades culturais dos Warao leva a um distanciamento entre as partes. Embora haja um esforço para garantir os direitos humanos, as relações são assimétricas e hierarquizadas. O Estado tenta reconhecer a especificidade étnica e garantir direitos, mas enfrenta desafios na comunicação e imposição das regras de atendimento e acesso às políticas públicas (ARAÚJO; MACIEL, 2020).

O estudo de campo feito por Santos (2020) no Maranhão observou coisas semelhantes. Esse estudo, de forma diferente, entrevistou indígenas, pessoas locais e agentes públicos sobre a vida dos Warao e políticas aplicadas. Ele focou na fronteira entre Elena do Uaién e Pacaraima, entrada no Brasil, e a Terra Indígena São Marcos.

Santos (2020) observou que os Warao, compostos majoritariamente por mulheres e crianças, inicialmente vistos em Pacaraima, perambulavam pela cidade ou ficavam acampados ao redor da rodoviária, já que na época não havia um abrigo disponível. Meses depois, um abrigo foi instalado. Em Boa Vista/RR, ao chegarem, ocuparam um mesmo abrigo, mas devido aos conflitos constantes com os criollos, os órgãos assistenciais decidiram isolá-los.

Posteriormente, os Warao foram instalados em um abrigo administrado pelo Exército Brasileiro e pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), algo que não ocorreu com os criollos. O abrigo dos Warao, localizado em uma área

elevada na periferia da cidade, era controlado por dois soldados na entrada. As instalações consistiam em quatro contêineres ocupados pela Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social – SETRABES, pelo Exército, pela Fraternidade Federação Humanitária Internacional, e uma enfermaria. O abrigo também contava com cinco tendas para várias famílias, um prédio com redes, um barracão com vários fogões a lenha, e uma nova estrutura sendo construída para abrigar mais fogões (SANTOS, 2020).

A ACNUR e outras organizações atuantes nos abrigos assumiram a tutela dos migrantes venezuelanos (indígenas e criollos), limitando sua autonomia. Aos pesquisadores não é permitido fotografar os migrantes, mesmo com consentimento, o que tem levado à evasão de muitos, tanto criollos quanto Warao. Os Warao, por questões culturais, resistem mais a essa imposição, buscando maior autonomia e recusando o controle e o isolamento (SANTOS, 2020).

Uma funcionária temporária do SETRABES, relatou dificuldades no trabalho devido à falta de recursos, como computadores, e a ausência de pessoal para a limpeza, que agora é feita pelos próprios indígenas. O último levantamento indicou uma capacidade máxima de 400 Warao no abrigo. Ônibus do consulado da Venezuela passaram por lá, mas não se sabe quantos Warao retornaram ao país de origem. No abrigo de Pacaraima, eles obtêm CPF, Carteira de Trabalho e Carteira de Vacinação, mas muitos apresentam quadro de depressão (SANTOS, 2020).

O abrigo permite que os residentes saiam durante o dia, mas fecha às 21h. Os homens geralmente saem em busca de trabalho, enquanto as mulheres e crianças permanecem. Muitos chegaram sem documentos para comprovar suas idades. A alimentação fornecida pelo Exército inclui arroz, macarrão, peixe, frango e carne, mas os Warao não têm costume de comer feijão ou tomar café (SANTOS, 2020).

Quanto à possibilidade de se fixarem na terra indígena São Marcos, o governo do estado de Roraima propôs que os Warao fossem acolhidos pelos indígenas da TI São Marcos. As lideranças locais, no entanto, responderam com indiferença e desconfiança. Conforme relatos e observações de alguns indígenas da região, essa reação pode ser explicada pelo sentimento de ameaça de ter que compartilhar seus territórios com os Warao (SANTOS, 2020).

Outro estudo relevante é o livro Migrações Venezuelanas, feito e organizado pelo Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo) da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), que reuniu vários textos e artigos de diferentes pesquisadores sobre as migrações de venezuelanos para o Brasil, inclusive os indígenas Warao. Nele, entre vários assuntos, é falado

sobre as políticas públicas, recepção e vivência desses migrantes, fazendo ou não distinção entre os indígenas e não indígenas, já que, por muitas vezes, a vivência e o tratamento que recebem são muito semelhantes.

do IMDH (Instituto Migrações e Direitos Humanos), fundado em 1999 e sediado em Brasília, é uma entidade sem fins lucrativos dedicada a promover o reconhecimento da cidadania plena de migrantes, refugiados e apátridas. Atua na defesa de seus direitos, assistência social, jurídica e humanitária, e na integração social e laboral no Brasil, especialmente para os mais vulneráveis. O trabalho do Instituto é dividido em cinco eixos: 1) Acolhida e Apoio Sócio-assistencial; 2) Proteção e Documentação; 3) Integração Educacional e Cultural; 4) Trabalho e Geração de Renda; e 5) Incidência (MILESI; CORY, 2018).

Para fortalecer seu trabalho nacional, o IMDH articula desde 2004 a Rede Solidária para Migrantes e Refugiados (RedeMiR), que reúne cerca de 60 organizações da sociedade civil em todas as regiões brasileiras. Foi através da RedeMiR, especialmente do Centro de Migrações e Direitos Humanos (CMDH) em Boa Vista e da Paróquia Sagrado Coração de Jesus em Pacaraima, que surgiram as primeiras demandas relacionadas ao fluxo de venezuelanos em 2016, quando mais de 2 mil venezuelanos pediram refúgio à Polícia Federal. Roraima, apesar de ser um estado fronteiriço, não estava preparado para essa demanda crescente e as entidades da sociedade civil não tinham recursos suficientes. Os organismos internacionais ainda não tinham uma presença significativa na região (Milesi; Coury, 2018).

Milesi e Coury (2018) também observaram que uma iniciativa importante é o Centro de Atendimento Infantil, inaugurado em Pacaraima em maio de 2018, em parceria com a Paróquia e o CEPAL, com apoio do Instituto C&A. O Centro realiza atividades socioeducativas para cerca de 200 crianças e adolescentes, incluindo as da etnia Warao, que vivem no Abrigo para Imigrantes Indígenas Janokoida, e outras crianças sem ocupação ou atenção (Milesi; Coury, 2018).

Já Alvim (2018) teve seu foco no Amazonas, na Defensoria Pública da União, que em parceria com o Ministério Público Federal recomendou à Casa Civil da Presidência da República e outros ministérios que, em articulação com entes estaduais, municipais e organizações civis/religiosas, implementassem ações de assistência humanitária aos migrantes venezuelanos em Manaus. A recomendação também visava a implementação de medidas de abrigamento e fortalecimento da rede de apoio (ALVIM, 2018).

Em Santarém e Belém/PA, a Defensoria, em parceria com outros órgãos, recomendou aos poderes públicos municipais e estaduais, à Fundação Estadual do Índio e à FUNAI, a promoção de acesso a direitos como abrigamento, educação e saúde para os indígenas venezuelanos. Essas

recomendações levaram à criação de grupos de trabalho temáticos para a construção de políticas públicas, com a participação da comunidade Warao no processo de decisão (ALVIM, 2018).

De acordo com Alvim (2018), desde outubro de 2017, a Defensoria Pública da União (DPU), em parceria com a UNODC e financiada pela União Europeia, promove assistência jurídica aos migrantes e capacitação para agentes públicos e da sociedade civil sobre tráfico de pessoas e contrabando de migrantes. Os projetos “Projeto Roraima” e “Projeto Manaus” envolveram várias agências da ONU e focaram nas cidades de Boa Vista, Pacaraima e Manaus, principais destinos dos imigrantes. Foram realizados 298 atendimentos e a capacitação de 214 agentes públicos e civis. Em Belém/PA, um novo projeto foi planejado para beneficiar os venezuelanos (ALVIM, 2018).

Chaves (2018) também fala sobre a Defensoria Pública da União e como tem atuado consistentemente na questão da imigração venezuelana no Brasil. Em dezembro de 2016, um habeas corpus preventivo foi emitido para impedir a deportação coletiva de 450 venezuelanos. Em julho de 2017, uma ação civil pública foi movida para isenção de taxas, em parceria com o MPF. Em 2018, várias missões foram realizadas para atender especialmente os indígenas Warao, culminando na atuação permanente em Pacaraima a partir de agosto (CHAVES, 2018).

Silva (2018) entende que a educação intercultural é um desafio, pois as crianças Warao frequentam escolas públicas próximas de seus abrigos, comprometendo o aprendizado do idioma materno e da cultura Warao. O projeto socioeducacional “Casa de los Niños” atende crianças e adolescentes indígenas em idade escolar no abrigo no bairro Doutor Sílvio Botelho, em Boa Vista. As aulas de português são ministradas por educadores brasileiros contratados pela UNICEF em parceria com a FRATERNIDADE, utilizando materiais didáticos em Warao e português (Silva, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a migração dos Warao para o Brasil, impulsionada pela crise socioeconômica na Venezuela, apresenta inúmeros desafios e complexidades. Este estudo destacou a importância de compreender não apenas o deslocamento físico, mas também os processos de adaptação cultural e social enfrentados por essa população. Como exposto anteriormente, as condições de vida dos Warao no Brasil revelam dificuldades significativas em áreas como moradia, saúde, educação e integração social, refletindo a necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes e culturalmente sensíveis.

As análises indicam que, embora existam esforços governamentais e de organizações não governamentais para apoiar os Warao, muitas dessas iniciativas ainda são insuficientes ou inadequadas, muitas vezes ignorando aspectos cruciais como linguagem e cultura. A adaptação cultural é um desafio contínuo, com os Warao lutando para preservar suas tradições e identidade em um ambiente muitas vezes hostil e desafiador. Ademais, a inclusão social e a integração econômica são fundamentais para melhorar as condições de vida dos Warao e para promover uma convivência harmoniosa com as comunidades locais.

Nesse sentido, para melhorar a situação dos indígenas Warao, é fundamental que as políticas de acolhimento e apoio considerem as especificidades culturais e as necessidades únicas dessa comunidade. Além disso, a colaboração entre diversos setores e a inclusão de representantes Warao nos processos de tomada de decisão podem contribuir para soluções mais eficazes e respeitadas dos direitos humanos dessa população. A educação, a saúde e a moradia são áreas prioritárias que requerem atenção urgente e investimentos direcionados.

Finalmente, este artigo, ao compilar e analisar o conhecimento existente sobre a migração dos Warao, espera não apenas aumentar a compreensão das dinâmicas envolvidas, mas também influenciar positivamente a formulação de políticas públicas que promovam a integração e o bem-estar dos Warao no Brasil. A necessidade de uma abordagem integrada e sensível às diferenças culturais é clara, e é somente através de um esforço coordenado e inclusivo que será possível proporcionar um futuro melhor para os Warao e para outras comunidades indígenas migrantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR - AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS. **Os Warao No Brasil**: Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes. Brasília, DF: Agência da ONU para Refugiados - ACNUR, 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ALVIM, Roberta Pires. Retrospectiva do Trabalho da Defensoria Pública da União na Defesa dos Direitos dos Migrantes Venezuelanos. *In*: BAENINGER, Rosana; SILVA, João carlos Jarochinski. (Coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo, 2018. p. 87-92. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu; MACIEL, Pedro Costa. As lógicas Warao e “ocidental” em confronto: a construção de políticas públicas de atenção a refugiados em contexto de interculturalidade no estado do Maranhão. *In*: LIMA, Carmen Lúcia Silva; CIRINO, Carlos Alberto Marinho; MUÑOZ, Jenny González (org.) **Yakera, Ka Ubanoko**: o dinamismo da etnicidade Warao. Recife: UFPE, 2020. Capítulo 7, p. 193-218. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/55/58/171>. Acesso em: 18 jun. 2024.

CHAVES, João Freitas de Castro. Panorama da Resposta Humanitária ao Fluxo venezuelano no Brasil na Perspectiva da Defensoria Pública da União. *In*: BAENINGER, Rosana; SILVA, João carlos Jarochinski. (Coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo, 2018. p. 93-100. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

GÓMEZ, Pedro José Gregorio Rivas. ¿Inmigrantes o retornados?: la xenofobia hacia los warao en Brasil, una paradoja histórica. *In*: LIMA, Carmen Lúcia Silva; CIRINO, Carlos Alberto Marinho; MUÑOZ, Jenny González (org.) **Yakera, Ka Ubanoko**: o dinamismo da etnicidade Warao. Recife: UFPE, 2020. Capítulo 1, p. 16-50. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/55/58/171>. Acesso em: 18 jun. 2024.

INDÍGENAS que vieram da Venezuela sofrem com a fome e más condições de moradia no Pará. **Jornal da Record**. São Paulo: Rádio e Televisão Record S/A, 29 set. 2023. 1 vídeo (2 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UyXC8kMRzKk>. Acessado em: 20 jun. 2024.

K’OKAL, Asa Okal. ¿Por qué hemos llegado aquí? Una mirada históricadel desplazamiento warao desde Brasil. *In*: LIMA, Carmen Lúcia Silva; CIRINO, Carlos Alberto Marinho; MUÑOZ, Jenny González (org.) **Yakera, Ka Ubanoko**: o dinamismo da etnicidade Warao. Recife: UFPE, 2020. Capítulo 3, p. 86-119. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/55/58/171>. Acesso em: 18 jun. 2024.

MENDES, Denise Figueiró; FERNANDES, Duval. Migração venezuelana e a interiorização: Respostas aos fluxos migratórios recentes e as redes sociais em Minas Gerais *In*: AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS. Refúgio, Migrações e Cidadania. **Caderno de Debates**. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, n. 15, out. 2020, p. 69-88. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2021/02/2020-Caderno-de-Debates-IMDH-ed15-1.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

MILESI, Rosita; COURY, Paula. Acolhida, Proteção e Integração de Venezuelanos no Brasil: A Atuação do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). *In*: BAENINGER, Rosana; SILVA, João carlos Jarochinski. (Coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo, 2018. p. 72-77. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

MILESI, Rosita; ANDRADE, Paula Coury; CORRÊA, Adriana dos Santos. Apresentação. *In*: AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS. Refúgio, Migrações e Cidadania. **Caderno de Debates**. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, n. 15, out. 2020, p. 9-18. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2021/02/2020-Caderno-de-Debates-IMDH-ed15-1.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

SANTOS, José Raimundo Torres Dos. Ocupação dos Warao no município de Pacaraima: área fronteira e Terra Indígena São Marcos. *In*: LIMA, Carmen Lúcia Silva; CIRINO, Carlos Alberto Marinho; MUÑOZ, Jenny González (org.) **Yakera, Ka Ubanoko: o dinamismo da etnicidade Warao**. Recife: UFPE, 2020. Capítulo 5, p. 140-168. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/55/58/171>. Acesso em: 18 jun. 2024.

SILVA, Sidney. Políticas de Abrigamento a Imigrantes Venezuelanos em Boa Vista e Manaus. *In*: BAENINGER, Rosana; SILVA, João carlos Jarochinski. (Coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo, 2018. p. 206-216. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

TARDELLI, Gabriel Calil Maia. OS CAMINHOS DOS WARAO: CONFIGURAÇÕES DOS DESLOCAMENTOS ENTRE VENEZUELA, BRASIL E GUIANA. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 341–370, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/130934>. Acesso em: 20 jun. 2024.

TARRAGÓ, Eduardo. Migrações Warao em território brasileiro. *In*: LIMA, Carmen Lúcia Silva; CIRINO, Carlos Alberto Marinho; MUÑOZ, Jenny González (org.) **Yakera, Ka Ubanoko: o dinamismo da etnicidade Warao**. Recife: UFPE, 2020. Capítulo 4, p. 120-139. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/55/58/171>. Acesso em: 18 jun. 2024.

RESUMO

A migração dos indígenas Warao da Venezuela para o Brasil, impulsionada pela vulnerabilidade extrema e pela crise socioeconômica em seu país de origem, é um fenômeno complexo que envolve deslocamento físico, adaptação cultural e integração social. Este artigo tem como objetivo explorar as diversas facetas dessa migração, examinando quatro aspectos principais: o contexto histórico e as rotas de migração dos Warao, o impacto nas comunidades Warao, as condições de vida dos migrantes no Brasil e as políticas públicas e programas de apoio implementados para atender às suas necessidades. A pesquisa baseia-se em uma revisão sistemática da literatura, utilizando bases de dados acadêmicas e fontes relevantes para proporcionar uma compreensão abrangente dos desafios e dinâmicas envolvidos. Os resultados destacam a necessidade de políticas mais inclusivas e culturalmente sensíveis para apoiar efetivamente os migrantes Warao.

Palavras chave: Migração Venezuelana; Indígenas Warao; Warao no Brasil; Vivência Warao

ABSTRACT

The migration of indigenous Warao from Venezuela to Brazil, driven by extreme vulnerability and socioeconomic crisis in their home country, is a complex phenomenon involving physical displacement, cultural adaptation and social integration. This article aims to explore the various facets of this migration by examining four main aspects: the historical context and migration routes of the Warao, the impact on Warao communities, the living conditions of migrants in Brazil and the public policies and support programs implemented to meet their needs. The research is based on a systematic literature review, using academic databases and relevant sources to provide a comprehensive understanding of the challenges and dynamics involved. The findings highlight the need for more inclusive and culturally sensitive policies to effectively support Warao migrants.

Keywords: Venezuelan Migration; Indigenous Warao; Warao in Brazil; Warao Experience

Performances artística-culturais de identidade e gênero nas etnias ciganas

*Deborah Sathler**
*José Carlos Sebe Bom Meihy***

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta trechos de entrevistas da dissertação “História oral de vidas: relações de identidade e gênero no segmento cigano”, com as narrativas de Ramona Torres, cigana da etnia calon, escritora, cartomante, que viveu em acampamento; e Mio Vacite (in memoriam), cigano da etnia rom, músico violinista, ex-presidente da entidade representativa “União Cigana do Brasil”, de agrupamentos ciganos do Rio de Janeiro. Como fio condutor da lógica narrativa de ambos, buscou-se compreender como essas lideranças ciganas trabalharam seus processos artístico-culturais, usados para adequar a dinâmica identitária. Nesse sentido, cabe notar as estratégias aferidas por meio de seus desempenhos, negociando manifestações de suas habilidades como artimanha para a coesão do grupo e para o desempenho dos clãs na sociedade em geral, tanto na própria comunidade como fora dela.

No caso das duas entrevistas que animam este artigo, nota-se que as narrativas quebradas revelam ambiguidades, abandono e (re) afirmação de tradições patriarcais que sustentam hierarquias, criam uma atmosfera de continuidade de um legado, e a tentativa de se fazer notório numa perspectiva de demarcar suas presenças no mundo. Nesse sentido, explicam-se conteúdos relativos à arte, à música e à dança, formas seculares e “espirituais” dos ciganos, que lidam com as ansiedades e os dilemas envoltos na diáspora, no degredo, na vida moderna e na originalidade dinâmica de processos que interagem e geram novas formas de convívio. A análise procurou interpretar os símbolos, os aspectos das violências, dos significados, ordens, discursos de poder e de representações nas performances de gênero que foram explicadas

* deborahsathler@gmail.com

** jcarlosbm@hotmail.com

nas continuidades e nas descontinuidades. Os sistemas de significados, isto é, as maneiras como segmentos das sociedades representam a arte, a cultura e o gênero, e os utilizaram para articular regras de relações sociais e para construir o sentido das experiências. Respeitando as diversas identidades e o direito de dizer destes agentes da história, “sua consideração como personagem da vida coletiva tende a produzir respeito cidadão, pois, afinal, todos participam do coletivo e por eles se explicam, ou dele divergem”, Meihy (2011, p. 47). Meu papel como pesquisadora, foi desmistificar e duvidar deste não lugar, de um cigano que vaga, errante, e implicado neste abstrato sem voz, corpo, idade, gênero ou classe social.

2 HISTÓRIA ORAL E CULTURAS TRADICIONAIS

As produções historiográficas mais recentes têm utilizado aportes de outras áreas como da antropologia, da sociologia, da psicologia e da literatura trazem um material muito rico para decodificação de símbolos culturais e doutrinas normativas. Por meio da História Oral, difundida pelo Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – NEHO/USP, precursora no Brasil, busquei novas interpretações para os discursos historiográficos através de narrativas do tempo presente. Pensados em sua importância tanto para a memória social quanto para a formulação de políticas públicas culturais, faz-se importante este “ouvir de vozes diferentes”, que trouxe à tona nova história, dados, fatos, subjetividades e também transformações. A história dos ciganos, na verdade, é a história de um mosaico étnico. Este cigano - total abstrato - é como a repetição infinita de uma performance, incluindo artística, cultural e de gênero, estereotipada, através de variantes ilimitadas. Na realidade, não existe o cigano, mas sim sujeitos com identidades, que fazem parte de diversas comunidades (historicamente diferenciadas) chamadas de grupos ciganos, mantendo relações de semelhança e/ou dissemelhança uns com os outros. Historicizar remeteu compreendê-los na sua pluralidade e no seu excepcionalismo. Neste sentido, coube de forma justa o conceito de rede da História Oral, a qual “deve ser sempre plural –idealmente várias porque nas diferenças internas aos diversos grupos residem as disputas ou olhares diferentes que justificam comportamentos variados dentro de um mesmo plano”(MEIHY & HOLANDA, 2007, p.54). Essa perspectiva de História Oral trouxe sujeitos que extrapolam a coerência que a escrita tradicional da pesquisa exige, já que as condições espaciais e temporais individualiza-os, ao mesmo tempo que nos remete a uma memória coletiva.

3 A DIÁSPORA CIGANA E O DEGREDO NO BRASIL

Com o intuito de entender em que contexto se deu a chegada dos principais grupos ciganos no Brasil, mas especificamente no Rio de Janeiro, aportamos em dois grandes grupos, cujos descendentes chegaram ao Brasil no período colonial: os calons, vindos da Península Ibérica; e os roms, oriundos dos Balcãs e da Europa Central. A tese mais difundida é a de Grellmann (1783), que os ciganos compunham um grupo cultural original da Índia, e que, há cerca de mil anos, começaram a diáspora cigana pelo mundo. As posições do autor a respeito da origem indiana foram embasadas nas teorias e conceitos das nascentes de estudos linguísticos, como, o romani, dialeto cigano, que possuía raízes semelhantes com o dialeto hindi. E conforme explicação de Pereira (2009, p.12), “a etnia cigana tem uma estrutura linguística básica, o romani e dialetos romanó (rom), caló (calon), sintó (sinti)”. Pela primeira vez, encontra-se a ideia de que possuíam uma tradição cultural singular e autônoma, já que houve a descoberta de um lar localizado na região centro-oeste do território indiano, o que localizava-os quanto à sua herança cultural. Fonseca (1995, p. 115) explica que, “um tal grupo ou força de trabalho, chegando tipicamente pela via da migração mais do que pela conquista, é conhecido em jargão sociológico como minoria do homem médio”. No que tange a identidade, Bauman (2005), assim como Bhabha (2014), a considera a também em relação à diáspora, uma vez que ambas têm sua crise entre a identidade nacional e adotada com a migração.

Os ciganos foram trazidos ao Brasil pela corte de Dom João VI para divertir a comitiva, no século XVI, como artistas, principalmente, como músicos e dançarinos. “Na qualidade de músicos e bailarinos, os ciganos os distraíam em sua vida fútil e tediosa”, explica Pereira (2009, p.30). Mais tarde, no século XVII, outros ciganos foram enviados pelo governo de Portugal, para trabalharem como ferreiros ou ferramenteiros, ou condenados pela Fogueira da Inquisição. Pieroni (2000) expõe que a prática penal do degredo, adotada para todas as colônias portuguesas, possibilitou reforçar a política colonial de Portugal e, ao mesmo tempo, promoveu a desinfestação do reino, livrando-os de indivíduo indesejados, considerados agente de desestabilização social. Os “degredados”, nessa ótica, são o “enxurro” da sociedade europeia no período colonial. “Alguns grupos sociais, como os dos ciganos e o dos cristãos-novos foram sistematicamente perseguidos em Portugal, com o degredo colonial”, Pieroni (2000, p.12). O autor completou que os primeiros banidos inquisitoriais de que se tem conhecimento foram condenados no tribunal de Évora, em 1543.

No final do século XVII é que podemos ver generalizado o degredo de ciganos para o Brasil, segundo Donovan (1992). Como uma forma de expor publicamente sua determinação, João V, ordenou a deportação imediata de

uma comunidade cigana, consistindo de cinquenta homens, quarenta e uma mulheres e quarenta e três crianças, detidos na prisão municipal de Limoeiro, em Lisboa, Portugal. Seu banimento foi um procedimento cuidadosamente planejado, servindo como um ato de Estado. A visão dos ciganos, partindo acorrentados, demonstrava para os espectadores o esforço da Coroa pelo controle social.

O primeiro registro oficial da chegada de ciganos no Brasil foi em 1574, durante o reinado de D. Sebastião, o cigano João Torres preso na cadeia de Limoeiro, em Lisboa, foi condenado a cinco anos de degredo na nova colônia portuguesa, porque, “na época, por exemplo, jogar cartas ou dados falsificados era um crime punível com o açoite e o degredo no Brasil”, conta Pieroni (2000, p.70). O autor expôs que algumas ciganas, que viviam no Brasil, em 1591-1592, foram levadas de volta para o cárcere de Lisboa, porque usaram palavras indecorosas contra a fé católica na primeira visitação do Santo Ofício na Bahia, cometendo assim blasfêmia, ou casaram-se por múltiplas vezes. “Neste prisma o degredo funcionou como um nítido rito de purifica o”, Pieroni (2000, p.114). O rito   capaz de operar, não como uma simples rea o conservadora e autoritária em defesa da antiga ordem, mas como movimento através do qual a sociedade controla o risco de mudança. “Os degredados contribuiram sim para a constru o do Brasil e muito deles foram indivíduos culpados por crimes de peso secundário”, como explica Pieroni (2000, p.125). Nos documentos do Conselho-Geral do Santo Ofício, pesquisados pelo autor, constam que 52% dos degredados eram condenados por juda simo, 15% por bigamia, 9% por crime de falsidade, 8% por feitiçaria, 4% por sodomia, 3% por revela o de segredo, 2% por visões, 2% por blasfêmia, 1% padres solicitantes e 4% por outros.

A instala o da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro em 1808, junto com as suas consequências imediatas, como a abertura dos portos às na es amigas, leia-se Inglaterra, e as muitas mudanças profundas na política, economia e sociedade, principalmente, a interioriza o da metrópole, proporcionou a “ascensão socioecon mica” de um pequeno grupo de ciganos, que tornou-se comerciantes de pessoas escravizadas aproveitando espaços desocupados no mercado de escravos de segunda mão, que atendia a proprietários de plantéis menores, e os mercados na Rua do Valongo, no Rio de Janeiro. Arelado a isso, o estrondoso crescimento populacional vivido pela cidade do Rio de Janeiro, os ciganos em sua maioria, estabeleceram-se de forma concentrada no Campo dos Ciganos, atual Praça Tiradentes. Debret (1835) em “Viagem pitoresca e histórica no Brasil”, ofereceu aos europeus e ciganos que ficaram na Europa uma imagem generalizada dos ciganos espelhada a uma vida burguesa e “próspera”. Debret (1835) retratou as mulheres ciganas

com vestimentas coloniais com ares abastadas, com pessoas escravizadas em sua casa, animais selvagens de estimação e muitas linhas de texto para descrever de maneira preconceituosa o povo cigano no Brasil.

Os ciganos, dedicando-se exclusivamente ao comércio, abandonam por completo a educação de seus filhos; (...) por isso, desde criança se encontram de cigarro na boca e caixa de rapé na mão, exercitando-se impunemente, e às vezes mesmo com o encorajamento culpado dos seus, na trapaça, no jogo, no roubo, e dirigindo a seus pais os mais revoltantes insultos (DEBRET, 1975, Tomo I, vol. I, p.192 [1835])

escreveu o francês em *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, publicado em Paris em 1835. Fez-me refletir: A quem interessava aqui e na Europa retratar a imagem aristocrática de mulheres ciganas brasileiras que viviam à margem desta sociedade que a obra tenta as igualar?

Figura 1 : Intérieur d'une habitation de cigannos ou Interior de casa de ciganos de Jean- Baptiste Debret (1835). A obra retrata a relação entre ciganos e negros escravizados no Brasil colonial. [Fonte: Jean-Baptiste Debret, scan de Nossa História, ano 3, nº 26, dez/2005 - Domínio Público, Wikicommons].

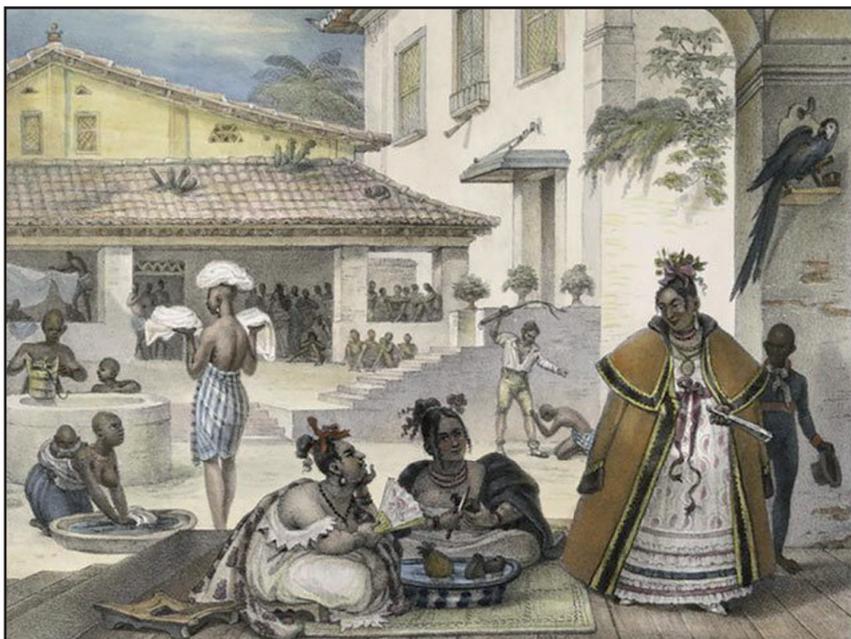


Figura 2: Entrevista na casa de Mio Vacite, numa vila de casas em Copacabana, em outubro de 2014. (As fotos 2, 3, 4 e 5 são do Banco de Imagens da pesquisa)

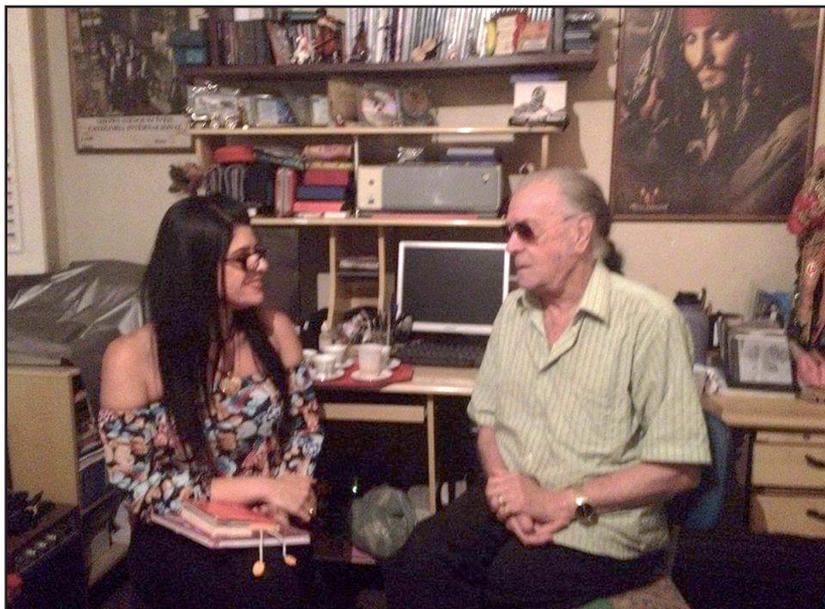


Figura 3: Durante a pesquisa acompanhando Mio Vacite na churrascaria em Copacabana, onde tocava violino em apresentações culturais. Novembro de 2014.

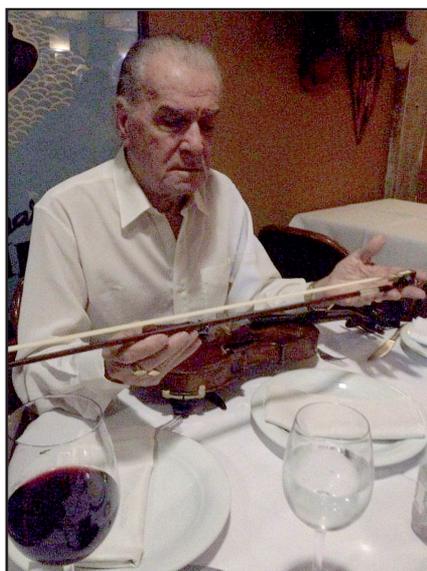


Figura 4: Entrevista com Ramona Torres, escritora e líder espiritual da Sociedade Rajor, novembro/2015, em sua residência em Pilares, Rio de Janeiro.



Figura 5: Ramona Torres e seu marido Jorge em evento na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Maio/2015.



O impulso que a política de construção de uma identidade nacional teve, a partir da Independência, gerou um cerceamento cada vez maior, tanto dos deslocamentos quanto da própria identidade dos ciganos. Tal fato, se deu em virtude do crescimento da ideologia de modernização e civilização dos costumes junto às elites brasileiras, que pretenderam restabelecer um reordenamento físico das cidades, higienizar etnicamente as vias públicas e excluir dos centros urbanos todos os indivíduos que não se adequavam à nova ordem. Desse momento em diante, intensificou-se a repressão aos povos marginalizados, dentre eles os ciganos e os negros. Eles tanto não se enquadravam na nova ordem como também, segundo a sociedade acreditava, a ameaçava. Assim, a segregação racial ou a expulsão dos ciganos da cidade passou a integrar o projeto “civilizador” das autoridades imperiais.

No século XIX, Mello Moraes Filho (1843), como primeiro pesquisador da etnia cigana no Brasil, estudou os costumes dos ciganos brasileiros e organizou a obra “Cancioneiros dos Ciganos”. Ele recolheu material com ciganos sedentários, instalados nos arredores da Cidade Nova e na Rua dos Ciganos (atual Rua da Constituição), no Rio de Janeiro, desmistificando mais uma vez a questão do cigano nômade. A dispersão, que muitos consideram como prejudicial à existência dos ciganos como etnia, “é tida por eles mesmos, como um fator fundamental para a sua sobrevivência como povo”, Pereira (2009, p. 18).

Ainda hoje, os dados oficiais sobre grupos ciganos no Brasil e no mundo são muito incipientes. Os dados adotado no Brasil, pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), referem-se aos autodeclarados pela Associação Internacional Maylé Sara Kalí (AMSK/Brasil), que estima que 500 mil ciganos e seus descendentes viviam no país. A mesma associação analisou os dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) de 2011, recolhidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e constatou que os estados de Minas Gerais, Bahia e Goiás possuem o maior número de ciganos declarados. Dados da UNESCO de 2003, transcritos das revistas ciganas europeias, dos 1,5 milhão de ciganos da América Latina, cerca de 500 mil estão espalhados por todo o território brasileiro, entre nômades, seminômades e sedentários.

4 QUESTÕES DE IDENTIDADE E GÊNERO

O gênero como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, é uma forma primária de significar as relações de poder. Isso ainda ficou pior quando se pretendeu analisar a “luta social” apoiando-se apenas em classes antagônicas, e esquecendo-se

da heterogeneidade (de gênero, de raça, de etnia, de idade) que as atravessa. A manutenção da ordem social prevê uma referência fixa e imutável ao significado da oposição binária, que se impõe como algo natural e, por vezes, divino. Lauro (1994, p. 36) diz que, “o masculino e o feminino são construídos através das práticas sociais masculinizantes e feminizantes, em consonância com as concepções de cada sociedade”.

Cristina da Costa Pereira (2009), em sua obra “Os ciganos ainda estão na estrada” afirmou que há rejeição explícita ao homossexualismo, e que adultério e poligamia existem, mas não são bem vistos, pois configura uma barreira na perpetuação dos clãs. O cigano Mio Vacite confirmou: “Nós somos patriarcais, então, temos uma filosofia de não criticar nada, nem ninguém, no caso de homossexualismo, eles mesmo se excluem. Mas, como patriarcais é complicado, porque ele não vai ter descendentes”.

Pereira (2000) explicou que “no Brasil, os ciganos que se destacam na arte musical são os do grupo rom, logo, predominam as músicas acompanhadas por violino, pandeireta e acordeão”. Constituiu um desafio, analisar, através de matrizes de memórias, comportamentos de resistências, contemplando conflitos que permearam e permeiam a dinâmica social, produziram arranjos e desarranjos nas relações de gênero, com persistência em demarcar identidade cigana no mundo, a questão do “ser” homem, mulher ou homossexual na etnia e seus diálogos em ambos os tempos, o da história e o do tempo presente, marcados também pelos efeitos do machismo, do androcentrismo e da misoginia.

A mulher cigana, chamada de calin ou romi, “é vista, socialmente, como dependente do marido, apesar de, no ambiente doméstico, a mãe cigana ser o fundamento da etnia”, como esclareceu Pereira (2000, p.62). Mio revelou a ambiguidade que envolve as mulheres ciganas e o mundo externo, com o medo de perder a cultura com o envolvimento com os não-ciganos.

O homem cigano, rom ou calon, exerce funções específicas, “na economia grupal de uma família cigana, o homem, com seus ofícios - comerciante, artesão, artista circense, mecânico, profissional liberal, músico, industrial - é responsável pelo sustento econômico”, segundo Pereira (2000, p.62). Um cigano só terá verdadeira importância para seu clã quando se casar e tiver filhos, uma vez que a etnia valoriza a prole numerosa, pois os filhos servirão de defesa aos pais na velhice. O filho homem mais novo é quem cuida dos pais e fica com a herança. As filhas mulheres devem tomar conta dos sogros ciganos. Os velhos na família cigana vivem junto com os filhos e são conhecidos como, o purô e a puri, que são responsáveis por passar oralmente a tradição aos mais jovens e, por sua vez, são respeitados em sua sabedoria.

O empoderamento feminino é negociado numa cultura fortemente marcada pela hierarquia e pela cultura do patriarcado com a construção de identidades ciganas. Isso é visível, quando nos deparamos com a narrativa de mulheres ciganas que não querem casar-se, separam-se, casam com não-ciganos, que não tem filhos, com ciganos que assumem a homossexualidade, com homens ciganos que ainda não casaram ou que casam com ciganas de outras etnias. O migrante arremeda ideologias coloniais colaboracionistas de patriotismo e patriarcado. Observou-se assim, um aparente paradoxo, pois o mesmo povo reconhecido como livre por suas danças, cantos e pelo modo de vida, mantém rígidas regras de conduta. “Panos finos e coloridos separam as camas de casais, as saias das mulheres são compridas, não sendo permitida a exposição das pernas, jovens se casam cedo”, como explica Pereira (2000, p.64). As mulheres são dançarinas dos grupos e cantam, mas não tocam instrumentos, profissão caracterizada como masculina no universo cigano e, ainda, são responsáveis por parte do sustento econômico da família, através dos ofícios da cartomante ou quiromante. Entre os sedentários, Pereira (2000, p. 60) diz que são caracterizados pela quantidade de oficiais de justiça, escrivães e advogados, entre eles, porém, “nos tempos atuais, há ciganos que fazem cursos universitários e, entre os sedentários, muitos já aceitam a escola”, de modo que, na pós-modernidade, encontramos ciganos antropólogos, administradores, juizes.

O culto aos mortos é um rito sagrado para os ciganos e revela que este é um povo com forte sentido de religiosidade, que crê no além e, pode-se dizer, que foi herdado da filosofia hindu. A pomana é um ritual bastante preservado, em que acontece uma ceia com as comidas e bebidas preferidas do antepassado. Ramona Torres, narra sobre a morte na etnia calon: “A morte nos une e a velhice não nos separa. Meu irmão cuida dos meus pais, na verdade deveria ser eu, por ser a caçula, mas eu furei a fila”. Não só na etnia cigana, mas em sociedades patriarcais, a não procriação sempre fora ligadas às questões religiosas e uma responsabilidade quase unicamente feminina. Entretanto, o que colhemos nas narrativas foram práticas de continuidades e descontinuidades, o lugar da identidade no processo de reconhecimento cultural, e o direito das mulheres ciganas de questionar a subjetividade masculina. Como a experiência de Ramona, “Casei duas vezes e essa é mais uma polêmica, porque cigano não separa. Mas separei do meu primeiro marido, porque ele me sufocava, bebia, me traía e andava armado”. Nas novas relações de gênero, inclusive nos não binários da pós-modernidade, como divórcio, casamentos múltiplos, casamento com não ciganos e o não casamento, é imprescindível uma leitura que se interessou na observação da construção, implícita e explícita dos gêneros.

5 O MITO DA MULHER CIGANA NA ARTE E NA VIDA

Mitos e mais mitos justificaram as relações de poder que os grupos ciganos enfrentaram. Pereira (2009) diz que a ciganologia passa a existir na Europa, a partir do século XIX, quando foram publicados estudos no Reino Unido, no “Jornal of the Gypsy Lore”, em 1888. Contudo, antes, George Borrow (1803-1881), um dos poucos ciganólogos - estudiosos da etnia cigana, escreveu best sellers – como “The Bible in Spain” (1843) e “Lavrengo” (1851), reiterou mitos conhecidos sobre os ciganos hoje em dia, acusando-os de prática de furtos, canibalismo, rapto de crianças, heresia e feitiçaria. Da mesma forma, outras obras de arte e literatura reforçam esse estereótipo, como Miguel de Cervantes (1613) em “A Ciganinha”, em que os ciganos e as ciganas são estereotipados como ladrões. As representações do senso comum – o cigano como indivíduo amoral, infiel, violento e exótico – são logo adaptadas ao discurso literário, e depois ao científico, formando o substrato de imagens e representações, como indivíduos antissociais, desonestos, ardilosos e parasitas sociais. A ideia, que orientava este pré-julgamento, era a de que apenas seria confiável o indivíduo com residência fixa, pois o nômade não tinha morador que o conhecesse e o abonasse. O ponto a ser destacado, no entanto, é a fusão do discurso científico com o mitológico, que, sob a pretensa objetividade científica, os mais absurdos e preconceituosos relatos e histórias populares foram confirmados e legitimados. Ao fundirem o conhecimento comum ao científico, deram a justificativa necessária aos governantes e à sociedade para que pusessem em prática, seus preconceitos, conflitos étnicos e morais, suas políticas racistas e comportamentos discriminatórios em relação aos ciganos.

O escritor francês Prosper Mérimée, no romance Carmem, cuja protagonista é uma cigana, desenha-a com as características místicas, típicas dos ciganos: o olhar, o cerimonial específico, a arte da sedução e feitiçaria. O escritor brasileiro Machado de Assis assim descreveu a complexa e ambígua personagem Capitu, no livro Dom Casmurro: “Capitu, apesar daqueles olhos que o diabo lhe deu. Você já reparou nos olhos dela? São assim de cigana oblíqua e dissimulada” (Assis Apud PEREIRA, 2009, p.141). O gênero é permeado de símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias) de como símbolo da mulher, por exemplo, na tradição judaico-cristã do Ocidente, mas também mitos da luz e da escuridão, da purificação e da poluição, da inocência e da corrupção.

Meihy (2015, p.30), fala que “o culto de Maria e a prática da misoginia estão intrinsecamente ligados”, e cita as obras de Boxer e Hespanha, que abordam as questões afeitas à sublimação dos desejos sexuais das mulheres,

evidenciando o modelo da dignidade feminina prezada, a da castidade. Vista como ser imperfeito e derivado da costela e Adão, a mulher deveria ser subjugada e passível de mandos misóginos. Nesse sentido, aliás, São Tomás de Aquino legislava apregoando o equilíbrio social apoiado no poder masculino (MEIHY, 2015, p.28, 29). O antagonismo entre o suposto católico de Maria é a cigana Carmem de Mérimée ou da Pombagira Cigana revelam a sombra que envolve a mulher cigana, uma vez que os ciganos são associados a exus, entidades do povo de rua da Umbanda. Farelli (2001) em seu livro “Pombagira Cigana” fala que o mundo dos espíritos, dos deuses e dos homens fundem-se nos terreiros, nas reuniões de crentes, nas sociedades secretas de mantos verdes, amarelos, vermelhos que brotam por toda cidade. Ao lado do progresso, dos viadutos rasgando a cidade, brinca também o irreal, pelas encostas dos morros, nos salões elegantes, nas praias, nos templos de magia cigana.

O núcleo essencial da organização cigana é o clã, a família, sendo ela regida por valores orientais do patriarcalismo, de forma que podemos dizer que a propriedade ou o direito e a lei pertenciam ao homem. A aceitação é construída através dos mecanismos de socialização, da força da ideologia e das crenças religiosas e as relações de poder se mantêm, porque os vários atores - tanto os dominadores como os dominados - aceitam as versões da realidade social, que negam a existência de desigualdades. Ramona narrou obediência ao líder homem cigano do clã, chamado de barô, e como negociou sua separação com o seu pai, que foi voto vencido em relação ao barô, figura máxima dentro da hierarquia cigana. A entrevistada relatou a separação do seu primeiro marido, que não era cigano, “Primeiro vem o barô, depois vem meu pai, em caso da falta dele, meu irmão mais velho, depois meu irmão mais novo, depois minha mãe e depois eu. Somos submissas a eles”. De acordo com Pereira (2009), para os ciganos, a tradição é lei, de forma que se torna compreensível o pai que proíbe, do mestre que diz a lei e a interdição e a censura, como unidades de dispositivos do poder patriarcal sob o sexo feminino. Sendo a chave do patriarcado a reprodução, que, segundo a norma, insiste na importância exclusiva das mulheres como funções reprodutivas e maternas. A posição que emerge como dominante, é apesar de tudo, declarada a única possível. “A história posterior é escrita como se essas posições normativas fossem o produto de um consenso social e não de um conflito” (SCOTT, 1990, p. 21). Isso nos faz refletir como o estudo sobre gênero é útil para compreender as transgressões às normas de comportamento impostas pela sociedade, que enfatizam a bipolaridade homem/mulher - opostos, assimétricos, forte/fraco, domínio e subjugação.

Quanto às relações de gênero, estamos falando de poder, na medida em que a mulher se mantém subjugada ao domínio patriarcal (homem) ou rompe parcialmente ou totalmente com este sistema. Ramona abriu mão da reprodução e do capital marital, mas permitiu a intervenção da autoridade masculina, mesmo que de forma negociada, na criação da jovem sobrinha. “Nunca quis ter filhos, sempre criei os filhos dos outros. E isso é outro fator complicado para os ciganos. Há um ditado que a mulher que viveu e não teve filhos, não viveu a vida”. A questão hierárquica é forte com respeito à manutenção do princípio do patriarcado: “Eu e meus irmãos mantemos os estudos da minha sobrinha, que mora comigo, para estudar. Eles autorizaram, só eles autorizando que ela pode sair de casa. E ela não casou”, relatou Ramona, que tem uma família que segue à risca a tradição. Por conta do não casamento dela com um cigano, da não reprodução e por ser mulher, ela exibiu sua transcendência e confusão de responsabilidades na tradição, quando diz: “Meu irmão cuida dos meus pais, na verdade deveria ser eu, por ser a caçula, mas eu furei a fila”. Por ela ser uma líder espiritual, escritora, ter comprado sua própria casa e conquistado sua independência, percebe-se o desapatote aos valores vitorianos e, também, ciganos, da mulher no lar, cujas práticas são orientadas politicamente para manter o “papel tradicional” das mulheres, a procriação.

Na obra “Dominação Masculina”, Pierre Bourdieu (2002) parte do pressuposto de que a ordem do cosmos é masculina, inscrita nos corpos de ambos os sexos, não havendo possibilidade de escapar dela, porque se evidencia na natureza biológica, mostrando-se como natural, quando, na realidade, é uma construção social natural. Os planetas, o universo e Deus são seres masculinos, de forma que é quase uma luta contra o universo inteiro que conspira a favor do macho. O que surpreende é o fato de que certo fatalismo é notado na fala, quando desconsidera a participação das mulheres, como agentes, no sentido de mostrar que as interrupções são próprias do processo de dominação, sendo que, para ele, a hegemonia é homogênea.

Quando Ramona abre mão da reprodução, de certa forma, abre mão de reproduzir em sua casa a cultura do patriarcado cigano, configurando-se como a “chefe”, tanto da casa espiritual como de seu lar. Dessa maneira, assumiu também a educação da jovem sobrinha que será a primeira mulher do seu clã a cursar faculdade. Costa (2012) cita Magdalena León, que diz que o empoderamento das mulheres libera e liberta dos homens no sentido material e psicológico; e Nelly Stromquist, que define parâmetros como sendo: a construção de uma autoimagem e confiança positiva, o desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente, a construção da coesão de grupo, a promoção da tomada de decisões e a ação.

Durante a entrevista com Ramona Torres, fomos servidas por Jorge, seu segundo marido, que foi aluno da Ramona nas aulas de cultura cigana. “Casei com a professora cigana”, relatou. O seu olhar e reverência parecia que ele estava diante de uma daquelas deusas, que adornavam aquela casa 13, do bairro de Pilares, a casa da cigana. São nestas interrupções que devemos estar atentos para não homogeneizar e invisibilizar os conflitos. Como disse Ramona, “Percebi que mesmo meu primeiro marido não sendo cigano, para o meu povo ele era autoridade só por ser homem. Foi chocante. Uma mulher não ter filhos e ser separada, então nem se fala”. Sobre o período de isolamento do grupo e da família, ela diz: “Eu passei muita dificuldade, solidão e a gente não é bem vista, nem pelos vizinhos e agora nem pela família. Era vista como a maluca, a separada, a discriminada”.

As questões de gênero, como uma forma primeira de significar as relações de poder e com posições normativas expressas em doutrinas, ditaram e ainda ditam regras de gênero. A mulher assume traços construídos socialmente, como sendo do gênero masculino, numa ordem pela sobrevivência, em uma terra, onde o ser varão é a lei e refere-se a dominar corpos femininos. As mulheres ao inverter a ordem social, tentam posicionar-se nesta sociedade construída e (re)moldar o gênero.

Frequentemente, a ênfase colocada sobre o gênero não é explícita, mas constitui uma dimensão decisiva da organização, igualdade e desigualdade, fazendo parte da construção e consolidação do poder, bem como, quando associamos escravos e operários com o gênero feminino (subordinados, fracos e sexualmente explorados). Para Foucault (2015) não existe um lugar da grande Recusa, e sim de Resistências, no plural. Resistências necessárias, improváveis, arrastadas, solitárias, violentas, “que lá onde há poder há resistência, e no entanto (ou melhor por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder”, expõe Foucault (2015, p.104). Ramona, ao mesmo tempo, empoderou também a sobrinha e suas filhas espirituais, quando diz: “as sessões espirituais que fazemos aqui é de longe somente de cunho espiritual, é um trabalho social, de terapia de grupo e solidariedade. As irmãs fazem companhia uma as outras”.

A narrativa de Ramona nos revelou aspectos que nos faz refletir que a cultura do patriarcado foi e está sendo negociada a todo o momento. Novamente, as negociações, como aparato que permitem a construção de novas identidades ciganas, apoiada na necessidade de um diálogo com o mundo externo e moderno do “ser” mulher cigana. Partindo do pressuposto de que a mulher na etnia cigana buscou nos casamentos com não ciganos e nos divórcios, negociações que minimizem a cultura do patriarcado e

da hierarquia, é que se configuram como mecanismos de estratégias de sobrevivência e rompimentos. Nestes casos, as relações de gênero acabam sendo alteradas, como a situação da Ramona, através do seu trabalho como cartomante, da liderança espiritual, como escritora e autora da sua própria história. Scott (1990, p.3), diz que temos que “descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades”, assim encontrando o seu sentido e funcionamento para manter a ordem social dos gêneros ou para alterá-la.

6 ASPECTOS DE NEGOCIAÇÃO CULTURAL

O conceito de negociação cultural difundido por Bhabha (2014) tentou compreender os mecanismos utilizados por uma cultura para se perceber de forma holística, em contraposição aos “outros” culturais e, de outro lado, a ambivalência sempre presente nesse processo. De acordo com o autor, podemos falar de uma cultura imaginada, de certa forma orgânica, marcada por uma temporalidade continuísta., cuja força, no imaginário social, nos ajuda a entender os sentidos da cultura nas tradições de um passado que implica na submissão da diferença à diversidade. O outro cultural, que surge na temporalidade performática, não é o negativo da cultura legitimada, mais um a ser somado às culturas já vistas na constituição de uma sociedade plural. Ele trabalha o entre-lugar, onde as vozes marginais “não mais necessitem dirigir suas estratégias de oposição para um horizonte de ‘hegemonia’, que é concebido como horizontal e homogêneo”, Bhabha (2014, p. 213). A identidade tornou-se uma palavra-chave, largamente, estudada e de relevância sociopolítica dos tempos atuais. Nesta perspectiva, a identidade é compreendida como culturalmente formada, um posicionamento e não uma essência, ligada à discussão das identidades culturais, portanto, provém de alguma parte e possui histórias, sofrendo modificações constantes. A ambivalência divergente entre os grupos, calons e roms, sobre o tema de viver em acampamento ou em moradias fixas, foi narrada por Ramona Torres, que viveu no acampamento de Realengo, no Rio de Janeiro, até seus 14 anos de idade. Ela relatou o paradoxo da liberdade cigana, pois “para os ciganos de acampamento, sair do acampamento é desaculturar”. O sedentarismo configura uma espécie de morte simbólica, para o grupo calon, conforme continuou a comentar a entrevistada: “Eu percebia que muitos ciganos tem o medo de perder a cultura, e esse medo é paradoxal. É como morrer. Se você fica lá no acampamento, você só existe ali e morre para o mundo”. Já Mio Vacite comentou que: Eu trabalhei no escritório do meu irmão, que

abandonou a cultura, fiquei doente de ficar lá. Eu como músico autônomo, estou aqui, estou lá, nunca fiquei mais de um ano num lugar só, eu tenho que mudar de endereço (MIO VACITE). Bhabha (2014) fundamentou a identidade sob a perspectiva do estereótipo e da mímica, como estratégia de conhecimento e identificação do que é “conhecido”, do que é socialmente “aceito” e está “no lugar”, isto é, uma falsa representação de si (ou um simulacro) que incide na ambivalência de identificações, nas formas da diferença sexual e racial, que, no entanto, há reconhecimento espontâneo e visível. É uma busca por um reconhecimento marcado pela percepção identitária muito mais performática do que essencialista justamente pela dominação psicológica e cultural do colonialismo. Para ele, não seria o abandono, mas a resignificação dos discursos identitários anteriores com as características da transitoriedade e do interstício do presente, assim, formar-se-ia uma identidade social cultural em constante movimento, remetendo a uma imagem, a uma espécie de máscara, signo da diferença intersticial, através da qual a identidade do sentido é construída no presente histórico.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Moraes Filho (1981), o cigano foi, dentro da história do Brasil, a solda que uniu as três peças de fundição da mestiçagem atual - negros, índios e imigrantes europeus. Até hoje, os povos ciganos e sua contribuição seja na arte, cultura e no desenvolvimento do país sequer é mencionado seja em campanhas públicas, na mídia ou em ambientes acadêmicos ou não, tampouco visibilizado. Não incluímos em nossas narrativas e nem na história as etnias ciganas, seja dentre os povos que formaram e formam, trabalharam e desenvolveram o Brasil. Este apagamento étnico proposital (na contemporaneidade, inclusive) dificulta o acesso às políticas públicas e a formação de consciência de que o povo cigano contribuiu e contribui em terras brasileiras. Um próprio estudo desenvolvido pelo SEPPIR intitulada “Missão Técnica à Espanha”, justifica a ausência de políticas públicas no Brasil para a etnia cigana em detrimento à Espanha. Isso deve-se ao fato de que, no Brasil, os ciganos representam 0,3% da população, enquanto na Espanha são 3% e configuram a maior minoria social. O estudo justificou ainda, que as políticas públicas, no Brasil, com recorte étnico-racial são voltadas, principalmente, para a população negra, os povos indígenas e as comunidades quilombolas, que configuram 51% da população. Os sujeitos das diversas etnias ciganas foram e ainda são um dos grupos menos estudados entre as minorias, o que

acaba invisibilizando-os na sociedade. Os estudos de Frans Moonen (2008) sobre a população cigana no Brasil também revelaram que quase nada sabemos sobre esta etnia na atualidade. Ao comparar os ciganos aos judeus, Fonseca (1996) afirmou que, enquanto os segundos fizeram uma intensa indústria da memória, os primeiros fortaleceram sua arte de esquecer. Os ciganos são, segundo a autora, um povo invisível, apesar das mulheres usarem roupas coloridas e se disporem a ler a sorte na palma da mão.

Babha (2014) e Canclini (2015) divergem no que diz respeito ao lugar dos processos de tradução cultural de minorias, quando o primeiro diz que ele está localizado no entre-lugar e o segundo apontar que, na verdade, ele estaria numa fusão híbrida. Porém são convergentes no aspecto da necessidade da negociação das identidades. Notou-se também, que o surgimento de tradições inventadas deriva de necessidades específicas de um determinado grupo sociocultural, que é o modo como eles encontram para garantir sua legitimidade e de estabelecer relações com seus elementos ancestrais, inclusive em seus processos artístico-culturais. É importante ressaltar que a percepção e a legitimação do passado são plásticas e sua autenticidade sempre será estabelecida no presente, de modo que pode sempre ser alterado. Embora a ideia do tradicional remeta ao passado histórico distante, as tradições podem se estabelecer como tal e dentro de um curto período de tempo, levando-se em consideração que a cultura muda incessantemente e que os elementos considerados novos também podem adquirir status de tradicional. A tradição, como um produto da mente humana, é inventada, quando o referencial é o passado, ou é autêntica, ao considerar a legitimação da mesma no presente. Quando uma manifestação recente passou a ser tradicional, a partir da repetição ou da requalificação dela, torna-se relevante compreender a importância do diferente, da diversidade e da (des) vitimização, tanto na cultura cigana como em outras minorias resistentes.

Também faz-se necessário compreender a sua não referência de propriedade privada, de solo, espaço, de estado nacional, seus mecanismos e estratégias. Graças à práticas adotadas nos processos de negociação de seus elementos culturais, pude reconhecê-los como uma epopeia da sobrevivência. Mesmo que as etnias ciganas não tenham uma identidade unitária verifiquei que existe um esforço, um pacto, para que as identidades sejam construídas, dialoguem e tenham um lugar na pós-modernidade. Por fim, pode-se concluir que mesmo as mensagens produzidas pelas comunidades mais fechadas renovam suas composições e suas hierarquias, entrecruzam-se o tempo todo, e ainda por cima, cada componente pode fazer a sua própria coleção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevistas a Beneditto Vechi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Tradução Myriam Ávila et al. Belo Horizonte:UFMG, 2014.
- BLOCH, Jules. **Les tsiganes**. Editora Presses, 1948
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Edusp, 2015.
- CERVANTES, Miguel de. **A ciganinha**. Tradução Henrique Santo. Círculo do Livro, 1987.
- COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. (Disponível em <https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>)
- DEBRET, Jean Baptiste. **O Brasil de Debret**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Villa Rica, 1993. Pranchas: 45 - Mercado da Rua do Valongo; 46- Interior de uma residência de ciganos.
- DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. 6.ed. São Paulo: Martins; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975. Vol. I, tomo I, 293 p. (Original: 1834).
- DONOVAN, Bill M. Gypsies in Early Modern Portugal and Brazil. In: **Journal of Social History**. Fall, 1992.
- FARELLI, Maria Helena. **Pomba Gira Cigana**: magias de amor, sorte, sonhos, reza forte, comidas e oferendas. 2.ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- FOCAULT, Michel. **A história da sexualidade** - a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra. 2015.(p.85-144)
- FONSECA, Isabel. **Enterrem-me em pé**: a longa viagem dos ciganos. Companhia das Letras: São Paulo, 1996.
- FRASER, Angus. **História do povo cigano**. Lisboa: Editorial Teorema, 1997.
- LAURO, Guacira. Uma leitura da história da Educação sob a perspectiva de gênero. In: **Proj História**. São Paulo, 1994.

- MEIHY, José Carlos Sebe B. e HOLANDA, Fabiola. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.
- MEIHY, José Carlos Sebe B. e RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de História Oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.
- MORAES FILHO, Mello. **Os ciganos no Brasil e cancionero dos ciganos**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.
- MOONEN, Frans. **Os estudos ciganos no Brasil**. Núcleo de Estudos Ciganos. Recife, 2008.
- PEREIRA, Cristina da Costa. **Os ciganos ainda estão na estrada**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- PIERONI, Geraldo. **Vadios e ciganos, heréticos e bruxas**: os degredados do Brasil colônia. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. Fundação Biblioteca Nacional, 2000.
- SATHLER, Déborah. **História Oral de vida**: identidade e gênero no segmento cigano. Disponível em, <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4574523>.
- SCOTT, Joan. **“Gênero: uma categoria útil para análise histórica”**. In. Educação e Realidade. Porto Alegre, Faced, UFRGS, 1990.

RESUMO

Este artigo aborda temas relativos a agrupamentos ciganos localizados no Rio de Janeiro. Valendo-se de procedimentos da História Oral de Vida, buscou-se a requalificação de valores da cultura cigana rom e calon filtrados por dois personagens icônicos Mio Vacite e Ramona Torres. O exame dessas entrevistas, por sua vez, é caminho para entendimentos das performances de identidade e gênero e da pretensa memória grupal, que nos permite vermos as estratégias de convívio interno e externo, condições que colocam em evidência fatores que afloram de suposta tradição em confronto com a modernidade. As manifestações artísticas são evidenciadas como meios analíticos que, afinal, revelam posicionamentos originais e diversos presentes em espaços culturais complementares.

Palavras-chave: Cigano; história oral; arte e vida; gênero.

ABSTRACT

This article addresses themes concerning gypsy groups located in Rio de Janeiro. Using oral history approaches, it seeks to re-qualify the gypsy culture values of Rom and Calon as filtered by two iconic characters, Mio Vacite and Ramona Torres. The examination of these interviews, in turn, leads to an understanding of the performances of identity and gender and the alleged group memory, which allows us to see the strategies of internal and external coexistence, conditions which emphasize factors that emerge from supposed tradition when confronted with modernity. Artistic manifestations are highlighted as analytical means which, in the end, reveal original and diverse positions present in complementary cultural spaces.

Keywords: Gypsy; oral history; art and life; gender.

Entrevista com a Dona Anna Amélia de Barros

*por Alfredo José Gonçalves, Cs.
Antenor João Dalla Vecchia, Cs.*

NOTA DO EDITOR

A entrevista foi realizada pelos padres Alfredo José Gonçalves, Cs. e Antenor João Dalla Vecchia, Cs., em 2/05/1985, no município de Dobrada-SP. Inicialmente, a entrevista seria publicada no Boletim VAI VEM, à época, editado pelo Centro de Estudos Migratórios (CEM). Mas, devido a sua extensão ultrapassar os limites do VAI VEM, não foi publicada. Em conversa recente com o padre Alfredo Gonçalves sobre os 40 anos da Greve de Guariba – que coincidem com os 40 anos da Pastoral dos Migrantes –, as suas memórias de missionário scalabriniano junto aos trabalhadores migrantes, ele falou-me sobre a Dona Anna Amélia de Barros e sua entrevista. Solicitei-a para ler e logo vi que, a despeito de 39 anos passados da sua realização, ela é muito atual e rica de questões relevantes, seja para os diversos trabalhos da Pastoral dos Migrantes e demais movimentos populares seja para revisar, fundamentar, inspirar novas questões, conceitos e metodologias de pesquisa para as Ciências Sociais.

No que tange à estrutura linguística, de modo geral, mantive a grafia da linguagem da entrevistada, assim como os padres Alfredo e Antenor a mantiveram na transcrição original. Sempre que possível, também mantive a pontuação adotada originalmente. Somente em ocorrências especiais, como erros de datilografia (recurso utilizado à época para a transcrição), ausência de pontuação no final de frases, sujeito indevidamente separado do verbo etc., intervi aplicando a norma gramatical vigente. Algumas palavras utilizadas em linguagem dialetal sertaneja foram explicadas nas Notas do Editor (N/E). Outras, ainda que apresentem o mesmo caráter, não foram explicadas porque já foram dicionarizadas. Igualmente receberam explicação palavras que se referem a lugares pouco conhecidos. Por fim, incluí o nome da entrevistada que não constava no original, e incluí algumas fotografias dela, gentilmente cedidas por sua neta, Alessandra dos Santos Pinto.

Pe. Alfredo/Pe. Antenor - (Fale sobre a sua história)

Figura 1 - Anna Amélia de Barros.



Foto: Acervo pessoal de Alessandra Dos Santos Pinto. Gentilmente cedida.

DONA ANNA (...) começar do começo, né. Casei, fui morar na casinha do meu sogro, ficamos uns sete anos lá morando com um cunhado meu. Então, meu marido pegou um terreno que o pai dele tinha herdado. Ele tirou, parece, que 2.500 cruzeiros naquele tempo no banco, mas ele tinha sempre a parte do terreno do pai dele, que o outro irmão era quem tomava conta. Por causa daquês 2 milhão que ele tirou no banco de Garanhuns-PE, não checou a pagar no tempo, então a rocinha foi por água abaixo, e também choveu muito... ele não chegou a pagar aquela conta. Então o irmão foi e tomou a terrinha que ele tinha, três quadrazinhas de terra, uma casinha que nois tinha feito com tanto sacrifício, meu Deus! Com filho pequeno, a água pra fazer essa casinha eu carregava dia e noite, que ninguém dava a água. Fizemos aquela casinha de noite, carregando água na cabeça, eu carregava numa lata, ele noutra, até que fizemos aquela casinha. Quando foi naquele tempo que ele não pode pagar aquela dívida, o irmão foi e tomou a rocinha, tomou o que tinha dentro de casa, tomou tudo. Aí nós resolvemo ir s'imbora pra São Paulo, em Presidente Bernardes.

Quando chegamos em São Paulo, em Presidente Bernardes, chegamos era fora de safra, fui morar naquelas quiçaça velha, onde tinha morado já uma parenta minha, uma irmã minha tinha morado naquelas terras. Mas ninguém morava mais naquele lugar. Só eu que fui morar naquela casa, lá jogada, sem patrão, sem ninguém. Fiquei lá, parece que uns quatro meses. Ele trabalhava lá, o rapaz que cuidava chamava-se até Mateus. Trabalhou, trabalhou um mês, não recebeu, trabalhou dois meses, não recebeu. Quando foi nos três, a comida que nós comia era banana, cortando cacho de banana e cozinhando na roça pra nós comer. E aquele homem não pagava aquele dinheiro que ele trabalhava, de jeito nenhum. E eu morrendo, nós morrendo dentro de casa de fome, com aquela meninada. Adoeceu e os pequenininhos ficaram só coró e osso, fazia cortar o coração de se vê. Então, ele ainda foi em Presidente Bernardes lá no... chamava-se escritório, que esse moço era, que esse dono dessa empreitada, esse Mateus. Chegou lá e falou, brigou lá que não tava saindo pagamento, já tava quase três meses que não recebia nada. Aí, eles foram e passaram um vale. Não era cheque, era vale, pra ele tirar umas coisinhas lá na mercearia. Ele tirou aquilo ali, chegou com a despesinha em casa. Tornemo a ficar naquele Presidente Bernardes, naquela casa velha, jogado pra lá. Aí, quando foi um dia, resolvemo ir s'imbora. Vamos s'imbora daqui, vamos pro Rio do Peixe, pra onde morava um compadre meu que era de Pernambuco. Quando chegamo lá, quando chegamo lá nesse Rio do Peixe, nesse compadre meu, chegamos e me deram um galpão velho na beira da estrada, assim. Tinha morrido já sete pessoas naquele galpão velho que ele me deu lá. Disse: olha, vocês querem ficar ai, vocês fiquem, sem compromisso, eu não tenho compromisso com vocês. Primeiro, ele foi lá, acertou que ia me fornecer, nós ia por uma rocinha, ele ia fornecer nós com qualquer coisa. Mas quando nós chegamo lá, ele se arrependeu. Disse: bom, vocês querem ficar nesse galpão aí na beira da estrada, vocês fiquem, só que eu não tenho compromisso, com vocês. Tivemos que ficar, ninguém tinha caminho de nada. Chegamo lá, no dia que chegemo deu umas trovoadas lá, umas chuvas, encheu aquilo tudo. Foi um veneno pra matar bicho de algodão. E nós não sabia de nada, não sabia que tinha água nem nada. Aí, eu fui pegar aquela água pra beber e pra fazer comida. Aquelas águas dos tanques de cimento que era pra matar bicho de algodão. Aí, quando foi uns oito dias, adoeceu tudo, intoxicou tudo, ficou tudo em cima de uma cama lá, morrendo. Ele doente e os filhos, tudo. Só a mais sadia era eu que naqueles treze dias que cheguei tive um filho. Ai, que sofrimento, que sacrifício, quando foi que eu tinha tido aquele filho. Quando foi dezesseis dias, morreu um dos que eu tinha levado, um menino já com três anos, quase três anos, inteirando três anos. Aí morreu. Os outros tudinho ficou doente e eu fiquei sozinha caminhando, o meu velho doente também lá em cima numa cama,

daquele intoxicamento daquele veneno. Não comia nada, com febre, saindo ferida no corpo de tudo. Eu digo, ai meu Deus, vai morrer! E assim mesmo ainda trabalhava na roça. Era tempo de plantar algodão, e assim mesmo ainda plantou um alqueire de algodão. Eles doentes, pra aqui, pra acolá, ele saía pra ir dar um dia de serviço de vez em quando pra melhorar, chegava e, “oh, fiz um alqueire, plantei o algodãozinho lá pra todo lugar”.

E quando foi completando o fim do mês, em quinze dias morreu outro filho. Morreu outro. Fiquei com as mãos na cabeça, morrendo de chorar, de dia e de noite, chorando de dia e de noite, com pena daquele filho. Aí fiquei quase louca, fiquei quase louca.... Quando foi um dia, parece que estou vendo, fiz uma promessa, fiz uma promessa pro Santo Reis. Ia passando uma procissão de Santo Reis na porta, eu me atravessei na frente daquela imagem que ia passando, fiz um pedido: que ela tivesse compaixão de mim, não deixasse eu morrer naquele deserto, pelo amor de Deus. Uma multidão de gente, que todo mundo chorou quando viu eu atravessando naquela frente daquela procissão. Nunca me esqueci. Aí, quando eu fiz essa promessa e me calei, fiz essa prece, rezei o Pai Nosso, eu fiz na intenção daquela imagem, que eu não sabia nem que imagem que ia naquela procissão, aí chegou um carro na minha porta e parou. Quando o carro parou, veio um moço e disse: nós somos empregados de Getúlio Vargas, que essa cidade aqui pertencia à viúva de Getúlio Vargas, e nós anda fornecendo a pobreza. Nós tamo em Ameliópolis¹, mas quem veio tirar o fornecimento que nós leva foi só mesmo os ricos, e nós agora resolvemo a procurar os pobres que tão passando na estrada. Aí chegaram na minha casa e viram a minha situação. Disse: bom, dona, não precisa a senhora falar. Eu fui logo mostrando a situação e contando dos meus dois filhos que tinha morrido, dos outros que tava tudo doente, do meu velho que tava doente, sem nada, naquela situação. Disse: dona, não precisa mais a senhora contar, não. Tirou meu retrato e o retrato dos meninos que restavam, tirou dele também. Levou ele, sem camisa, eu tinha lavado uma camisinha dele, assim, disse: não precisa vestir camisa, não. Colocaram ele numa caminhoneta, levaram ele pra cidade, quando chegaram foi com uma despesa: de arroz, de leite, doze latas de leite Ninho pros menino. Trouxeram roupa pros menininhos, cobertas, trouxeram arroz, feijão, milho, de tudo, massa, massa pra menina, arrozinho, de tudo veio no saco, não faltou nada, cebola, macarrão, de tudo pra nós passar mais de dois meses, não faltar nada. Aí, com isso nós acabemo de tocar a rocinha, acabemo de tocar a rocinha. Quando acabemo de tocar a rocinha, aí o nosso

¹ Distrito do município de Presidente Prudente-SP, localizado à 47 km da sede urbana pela estrada vicinal Raimundo Maiolini. (N/E)

patrão pegou a “ingrisia²”, quando viu o algodão crescer e viu tudo, pegou a xingar e dizer que nós tava enricando, que já tinha algodão, que o algodão tava demais... uma beleza que ficou aquela rocinha de algodão! Aí, ele (o marido) falou: nós vamos s’imbora daqui, não quero malquerença”, então vamos s’imbora. Ainda fizemo dezoito saco de algodão. Com aquele algodão nós peguemo o ônibus e fomo pro Paraná, onde tinha um irmão dele, no Paraná, numa cidade chamada Nossa Senhora das Graças.

Nós chegemos outra vez, que sofrimento! Lá foi outro sofrimento pior. Chegamo lá, era criançada só que tinha, não tinha jeito de trabalhar, só era ele sozinho que trabalhava. Ninguém dava uma casa de jeito nenhum pra morar. “Ah, nós não quer gente com criança, nós não quer gente com criança”. Até que tinha um... chamava-se... como é que se chamava aquele homem que teve dó de mim com aquela filharada, me deu uma casinha pra eu morar, uma casinha de tábuas. Disse: dona, eu não posso, não vou deixar a senhora na minha pensão. Disse: eu vou dar uma pensão boa pra senhora que a senhora tá muito sacrificada, nós tamo vendo. Tô com dó da senhora. Chorou. Mas vou levar a senhora pro sítio, um cantinho que eu tenho ali, tem uma casa, vou pôr a senhora lá, a senhora vai arrumar um pedacinho de roça e vai melhorar a situação. Aí me deu um pedacinho de terra pra eu morar, me deu o cartãozinho dele lá, eu fiquei morando. Toquemo uma roça, toquemo uma roça. Quando nós tava no meio da rocinha que o homem tinha dado, aí outro que era..., ele era dono da roça e o outro era dono da terra. Então quando..., ele é quem tocava aquela roça, sabe, era quem tocava aquela terra. Mas, o outro, português, era o dono da terra. Aí, quando chegou, eu disse: bom, a nossa roça era 3 alqueires, tava uma beleza, de algodão, de tudo o que eu tinha plantado, arroz, milho, abobrinha, tudo, tudo, nós tava já enchendo a barriga. Aí, o outro chegou, tinha galinha no terreiro, crescia as galinhas. Aí, ele chegava todo dia e disse que era pra nós ir s’imbora, ir s’imbora da terra porque nós tava melhorando e tudo... E só queria a casa, queria a casa, que o português era dono da... da roça, da casa, mas não era dono da casa, que lá pertencia a ele que era rendeiro dele. Aí, ele pegou a ingrisiar³, pegou a ingrisiar. Quando foi uma noite, chegou seis homens pra brigar mais ele (meu marido) dentro de casa, pra nós correr. “É pra correr, nós quer comprar, vende a roça, nós não quer mais vocês aqui, vende a roça.

² Termo muito utilizado na linguagem sertaneja para se referir a uma pessoa birrenta, insatisfeita ou considerada chata, briguenta. Pode se referir, também, a uma variação da expressão “ingresia”, ou “inglesia”, isto é, fala, som que não se entende. Correntemente, o sertanejo utiliza mais o a expressão “ingrisia” para se referir a contendas, desacordos entre duas ou mais pessoas. (N/E)

³ Variação livre do substantivo “ingrisia” para a forma verbal. (N/E)

Mas como é que eu vendo a roça, eu não posso sair, que os meus filhos trabalharam tanto, como é que eu vou deixar a galinhada no terreiro e tudo por aí? “Ah, é pra sair, pra desocupar! Aí, eu fui na polícia, cheguei lá no cabo de polícia contei a história todinha. Ele disse: bom, a senhora pede lá 2.500 a ele, a seu João, que ele é um homem muito bom, a senhora pede dinheiro a ele e vai s’imbora. Ou, então, a senhora vai na polícia numa cidade aqui na frente, parece que era Guaraci, a senhora vai em Guaraci, vai no juiz de direito lá, conta a sua história. Ou, senão, pede 2.500 lá e larga a roça lá. Nós com medo também, era tudo valente,.. meia-noite chegaram com cacete pra brigar. Eu digo, meu Pai, vai matar nós tudinho aqui, vai matar nós tudo. Nós já tinha informação deles, como era esse pessoal, nós só tinha direito à roça e um mês, os vizinho dizia pra nós...

Aí eu: vamo sair, vamo sair daqui. Aí se preparemo. Quando foi..., nem dinheiro de roça, não tinha de nada, larguemo lá galinha no terreiro. Peguei umas três ou quatro galinha pra vender na rua, pra pagar a minha passagem até Londrina, que era a próxima cidade que tinha. Aí, a mulher do patrão viu eu com as galinha debaixo do braço, ela disse: dê cá as galinha, dê cá as galinha, sua ladrona. Eu disse: não, as galinha não; se rolemo mesmo. As galinha não entrego, é pra pagar minha passagem até Londrina. Aí, tomei as galinha e cheguei na cidade, vendi. Quando acabou, taquemo tudo no ônibus e forno s’imbora pra Londrina. Passei uns tempo ganhando uns dinheirinho, ele passou trabalhando na roça lá de um homem. Nós morava numa casinha, arrochado. Aí, nós conseguimos garantir a passagem pra Pernambuco, aí tirei pra Pernambuco. Cheguei lá, morei, fiquei lá numa casinha lá de um Irmão, parente meu. Não tinha papel de terra aquela casinha, Ele disse: oh, você fica ai mesmo, nessa casinha, criando seus filhos, que nem papel essa casinha não tem, não tem papel essa casinha. Nós só tem uma filha, e ela só daqui a dezoito ano que ela tá moça, que é quando eu vou procurar essa casa. Ele disse: fica aí. Então fiquei e morei dezenove anos naquela casinha. E quando tava com dezanove ano que eu morava na casinha... nem ele tinha escritura daquela casa,,, aí chegou os parente dela lá e disse: “oh, eu quero a casa”. Não, não vou dar a casa não, eu morei esse tempo todo, não vou entregar a casa não. Aí cochicharam lá com o tubarão⁴, quando acabaram ele disse: “não, vocês podem desocupar, a casa já é minha, pode desocupar”. Oh, meu pai do céu, o que e que eu vou fazer neste mundo, deixar minha rocinha, tudo quanto é meu? “Não sei , eu já comprei”. Naquilo, comecei a chorar, choremo, pedi: oh, meu senhor como é que pode ser isso? Como é que eu vou fazer, vocês me tirá da casinha, que tanto trabalhei, tô aqui há tantos anos e agora vou sair!

⁴ Termo utilizado para se referir à pessoa rica, endinheirada. (N/E)

“Ah, dona..., mas também aqui não dá, que teus filho tão crescendo, não dá pra senhora aqui não. Não dá não, eu compreí”. Recebi ainda recado lá dos parente dela, da viúva que era mulher desse homem, que era dona da casa, que ele morreu, que era o pai dessa menina. Disseram que tinha sido ela que tinha mandado arrumar a casinha... Tinha três quadra de terra nessa casinha, que nós tocava. Eu pensei: eh, não tem escritura mesmo. Todo mundo mandou ir no juiz de direito; eu disse: vou não, vou questionar não.

Aí, saímo. Fomo embora. Quando eu sai dessa casinha fui pra Santa Tereza, uma cidadezinha perto. Aí, fiquei numa casinha lá, fiquei quatro meses só nessa casinha. Quando foi um dia, deu uma chuva muito grande nessa casa, amanheceu alagando tudo de água, choveu dentro daquela casa velha. Aí, um primo meu chegou e teve dó de mim e disse: nega, mas tais aqui dentro dessa casa? Eu disse: tô, não tenho o que fazer, tô dentro desta casa velha, molhada. Ele disse: nega, vou te dar uma casinha que eu tenho lá numa tapera e três tarefa de terra que eu tenho lá. Tu vai lá e bota uma rocinha, vai morar lá. Eu disse: tá bom. Aí, fui morar nessa casinha lá. Cheguei lá, pus uma rocinha, plantei de tudo , foi um ano bom, deu muita lavoura, tava tudo bem graças a Deus.

Meu filho comprou um cavalinho, só um não, comprou dois cavalinho velho. “E vou matar um bodinho, um porco e vou levar nesse cavalinho pra vender em Santa Terezinha também, pra ver se nós vamo pra frente”. Eu disse: tá bom, meu filho. Aí foi, comprou um cavalinho, ajeitou, matava um porquinho,, matava um bodinho no domingo e levava pra rua. Quando dei fé, o homem disse: eu não quero cavalo amarrado na minha terra, pode desocupar, não quero cavalo amarrado na minha terra.

Aí, a gente desocupemo, desocupemo e fomo embora novamente pra rua, pra outra casinha, perto daquela que eu tinha morado. Fiquei ali, quando foi um dia, chega uma história de recenseamento, vai haver um recenseamento, tão procurando gente pra trabalhar nesse recenseamento. Aí, meu marido, que tava aqui em São Paulo, tinha chegado. Aí, eu fui lá no meu compadre e disse: compadre Ernesto, arruma esse recenseamento pra Salviano fazer, trabalhar nesse recenseamento. Quando ele trabalhar nesse recenseamento pode ser que arruma, quem sabe o dinheiro pra nós ir s’imbora pra S. Paulo. Ele disse: será, minha irmã, que seu marido ainda dá pra trabalhar nesse serviço? Eu disse: ele dá, ele vai trabalhar, ele sabe trabalhar. Aí foi e arrumou, meu irmão arrumou o serviço do recenseamento pra ele trabalhar. Ele foi trabalhar de agente do recenseamento. Então, fez o recenseamento tudinho, trabalhou, quando foi no fim da safra, ganhou, parece que 600 cruzeiros naquele tempo. E foi aí que nós viemo s’imbora novamente pra aqui.

Vieimo s'imbora novamente pra São Paulo. Ele veio na minha frente, veio ai pra capital de São Paulo, eu fiquei lá na casinha. Ele se empregou numa firma, parece que lavadoura! Depois arrumou um homem lá, um empreiteiro, trabalhou com ele, pegou a contar que tinha muitos filho, rapaz, moça já, e a mulher dele lá numa situação ruim, difícil lá no Pernambuco, não tinha serviço, não tinha uma roça, não tinha o que comer, de jeito nenhum. Aí, o homem foi e disse: pois olha, seu Salviano, vou lhe dar uma roça, vou lhe dar uma terra. Vou lhe ajudar e mandar lhe buscar para o senhor tomar conta de um terreno que eu tenho abandonado lá numa cidade perto de Dobrada, lá em Santa Ernestina, encostado a Santa Ernestina. Tem bastante serviço lá, um terreno, vou ajudar o senhor. O senhor quer a passagem, eu mando buscar sua família. Chegou lá, meus filho já tava tudo na escola, aí trouxe pra cá. Quando cheguei aqui... O homem disse; lá não tem serviço pesado, é tudo bom. Lá você emprega seus filhos, põe outro na escola e fica lá na casa tocando o terreninho. Aí, ele foi correndo, pegou o dinheiro do homem e foi correndo me buscar lá no Pernambuco. Chegou lá: nega, arrumei serviço, arrumei colocação pra nos lá, tamo rico. Lá, um homem veio arrumar terreno pra nos trabalhar, tocar a roça, sem compromisso. Meus filhos trabalha onde quiserem, minhas filhas tão bem empregada, os outros pequenos nós põe na escola, e tudo bem... Aí eu fiquei meio nervosa e disse: não vou não. "Não, é pra ir, é pra ir". Eu disse: então... Mas já tinha dois filho meu que já tavam grandinho, já tavam com um negocinho, tavam bem lá, e disseram: nós não vamo não, mãe quer ir só mais os outros, nós não vamo. Peguei a chorar, peguei a reclamar porque os menino não vinha, fiz de tudo até que os dois menino vieram comigo.

Quando chegamo ali, nesse terreno onde esse homem disse que ia fornecer tudo pra nós, disse que não faltava nada... aí no dia que cheguelo, no outro dia ele veio s'imbora de São Paulo. Quando chegou lá disse: bom, agora é o seguinte: eu quero que vocês vão me tratar desse sítio aqui, esses moço vão cavar essa levada que toda a vida era pra mandar fazer, essa levada nesse terreno meu, cavar essa levada, que tá muito alagado, mas nunca achei gente suficiente pra fazer esse serviço. Mas, agora, os filhos da senhora vai fazer esse serviço aqui... Cada levada que dava por aqui, no pescoço dos meus filhos. O terreno dele era alagado, aquele terreno velho, que não tinha quem quisesse ele de jeito nenhum. Aí, os filho foram cavar aquelas levada, e eu fui carregar, mais as meninas, os monte de lixo que tinha pela casa lá, ao redor da casa, aquele lixeiro mais ruim do mundo, carregar numa carroça aquele lixo tudo, e limpar, que ele pediu pra limpar ao redor da casa, carregar aquela lixeira que ele tinha, limpar aquela cocheira de burro, que ele tinha um sítio de burro lá, e eu fui limpar aquilo tudo mais essas menina mais pequena. Me acabei de tanto trabalhar, mas quando chegava o dia do pagamento, não

tinha pagamento não. Era prá nos cuidar daquilo ali, mas fosse ganhar onde quisesse, botasse um pouco de gente pra trabalhar pra comer, e aqueles outros fosse limpar o terreno dele, que era a vida que ele queria era aquela.

E eu fiquei ali uns tempo, mandei dois trabalhar lá prá, cortar cana lá pra Santa Ernestina, lá pra dentro, aquele lugar lá, Santo Emidio. Aí, plantei feijão, plantei milho, mas não deu nada. Alagou tudo, alagou tudo, pegaram a cavar a levada... com um pouco, adoeceu, adoeceu tudo, ficou tudo doente, deu uns “tumor” de morar numa casa velha, cheia de água, do celeiro, que tinha aqueles celeiro de algodão. Adoeceu tudo, adoeceu tudo.

Não ficou quem não adoecesse na minha casa. Aí, dois voltaram, que foi aqueles dois que trouxe eles a pulso, voltaram pra Pernambuco. E o resto ficaram comigo e viemo pra Dobrada. Trabalhamo aquele ano lá oito meses. Tirei carta de motorista pra mim e R. Com a carta de motorista se empregou lá na usina Bonfim, pegou a trabalhar. Depois o pessoal peguemo a caminhar aqui pra Dobrada, o pessoal pegou a dizer; home, larga de ser besta, não vamo tratar desse sítio aí não, larga de ser bobo. Vamo s’imbora, aluguemo uma casinha lá em Dobrada e vamo morar lá. Aí cheguei aqui, perto daquele barracão lá, tinha uma casinha lá, fiquei morando. As minhas filhas foram cortar cana, as meninas foram cortar cana, e o velho, foram cortar cana, o outro se empregou de fiscal. Fomo vivendo até hoje, ganhando só a boinha. Ficar ali, cortando cana pra morrer, enfrentando tudo quanto foi doença, que eu não tenho coragem mais nem de andar dentro de casa, de tanta doença. Todo tempo costurando aí, dentro de uma casa velha, não tinha pintura na casa, não tinha pia, não tinha nada... E eu costurando de noite também, pra ajudar, costurando. Quando dei fé, peguei esse reumatismo, que hoje tô aí aleijada dentro de casa de tanto que costurei, de tanto que costurei de noite aí...

Pe. Alfredo/Pe. Antenor - (Pergunta sobre as seguidas andanças - migração)

DONA ANNA - Imagino assim... O que eu me queixei só era de a gente chegar, pôr uma rocinha, assim, plantava milho, plantava feijão, como aí mesmo nesse homem, plantei de tudo, fiz horta, peguei a criar galinha, todo lugar que eu chegava. Pegava a criar galinha, pegava a criar tudo, sempre com respeito, toda vida nós foi pessoas que respeita todo mundo. As pessoas parece que pegavam inveja, uma má vontade, que não dava certo. Quando via que tinha uma coisinha, que ia adiantando um pouquinho, que ia melhorando, as pessoas pegava com má vontade, que não tava bom, que não tava dando certo... aí eu pegava e saía.

Pra mim, a pessoa pegou a morar em terra dos outros, pra mim, não e só ele não, pra mim, é todo mundo, pegou a cair pra morar em terra dos outros, se for um morador bem preguiçoso, que viva aí sem nada, só “chaleirando”

aquele patrão, trabalhando de graça pra ele, ainda vai... Mas, se for pra trabalhar pelo futuro dele, criar galinha, criar porco, fazer uma roça pra aquela pessoa... aquele patrão vê aquela pessoa encaminhada, que vai ter uma melhorinha, ali só vem má vontade. Eu só conheci na minha vida só isso, minha desvantagem só foi isso, o que eu achei só foi isso. Aqui não, depois que cheguei no meu cantinho, trabalhei, fiz minha casinha ainda com muito sacrifício, fiz o casamento das minhas filhas, ainda tirei carta de motorista, de tratorista pros menino, tudo, todos têm... Depois que tô no meu cantinho, se fosse há tempo que eu tivesse chegado num lugarzinho assim, que eu tivesse arrumado um caminho assim de ter a minha casinha pra morar, eu não tinha vivido tão sacrificada nesse mundo. Só foi assim, uma pesada família e a gente trabalhando, assim, em terra dos outros. Começar... quando a pessoa via que a pessoa tinha um futurinho, pegava o menino a fazer um negociozinho pra aqui, pegava, comprava um cavalinho, comprava uma coisinha assim pra ir pra diante, o patrão já ficava cismado, de cara feia até o dia da gente sair. Eu, pra mim, todo mundo é desse jeito... façam tudo, mas não queiram saber de terra dos outros pra ir trabalhar, que não é futuro. Uma coisa que eu detesto, uma pessoa trabalhar na terra dos outros, só se for uma pessoa que não tem interesse de nada. Em todo lugar onde eu experimentei pra fazer a minha rocinha, cuidar da minha casa, pegar um futurinho, porque eu ia pra diante, todo lugar que eu chegava, eu ia, porque ele era interesseiro, eu era também, ficava costurando aí pro pessoal de fora, meus filhos pegava também a rocinha deles... quando ia melhorando um pouquinho, eu via logo a cara feia, a má vontade, um gosto ruim, até que era preciso sair.

Pe. Alfredo/Pe. Antenor - (Pergunta sobre expulsão da terra)

DONA ANNA - Sim, foi. Todo mundo era expulso assim, vai, quase toda a vida foi. Sair, é pra sair. Todos onde eu morei me mandaram sair. Tava tudo satisfeito, com o maior prazer, alegre, costurando, agradava as pessoas... mas quando eu via que ia numa melhorzinha, eu conhecia logo que a má vontade ali chegava. Sair, não dá certo não, vocês não dá certo pra morar aqui, vocês vão morar por conta lá em qualquer terreno, buscar roça pra vocês, vocês tão com interesse... eu conhecia logo.

Pe. Alfredo/Pe. Antenor - (pergunta sobre os estados do Brasil que conhece)

DONA ANNA - São Paulo, morei em São Paulo três anos. Saí de Pernambuco e dentro de três anos eu morei em Presidente Bernardes uns quatro mês, foi nesse fim de safra que eu fiquei doente, aí fui pra esse lugar chamado Rio do Peixe, onde me botaram pra fora lá por causa da roça de algodão que eles viram. Um velho pobre, um velho cachorro, quando viu que a rocinha tava crescendo, que viu o algodão bom, aí pegou com cachorrada,

brigando, me insultando, insultando ele (o marido) também... E eu, pra não haver uma briga maior, aí: vamo s'imbora daqui, não tem que brigar com cabra velho, pode entregar. Vamo tirar um pouco de algodão pra nós, fazer nossa passagem e vamo s'imbora. Pois foi muita sem-vergonhice mesmo. Foi só quando ele viu a roça, o algodão, as galinha que eu tava criando e a ambição. "Ah, que a senhora é costureira, vai morar na cidade, aqui não dá pra senhora não, aqui só dá pra nós que não somo ... aqui tá bom pra nós aqui". Eu digo: tá bom, porque vocês tão vendo que a roça tá crescendo, o algodão chegou, é que tá bom pra vocês. Vamo s'imbora. Aí, a gente veio embora, pra não haver o cacete. Esse outro, do Paraná, que eu saí também, esse lá foi má vontade. Lá eu saí, deixei minha roça, deixei umas 28 cabeças de galinha perdida no mato que não pude pegar. Essa foi de tanta inveja da minha roça que tiveram, uma roça, uns quatro alqueire de roça que eu tinha de arroz, feijão, pedaço separado pra algodão, de tudo nós tinha: porca cevada, cada uma porca bem assim... Essa foi a má vontade lá, esse lugar que eu morei foi um castigo. Por isso que eu fiquei falando: se for pra morar, seu fulano dizer: "bom, pega esse terreno e vai tocar de roça pra você...", pode me pagar quanto quiser, que eu não quero mais não. Há muito tempo que eu não quis mais, de jeito nenhum, não tive sorte.

Pe. Alfredo/Pe. Antenor - (pergunta sobre a família)

DONA ANNA - Meus filhos toda vida foram muito bom, toda vida foram muito obediente a mim. Meu velho era meio, meio atrapalhado, ele ficava assim sacrificado, quando ele via esses prejuízos que ele tinha, tocar essa rocinha com sacrifício mais nós, e o futurozinho que ia água abaixo, ele ficava desgostoso. Mas meus filhos tudo era bonzinho, obediente a mim. Vamo embora, mamãe, quando eu queria ir, eles saía embora mais eu. Toda vida eles foram trabalhador, ainda hoje são. Não tem sofrimento que eu passasse neste mundo por causa de meus filhos, por causa deles não foi, nem minhas filhas mulheres nunca me deram um sacrifício, nunca passei uma vergonha com filho homem, nunca passei uma vergonha com filha mulher, de jeito nenhum. Graças a Deus, até hoje nada aconteceu com meus filhos. Graças a Deus, tive sorte. O sacrifício foi assim a pobreza pra criar eles. Eu passei, assim, uma pobreza muito grande neste mundo, ninguém passou mais do que eu. Eu era muito rezadeira, muita fé em Deus, me pegava com Deus, rezava mais eles: vamo rezar, meus filhos, pra ver se nós vence. Eu tinha muita paciência, nunca deixei meu marido brigar mais ninguém, nunca deixei brigar nem filho meu. Eles ficaram homem, pegaram a ficar homem lá no Pernambuco. Já tava quatro rapazinho, já tinha filha moça... Aí, quando foi um dia, não tinha onde eles trabalhar de jeito nenhum: "mamãe, nós não vamos ficar aqui não". Lá, nessa casinha, em Santa Terezinha, eles tava rapazinho já, tinha uma filha moça, vontade de andar um pouquinho melhor, não tinha serviço pra

trabalhar, uma cidade que só matavam gente ali, gente rebelde. Então, um dia chegou um e disse: mamãe, mamãe não quer tirar nós dessa terra aqui pra levar nós pra um lugar que nós trabalha, pra mãe ter onde botar nós tudo homem, mas mamãe vai ver: nós, ou nós sair e voltar num pau da rede, ou matar um filho da peste aí. E nós não vamo aguentar viver aqui dentro dessa ruinha pequena, sem trabalho, sem terra pra trabalhar, pode procurar lugar, jeito de trabalho pra nós viver. Aí eu pensei: não tem nada não, filho, vamo pensar, vou me pegar com Deus. Aí me peguei com Deus, me peguei com Deus, até que arrumemo com que vir aqui pra Dobrada. Foi nessa viagem que moremo esse tempo nesse homem onde já falei, moremo oito meses lá, aí fomo ver uma casinha aqui em Dobrada, viemo pra aqui. Pegaram serviço na Usina Bonfim, ficaram trabalhando, cortando cana, depois peguei carta de motorista pra eles todos, de tratorista, outros empregado de fiscal, foram trabalhando até hoje, juntando um dinheirinho, fiz essa casinha aqui, fiz o casamento de três filha, fiz o casamento de dois filho, Tão casados hoje, e graças a Deus vamo levando.

Pe. Alfredo/Pe. Antenor - (pergunta sobre a Terra)

DONA ANNA - A palavra terra é uma beleza, uma aventura, a pessoa ter seu, eh meu Pai do céu! A pessoa ter seu pedacinho de terra pra morar, tem o paraíso. Essa vida da gente não ter uma terrinha pra morar é que traz todo esse sacrifício que eu já falei aqui. Só o que foi é a falta de um pedacinho de terra pra criar meus filhos, dar a cada um a sua rocinha, que era o prazer que eles tinham na vida. E o meu era nós ter a nossa rocinha e eu ver meus filhos tudo, cada um com seus pedacinho de terra, criando seus filhos, minhas filha tudo mais seus marido, trabalhando na sua rocinha, que eles, tudo o que falavam era isso. Que a pessoa que tem sua roça, sua casinha pra morar, sua terrinha... é um paraíso, é um sossego, dorme sossegado a família toda. Porque não é brincadeira a gente viver neste mundo esperando por emprego, esperando pela terra dos outros. Aí, toca uma rocinha, o patrão acha que não tá certo, quando vai melhorando um pouquinho toca ele, é assim... Por isso que eu falo que a pessoa que tem seu pedacinho de terra nesse mundo pra morar, tem uma vida feliz. Enquanto eu tive meu pedacinho de terra lá, até esse irmão meu tomar esse pedacinho, esse cunhado meu tomar esse pedacinho de terra que meu marido tinha, que nós morava, eu não tinha contado com sacrifício. Já tava com 5 ou 6 anos que eu tinha me casado, sacrifício nenhum eu não tive, porque eu tava no que era meu, tinha o meu pedacinho de terra, trabalhava, tinha meu feijão, meu milho, mandioca, espiga de milho pra criar uma galinha, pra criar um porco, com qualquer um dinheirinho nós passava, uma vida feliz. Eu ainda hoje falo, tenho, assim, dó... não gosto nem de sair pra fora, pra chegar num lugar onde eu vejo uma pessoa com seu pedacinho de terra morando, não tenho nem vontade, de

tanto desgosto que tenho de não ter um pedacinho de terra e ver meus filhos trabalhando do jeito que eles têm vontade de trabalhar, porque meus filhos são tudo trabalhador. Nosso fracasso é não ter terra pra morar, só e isso; mas se nós tivesse, eu garanto que meu filho tudo hoje tava bem de vida, porque vontade de trabalhar nós tinha. Nós somos de raça de gente trabalhadora, nenhum se viu desgarrado... é pouco pra nossa família de vê eles assim. Mas pode ir lá na nossa terra, lá em Garanhuns, pra ver minha família tudo com seus pedacinhos de terra, suas fazendinhas de café, todos os seus filhos já formado, cada um tem seu sitiozinho pra aqui, pra acolá, toda a minha família. É poucos que já chegou aqui, desgarrado, só os que perderam, assim na desventura, sua terrinha de morar. São poucos. Minha família é toda bem de vida, pode ir lá em Garanhuns que todos são bem de vida, fazendeiro de café, de gado, gente fina a nossa gente lá. Só nós que anda num estado desse daqui.

Se eu tivesse terra, não tinha andado por esse Brasil afora, não. Não, tinha andado de jeito nenhum, ainda que o meu marido quisesse sair, eu não saía. Enquanto eu tive meu pedacinho de terra pra morar eu não saí, de jeito nenhum; nem ele tinha saído também, que ele é muito trabalhador. Ele se viu doido, louco com uma “canzoada” de filhos, de nove, dezesseis filhos nas costas. Morreu uns cinco ou seis, mas que ele tinha coragem de trabalhar, ele tinha. Mas, ele se viu tão pobre, sem terra pra morar, sem uma ajuda de tirar um dinheirinho no banco pra tocar, assim, uma roça, tocar essas “belisquinha” de roça nas terras alheias. Mas, se ele fosse um que tivesse terrenozinho pra morar, tivesse um auxílio assim do governo pra tocar uma roça, como já hoje tá aparecendo né, se tivesse uma chance dessa ele não tinha, nós não tinha sofrido nada.

Pe. Alfredo/Pe. Antenor - (pergunta sobre os filhos perdidos nas andanças)

DONA ANNA - Perdi de mau trato. Perdi seis, seis filhos que eu vi morrer assim sem... tem filho meu pelo estado de São Paulo e do Paraná que eu não cheguei... Trabalhando e ele recebendo um vale. Nunca vi um tostão, assim, dizer assim, Eu vi mil e quinhentos, que custava uma chupetinha pra botar na boca, mil e quinhentos. E nós tava, ele trabalhava seis dias por semana por vale, e não via um tostão, assim, não sabia o que era dinheiro naqueles tempos, que tá com trinta e oito anos agora. Nós não via dinheiro pra comprar uma chupeta. Eu tinha filhos, criava eles chupando dedo, por que não tinha dinheiro pra comprar uma chupeta. Ninguém via dinheiro. A gente levava, lá no Paraná que tinha roça, levava aquele saco de feijão pra vender na rua, quando chegava lá deixava no meio da estrada porque ninguém queria comprar, ninguém queria o feijão de jeito nenhum. Galinha ninguém queria, que todo mundo tinha, e assim se vivia sem nenhum tostão. Só com o que

dava da roça, mas dinheiro, lá no Paraná, eu nunca vi. Tinha era vale, negócio de vale pra tirar feijão se faltasse, querosene, besteira assim, mas não que tivesse dinheiro. Olhe, dei meus trinta dias de serviço e recebi meu dinheiro? Nunca vi isso aí, três anos que passei por lá e nunca vi, só era aquele vale pra tirar as coisas lá daquele barracão. Se eu tivesse encontrado terra no Paraná, hoje eu tava lá, tava hoje com uma “canzoada” de filhos formados lá, se eu tivesse encontrado, do jeito que eu tinha vontade de trabalhar quando tinha minha roça, e eles também, tudo era muito trabalhador e esperto, ele era trabalhador também, um homem trabalhador, botava a rocinha dele em todo lugar, e assim mesmo ainda voltemo por causa de nós tá em nossa rocinha. Porque nós ainda voltemo, mas em todo canto que nós chegasse, que nós botasse aquela rocinha... Nós tinha morrido lá com filhos e tudo, não tinha ficado nenhum pra contar a história. Aquele excomungado, velho ladrão... não gosto nem de me lembrar quanto sofri. E mesmo esses patrão que morei lá, que botei essa roça, ele mandou nós ir pra aquela casa. Eu vou fornecer vocês com um pouquinho, eu vou fornecer! Quando nós entremo lá no galpão, quando foi na outra semana foi que ele foi ver nós. Quando chegou lá, apareceu com dez quilos de fubá e um litro de querosene. Foi o nosso fornecimento até aquela roça chegar. Era de, parece que, quinze em quinze dias, dez quilos de fubá e um botijão assim de querosene. Era o nosso fornecimento ali, e toquemo aquela roça. E não sei em que instante dava as coisas, chegava as coisas ligeiro. Instante... no Paraná, não sei como era uma coisa daquela, terra boa, encheu a nossa roça de fartura.

Pe. Alfredo/Pe. Antenor - (pergunta sobre o trabalho do boia-fria)

DONA ANNA - Acho uma vida de tanto sofrimento. Sofremo tanto, levantar as quatro horas da madrugada, se acordar quentinho, correndo dentro de casa pra fazer essa boia velha, fria, jogar dentro dos caldeirão e pegar eles pra ir trabalhar no serviço por ai batendo os dente de frio, batendo nesses caminhão velho, chegar lá, engripado, as vezes com febre, que ninguém se deu aqui nesta terra, comer essa boia fria, voltar essa comida velha fria do mesmo jeitinho. Adoeceu tudo, até hoje a gente ainda não tem saúde aqui.

Depois que pegaram a comer essa boia fria tão aí tudo magro, amarelo, essa boia e voltar pra trás, eu a chorar aqui dentro desta casa de ver aquela boia voltar tudo pra trás, tudinho, ou então jogada no mato. Esse trabalho não dá não. Todos esses meninos meus trabalharam tanto nesse mundo, já sofrerem tanto aqui de trabalhar de boia-fria que só quem sabe é Deus. Quanto essas filha minha e esses filho sofrerem já dentro desta casa, nestes 14 anos que nós chegamo aqui. Penso que não tem um sofrimento maior do que o que essa gente sofre doente nesses caminhão, naquele dia de serviço, corte de facão, lá fica esgotando o sangue todinho, que gente minha já se cortou aí. O patrão nem ligou, chegar lá e por eles mesmo vir s'imbora

se arrastando pra aqui, para as farmácias pra se curar, aqueles cortes, se perdendo sangue... que nem o meu velhinho se cortou lá no Chimbó! Nem pegar ele pra levar ele pra Matão, ninguém pegou. Chorou, gritou lá se esvaindo de sangue, foi que veio aqui, chegou aqui na farmácia ferido, tratou, fez curativo, depois o patrão achou ruim com ele porque ele tinha feito aquele curativo. Queria que morresse. Quantas vezes o pessoal se corta lé e os patrão nem leva pra fazer os curativos lá em Matão, não leva. Ave Maria! Tem vida pior que essa não! Que eu dê valor a essa vida não, muita gente aqui dá, muita gente aqui se acostumou com essa vida e acha bom, mas eu não, de jeito nenhum. É o jeito que a pessoa tem, se não trabalhar morre, né. Mas, a vida do boia-fria é a mesma vida do mendigo, eu acho igual, a vida do boia-fria, o sofrimento. Trabalhar nesses frio, morrendo de frio, batendo as quatro horas da madrugada nesses caminhão velho, chegar lá doente, se enfiar naquelas lama velha, pra tirar aquele dia de serviço, cortar aquelas cana velha, pensa que vão ganhar um tanto, quando chega no fim do mês é já diferente os pagamento sempre, atrasa as vezes, o pagamento vai sair hoje, tarda oito dias pra chegar aqui, as pessoas fica dentro de casa que fica se acabando, porque só come daquele ganho. Naquele dia, quando atrasa o pagamento, quase toda vez só vem atrasado, quando chega aquele dia, que atrasa aquele pagamento, é preciso ficar com fome dentro de casa ou tomar emprestado umas xícaras de arroz, uma caneca de açúcar... não é vida isso aqui não, de Jeito nenhum.

Pe. Alfredo/Pe. Antenor - (pergunta sobre a situação da família agora)

DONA ANNA - Agora tão melhor graças a Deus. Só tá trabalhando de boia-fria ainda um só, dois, já tão tudo casado, tenho três filhas casadas, já saíram dessa vida, casaram, não tão mais trabalhando, não tiveram mais esse trabalhada, não, tem até mais saúde. Três filha casada, os filhos já casou, dois não aguentaram e voltaram pra Pernambuco, não se deram de jeito nenhum. Chegava nas cana, a alergia da cana, os carrapicho - não aguentaram, foram s'imbora pra Pernambuco a tempo, tão muito bem lá, não ficaram aqui. E os que ficaram aqui, dois ainda tão trabalhando aí de boia-fria e o resto saíram casando.

Pe. Alfredo/Pe. Antenor - (pergunta sobre se muita gente vive a mesma história)

DONA ANNA - Muita gente, essas pessoas muito pobre, mulher que tem muito filho, fica aí, sofrendo... não sei se foi sorte, se foi o meu destino, sei que muita gente padece, mas que nem eu não. Mas já vi muita gente sofrer também.

Pe. Alfredo/Pe. Antenor - (pergunta sobre os culpados de todo esse sofrimento)

DONA ANNA - Eu nem sei falar. Eu só me queixava era dos patrão que eu morava. Eu só tenho queixa deles, patroa minha e patrão, só é deles que eu tenho queixa. Todo mundo que mora pelas terras alheia conta o mesmo que eu conto. Não sei se era eu só, sei que quase todo mundo que mora pelas terra alheia conta o que eu conto. Nunca vi ninguém viver em terra alheia pra contar futuro, não. Eu não contei. Eu só conto que a minha desventura neste mundo era assim, era eu ver minha..., ter interesse assim de trabalhar, e quando ia progredindo um pouquinho, achava que vinha ambição, e eu também não gostava de ter má vontade, tinha medo, e me retirava, eu era uma pessoa mofina, nunca fui valente assim pra agir. “Sair daqui só aos pedaço”, como muita gente diz, né; e eu tinha medo, saía pra não, pra não perder... me queixei só disso. Nunca achei boa vontade em patrão meu, só achei má vontade; isso eu digo aqui e em todo lugar onde morei em terra alheia. Patrão só quer que a pessoa puxe pra ele, só que seja uma imundícia, só que puxe pra aquele patrão, só trabalhe de graça, ou pra “chaleirar” eles, sem futuro pra si, só futuro pra patrão. Quando patrão acha um desse, aquele morador mora muitos ano na terra dele. Mas, quando o patrão acha uma pessoa que tem uma vontade de sair daquele sacrifício, que tem vontade de tocar roça pra ele e melhorar a situação, é pouco patrão que tem boa vontade pra aquela pessoa ir pra diante mesmo, pra dizer: sai daqui bem, você vai sair bem porque eu vou lhe ajudar e você vai crescer. Eu não vi esse não. Eu achei só um patrão bonzinho, lá no norte, achei muito bonzinho o homem, o derradeiro que eu morei mais ele. Um dia eu cheguei na terra dele, ele disse: fica aí, nega, eu te garanto que daqui tu só sai porque é teu. Aí eu fiquei nessa casinha dele, fiquei, trabalhei um pouquinho e comprei essa casinha na rua. Nem me lembrei de falar, essa casinha eu comprei por 400 conto. Plantei essa rocinha, plantei uma rocinha, criei galinha, meus filhos pegaram a negociar. Parece que tô vendo o primeiro dinheiro que eu arrumei nessa rocinha aí, eu arrumei dezesseis mil cruzeiros, aí estudei um filho meu. Ele tinha, parece que uns treze anos. Eu disse: vai comprar uma ovelhinha aí pra negociar. Aí ele saiu, quando chegou na casa de um homem lá, disse: mamãe mandou que eu viesse comprar aqui uma ovelhinha pra eu matar pra ver se dá pra ganhar o dinheirinho da feira. Aí, ele disse: foi nega que mandou? Disse: foi. Então vou vender. Aí, foi e vendeu por dezesseis cruzeiros. Ele disse que fez aquele negócio só pra me ajudar, que ele teve dó de ver meu filho com aquela conversa pra lá. Aí, ele foi e vendeu aquela ovelhinha a ele. Quando foi no outro dia, ele matou, fez uma bom negócio, fez um bom negócio, se alegrou e disse: mamãe, agora vou negociar. Aí, pegou, foi comprando uma ovelhinha, com o dinheiro daquela ali já comprou outra, quando foi daí a

uns dias já tava comprando ovos também. O pequenininho foi mais ele com uma cestinha comprando ovos, e ele comprava uma ovelhinha, comprava um bode. Aí, quando foi mais uns dias arrumei mais nove mil cruzeiros a outro e disse: vai ver o que que você compra também, vai ver o que é que você compra por aí. Ele foi' e comprou outra ovelhinha a João do Bar, comprou a João do Bar essa ovelhinha que ele vendeu por nove cruzeiros ainda . Eu disse: já dá pra você ganhar, já dá pra você ganhar a sua feira. Aí, ele vendeu, comprou, quando foi no outro dia matou, botou na feira e ganhou. Aí largaram-se todos os dois, negociando, negociando todos os dois foram indo. Ele comprando um porquinho, outro dia comprava uma “bodeguinha”, outro dia já comprava uma cabra, negociaram, e foram, compravam ovos, comprava peru, enchia as camioneta, fazia aqueles... um balaio, chama caçua no norte, sabe, aquele caçua de cipó, mandaram comprar um caçuzinho, encheram de galinha, levaram pra Garanhuns, galinha e peru. E foram negociando, foram negociando, quando eu saí de lá, já deixei os dois bem de vida. Depois pegaram a comprar um bezerrinho, parece que tô vendo quando um chegou com o bezerrinho, comprou esse bezerrinho por dois mil e quinhentos. Pegou com esse bezerrinho, pegou a ajeitar o bezerrinho, um cunhado meu deu o cantinho pra ele amarrar o bezerrinho, e ele foi ajeitando esse bezerrinho, foi ajeitando. Quando foi daí a uns meses, vendeu esse bezerrinho, já comprou dois, foi levando, foi levando, quando foi no outro ano o outro já tava comprando o bezerrinho... Sei que agora ele veio passear aqui e disse: mamãe, o que eu tenho hoje, contando tudo por baixo, eu não dou por 40 bi o que eu tenho, não dou por 40 bi. O Antonio também vai muito bem também, negociando. Do tempinho que nós pegamo a negociar, nunca fomo agua abaixo. Antonio, também, o que ele tem não dá por 40 bi, o que ele tem também. Nós tamo sossegado. Eles já pelejou pra eu ir embora, pra eu voltar, e eu com pena dessas menina aqui, já casou tudo, com dó delas, se fosse ao menos com saúde, mulheres de saúde, eu já tinha voltado, mas não quis voltar ainda não.

Esse ai foi bonzinho, mas os outros não, não achei. Eu não tive sorte com patrão bom não. Nem me esqueci de falar num também. Botei uma roça e morei mais outro, até é compadre meu esse. “Comadre vá morar no que é meu lá, tá ruim de vida vá morar no que é meu”. O meu velho tinha saído, tava uma seca danada, ele foi s'imbora pro sertão. “Você fica aí, que eu vou embora pro sertão trabalhar pra lá. De mês em mês eu mando você na rua”. Eu tava na rua. “Eu vou m'imbora pro sertão, você fica aí nessa casa na rua, e eu vou vê se ganho um dinheirinho, quando der eu mando uma feirinha pra você”. Fiquei sustentando, costurando umas coisinhas com aquele ror de filhos, costurando. Aí um dia esse compadre meu passou por mim: “Como é, comadre, você tá aí nessa rua”. Esse foi outro... Eu disse: vou bem, sacrificada. Ele disse: vá lá, vou lhe dar uma casinha pra morar. Então,

me dê uma casinha, me dê uma casinha e me dê um pedacinho de roça, se não der um pedacinho de roça eu não quero. Aí ele me deu um pedacinho de roça, me deu essa rocinha. Quando foi no fim do ano, ajuntei dinheiro e comprei uma vaquinha. Perguntei a ele: você me dá um pastinho sossegado que eu comprei uma vaquinha de leite pra meus filhos? Eles tinha uma vida sacrificada, tudo sem leite, os menino pequeno sem leite... Ele disse: eu dou, pode comprar a sua vaquinha. Se quiser, eu lhe vendo a vaquinha, tenho lá a vaquinha e lhe vendo. Ele tinha apanhado uma vaquinha de outro homem, assim, não sabia se a vaquinha ia ser boa, se não ia. Ele disse: eu lhe vendo a vaquinha, ela tá até enxertada. Aí, eu comprei a vaquinha: 300 mil cruzeiros, comprei essa vaquinha. Aí, fiquemo com a vaquinha enxertada, a vaquinha foi indo, foi indo, foi indo, quando foi daí a uns dia, a vaquinha deu cria, deu cria um bezerro. O leite que ia dar, uns dez litros de leite, uma admiração aquela vaca. Meus filhos dava cem viagem, que era menino pequeno, cem viagem antes de tirar o leite a primeira vez. “Oh, mãe, se mamãe visse como ta a nossa vaquinha, faz prazer, cortar aqueles feixes de cana, assim, e levar; um dia levar a ração de uma coisa, outra dia levar a ração de outra pra aquela vaquinha lá”. Aí, quando foi que a vaquinha deu cria e tava o bezerrinho ficando bonitinho, o meu patrão disse: bom, não dou mais cercado pra vocês não, quero comprar a vaca, quero comprar a vaca, pode fazer tudo pra liberar a vaca. Eu não vou dar mais onde vocês pôr ela, não tive sorte não. Eu disse: eu não quero vender a vaca . E ele: pois então, tira. Eu não tinha onde pôr. Aí, o meu velho falou: vamo vender a vaca, vamo vender. Compadre João tá louco pela vaca, a Vaca é muito boa, a vaca é boa demais. Aí, foi, te dou 900 cruzeiros na vaca. Naquele tempo era uma soma. Tava passando um homem de longe comprando gado bom pra exposição. Aí, ele foi, pegou esse homem, e o homem disse: eu dou 900 cruzeiros na vaca. Aí, comprou a vaca, meus filhos ficaram tudo chorando, de não ter o que comer, ainda faltava uns cinco dias pra tirar o leite daquela vaca. Aí, ele foi e disse pros menino não ficar desgostoso: eu vou mandar quatro litro de leite pra senhora cozinhar, pra dar a seus filhos pra eles não ficar doente. Tiveram muita vontade de comer esse leite da vaquinha deles e não comeram, eu vou pagar as quatro garrafas, quatro litro de leite pros menino comer. Aí, mandou lá o leite. Aí, comprou a vaca, deu um quartinho do dinheiro, ficou com o outro dinheiro lá. E eu toco a pelejar pra ele me pagar esse dinheiro dessa vaca, porque não pagava de jeito nenhum, não pagava o dinheiro dessa vaca. Por que vocês não paga esse dinheiro dessa vaca agora, eu ia buscar bem cedo, não dava certo, era pra ir amanhã, mandava voltar amanhã, não dava certo. Aí, eu fui e mandei o meu velho falar: olha, se não pagar o dinheiro eu vou na polícia, eu quero o dinheiro da vaca. Aí, ele ficou com medo, entregou aquele dinheiro da vaca. Com esse dinheiro nós compramo passagem pra vir s’imbora pra cá. Passemos cada uma... com esse aí eu não tive sorte.

Pe. Alfredo/Pe. Antenor - (pergunta sobre não conseguir terra em Dobrada)

DONA ANNA - Aqui em Dobrada, não sei se só eu. Ainda falei aí pra arrumar uns taquinho de terra pra plantar um arrozinho, mas não deu certo, não deu certo de arrumar, não tem jeito. É tudo cana só, cana, café. Aí, os meus filhos foram trabalhando, só trabalhando pros outros aí, e não arrumemo terra não. Isso aqui só se roubar, só se roubar! Porque só se vê cana, só é cana. Alguma pessoa que tem algum parente é que arruma um pedacinho, com os parente, um pedacinho de terra pra plantar um arrozinho, um café, aí algum arrebaldezinho desocupado. Sei não, só vejo aqui é cana, não vejo jeito de pôr uma rocinha aqui não. Se eu tivesse terra eu saía daqui. Na hora que eu arrumar um pedacinho de terra pra pôr um arroz, morar numa casinha lá num lugarzinho, eu ia embora no mesmo instante, na hora. Não gosto de rua, eu moro na rua a pulso, assim, não me sinto bem, nunca me senti bem, nem como com prazer, nem sinto gosto de comida, assim. Só fui nascida e criada no sítio, na roça, criada, sempre quando eu tava mais meu pai, nasci e me criei, era nós na roça, trabalhando, apanhando café, arrancando feijão, plantando mandioca, fazendo farinha. Fui criada assim desse jeito. Em tempo de ponta de rua que morei, só foi aqui, porque foi o jeito. Meus filhos casaram, outros se empregaram aí nesse servicinho da usina, trabalhando aí, uns queria voltar, outros não queria, voltar sem nada também não dava mais pra voltar. Mas, se eu ainda arrumasse, se aqui eu tivesse uma chance de ter arrumado, ao menos lá no norte, um pedacinho de terra pra eu trabalhar ainda, eu voltava. Meu filho falou agora: mamãe, se quiser, mamãe, a mãe já tá de idade, as filhas já tão tudo casada, deixa essas menina lá, quando mamãe chegar lá eu arrumo uma casinha pra mamãe. Tô pensando... se meus filhos fosse casar, os dois que resta, eu vou embora pra lá; se me derem casa, eu vou morar, vou criar ainda galinha, trabalhar mais ele... mas não gosto de morar em rua não.

Minha vontade, Ave Maria, é morrer na roça! Agora mesmo, eu fui a Matão, a mulher desse motorista me levou lá prá aqueles lado, ali no Cucuí⁵, e lá eu vi uma casinha, ela foi pegar uma molequinha doente lá no Cucuí. Ela mora num taquinho de terra, ela tem roça, cria galinhas, mora lá numa casa num sítio tão bonito, tão suave a pessoa... fiquei tão, tive tanta alegria lá que fiquei quase louca, chorei de ver ela tão sossegada. Ela disse: Ah, mulher, a senhora tem tanta vontade de morar num sítio, e eu tenho tanta vontade de morar na rua. A senhora o que acha, como é diferente a vida da gente, eu vivo aqui tão triste, penso lá em vocês, pessoas que tão morando na rua. E eu disse: eu não durmo de noite, só assim, imaginando um pedacinho de terra, uma casinha assim no sítio pra eu morar, terminar meus dias de vida.

⁵ Refere-se a um dos córregos que banham o município de Dobrada-SP. (N/E)

Aí, ela disse: então tá certo mesmo, eu vivo aqui sossegada, tenho minha terrinha aqui, planto minha roça, faço minha horta, meu tanque ligado aqui, minha hortinha, minhas verduras, não me falta nada, veja, aqui no meu canto não me falta nada. Da dó a gente vê assim, nascer e se criar as crianças, assim, e ficar assim numa ponta de rua, sozinha, dentro de casa, esperando que o filho ganhe, de mês a mês, assim, receber aquela continha, fazer a despesinha, aqui só parada. Aonde a gente plantando, planta feijão, planta batata, faz uma hortinha, cria uma galinha, cria um porco... se a gente tiver dinheiro, passa, e se não tiver, passa, ninguém dá fé que a gente tá apertado.

Pe. Alfredo/Pe. Antenor - (pergunta sobre se a solução para a pobreza é terra)

DONA ANNA - Toda a situação, se todo o boia-fria tivesse seu pedacinho de terra pra morar, pra tocar a sua rocinha, acabava toda essa, quase toda a pobreza do Brasil. Porque todo mundo que trabalha assim na roça, trabalha triste. Ele passa o dia todinho só pensando: se eu tivesse trabalhando aqui e fosse pra mim, como que eu não tava? Eu tava bem. Porque se a gente tivesse na roça dando aquele duro o dia todinho, naquele sol quente, mas a gente saber que era da gente, a gente trabalhava, ainda que passasse fome, passava satisfeito....

GALERIA DE RETRATOS

Todas as fotos são do acervo pessoal de Alessandra dos Santos Pinto e gentilmente cedidas por ela, neta de Dona Anna Amélia.

Figura 2 - Dona Anna Amélia abraçada a uma de suas filhas, Maria José de Barros Prado.



Figura 3 - Dona Anna Amélia, a sua neta Ana Joice de Barros Figueiredo e a sua filha Maria José de Barros Prado.



Figura 4 - Dona Anna Amélia com a sua netinha Noely dos Santos Pinto no colo, então recém batizada, e ao lado do seu genro, Antônio Cruz.



Figura 5 - Dona Anna Amélia abraçada ao seu filho Valditudes de Barros Pinto, que foi boia-fria, sindicalista e vice-prefeito de Dobrada-SP.



Dona Anna Amália de Barros foi mulher trabalhadora rural, migrante. Dentre outros filhos e filhas, era mãe do Valditudes de Barros Pinto, também trabalhador rural, migrante, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dobrada-SP, depois vice-prefeito do mesmo município do interior paulista.

(Esta entrevista foi realizada em Dobrada-SP, durante 60 minutos, no dia 2 de maio de 1985, com uma senhora idosa e doente)

Entrevista com Valditudes de Barros Pinto

*Por Alfredo José Gonçalves, Cs.
Antenor João Dalla Vecchia, Cs.*

Valditudes de Barros Pinto

Nascimento: Teresinha-PE a 04.09.1957

Estado Civil: Casado, um filho (à época da entrevista)

Migração: saiu de Teresinha-PE a 08.08.1973 para Sta. Ernestina-SP

Depois, a 10.01.74» p/ Dobrada-SP

Trabalho: 10 anos de boia-fria, 4 anos de fiscal de turma, 3 anos de dirigente sindical. Depois foi eleito vice-prefeito de Dobrada-SP.

NOTA DO EDITOR

A entrevista foi realizada pelos padres Alfredo José Gonçalves, Cs. e Antenor João Dalla Vecchia, Cs., em 19/04/1988, no município de Dobrada-SP. Inicialmente, a entrevista seria publicada no Boletim VAI VEM, à época, editado pelo Centro de Estudos Migratórios (CEM). Mas, assim como a entrevista anterior, devido a sua extensão ultrapassar os limites do VAI VEM, não foi publicada. Em conversa recente com o padre Alfredo Gonçalves sobre os 40 anos da Greve de Guariba – que coincidem com os 40 anos da Pastoral dos Migrantes –, as suas memórias de missionário scalabriniano junto aos trabalhadores migrantes, ele falou-me sobre Valditudes de Barros Pinto, popularmente conhecido como “Ratinho”. Solicitei-a para ler e vi que, a despeito de 36 anos passados da sua realização, ela é muito atual e rica de questões relevantes, seja para os diversos trabalhos da Pastoral dos Migrantes e demais movimentos populares seja para revisar, fundamentar, inspirar novas questões, conceitos e metodologias de pesquisa para as Ciências Sociais.

No que tange à estrutura linguística, de modo geral, mantive a grafia da linguagem do entrevistado, assim como os padres Alfredo e Antenor a mantiveram na transcrição original. Sempre que possível, também mantive a pontuação adotada originalmente. Somente em ocorrências especiais, como erros de datilografia (recurso utilizado à época para a transcrição), ausência

de pontuação no final de frases, sujeito indevidamente separado do verbo etc., intervi aplicando a norma gramatical vigente. Por fim, incluí o nome do entrevistado que não constava no original, e incluí algumas fotografias dele, gentilmente cedidas por sua filha, Alessandra dos Santos Pinto.

VAI VEM/ Pe. Alfredo/ Pe. Antenor: Por que sua família deixou Pernambuco?

VALDITÜDES: Saímos pensando numa melhora. A situação lá estava difícil. Aí, meu pai veio para São Paulo. Trabalhou até na Arno. Aí, ele conseguiu um dinheirinho e mandou buscar nós tudo lá. Viemo primeiro pra Santa Ernestina, para uma fazenda de um fulano que conhecia o pai. Ficamo ai seis meses. Mas esse fulano enganou a gente. Ele queria receber o dinheiro que tinha adiantado pras passagens. Depois que a gente deixou a fazenda toda pronta, aí ele queria que a gente pagasse. Foi uma forma de mandar a gente embora. Bem dizer, fomos expulsos dessa fazenda. Viemo então pra Dobrada, entramo a trabalhar de boia-fria na Usina. Todo mundo lá em casa teve essa experiência de trabalhar de boia-fria.

VAI VEM/ Pe. Alfredo/ Pe. Antenor: E como é essa experiência de trabalhar como boia-fria?

VALDITÜDES. Quando eu iniciei como boia-fria a gente era muito explorado. Muito mais do que hoje em dia. Você trabalhava na safra um ano, dois... e quando ia embora não tinha mais direito a nada. Ninguém nem sabia dos direitos. Se tinha direitos, o gato pegava tudo pra ele, a gente nem ficava sabendo. Naquela época não tinha ninguém pra orientar o trabalhador, não tinha sindicato. A gente pegava aquele “gaiolão” (caminhão) logo cedo, num frio de endurecer os dedos, não tinha uma condução que prestasse. E antes dessa época, o sofrimento era ainda pior. Isso não quer dizer que hoje tá tudo bom. Mas é que a experiência da gente é muito sofrida mesmo. A gente nem imaginava que tinha direitos. A situação na roça era muito triste: tomava água quente, o fiscal só falava aos gritos, e se mandava embora não tinha direito a nada. O caminhão que puxava a turma era o mesmo que puxava cana. Quando o caminhão quebrava na Usina, a gente ficava na mão. Quase sempre a gente chegava tarde da noite em casa. Olha, tô há onze anos na roça, quase sempre na cana. E nunca tive direito a nada. Os gatos é que ficavam ricos. Conheço deles que hoje tão aí, numa boa. Nas costas de quem? E o patrão também. E eu tô aqui, sem nada.

VAI VEM/ Pe. Alfredo/ Pe. Antenor: Sua família é migrante. Você também é migrante. Que tal a participação dos migrantes no sindicato?

VALDITUDES. O migrante tá no sindicato, sim. Os poucos que participa no sindicato é quase tudo migrante, gente que veio de outras banda. Nas greves, aí sim, os migrantes dão uma força muito grande. Não é dizer que eles participam direto no sindicato. Mas quando tem alguma luta, aí eles estão pra valer. O “nortista” dá valor ao sindicato, mas eles dão valor é mais pro caso da assistência médica, dentista, essas coisas. Quando é pra organizar o sindicato, participar das reuniões, a participação é bem mais fraca. Agora, se tem qualquer movimento, aí eles tão junto, chega junto. O trabalhador sente o sindicato como uma força dele. Não cem por cento, mas oitenta por cento sente isso. Eles tão acreditando cada vez mais no sindicato. Quando eles são enganados em seus direitos, eles já sabem que o sindicato é o lugar que tem que vir. E assim o sindicato vai se formando como um ponto de ajuda e de organização do trabalhador. E o migrante tá sempre junto. Bom, Dobrada, a gente sabe, quase tudo é migrante; então no sindicato, também.

VAI VEM/ Pe. Alfredo/ Pe. Antenor: o migrante procura no sindicato uma assistência médica, etc. ou vê o sindicato como um órgão que defende seus direitos?

VALDITUDES. Um migrante pra chegar diretamente do norte e procurar o sindicato pra buscar uma força de organização, isso eu não vejo não! Primeiro ele busca uma assistência, depois vem participar de alguma reunião. Aí, quando o patrão quer pisar nele, enganar, ele já sabe que tem que ir atrás do sindicato. Muitas pessoas que chegam novatos, quando eles vão procurar o sindicato é porque já tão enrolado, já entraram em alguma fria. Mas o que a maioria procura mesmo, no começo, é a assistência. Depois eles começa a entrar em contato com os colegas; os colegas falam que o sindicato defende o trabalhador; e aí, então, eles começa a vir atrás do sindicato, mesmo sem ter necessidade de uma assistência. Vêm, como se diz, conhecer sua força. Ou então, quando eles são dispensados de uma firma, são despedidos, aí eles vêm pro sindicato. Se os migrantes chegasse e já procurasse logo o sindicato, a situação era outra. Não dava chance de o patrão roubar eles. Mas o pior é que eles só aparece no sindicato quando não tem mais remédio, quando o patrão já explorou eles à vontade. E aí, o sindicato pode fazer pouca coisa. Agora, ver o sindicato como a força e a organização do trabalhador, isso é pouca gente que vê. Só mesmo se o migrante já tem experiência de outro sindicato. Tiro pela minha família: antes de vir pra cá, a gente nunca tinha visto falar em sindicato.

VAI VEM/ Pe. Alfredo/ Pe. Antenor: O que o migrante pensa do sindicato?

VALDITUDES. Eles acha que o sindicato é um órgão que defende o interesse da saúde: médico, dentista, etc. Eles não pensa que o sindicato é um órgão pra defender os direitos trabalhista deles. O que les querem mesmo é a saúde e a assistência. Pouco mais. A maioria é assim. Mas tem deles que vêm de lá pra cá já com uma certa experiência de sindicato, têm uma certa consciência. Tem uns que já conta vantagem de participar do sindicato e vê ele como um órgão que defende o trabalhador. Eu acho que isso, o culpado é a própria estrutura do país. Se o sindicato fosse criado pra defender o trabalhador, a história seria diferente. Mas ele já foi criado pra enganar o trabalhador. E o trabalhador não percebe isso, ele não está ainda no nível de entender o que é mesmo o sindicato. Se hoje tirasse a assistência de dentro do sindicato, pela experiência que eu tenho, ficaria poucos sindicatos de pé. Então é isso que eu digo, o migrante já vem com isso na cabeça, desde muito tempo.

VAI VEM/ Pe. Alfredo/ Pe. Antenor: Nessa situação, qual o papel da Pastoral Migratória? Ela pode ajudar o trabalhador a se aproximar do sindicato?

VALDITUDES. Sim, pode. Só que não sei se o melhor lugar pra fazer isso é aqui, aonde o trabalhador chega. Mas, por exemplo, de onde ele sai: fazer lá um trabalho de base, mostrar qual é o verdadeiro objetivo do sindicato. Porque lá, a situação de trabalho é outra: cada um vive pra si, o trabalhador é mais autônomo, cada qual na sua terra. A vida do assalariado de São Paulo e a vida do assalariado do “norte” é muito diferente. Quando o trabalhador vem de lá pra cá, a situação é muito diferente. Então, um trabalho que mostrasse essas diferenças, que mostrasse os direitos que todo trabalhador tem, aí quando ele chegava aqui já vinha bem preparado pra entrar no sindicato. E não ia ser fácil enrolar ele. O papel da Pastoral Migratória, então, eu acho, é preparar a consciência do trabalhador sobre qual é a força do sindicato, a força do trabalhador. Aqui em São Paulo, na base, até que o sindicato faz isso junto com a pastoral. O problema é quando o pessoal vem de lá pra cá. Neste sentido, a pastoral poderia organizar encontros, visitas etc. no local de origem. Até a gente já tem feito isso. Esse ano mesmo, e os anos passados, a gente tem ido pra Minas, Bahia. Se o trabalhador vem preparado, fica mais vivo, não se deixa enganar pelo gato e pelo patrão. Qualquer coisa, ele procura o sindicato. Porque quando o pessoal na chegada já procura o sindicato, aí o trabalho fica bem mais fácil. O melhor seria que logo na chegada o migrante já fosse atrás do sindicato. Quando a gente tem que ir atrás, é bem mais difícil.

VAI VEM/ Pe. Alfredo/ Pe. Antenor: Qual a importância de o sindicato e a pastoral atuarem em conjunto?

VALDITUDES. Quando o sindicato conta com uma entidade pra ajudar na defesa dos direitos do trabalhador, mais força tem o sindicato. Se a gente for ver o avanço da luta sindical nos dias de hoje, muita coisa se deve ao apoio da igreja. Trabalhar isolado, o sindicato não vai. Quando tem mais gente ao lado, trabalhando junto, a coisa anda melhor, é importante a igreja estar junto com o sindicato porque o trabalhador tem muita fé, tá grudado no Evangelho. E isso ajuda muito o trabalho. Eu falo por mim mesmo: a minha experiência se deu através da participação na comunidade, a partir do Evangelho. Muita gente não passou por isso, e hoje acaba pensando só em si; logo, logo tá do lado do patrão, vira pelego. Acho que o Evangelho dá uma confiança maior ao trabalhador. Aqui em Dobrada mesmo, a pastoral tem ajudado muito: tanto o SPM como a CPT e outras têm dado muito apoio. Em todas as lutas, a igreja sempre tem estado junto, lembra das graves? E então! Acho que a Palavra de Deus é uma força, uma luz em nosso caminho, na luta do trabalhador.

VAI VEM/ Pe. Alfredo/ Pe. Antenor: Como presidente do Sindicato, conta um pouco de sua experiência!

VALDITUDES. O que eu vejo é que a primeira coisa negativa do sindicato é essa assistência. Isso engana o trabalhador. Tá certo que ajuda pra chamar ele, mas muitas vezes não passa disso. Então eu vejo que isso é muito errado. Minha experiência com o trabalhador é que ele usa o sindicato como um “quebra-galho”. Você atende, pronto, ele não procura mais o sindicato. Só lembra na hora da necessidade, depois não aparece mais. Eu acho que é o próprio patrão e o sistema que coloca isso na cabeça dele. O sindicato vira uma espécie de “pronto-socorro”. O trabalhador dá pouca força ao sindicato, não vê o sindicato como dele, só vai lá buscar favores. Isso desanima muito o dirigente sindical, faz a gente desacreditar da luta. Mas, por outro lado, algumas pessoas são firmes e são conscientes. E isso é um incentivo na caminhada. E também a gente tem algumas experiências que mostram que o sindicato é uma força de verdade. É o caso, por exemplo, das greves. Aí, o trabalhador participa em peso e dá força. Aí, a gente sente o poder da organização. E hoje, olhando a nossa região de Ribeirão Preto, a gente nota muita melhoria nas condições de trabalho, de corte de cana, nos acordos, na assistência, nos direitos do trabalhador. E tudo isso é uma vitória do sindicato. O difícil é que o trabalhador muitas vezes não reconhece isso. Prefere acreditar nas migalhas que o patrão dá de vez em quando. Deste jeito, não sente toda força do sindicato.

VAI VEM/ Pe. Alfredo/ Pe. Antenor: E a migração hoje em Dobrada, muita gente chegando?

VALDITUDES. Sim, bastante. Tem muito barraco lotado de “nortista”. Tem lote com 10, 12 barracos. Tem muito cortiço, pensão, tudo cheio de migrante. E tem gente que vive só de pensão de migrante. É só fazer quartos, que enche logo. Conheço um terreno, ali embaixo, que tem 13 barracos. Dobrada é pequena, mas tá chegando muita gente. Vem muito trabalhador sozinho, solteiro; mas vem também muita família inteira. Vem sortido: família e gente solteira. O maior número é de famílias. Eles chegam aqui na miséria. Chega sem ter uma cama pra dormir, sem ter um leite pro filho, sem ter onde morar. Aí, corre de um canto pra outro, muita gente se aproveita da situação, cobra caro o aluguel. O migrante corre na igreja, corre na prefeitura, corre no sindicato, buscando socorro. Mas quem é que pode ajudar? Tem deles aí que chegaram há 2, 3 meses e ainda não conseguiram emprego, tão sofrendo por aí, sem ter onde cair morto. E este ano as coisas tão ainda pior. Há muito desemprego. Quem já é daqui tá parado. Imagina quem tá chegando! O futuro tá fraco pra migrante que tá chegando. Tem gente que começa a tomar pinga, uns tão pedindo ajuda pra poder voltar, outros tão vivendo de esmola. Peão tá numa pior aqui. Muitos já vêm de outra cidade. Chega, encontra tudo fechado e vão adiante. Vive mesmo é na estrada.

VAI VEM/ Pe. Alfredo/ Pe. Antenor: O que o presidente do Sindicato tem a dizer ao povo lá do “norte”?

VALDITUDES. Primeiro, saber bem da realidade daqui, pra então se deslocar pra cá. Não pode se fiar na conversa de outras pessoas. Descobrir com gente de confiança como é a situação daqui. Podia pedir informações no sindicato, na comunidade, antes de vir pra cá. Porque o trabalhador que vem pra cá, mesmo sem querer, estraga a vida dele e estraga a vida de quem tá aqui. Eu sei que lá a situação é dura, talvez mais difícil do que aqui. Mas na minha experiência eu digo: pior por pior, onde a pessoa nasceu é sempre a terra natal. Aqui tem criança se alimentando de “papa-d’água” (água com farinha). Então, a pessoa devia se informar direito. Tem gente que pega um dinheirinho e se manda por aí afora. Mesmo aqui, tem gente que pede a conta pra ir todo ano pro norte. Quando chega aqui, a coisa é outra. Muita gente vem de ilusão; acha que já que vem, vem pra um lugar definitivo, não ficar andando pra lá e pra cá, na ilusão de que vai melhorar. Hoje, no Brasil, todo lugar é ruim pra migrante. O jeito é aguentar firme onde tá. Migrar é necessário, a pessoa sai pra caçar melhora. Só que tem de saber o que tá fazendo, não adianta sair pra aumentar o sofrimento.

VAI VEM/ Pe. Alfredo/ Pe. Antenor: Como tem sido a participação da mulher no sindicato?

VALDITUDES. É boa, muito boa. A gente pode até dizer que o sindicato começou com as mulheres. Aqui em Dobrada, as mulheres têm dado uma força muito grande. Esses dias mesmo, você deve ter ouvido falar daquele grupo de mulheres que se organizou e fez um movimento na prefeitura. O pessoal foi valente. Também nas greves, as mulheres sempre foram uma força. Aqui já teve uma diretoria, no sindicato, quase só de mulher. Mulher tá na luta pra valer.

VAI VEM/ Pe. Alfredo/ Pe. Antenor: Reforma Agrária e Migração, o que tem a ver uma coisa com a outra?

VALDITUDES. Eu penso que a Reforma Agrária seria uma coisa muito importante, principalmente para o problema da migração. O migrante é gente da terra, que foi expulsa, que teve de sair por pressão de outros.

Mas com a Reforma Agrária, cinquenta por cento da migração diminui. Mas a Reforma Agrária é uma coisa que não vem de cima, feito chuva, ela tem de ser uma conquista do trabalhador. O migrante tem de estar junto com o sindicato e as entidades pra lutar pela terra. Procurar áreas de terra que tá vazia e entrar nela. Em vez de ficar sempre andando pra cá e pra lá, caça um pedaço de terra improdutiva e toma ele na luta, na organização. Só que o migrante que chega, falar em ocupação de terra, ele se assusta. Precisa uma grande preparação pra entrar na luta. Mas o migrante, em suas andanças, traz experiência que pode ajudar na luta. A própria revolta que ele sente, de tanto ser expulso, pode ajudar na luta. A própria revolta, muita vez, ajuda a pessoa. A Reforma Agrária é o único jeito pra diminuir um pouco essa migração. Se tivesse terra, o fulano não saía à caça de melhora. Pelo menos, acho que não saía tanta gente. E a Reforma Agrária ajuda também o assalariado. E muito! Porque sobra mais emprego pros outros, menos pressão na cidade. O trabalhador teria mais condições de exigir. O patrão ia depender mais do trabalhador. Se houvesse uma Reforma Agrária de fato, muita gente voltava pra terra. Aquele que ficasse teria condições de falar mais grosso com o patrão. Uma outra coisa é que a Reforma Agrária ia melhorar no custo de vida, alimentos mais baratos porque ia ter mais gente produzindo.

VAI VEM/ Pe. Alfredo/ Pe. Antenor: Quais os avanços que você percebe na luta do sindicato?

VALDITUDES. A luta avança muito no campo. Basta ver que o patrão já não pode pisar tanto no peão, já não faz o que quer. O trabalhador sabe a força que tem. De uns anos pra cá, isso vem crescendo, que nem planta

boa, devagar mas seguro. O trabalhador está mais consciente. Há também muitas entidades ajudando, como a igreja. Quando a igreja se coloca do lado do trabalhador, é uma força muito grande, porque o trabalhador tem muita fé, conta muito com a igreja. Hoje dá pra gente sentir uma melhora na organização. Tá certo, muita coisa ainda tá fraca, mas a força vem vindo, é só ver...

Dobrada-SP, 19*04.88

GALERIA DE RETRATOS

Figura 1 – Valditudes de Barros Pinto em sua casa. Foto: Acervo pessoal de Alessandra Dos Santos Pinto, sua filha. Gentilmente cedida.



Figura 2 - Valditudes de Barros Pinto com camiseta do MST e colegas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Foto: Acervo pessoal de Alessandra Dos Santos Pinto, sua filha. Gentilmente cedida.



Figura 3 – Valditudes de Barros Pinto como vice-prefeito de Dobrada-SP. Foto: Acervo pessoal de Alessandra Dos Santos Pinto, sua filha. Gentilmente cedida.



Relato de Valditudes de Barros Pinto

*Por Alfredo José Gonçalves, Cs.
Antenor João Dalla Vecchia, Cs.*

“Eu sou Valditudes. Estou com 13 anos aqui no estado, e sou de Pernambuco. Lembro um pouco da situação: lá a fome era o que não faltava. Os meus pais trabalhavam direto para nos sustentar, mas por causa dos ricos gananciosos, que não falta em nenhum lado da sociedade... Eu digo isso porque quando nós ia morar no sítio do rico, depois que passava uns cinco ou seis meses, quando o meu pai e minha mãe estava começando a melhorar de vida, o patrão chegava e pedia a casa. Se nós não saísse, ele derrubava a casa por cima de nós. Para a minha mãe e o meu pai, com nove filhos pequenos, isso era uma tristeza. Um dia, no mês de março de 73, o meu pai resolveu vender a casinha que nos morava e vir para São Paulo. E nós viemos, mas fomos enganados pelo patrão.

Sem condições de voltar para lá, tivemos que mudar para a cidade e entrar nas usinas para cortar cana. Aí, vem os sofrimentos, trabalhar como boia-fria, sendo roubado pelos gatos. E quando nós chegava de tarde, com fome e sujos, e começava a falar para a minha mãe, ela animava nós, dizendo: “Meus filhos, não reclamem, quem mais sofreu foi Jesus Cristo, e tudo isso Ele quer de nós”. Mas eu sempre fui meio diferente do povo lá de casa. Nunca me contentei de saber que Deus, sendo o nosso Pai, gosta de ver nós na fome e na miséria. Daí, comecei a participar da comunidade e comecei a ver de outra forma. A situação que nós vive de carência não é Deus que quer. Então, eu, muito revoltado, comecei a participar de algumas reuniões que existia a favor do pobre, e principalmente do boia-fria. A CPT foi o maior ponto de incentivo para mim, como para os outros trabalhadores: que nós teria força de romper essa corrente de escravidão que está por aí, tirando o pão de nossa boca. E como? Era só acreditar uns nos outros e partir para uma luta. E daí, comecei a lutar pelos meus direitos e do meu próximo. E para mim ter mais força nessa caminhada, descobri a finalidade do sindicato. Juntos, comecei a falar mais grosso contra o patrão, e posso dizer a vocês que muitas vitórias já alcancei da minha luta. E hoje sou presidente do sindicato da classe rural da cidade que moro. E juro a vocês que não sou pelego e nunca serei, porque Deus não quer. Porque está claro hoje que só estamos sofrendo tanto, jogado

pelo mundo, sem destino... o culpado disto tudo foi o rico ganancioso que tomou a nossa terra só para eles. E hoje nós estamos sem rumo. Mas não tem nada: estamos na luta e essa luta vai dar muitos frutos, e nós conseguiremos tudo isso que tiraram de nós, que foi a vida, porque terra é vida e foi isso que tiraram de nós.”

Relato de Valditudes

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Dobrada, SP
Dobrada, 10 de março de 1986

TRAVESSIA agora também ONLINE

Um acervo sem data de vencimento

Já são mais de 80 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

Valor da assinatura

(3 números por ano)

Nacional

- por 1 ano.....R\$ 150,00
- por 2 anos.....R\$ 250,00
- por 3 anos.....R\$ 350,00

Exterior

- por 1 ano.....U\$ 35,00
- por 2 anos.....U\$ 65,00

Forma de pagamento

Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**

Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9

Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do e-mail
cem@missaonspaz.org ou através
do novo portal acesse os últimos números
da revista **TRAVESSIA**

www.revistatravessia.com.br

Acesse também o nosso Facebook:

Revista Travessia - Revista do Migrante

www.missaonspaz.org

NORMAS DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA TRAVESSIA

A Revista Travessia publica: dossiês, artigos originais, notas de pesquisa, entrevistas, resenhas, relatos, poemas, contos. Os textos podem ser em: português, espanhol, inglês, francês, etc.

ARTIGOS - Até 20 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

NOTAS DE PESQUISA – Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

RELATOS – Até 7 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

ENTREVISTAS - Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

RESENHAS – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

CONTOS – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas – 1,2, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

Obs. Os textos podem conter imagens, preferencialmente em alta resolução

REFERÊNCIAS

A Revista Travessia adota a NBR 6023/2002 da ABNT como norma para referência de documentos em textos acadêmicos. Procurando facilitar o trabalho dos autores de Travessia, apresentamos, abaixo, uma síntese da NBR 6023/2002 tomando como base o seu documento original e ainda o compêndio elaborado por Luciana Pizzani e Rosemary Cristina da Silva (2016). A síntese que se segue não dispensa consulta ao documento (NBR 6023/2002) original e integral da ABNT.

Existem vários meios de informação que podem ser referenciados:

Livros, Dissertações e Teses, Folhetos, Revistas ou Periódicos, Relatórios, Manuais, Eventos, Multimeios, Documentos eletrônicos, Discos e Fitás, Filmes, Fotografias etc.

ALINHAMENTO - A lista final deve ser alinhada à margem esquerda do texto

NOTAS DE RODAPÉ - Em formato numérico, ao final do texto

HAVENDO DUAS OU MAIS REFERÊNCIAS DE UMA MESMA AUTORIA, OBSERVE-SE: a) um só autor: PIZZANI, L.
b) mesmo autor e outro: PIZZANI, L.; SILVA, R.C.
c) mesmo autor e outros: PIZZANI, L. et al.

REFERÊNCIA DE LIVROS/OBRA TRADUZIDA/SÉRIE

Autor, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora e data de publicação.

AUGÉ, M. **Não lugares**. Campinas: Papyrus, 2006.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Tradução Vera da Costa e Silva.

3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.

BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 116p. (Coleção primeiros passos, 20).

CAPÍTULO DE LIVRO

Autor, título da parte, subtítulo (se houver), seguidos da expressão "In:" e da referência completa da publicação, número de páginas ou volume.

ROMANO, G. **Imagens da juventude na era moderna**. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Orgs.). *História dos jovens 2*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.7-16.

AUTOR DO CAPÍTULO É O MESMO AUTOR DO LIVRO

SANTOS, R.F. A colonização da terra do Tucujús. In: _____. **História do Amapá, 1º grau**.

2.ed. Macapá: Valcan, 1994. cap.3, p.15-24.

LIVRO DISPONÍVEL NA INTERNET

JUNQUEIRA, L.C.U. **Histologia básica**. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. Disponível em: <<http://www.>>. Acesso em: 30 set. 2007.

ARTIGO DE PERIÓDICO – revista, boletim etc. *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação*. Exemplos: DORNELAS, S.M. Entre a Igreja do Brasil e da França: Uma experiência com os portugueses em Paris. **Travessia** – revista do Migrante, São Paulo, ano XXII, n. 65, p. 13-32, set-dez. 2009.

ARTIGO EM PERIÓDICO – revista, boletim etc. disponível em meio eletrônico *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação,*

local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação, informações pertinentes ao suporte eletrônico.

BASSO, N.A.S. et al. Insulinoterapia, controle glicêmico materno e prognóstico perinatal: diferença entre o diabetes gestacional e clínico. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, v.29, n.5, p.253259, maio 2007. Disponível em: <http://www.____>. Acesso em: 16 jan. 2004.

ARTIGO DE JORNAL: Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente.

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13.

ARTIGO DE JORNAL disponível em meio eletrônico
NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13. Disponível em: <http://www.____>. Acesso em: 20 fev. 2004.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES

SILVA, C. F. da. **Das calçadas às galerias:** mercados populares do centro de São Paulo. 2014. 176p. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 2014.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES disponíveis em meio eletrônico
RODRIGUES, M.A.Q. **Bandagem ajustável do tronco pulmonar:** comparação de dois métodos de hipertrofia aguda do ventrículo subpulmonar. 2006. 85p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.theses.usp.br/teses/disponiveis/5/5156/tde-06112006-130715/>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

EVENTO CIENTÍFICO: *Autor, título do trabalho apresentado, subtítulo (se houver), seguido da expressão “In:”, nome do evento, numeração (se houver), ano e local de realização, título da publicação, subtítulo (se houver), local de publicação, editora, data de publicação, página inicial e final da parte referenciada, elementos pertinentes a parte referenciada.*

– Quando disponível em meio eletrônico, acrescentar: “Disponível em....”, como no exemplo abaixo.

BENGTSSON, S.; SOLLEIM, B.G. Enforcement of data protection, privacy and security in medical informatics. In: WORLD CONGRESS ON MEDICAL INFORMATICS, 7., 1992, Geneva.

Proceedings... Amsterdam: North Holland, 1992. p.1561-1565. Disponível em: <[http://www._____](http://www._____.)>. Acesso em: 21 jan. 2004.

DOCUMENTO JURÍDICO

Jurisdição (ou cabeçalho da entidade, no caso de se tratar de normas), título, numeração, data e dados da publicação. No caso de Constituições e suas emendas, entre o nome da jurisdição e o título, acrescenta-se a palavra Constituição, seguida do ano de promulgação entre parênteses.

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p.29514.

BRASIL. **Código Civil**. 46.ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex**: legislação federal e marginália, São Paulo, v.59, p.1966, out./dez. 1995.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1993. 35p.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de atividades**. Brasília, DF, 1993. 28p.

IMAGEM EM MOVIMENTO - Inclui filmes, videocassetes, DVD, entre outros *Título, diretor, produtor, local, produtora, data e especificação do suporte em unidades físicas.*

ADEUS, Lenin! Dir. Wolfgang Becker. Alemanha: Prod. X Filme Creative Pool; WDR (Cologne); Arte France Cinéma, 2003. 1 DVD

DOCUMENTO ICONOGRÁFICO -

Inclui pintura, gravura, ilustração, fotografia, desenho técnico, diapositivo, diafilme, material estereográfico, transparência, cartaz, entre outros. Autor, título, data e especificação do suporte.

KOBAYASHI, K. **Doença dos xavantes**. 1980. 1 fotografia.

O QUE acreditar em relação à maconha. São Paulo: CERAVI, 1985. 22 transparências.

MATTOS, M.D. **Paisagem-Quatro Barras**. 1987. 1 original de arte, óleo sobre tela, 40cm x 50cm. Coleção particular.

DOCUMENTO CARTOGRÁFICO - Inclui atlas, mapa, globo, fotografia aérea etc.

Autor(es), título, local, editora, data de publicação, designação específica e escala.

ATLAS Mirador Internacional. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britânica do Brasil, 1981. 1 atlas. Escalas variam.

BRASIL e parte da América do Sul: mapa político, escolar, rodoviário, turístico e regional. São Paulo: Michalany, 1981. 1 mapa, color., 79 cm x 95 cm. Escala 1:600.000

BÍBLIAS

BÍBLIA. Língua. Título da obra. Tradução ou versão. Local: Editora, Data de publicação. Total de páginas.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecu-mênica.

PARTES DA BÍBLIA: Quando se tratar de partes da Bíblia, inclui-se o título da parte antes da indicação do idioma e menciona-se a localização da parte (capítulo ou versículo) no final.

BÍBLIA, N.T. João. Português. **Bíblia sagrada**. Versão de Antonio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. Das Américas, 1950. cap.12, vers.11.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MENOR OU IGUAL A 3 LINHAS

As citações diretas, menores ou iguais ao limite de 3 linhas devem ser feitas de acordo com as seguintes especificações: “Sendo necessário citar trecho de obra, sem ultrapassar o limite de três linhas, deve-se fazer a citação no corpo do próprio texto, mantendo o espaçamento adotado, o tamanho de fonte 12, sem itálico, iniciando e terminando com aspas” (SOUZA, 2005, p. 18). Esta regra também confere com a ABNT 6023/2002.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MAIOR QUE 3 LINHAS

As citações maiores devem ser feitas seguindo as seguintes especificações:

Sendo necessário citar trecho de obra ou transcrever a opinião de determinado autor ou ainda acórdão, ementa, lei, ultrapassando três linhas, deve-se recuar 4 centímetros à direita com os seguintes cuidados: espaço simples, fonte 10, sem itálico, iniciando e terminando sem aspas. Após, entre parênteses, constar a fonte, com o sobrenome do autor em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a página. (SOBRENOME, 2003, p. 10).

O sobrenome do autor, quando colocado entre parênteses, deve ser grafado em maiúsculas.

DOCUMENTO DE ARQUIVO

Obs.:

- 1) Forneça dados para a localização do documento no arquivo: título do fundo ou da coleção, série, subsérie, notação (código do conjunto), instituição de guarda, local (entre parênteses), data do documento.
- 2) No caso de referências a conjuntos ou itens em posse de pessoas, registra-se: "Acervo pessoal de ...").

Com autoria

ARANHA, Luís de Freitas Vale.

Carta a José Pinto. Arquivo Pedro Ernesto Batista, série Correspondência; PEB c

1935.01.15 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do

Brasil, Rio de Janeiro). 15 jan. 1935.

– Chamada à referência no texto: (Aranha, 15 jan. 1935)

Sem autoria

TERMO...

Termo de obrigação que fazem Manuel Francisco Villar e Antonio Freire de Ocanha.

Códice 296, f.108 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 2 mar. 1696.

– Chamada à referência no texto: (Termo..., 2 mar. 1696)

PARA REFERÊNCIA DE OUTROS DOCUMENTOS NÃO PRESENTES NESSA SÍNTESE, confira: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

Disponível também em: <<https://www.ict.unesp.br/Home/biblioteca/6023referenciaeelaborao.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. **ABNT 6023 Elaboração de Referências**. 87p. Botucatu-SP: UNESP, 2016. Disponível em:

<http://www.biblioteca.btu.unesp.br/Home/Referencias/LuABNT_6023.pdf>.

Acesso em: 02 mar. 2018.

Vol. 32, 2024

REMHU

Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana

ISSNe: 2237-9843

Dossier 1: «**Abdelmalek Sayad:
Migration, State and Historical
Amnesia**»

Dossier 2: «**Movilidad humana y
crisis climática**»



CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

DISPONÍVEL NA BIBLIOTECA DO CEM

Col. História da imigração no Brasil, Vols. 1, 2 e 3. Orgs. Luis Reznik; Helion Póvoa Neto.



Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de trinta anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que candente: **Os migrantes**

Politicamente..... || ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;

Culturalmente..... || alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;

Economicamente.. || são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;

Teoricamente..... || abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não míngua nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

dos seus estudos acadêmicos

da sua produção literária

da sua atuação militante.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,
na ginga da Travessia,
as amostras da empiria,
os embates da teoria,
as lutas do dia a dia,
os sonhos da poesia.*

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.revistatravessia.com.br

www.missaonspaz.org

Sumário

Apresentação
José Carlos Pereira

Presentation
José Carlos Pereira

DOSSIÊ CRIANÇAS MIGRANTES

Infância migrante em Roraima: o aumento de crianças nos processos migratórios internacionais na fronteira Brasil – Venezuela
Sarah Letícia Leonel da Silva; Ana Lúcia de Sousa; Márcia Maria de Oliveira; Caê Garcia Carvalho

O deslocamento forçado e a pessoa com deficiência: acessibilidade e inclusão na perspectiva dos responsáveis diretos por venezuelanos autistas em refúgio
Amanda Ganzarolli

Notas de uma pesquisa participante com migrantes-adolescentes em conflito com a lei
Cristiano Rodinei Almeida

Notas iniciais de uma pesquisa participante com estudantes migrantes em situação de vulnerabilidade social
Carlos Roberto Faustino

ARTIGOS

Unravelling the Migration Decision-Making Processes Underpinning Brazilian Migrants' Decisions to Move to Ireland
(Desvendando os processos de tomada de decisão migratória que sustentam as decisões dos migrantes brasileiros de se mudar para a Irlanda)
Nivelton Alves de Farias

Indígenas Warao no Brasil: migração e vivência
Caio Ribeiro de Oliveira; Maria Izabel Souza Melo; Rafaella Souza Barajas Lorenzo; Vítor Macedo Mascarenhas Diniz

Performances artística-culturais de identidade e gênero nas etnias ciganas
Deborah Sathler; José Carlos Sebe Bom Meihy

ENTREVISTAS

Entrevista com a Dona Anna Amélia de Barros
Por *Alfredo José Gonçalves, Cs.; Antenor João Dalla Vecchia, Cs.*

Entrevista com Valditudes de Barros Pinto
Por *Alfredo José Gonçalves, Cs.; Antenor João Dalla Vecchia, Cs.*

RELATO

Relato de Valditudes de Barros Pinto
Por *Alfredo José Gonçalves, Cs.; Antenor João Dalla Vecchia, Cs.*

